

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

LOUISE COSTA LAGE

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA:
O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO COMO FORMA DE PERTENCIMENTO E
SUSTENTABILIDADE NAS COMUNIDADES CARENTES DE
PORTO ALEGRE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Volume I

Porto Alegre

2005

LOUISE COSTA LAGE

T
301.161
L174c (BC)
v. 1

**COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA:
O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO COMO FORMA DE PERTENCIMENTO E
SUSTENTABILIDADE NAS COMUNIDADES CARENTES DE
PORTO ALEGRE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Tese de Doutorado em Comunicação Social
para a obtenção do título de Doutor em Comunicação
Social
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
Faculdade de Comunicação Social

Orientador: Prof. Dr. Antônio Hohlfeldt

PUCRS/BCE



0.778.541-2

Porto Alegre

2005

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- L174 Lage, Louise Costa
Comunicação Comunitária: o uso das novas tecnologias de informação e comunicação como forma de pertencimento e sustentabilidade nas comunidades carentes de Porto Alegre, no início do século XXI / Louise Costa Lage. – Porto Alegre, 2005. 617 f.
- Tese (Doutorado) – Fac. de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. PUCRS, 2005
- Orientação: Prof. Dr. Antônio Hohlfeldt
1. Comunicação Comunitária. 2. Comunidade Virtual. 3. Tecnologia da Informação – Aspectos Sociais. 4. Integração Social. 5. Desenvolvimento Tecnológico. I. Título.

CDD 301.161

Bibliotecário Responsável
Ednei de Freitas Silveira
CRB 10/1262

LOUISE COSTA LAGE

**COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA:
O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO COMO FORMA DE PERTENCIMENTO E
SUSTENTABILIDADE NAS COMUNIDADES CARENTES DE
PORTO ALEGRE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

**Tese de Doutorado em Comunicação Social
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Área de concentração: Comunicação Social**

Data da aprovação: ____/____/2005.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Hohlfeldt – Orientador

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva

Prof. Dr. Helena Sporleder Cortez

**Prof. Dr. Maria Cícilia Kroling
Peruzzo**

Prof. Dr. Urbano Zilles

Porto Alegre

2005

Dedico este trabalho aos meus filhos Maximiliano e Cristovam que, por tantos dias e tantas noites, abdicaram de minha companhia sem reclamar, sempre me incentivando e entendendo cada momento que passei longe deles.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, através da Faculdade de Comunicação Social, a possibilidade de realização do Curso de Doutorado do Pós-Graduação em Comunicação Social;

Ao Prof. Dr. Antônio Hohfeldt, orientador deste trabalho, mas antes de tudo o professor e amigo que tem acompanhado minha trajetória, acreditando em meu trabalho e apostando em minhas idéias;

Aos professores do Pós-Graduação em Comunicação Social, pela atenção e disponibilidade com que me receberam no decorrer do curso;

A todos os colegas de sempre, que, de uma forma ou de outra, me incentivaram a chegar até aqui;

E, por fim, aos meus guias, mestres e profetores, que durante todos estes anos têm iluminado o meu caminho.

RESUMO

O trabalho tenta estabelecer um conceito, ou, pelo menos, apontar a diretriz do que se entende hoje por *comunicação comunitária*, buscando entender a realidade do uso das novas tecnologias de comunicação entre a população carente de Porto Alegre, no início do Século XXI, e que faz deste uso uma forma de sustentabilidade e pertencimento. No intuito de buscar comprovar nossa hipótese, realizamos estudo de caso em quatro comunidades: duas – a Restinga e a Vila Grande dos Marinheiros –, em Porto Alegre, cidade considerada *metrópole*; e outras duas, virtuais, a Rede Mulheres de Rádio, uma rádio comunitária estabelecida em formato diferenciado daquele com que estamos acostumados a conviver na literatura escrita, até o momento, sobre ou pela observação feita a partir de várias experiências nesse sentido, no Rio Grande do Sul; e o Centro de Mídia Independente – CMI – uma comunidade de produtores de comunicação comunitária.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária – Tecnologias de Informação e Comunicação – Comunidade – Comunidade virtual

ABSTRACT

The work tries to establish a concept, or, at least, to point the line of direction of that if it understands today for *communitarian communication*, searching to understand the reality of the use of the new technologies of communication enters the devoid population of Porto Alegre, in the beginning of century XXI, and makes of this use a form of sustentabilidade and belonging. In intention to search to prove our hypothesis, we carry through study of case in four communities: two – the Restinga and the Great Village of the Sailor (Vila Grande dos Marinheiros) -, in Porto Alegre, considered city metropolis; e others two, virtual ones, the Net Women of Radio, a radio communitarian established in format differentiated of that one whom we are accustomed to coexist in written literature, until the moment, on or for the comment made from some experiences in this direction, in the Rio Grande Do Sul; e the Center of Independent Media – CMI – a community of producers of communitarian communication.

Key words: Communitarian Communication – Technologies of Information and Communication – Community – Virtual Community

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O CENÁRIO: BREVE VISÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA CULTURA E DA COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	20
1.1 O cenário do ponto de vista socioeconômico	20
1.1.1 No mundo	21
1.1.2 No Brasil	29
1.1.3 No Rio Grande do Sul	53
1.2 As ligações entre o Estado, a cultura e a comunicação social	62
1.3 A formação de uma nova identidade no contexto brasileiro	84
2 COMUNIDADE: UM CONCEITO EM ESTRUTURAÇÃO	95
2.1 Propostas teóricas	96
2.1.1 Os conceitos de sociedade e comunidade segundo Tönnies	97
2.1.2 O conceito de comunidade segundo McLver	101
2.1.3 Outras contribuições teóricas a respeito do conceito de comunidade	103
2.2 O público e o privado no contexto global	111
→ 2.2.1 A esfera pública e a esfera privada	121
2.2.2 Os atores sociais e a comunidade	133
2.2.3 O caso brasileiro	142
2.3 A comunidade na sociedade global informatizada	154
2.3.1 As comunidades contemporâneas: Uma virtualidade presencial ou um virtual presente?	156
2.3.2 As cidades em rede	164
3 O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL	172
3.1 Breves noções históricas sobre as teorias da comunicação	173
3.1.1 Pensando a partir da teoria da agulha hipodérmica	177
3.1.2 Os estudos culturais	191
3.1.3 Outras contribuições teóricas no campo da comunicação social	202
3.2 A comunicação como ecossistema societal	213

4	CONSTRUINDO O OBJETO DE PESQUISA	229
4.1	Breve histórico	238
4.2	Novos contornos da comunicação comunitária	242
4.3	Os líderes populares: Mediando a comunicação	257
4.4	As comunicações não-verbais	265
4.5	Os usos da linguagem	268
5	TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ANÁLISE DOS DADOS ..	278
5.1	O paradigma da complexidade, a Folkcomunicação e a Educomunicação	279
5.1.1	Entendendo o pensamento de Edgar Morin	282
5.1.2	A Folkcomunicação	290
5.1.3	A Educomunicação	296
5.2	O método e seus instrumentos	306
6	ANALISANDO AS COMUNIDADES PROPOSTAS A PARTIR DAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE MORIN, BELTRÃO E SOARES	321
6.1	As comunidades e seu entorno	323
6.1.1	Centro de Mídia Independente	324
6.1.2	Rede Mulheres de Rádio	328
6.1.3	Ilha Grande dos Marinheiros	329
6.1.3.1	Breve histórico sobre o Arquipélago do Jacuí	335
6.1.4	Restinga	338
6.2	Os Telecentros em Porto Alegre e as suas possibilidades de uso	339
6.2.1	Telecentros em pleno funcionamento em Porto Alegre	344
6.2.2	Telecentros em fase de implantação	350
6.3	Os questionários	362
6.3.1	Centro de Mídia Independente	362
6.3.2	Rede Mulheres de Rádio	372
6.3.3	Ilha Grande dos Marinheiros	381
6.3.4	Restinga	389
6.4	Analisando os resultados a partir das teorias da Complexidade, Folkcomunicação e Educomunicação	405
6.4.1	Centro de Mídia Independente	407
6.4.2	Rede Mulheres de Rádio	409
6.4.3	Ilha Grande dos Marinheiros	410
6.4.4	Restinga	412
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	417
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	427
	APÊNDICES	434
	APÊNDICE A – Questionários	435
	APÊNDICE B – Centro de Mídia Independente Porto Alegre – Entrevistas	443
	APÊNDICE C – Rede Mulheres de Rádio – Entrevistas	472
	APÊNDICE D – Ilha Grande dos Marinheiros – Entrevistas	491
	APÊNDICE E – Restinga – Entrevistas	527

ANEXOS	605
ANEXO A – Mapa de localização da Ilha Grande dos Marinheiros	606
ANEXO B – Fotografias da Ilha Grande dos Marinheiros	608
ANEXO C – Boletim do CAR Arquipélago	615

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Gráfico sobre a confiança no Governo Federal – 1972	86
FIGURA 2	Gráfico sobre a confiança no Governo Federal – 1989	87
FIGURA 3	Gráfico sobre as iniciativas para reduzir o número de analfabetos adultos	87
FIGURA 4	Gráfico sobre as iniciativas para aumentar o número de vagas nas escolas e universidades	88
FIGURA 5	Gráfico sobre as iniciativas para melhorar a assistência médica e previdência social aos trabalhadores	88
FIGURA 6	Gráfico sobre as iniciativas para oferecer casa própria a baixo custo para toda a população	88
FIGURA 7	Gráfico sobre a avaliação do sistema financeiro da habitação ...	89
FIGURA 8	Gráfico sobre a avaliação das escolas públicas	89
FIGURA 9	Gráfico sobre a avaliação do INAMPS/INPS	90
FIGURA 10	Gráfico sobre a confiança no Governo Federal – 1990	90
FIGURA 11	Quadro sobre o processo de privatização no Brasil – 1989	91
FIGURA 12	www.rocinha.com – Rumo ao novo milênio	245
FIGURA 13	www.rocinha.com – Rocinha 2000	246
FIGURA 14	www.radiofavelafm.com.br – Rádio Favela FM	248
FIGURA 15	www.radiofalamulher.com – Rádio Fala Mulher	249

FIGURA 16	Telecentro em funcionamento – Beco do Adelar	344
FIGURA 17	Telecentro em funcionamento – Chico Mendes	346
FIGURA 18	Telecentro em implantação – Grande Cruzeiro	350
FIGURA 19	Telecentro em implantação – Ilha da Pintada	351
FIGURA 20	Telecentro em implantação – Jardim Floresta	352
FIGURA 21	Telecentro em implantação – Restinga	353
FIGURA 22	Telecentro em implantação – Rubem Berta	354
FIGURA 23	Telecentro em implantação – Santa Rosa	355
FIGURA 24	Telecentro em implantação – Vila Cruzeiro	357
FIGURA 25	Telecentro em implantação – Vila Pinto	358
FIGURA 26	Organograma do Centro de Mídia Independente	408
FIGURA 27	Organograma da Rede Mulheres de Rádio	410
FIGURA 28	Organograma da Ilha Grande dos Marinheiros	412
FIGURA 29	Organograma da Restinga	413

INTRODUÇÃO

Igualdade e diferença. Talvez sejam estas as duas características históricas que mais vão marcar a era globalizada em que vivemos, no mundo contemporâneo, mas que ainda não conseguiu definir seus níveis de interação e integração social.

Os avanços tecnológicos, a expansão dos meios de comunicação, a mundialização da cultura, a releitura do capitalismo, entre tantos outros dilemas, ainda não deram conta de estabelecer quem e como é a *nova* população do planeta.

Muito se fala na ampliação do processo excludente, desencadeado no final dos anos 80, por conta do que se vem denominando *neoliberalismo*. Assim como não sabemos ou somos capazes de identificar aonde estão estes excluídos, ainda não sabemos nem conhecemos suficientemente como interagem e como vivem em seu cotidiano.

A globalização, conforme autores como Paul Singer e Boaventura Souza Santos, entre outros, agravou o problema da fome, os bolsões de miséria, a mortalidade infantil, a subnutrição, o desemprego, o desespero, a sobrevivência indigna e tantas outras questões que perpassam o dia-a-dia de milhões de brasileiros, que se cansaram de esperar por políticas públicas que possam lhes oferecer alternativas. Por isso, eles estão se auto-organizando e buscando o auto-sustento.

É dessa gente que este trabalho vai se ocupar. Ao longo deste estudo, buscaremos entender as correlações sociopolíticas construídas por essas pessoas, que ocupam espaços desterritorializados, tentando identificar-se com um mundo através de referenciais construídos pela mídia globalizada, constituindo uma cultura mundializada, polissêmica e pluricêntrica, em sua mais ampla complexidade, mas que permanecem traçando suas trajetórias de vida em uma comunidade, até mesmo por uma questão de sobrevivência.

Que códigos essas pessoas usam? Que linguagem é esta? Que relações socioculturais são estabelecidas por tal gente, esquecida pelo mundo globalizado, mas que se relaciona com ele tão intimamente?

Teóricos como aqueles que vêm da sociologia, da antropologia, da história e até mesmo do campo da comunicação, têm voltado suas atenções para procurar entender o sentido das mensagens, sua repercussão junto ao público, tanto quanto a movimentação social deste público em função dos *mass media*, o que implica em uma mudança da cultura que constitui, entre tantos outros temas importantíssimos, uma alternativa para a compreensão de nossa humanidade. No

entanto, este olhar sempre parte do campo intelectual, da *intelligenza*. É, por isso, um olhar carregado de teorias e de preconceitos, o que dificulta a responsabilidade de produzir conhecimento a respeito desta construção cotidiana de efeitos e sentidos.

Mas a nova forma de vida, de solidariedade, de convivência, de coletividade desta gente, a nova *comunidade globalizada*, ainda não está configurada. Talvez seja esta a questão primeira, porém, não mais importante, deste trabalho, por tratar-se de uma das categorias centrais de nossa análise, que vai estabelecer um conceito, ou, pelo menos, apontar a diretriz do que se entende hoje por *comunicação comunitária*, à luz de autores como Cícilia Maria Krohling Peruzzo, Paulo Freire, Octavio Ianni, Renato Ortiz, Néstor Garcia Canclini e Jesús Martín-Barbero, dentre outros.

Em seu processo histórico, a expressão *comunicação comunitária*, que também já foi chamada de *comunicação alternativa*, *comunicação dos movimentos sociais*, *comunicação popular* e até mesmo *comunicação dos pobres*, adquire hoje um novo sentido em função desta outra realidade. Caminha-se para um novo papel dos meios de comunicação social – que não significa dizer, de massa. Estes meios, ainda chamados *comunitários*, que, neste campo da comunicação, já tiveram um caráter diferenciado dos conhecidos como meios de *comunicação de massa*, assumiram, ao longo de seu processo sócio-histórico, um caráter divulgatório, que tinha como objetivo, lembrando aqui McLuhan, agir como uma extensão do homem oprimido, amplificando a voz de um povo que ainda hoje, de uma ou de outra forma, continua excluído. Hoje, passam a configurar-se como recursos tecnológicos, capazes de auxiliar na formação de comunidades

interpretativas, comunidades estas que têm novas formas e características e que, se, por um lado, diferem-se daquelas definidas pelo sociólogo Ferdinand Tönnies, por outro, assemelham-se ao modelo traçado por aquele teórico, no que diz respeito ao estabelecimento de padrões relacionais.

O nosso objeto de estudo visa entender a realidade do uso das novas tecnologias de comunicação entre esta população que tenta se conectar com um mundo globalizado e evitar a exclusão. Nossa idéia é discutir, ou pelo menos entender, ao longo deste trabalho, outro tipo de exclusão. Não mais a exclusão social, baseada somente na divisão entre as classes sociais, no nível cultural, no acesso à educação, na etnia, na língua, na religiosidade, etc., que já são dados constatados e bastante discutidos na academia, mas a exclusão baseada em níveis de conectabilidade e, em conseqüência, o surgimento de novas formas organizativas de combate a essa exclusão. É, talvez, este, o grande impasse que permeia a nova sociedade global.

Nossa metodologia de estudos segue os passos de Luiz Beltrão, através da Teoria da Folkcomunicação, porém carrega em si uma preocupação com os processos educativos desencadeados nesse campo de conhecimento – a Comunicação Comunitária, em função dos usos dos meios e mensagens, mas sem deixar de lado a complexidade do momento em que vivemos, complexidade esta que encontramos tão bem abordada pela obra de Edgar Morin. Também se faz necessário aqui o estudo de outra proposta teórica, encabeçada por Ismar Soares – a Educomunicação, como forma de entender este contexto, a partir da nossa proposta inicial, qual seja, o uso das novas tecnologias. Como trabalhamos com comunidades que têm impostas sobre si a barreira da língua, a dificuldade

em expressar-se, quer no campo da fala, quer no campo da mobilidade corporal, decidimos agregar ainda a proposta teórica de Paulo Freire, que será nosso pano de fundo.

No intuito de buscar comprovar nossa hipótese, realizamos estudo de caso em quatro comunidades: duas – a Restinga e a Vila Grande dos Marinheiros –, em Porto Alegre, cidade considerada *metrópole*; e outras duas, virtuais, a Rede Mulheres de Rádio, uma rádio comunitária estabelecida em formato diferenciado daquele com que estamos acostumados a conviver na literatura escrita, até o momento, sobre ou pela observação feita a partir de várias experiências nesse sentido, no Rio Grande do Sul; e o Centro de Mídia Independente – CMI – uma comunidade de produtores de comunicação comunitária.

Como ponto de partida deste estudo, estabeleceremos o cenário em que estas mediações ocorrem, através de um resgate histórico-bibliográfico dos conceitos de *globalização*, *modernidade*, *pós-modernidade*, *capitalismo*, *neoliberalismo*, *desterritorialização* e *mundialização*, dentre outros, com o objetivo de compreender a partir de onde estamos falando. Num segundo momento, consideramos importante diferenciar o conceito de *comunidade* e *sociedade*, seus aspectos sócio-históricos e sua nova concepção, num mundo globalizado.

O capítulo três deste trabalho analisa a implementação dos meios de comunicação no Brasil, sob a perspectiva da *teoria da dependência*, surgida nas décadas de 50 e 60 do século passado. Em contrapartida a essa teoria, procuramos também estudar a *teoria do desenvolvimento humano*, surgida no final dos anos 90, e que tem uma proposta diversa da teoria anterior. Para tanto,

buscamos apoio teórico em Paulo Freire e em sua proposta libertadora e transformadora, que se baseia na educação popular, consolidada através do uso dos meios de comunicação também populares, tratando de estabelecer o que significa a *comunicação* como prática social, buscando, a partir de uma revisão bibliográfica das principais teorias que dão conta do tema, constituir um novo conceito, ou, pelo menos, uma nova proposta conceitual de comunicação no campo da cidadania.

O capítulo quatro trata da construção de nosso objeto de estudo, a partir da nossa experiência profissional e de pesquisas empíricas, feitas ao longo do convívio com essas comunidades.

A partir desta construção, desenvolvemos uma proposta teórico-metodológica sobre os usos dos processos de comunicação e das novas tecnologias comunicacionais e de informação nas comunidades populares, como possibilidade de inclusão, proposta esta construída a partir da aplicação de estudo de caso em quatro comunidades - duas virtuais e duas presenciais - no sentido de apontar a possibilidade de uma construção solidária e comunitária dos meios de comunicação, como fator de inclusão social.



Tá vendo aquele edifício, moço
ajudei a levantá
Foi um tempo de aflição
eram quatro condução
dois pra ir dois pra volta
hoje depois dele pronto
óio pra cima e fico lonto
Mas me chega um cidadão
e me diz desconfiado
tu tá aí admirado
ou tá querendo roubá ...
Meu domingo tá perdido
vou pra casa entristecido
dá vontade de bebê
e pra aumentar o meu tédio
eu nem posso oiá o prédio
que eu ajudei a fazê

Tá vendo aquele colégio, moço
eu também trabaiei lá
lá eu quase me arrebento
puz a massa, fiz cimento
ajudei a rebocá
Minha fia inocente
vem pra mim toda contente
pai, eu vou me matriculá
Mas me diz um cidadão
criança de pé no chão
aqui não pode estudar
Esta dor doeu mais forte
por que que deixei o Norte
eu me puz a me dizer
lá a seca castigava
mas o pouco que eu plantava
tinha direito a comê

Tá vendo aquela Igreja, moço
onde o padre diz amém
puz o sino e o badalo
enchi minha mão de calo
lá eu trabaiei também
lá sim valeu a pena
tem quermesse, tem novena
e o padre me deixa entrá
foi lá que Cristo me disse
meu rapaz deixe de tolíce
não se deixe amedrontá
Fui eu que criou a terra,
enchi o rio, fiz a serra
não deixei nada faltar
Hoje o homem criou asas
e na maioria das casas
eu também não posso entrar...

**Cidadão
Zé Geraldo**

1 O CENÁRIO: BREVE VISÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA CULTURA E DA COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

1.1 O CENÁRIO DO PONTO DE VISTA SOCIOECONÔMICO

Ao longo dos últimos séculos, grandes pensadores e teóricos, cientistas, matemáticos, filósofos, antropólogos e estudiosos em geral têm, cada um, a partir de seu olhar, procurado entender as relações sociais estabelecidas em um sistema aparentemente econômico, mas que guarda em si relações profundas com o estabelecimento político da ordem social. Este sistema chama-se *capitalismo*. Já não é de hoje que o tema tem pautado os debates mundiais, mas suas características, tão flexíveis e adaptáveis aos mais diversos propósitos, ainda não foram plenamente explicadas ou entendidas.

Não temos aqui a pretensão de exaurir o problema. Mas, para que possamos buscar um sustentáculo relevante, que nos proporcione a base de onde partirá a análise de nosso objeto de estudo, sentimos a necessidade de levantar, ainda que superficialmente, alguns aspectos que entendemos essenciais

para construir aquilo que denominamos de *cenário*, em que se desenrola, pretendemos, nossa proposta.

1.1.1 No mundo

O capitalismo, entendido aqui como um sistema socioeconômico em que os meios de produção são de propriedade privada e pertencem a uma classe social que entra em contraposição a outra, conforme Paul Singer¹, pressupõe alguns elementos essenciais:

- 1) o capital, como valor à procura de inversão lucrativa, inversão esta que pressupõe um mercado, uma demanda, uma necessidade virtual ou real que pode ser explorada mercantilmente;
- 2) a empresa, que movimenta este capital e se resume à unidade de seu propósito, isto é, o lucro;
- 3) a pluralidade de seu processo, uma vez que a produção e a distribuição são organizadas em múltiplas unidades autônomas, em constante competição pelos mercados;
- 4) a organização da vida cotidiana das pessoas em torno dos meios de produção e de mercado.

¹ SINGER, Paul. *O capitalismo: Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1991.

Se seguirmos o pensamento do economista e sociólogo Paul Singer², a economia de mercado é muito antiga e desde sempre as sociedades têm organizado sua vida econômica sob a forma de produção de bens intercambiáveis.

Nas formações sociais anteriores ao capitalismo, a economia de mercado coexistia com uma economia de subsistência mais ou menos extensa. Alguns bens eram produzidos como mercadorias, e muitos outros eram produzidos como valores de uso³, para consumo dos próprios produtores ou de outros membros do círculo doméstico⁴.

No caso da sociedade camponesa, a economia de mercado se dava, do ponto de vista econômico, através das corporações de ofício, entidades formadas por produtores de um mesmo tipo de produto, que tinham como objetivo regular o limite da produção, fixando o número de unidades a serem produzidas e o número máximo de trabalhadores a serem utilizados em cada unidade.

Esta economia de mercado, à qual Paul Singer se refere como existente durante a Idade Média, é considerada como a base sobre a qual se desenvolveu o que conhecemos hoje como capitalismo.)

Seu processo evolutivo é dividido pelo autor em três fases:

1. O *capitalismo manufatureiro*, que começa no século XVI, resultante das grandes navegações que estabeleceram a interligação marítima entre todos os continentes, provocando o surgimento de um mercado mundial unificado, que proporcionava ao capital não só um avanço territorial, mas também um avanço

² *Ibid.*, p.12-29.

³ Para Singer, *valor de uso* inclui as mercadorias que podem ser consumidas por alguém que esteja disposto a despendê-las um valor para poder usá-las (1991, p.29).

⁴ *Ibid.*, p.12.

econômico. Entre os séculos XVI e XVII, com o desenvolvimento do capitalismo manufatureiro, começa um conflito com as corporações de ofício, muitas vezes ligadas à nobreza local. Deste conflito, surgem as nações modernas, politicamente dominadas pelo poder nacional e economicamente unificadas pela abolição das barreiras ao comércio interno e pelo fim das moedas e medidas locais.

De uma forma geral, o avanço do capitalismo [foi] lento e gradual, muito dependente do apoio político [...] . No século XVIII sucessivas guerras resultaram no triunfo da Grã-Bretanha sobre seu maior rival, a França. Em consequência, o capitalismo manufatureiro alcançou maior desenvolvimento na Grã-Bretanha, criando as condições para a Revolução Industrial que aconteceu logo a seguir⁵.

Sua principal característica era o *mercantilismo*, e sua estratégia de expansão baseava-se na unificação do mercado nacional e sua dominação mediante o monopólio político.

É também nesta fase que começa a ser organizado o modo de produção. O capitalismo manufatureiro cria a primeira divisão do trabalho para aumentar a produtividade e a economia de mercado acaba se expandindo pela incorporação de atividades até então integradas à economia de subsistência. Foi o que aconteceu na Inglaterra, com a agricultura, que se tornou capitalista e mercantil, ao mesmo tempo.

2. O *capitalismo industrial*, que tem início na Grã-Bretanha, no último quartel do século XVII, a partir da Revolução Industrial, inspira-se no liberalismo e requer a unificação de todos os mercados locais e nacionais, estabelecendo a competição livre. Neste modelo, o capitalismo admite a intervenção do Estado no

⁵ Ibid., p.15.

mercado. O liberalismo econômico, proposto à época, pressupunha a liberdade do indivíduo enquanto cidadão, produtor e consumidor. Também surge, naquele momento, o conceito da livre expressão do pensamento; de reunião e manifestação; e de participação na escolha dos governantes. Mas esta *cidadania* pertence somente àqueles que detêm uma certa riqueza ou propriedade. O liberalismo torna-se a arma da burguesia para a conquista da hegemonia econômica e política. No final do século XVII, Adam Smith, o grande pai do liberalismo, já defendia a diminuição da ingerência do Estado sobre a economia e a sociedade, preconizando a Revolução Industrial, na Inglaterra, e a Revolução Burguesa, na França.

3. A terceira fase é marcada pela transformação *da economia de mercado em economia capitalista*, que passa a abarcar e prover parte das atividades econômicas desenvolvidas à época. Também tem como motor o desenvolvimento das *formas produtivas* e a eliminação das barreiras institucionais à livre concorrência. A hegemonia do capital é consequência da livre concorrência, imposta em função do triunfo do liberalismo em praticamente todos os países industrializados.

O período do segundo pós-guerra, no século XX, assiste a uma elevada e sistemática ampliação da intervenção estatal na economia. Este padrão intervencionista assume duas características principais: a expansão e a generalização dos mecanismos de garantia de renda, expressa nos sistemas de transferências; e um envolvimento crescente do Estado, direto ou indireto, na produção de bens e serviços (*welfare state*).

O envolvimento do Estado na produção teve, antes de tudo, uma expressão estritamente reguladora: o Estado interferia restringindo a operação livre do mercado. O Estado também operou na provisão de determinados bens e serviços e assumiu, em grande escala, a propriedade e operação direta de ativos produtivos.

Mas, o que se pode observar, primeiramente, nos países desenvolvidos, é o surgimento de um Estado previdenciário que, de um lado, envolve um sistema de transferências ligado à garantia de renda e ampla expansão de prestação de serviços sociais como educação, saúde e infra-estrutura urbana. De outro, realiza um movimento de ocupação direta da produção para garantir a criação, utilização e sustentação de parcelas do sistema produtivo que, ou atuavam com baixa rentabilidade, ou eram considerados setores estratégicos.

Outra característica do Estado do bem-estar social refere-se à estreita ligação entre produção estatal e expansão da capacidade tributária e financeira dos estados capitalistas. O poder fiscal (tributário e financeiro) que o setor público passa a deter viabiliza não só a aplicação original de recursos como também a sua utilização como instrumento de financiamento de políticas econômicas.

Também emerge no pós-guerra, segundo Paul Singer⁶, uma crise fiscal sem precedentes na maioria dos países desenvolvidos. Para alcançar o equilíbrio interno nas contas públicas, que ocorreu somente no final dos anos 70 do século passado, estes países acabaram por dar início a um movimento de ampliação dos níveis de endividamento público.

⁶ Ibid.

Esta crise forçou a emergência de um processo generalizado de reestruturação produtiva e, conseqüentemente, trouxe consigo uma nítida tendência ao agravamento da situação econômico-financeira do conjunto das empresas estatais.

A partir do final dos anos 70, os Programas de Privatização (PP) surgem como uma posição predominante na estratégia das políticas econômicas de um grande número de países capitalistas. Segundo estimativas do Banco Mundial e do FMI, cerca de 80 países aderiram aos PP, sob diversas de suas formas. Estes programas tinham como principal objetivo o ajustamento macroeconômico ou a reforma da atividade produtiva do setor público.

Conforme explica o documento publicado pelo Instituto de Economia do Setor Público da FUNDAP⁷, neste processo engajaram-se alguns dos maiores países desenvolvidos do mundo ocidental, tendo à frente a primeira ministra inglesa Margareth Thatcher. A idéia era consolidar um amplo processo de renascimento das políticas liberais e estabelecer uma percepção de que havia grande necessidade de redefinir o papel do Estado no que dizia respeito à sua intervenção na economia.

Ainda segundo o documento, os organismos multilaterais, em particular o Banco Mundial, em consonância com os grandes bancos internacionais, redefiniram seu discurso e sua prática, no sentido de conduzir os países do chamado Terceiro Mundo (entre estes o Brasil) a incorporarem os Programas de Privatização em seus projetos de ajustamento.

⁷ PROCESSO de privatização no Brasil: Expectativa dos anos 90 a 92. Relatório de pesquisa. São Paulo: Instituto de Economia do Setor Público - FUNDAP, 11 de março de 1993.

Paul Singer⁸ faz questão de enfatizar que este processo levou o capitalismo a assumir muitas de suas características atuais, como, por exemplo, o dinamismo tecnológico, a centralização do capital e a generalização (ou globalização) da economia. Mas, o autor chama a atenção para uma importante característica do capitalismo: a instabilidade e a sucessão de crises – o chamado *ciclo de conjuntura* – que marca este sistema econômico desde o começo do século XIX, o que vai lhe dar a necessidade de flexibilidade, possibilitando sua adaptação constante, chegando ao neoliberalismo, desencadeado no final da década de 80 do século passado.

Para o sociólogo Boaventura de Souza Santos⁹, esse processo histórico de implementação do capitalismo, principalmente na Europa, está plenamente explicado pela obra de Marx e Engels. Propondo uma releitura do materialismo histórico, Santos enfatiza a necessidade dos dois autores em tentar compreender e caracterizar as transformações operadas pela modernidade¹⁰ e pelo capitalismo, nos mais diferentes setores da vida social, no início do século XIX. A partir dessa releitura, Santos acredita que a radicalidade do capitalismo, àquela época, residia muito mais na manifestação de um novo *processo civilizatório* amplo, isto é, numa mudança paradigmática, do que apenas num novo *modo de produção*¹¹.

Por isso, Santos caracteriza a década de 80 como a do *pós-marxismo*, pontuada por alguns aspectos importantes, como a ascensão de partidos conservadores na Europa e nos Estados Unidos; o isolamento progressivo dos

⁸ SINGER, Paul. Op. cit.

⁹ SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

¹⁰ Santos considera a modernidade um projeto sociocultural amplo, cujo objetivo era buscar um equilíbrio entre a regulação e a emancipação social, e cuja principal característica é justamente a degradação da emancipação social, uma vez que a modernidade estabeleceu uma relação profunda com o desenvolvimento do capitalismo, o que ficou particularmente evidente a partir do século XIX (1995, p.137).

¹¹ Ibid., p.23-24.

partidos comunistas e socialistas; a transnacionalização da economia e o aprofundamento da dependência dos países subdesenvolvidos do capital multinacional, representado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial; a consagração da lógica econômica mundial, sob a égide do capitalismo neoliberal, com a apologia ao Estado Mínimo e a mercantilização das relações sociais; o fortalecimento crescente das culturas de massas e suas propostas de estilos de vida e de imaginários sociais, enfatizando o individualismo, o privatismo e o consumismo, abortando qualquer possibilidade de mudança social pela caracterização de uma sociedade amorfa, incapaz de pensar em mudanças sociais.

Santos aponta ainda um sexto aspecto, não menos importante, que caracteriza os anos 80:

A intensificação da interdependência transnacional e das inter-relações globais faz com que as relações sociais pareçam hoje cada vez mais desterritorializadas, ultrapassando fronteiras até agora policiadas pelos costumes, o nacionalismo, a língua, a ideologia e, muitas vezes, por tudo isso ao mesmo tempo¹².

A contradição aparente, pelo menos segundo este autor, é o desabrochar de novas identidades regionais e locais, alicerçadas numa revalorização do direito às raízes. Mas, esse localismo, ao mesmo tempo novo e antigo, outrora classificado como *pré-moderno*, hoje considerado *pós-moderno*, é, com freqüência, adotado por grupos sociais translocalizados, sem assumir um sentido de lugar específico. No entanto, assenta-se sempre na idéia de território, seja ele imaginário ou simbólico, real ou hiper-real.

¹² *Ibid.*, p.22.

O que pretendemos aqui ressaltar, à luz do sociólogo português, é o aspecto de que a evolutividade histórica do capitalismo está intrinsecamente ligada a evolutividade histórica do sujeito social e, como tal, de suas práticas sociais. Principalmente no que diz respeito às sociedades semiperiféricas ou periféricas, como os países da América Latina, em especial o Brasil.

1.1.2 No Brasil

O capitalismo, enquanto modo de produção, não existia no Brasil até 1888. Durante os três séculos como colônia, e mesmo na maior parte do primeiro século após a Independência, o modo de produção dominante no país era o escravismo colonial, ao lado de uma ampla economia de subsistência. No entanto, a colonização portuguesa do território brasileiro colaborara imensamente para a constituição de um mercado mundial, origem do capitalismo manufatureiro europeu.

Conforme explica Paul Singer, a partir de 1850, houve tentativas de substituir o trabalhador escravo pelo trabalhador assalariado, mas, em função da predominância do sistema escravocrata, estas tentativas tiveram pouco êxito. Desta maneira, "... o único modo de integrar trabalhadores imigrantes na economia brasileira era o de lhes ceder terras e permitir que se estabelecessem como camponeses autônomos [...]"¹³.

¹³ SINGER, Paul. Op. cit., p.67.

Foi assim que, a partir da segunda metade do século XIX, parte dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foi colonizada por imigrantes alemães e italianos. Mas, o Brasil daquela época ainda carecia de um mercado interno que absorvesse a *produção capitalista*.

Somente na segunda metade do século XIX é que se inicia um processo de substituição de importações industriais. Na verdade, eram manufaturas que empregavam os artífices vindos da Europa, para produzirem, para o consumo local, artigos importados. Na mesma época, começam a surgir as primeiras indústrias brasileiras, principalmente no ramo têxtil. Essas indústrias, no entanto, eram muito suscetíveis à concorrência estrangeira.

É também na segunda metade do século XIX que surgem as primeiras organizações sindicais no Brasil, ainda num contexto de economia agro-exportadora. Esta fase, entre os anos de 1850 e 1888, coincidiu com a existência de dois modelos de relações de trabalho: o escravocrata e o livre. Conforme Elizabeth M.K. Pedroso¹⁴, essas organizações representavam apenas os trabalhadores urbanos, livres, e vinculados ao setor terciário, como caixeiros, tipógrafos e ferroviários. A autora caracteriza esta fase como pertencente a um modelo político monárquico constitucional, autoritário e intervencionista, com um sistema multipartidário limitado às elites. O movimento sindical, surgido neste contexto, ainda era politicamente débil e pouco articulado, marcado pela idéia de ajuda mútua e de solidariedade intraclasses trabalhadora.

¹⁴ PEDROSO, Elizabeth M.K. *Movimento Sindical Urbano no Brasil: 1850 a 1997 – Trajetória, características e desafios*. Porto Alegre: Evangraf, 1998.

Após a abolição da escravatura, em 1888, até as primeiras décadas do século XX, novas categorias do setor terciário e secundário (portuários, telégrafos, chapeleiros, estivadores, etc.) organizam-se sindicalmente¹⁵. Esta fase coincidiu com mudanças na forma de governo e no processo eleitoral.

Durante a Primeira República, o capitalismo brasileiro, voltado para o mercado interno, começou a desenvolver-se, provocando no Brasil uma espécie de *período de aprendizagem industrial*, durante o qual, ao lado das fábricas, construíram-se vilas operárias¹⁶. "... Estes trabalhadores eram assistidos e contratados de forma paternalista por seus empregadores [...]”¹⁷.

A população urbana crescia, numa sociedade ainda tipicamente agrária, onde a participação política era bastante restrita.

É também nesta época que surgem as principais manifestações de protesto e luta do movimento operário, constituído predominantemente por anarquistas e anarco-sindicalistas italianos e espanhóis. Em 1906, ocorre o primeiro congresso operário do Brasil. As primeiras três décadas do século XX são marcadas pelo surgimento dos impérios industriais brasileiros: após a Primeira Guerra Mundial, começa a preocupação em torno da proteção da indústria nacional, mas somente em 1928 o Parlamento aprova medidas de proteção à indústria nacional, levando a burguesia nacional brasileira a uma posição de destaque.

¹⁵ *Ibid.*, p.8.

¹⁶ Vilas operárias são pequenos agrupamentos de casas de trabalhadores que costumavam circundar as fábricas ou indústrias, no meio urbano.

¹⁷ SINGER, Paul. *Op. cit.*, p.68.

A industrialização estava então subordinada aos interesses hegemônicos da agricultura, dirigida ao mercado externo.

A dominação social e política na Primeira República se apoiava numa vasta camada de trabalhadores rurais, carecia da autonomia do proletariado urbano, devido a sua dependência do latifúndio. Enquanto, nas cidades, o nascente proletariado industrial formava sociedades de resistência e enfrentava o capital em luta por direitos básicos – como a limitação a 8 horas de jornada de trabalho –, no campo os trabalhadores se deixavam arrebanhar em “currais eleitorais” e constituíam as tropas com que os coronéis travavam suas “guerras do sertão” [...]¹⁸.

A partir da Revolução de 1930, o Estado deixa de depender do latifúndio e se estabelece, então, o fim deste tipo de dominação. O governo, liderado por Getúlio Vargas, preocupa-se em defender a agroindústria açucareira do nordeste e a cafeicultura paulista, mas também procura garantir os interesses do capital industrial e até mesmo do proletariado industrial, criando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e promovendo a criação de sindicatos oficiais.

O surgimento de uma estrutura sindical oficializada teve, para o governo revolucionário, uma dupla finalidade: marginalizou, no movimento operário, as lideranças anarquistas e socialistas [...] e constituiu uma força social e política nova que se antepunha ao binômio latifúndio-coronelismo. Como os sindicatos oficiais eram manipulados pelo Ministério do Trabalho, sua ideologia deixou de ser a resistência ao capital. Em seu lugar cresceu um ideário nacionalista e industrializante, que tendia transformar o operariado em bases de massas do capital industrial¹⁹.

Estabelece-se, contudo, no Brasil da época, uma grave dicotomia econômica: se, por um lado, o povo dispunha de uma maior produção de bens de consumo, de outro, o país carecia de um eficiente parque produtor, em consequência da crise que se estabelecera em função do desequilíbrio financeiro instalado no orçamento federal, reduzindo a capacidade de importação e comprometendo a continuidade do processo de industrialização.

¹⁸ *Ibid.*, p.70.

¹⁹ *Ibid.*, p.70.

Portanto, uma nova etapa na substituição de importações, que só poderia ser realizada pelo capital monopolítico estrangeiro ou pelo Estado, tornou-se a principal discussão de governo, na segunda metade da década de 30 que, além do mais, preocupava-se com a possibilidade de uma nova guerra mundial.

Também durante essa fase, após 1935, o Movimento Sindical brasileiro sofre um profundo retrocesso, só encontrando condições de rearticulação a partir de 1945²⁰.

Em 1937, com a instauração do Estado Novo, aumenta o peso político do governo e, a partir desse momento, o Estado passa a participar diretamente do processo de industrialização. A hegemonia capitalista se instalava no Brasil a partir desta época, já que ela passara a ser a prioridade máxima dos governos subsequentes.

Neste período (1937/1945), o governo institui e acata algumas das principais reivindicações do movimento operário, como a ampliação dos direitos previdenciários, a legislação trabalhista que garante a jornada de oito horas diárias e o salário mínimo.

É importante notar que o reconhecimento legal dos sindicatos operários, a imposição de limites à exploração da classe operária [...] e o subsidiamento da reprodução da força de trabalho por fundos públicos são momentos cruciais da implantação do capitalismo em vários países²¹.

Em 1945, o governo Vargas é derrubado e em 1946 é aprovada a nova Constituição brasileira, que consagra outros direitos à classe operária. Mas, a

²⁰ PEDROSO, Elizabeth M.K. Op. cit., p.43.

²¹ SINGER, Paul. Op. cit., p.73.

legislação trabalhista, inspirada no nazi-fascismo italiano e alemão, sistematizada na CLT, não é alterada.

Conforme Pedroso, uma minoria, "... temporariamente silenciosa, vinculada às correntes socialistas, comunistas e trabalhistas, gradativamente ressurgia em 1945, com a redemocratização, procurando ampliar seu espaço e recuperar o significado originário dos sindicatos [...]"²².

A partir daí, e até 1964, a hegemonia capitalista brasileira se consolida e importantes setores da economia são entregues pelo Estado ao capital estrangeiro que, mediante sua implantação no Brasil e em outros países do terceiro mundo, se multinacionaliza.

O processo de concentração de capital sofrera uma mudança qualitativa por efeito da chamada Segunda Revolução Industrial, que inaugurara a era do aço, da eletricidade, do motor à explosão e da indústria química. Esta revolução tivera lugar nas décadas finais do século XVIII e início do século XIX, principalmente nos Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha. Os grandes ramos industriais da época caracterizaram-se pelas enormes dimensões das unidades produtivas que se tornam sua condição de viabilidade econômica, em função de que este novo avanço requer a produção em massa, impondo a criação de empresas gigantescas (sociedades anônimas). Surge o mercado de capitais, constituído pelas Bolsas de Valores.

²² PEDROSO, Elizabeth M.K. Op. cit., p.43.

A principal diferença entre este capitalismo monopolístico²³ e o anterior (liberal) é a mudança nas regras de competição, uma vez que a preferência dos compradores é disputada por um pequeno número de grandes firmas mediante a diferenciação dos produtos, prestígio da marca e da publicidade.

Outra mudança significativa ocorre na gestão das empresas. No capitalismo competitivo, cada empresa era dirigida por seu dono ou por um reduzido número de sócios-proprietários. A forma típica assumida pelo capital individual era a *empresa familiar*, que passava de pais para filhos. Com a implantação das sociedades anônimas, esta forma de gestão torna-se incompatível com o grande número de sócios proprietários que constituem os capitais monopolísticos.

No Brasil, o estabelecimento de ferrovias, desde a segunda metade do século XIX, e de serviços de infra-estrutura – redes de energia elétrica, de telefonia, de distribuição de gás, de transporte por bonde, podem ser considerados o início do capitalismo monopolista, já que nosso país não internacionalizou as regras básicas impostas pela segunda revolução industrial. Aqui, as empresas monopolísticas foram criadas pelo Estado, na década de 40 do século XX. Mas, foi na década subsequente, a dos anos 50, que o capitalismo monopolista se desenvolveu no Brasil com maior intensidade, dominando a acumulação do capital e modificando profundamente a fisionomia econômica e social do país. O governo de Juscelino Kubitschek implantou seu plano de metas

²³ Para Singer, capitalismo monopolístico significa aquele que se origina nas sociedades anônimas, onde um grupo de majoritários acionistas – o grupo controlador – forma um conselho de administração, ao qual são submetidas as principais decisões. Esse fenômeno dá origem ao que o autor chama de burguesia gerencial (SINGER, Paul. Op. cit., p.75).

(1956/1961), estabelecendo a busca do capital multinacional em grande escala, consagrando a hegemonia do capital monopolístico no Brasil.

Concomitantemente, o capital norte-americano começa a se multinacionalizar, pressionando o capital europeu, acuado em seus próprios mercados nacionais, ainda como consequência da Segunda Guerra Mundial. Por isso, a proposta brasileira serviu como uma luva à Europa, que viu, nesta oportunidade, uma forma de também se multinacionalizar. A vinda de capitais da Alemanha Ocidental, França, Itália e Suécia provoca uma reorganização do capital nacional, principalmente no ramo automobilístico, satelitizando as empresas brasileiras fabricantes de peças automobilísticas.

O caso da indústria automobilística revela diversas características gerais do capitalismo monopolístico num país em desenvolvimento retardado como o Brasil. Em primeiro lugar, a estreita inter-relação dos capitais monopolísticos com o Estado. No caso das multinacionais, sua implantação no país praticamente sempre depende de apoio governamental explícito [...]. O Estado desempenha, portanto, uma certa supervisão sobre os mercados monopolísticos, reivindicando-os periodicamente [...]. No período do regime militar, a associação direta sobre o capital brasileiro público e privado com o capital multinacional tornou-se uma estratégia preferencial para o desenvolvimento do capitalismo monopolístico no país. Deste modo, estreitam-se deliberadamente os laços entre o capital monopolístico nacional e multinacional e entre o público e o privado²⁴.

O autor aponta ainda um outro aspecto importante neste contexto: a internacionalização do capital produtivo coloca, para os trabalhadores, a necessidade de também coordenar internacionalmente as suas lutas. Além disso, ilustra o fato de que a hegemonia do capital monopolístico não tende a eliminar os capitais de menor porte, mas sim de subordiná-los.

²⁴ *Ibid.*, p.78-79.

Joisa Campanher Dutra²⁵ diz que, no Brasil, a partir dos anos 50, intensificou-se a participação do Estado na economia, com o objetivo de alavancar a industrialização do país, rumo ao monopólio estatal. Assim como no resto da América Latina, o fenômeno ocorreu sob uma forma específica, marcado pela abundante utilização dos recursos disponíveis no circuito financeiro internacional.

A autora explica que, durante o Governo Juscelino Kubitschek, entre 1955 e 1961, consolidou-se o tripé econômico que sustentará o mercado brasileiro, formado pelo Estado, pelo capital nacional e pelo capital internacional, propiciando o aprofundamento da acumulação de capitais. Este processo gerou uma das características do regime econômico adotado no Brasil à época, semelhante ao dos demais países capitalistas: a concentração de renda. Esta característica deu origem a outros dois aspectos importantes: a aceleração inflacionária e o desequilíbrio na balança comercial, gerando o aumento das dívidas externa e interna, em função do atraso e da sua falta de pagamento.

Em 1964, emergiu um novo regime político, que veio a regular as ações entre a coalizão dominante e as classes sociais subordinadas. Sob essa nova ótica, a concentração de capital se intensificou.

Entre 1968 e 1973, em meio a estas condições, o Brasil experimentou altas taxas de crescimento e este período ficou conhecido como o *do milagre brasileiro*.

²⁵ DUTRA, Joisa Campanher. Retomando o debate 'estatização' versus 'privatização'. *Revista Indicadores Econômicos*. São Paulo, agosto/92-março/93.

Pelo relatório da FUNDAP²⁶, a criação da Siderbrás e da Portobrás, na primeira metade dos anos 70, define a estrutura básica dos grandes blocos produtivos estatais brasileiros, apoiada em grandes *holdings* setoriais, cada uma delas, em princípio, subordinada aos respectivos ministérios.

Na segunda metade dos anos 70, a Reforma Administrativa deflagrada pelo regime militar levou ao limite esse traço descentralizador/desagregador, ao postular a autonomia empresarial como palavra de ordem. É justamente neste período que ocorre a intensificação na criação de novas empresas e autarquias.

Também é então que surge um amplo movimento antiestatização, reação orquestrada pelo setor privado nacional contra a expansão que o Estado operava no setor financeiro e na pressão sobre as *fronteiras* e articulações público-privadas da esfera produtiva.

A partir de 1974, com a crise do capitalismo internacional, iniciou-se um processo de desaceleração da economia brasileira. No Governo Geisel, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) tenta prolongar o processo de expansão industrial que se desenvolvia no país. Este programa baseava-se na convicção de que o Brasil era uma das poucas economias capazes de ascender ao bloco dos países desenvolvidos. Pretendia ainda viabilizar economicamente o país, para que alcançasse, num curto espaço de tempo, altas taxas de crescimento, revertendo a desaceleração imposta pela crise mundial do capitalismo e superando o desequilíbrio das contas externas, bem como viabilizando a contenção do processo de alta inflacionária.

²⁶ PROCESSO de privatização no Brasil. Op. cit., p.47.

Na avaliação da economista Joisa Campanher Dutra²⁷, o II PND, por ter desconsiderado as proporções da crise externa, as limitações de seu próprio conteúdo programático, e por não levar em consideração as dificuldades pelas quais estava passando o capital privado brasileiro naquele momento, acabou por não atingir completamente seus objetivos. Isso gerou um movimento que criticava a política econômica do Governo – ou seja, a participação do Estado na economia – e defendia o livre mercado. As raízes desta controvérsia, que se aprofunda no final de 1974, devem-se à elevada ineficiência das estatais, que buscavam recursos no Tesouro Nacional para cobrir seus *déficits* e ainda à autonomia que estas empresas adquiriram em relação à gerência de seus negócios, passando a ser concorrentes, em determinados setores, do capital privado.

Foi também entre 1964 e 1977 que a ação sindical sofre novamente um duro golpe. Isso porque, com o novo regime implantado em 31 de março de 1964, os sindicatos tornam-se alvo imediato da repressão.

As medidas governamentais do primeiro governo militar foram no sentido de: 1º – extinguir todas as organizações intersindicais, destituindo seus dirigentes e perseguindo-os politicamente; 2º – intervir nos sindicatos oficiais mais atuantes da época (761 entidades sindicais sofrem intervenção entre 1964 e 1965), [...]; 3º – proibir atividades políticas no sindicato; 4º – controlar o processo eleitoral sindical; e enfim 5º – usar todo o rigor da legislação cerceadora já existente desde o primeiro Governo de Vargas, preservando para o governo a classificação de tudo o que atentasse contra a "segurança nacional" e requisitando para a Justiça Militar o poder de julgar²⁸.

O modelo econômico imposto após o Golpe Militar se caracterizava pelo aprofundamento da internacionalização da economia e pelo estabelecimento de uma política de controle salarial. Mesmo sob repressão, o Movimento Sindical

²⁷ DUTRA, Joisa Campanher. Op. cit.

²⁸ PEDROSO, Elizabeth M.K. Op. cit., p.56-57.

brasileiro procurava, apesar de ter suas atividades reduzidas a ações assistenciais e sociais, garantir a manutenção das conquistas obtidas até então, como o 13º terceiro salário. Para evitar as atividades sindicais, o governo tomou duas medidas que merecem destaque: institucionalizou o fim da estabilidade no emprego, autorizando a dispensa sem justificativa do empregador, através da introdução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS –, em 1966, o que provocou uma séria apatia no Movimento Sindical, já que os assalariados temiam perder seus postos de trabalho com maior facilidade; e passou a fixar os percentuais de reajustes salariais para cada faixa salarial, com base nos índices oficiais de inflação.

Em dezembro de 1968, o governo militar decreta o Ato Institucional n.º 5, que vigoraria até o final da década de 1970, terminando com qualquer tentativa de reação ao regime ditatorial instalado no Brasil.

Embora o governo priorizasse a repressão, impondo temor e provocando apatia política, necessitava de algum nível de legitimação e, portanto, através da persuasão, provar a correção das suas decisões. Para *despolitizar* suas ações, procurava despir o caráter político-ideológico de suas decisões, reputando-as como puramente técnicas²⁹.

A campanha salarial iniciada em 1977, deflagrada com base no vazamento de informações nos meios de comunicação de massa sobre a contestação do Banco Mundial a respeito dos índices oficiais da inflação brasileira, ocorreu num quadro de crise econômica, insatisfação social e risco de desestabilização política para os governantes, que se aprofundaria no período compreendido entre 1978 e 1989.

²⁹ *Ibid.*, p.62.

A partir daí, ano após ano, novamente o Movimento Sindical ganha força. Segundo um levantamento feito pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (órgão criado pelos sindicatos, em 1955) –, entre o final das décadas de 70 e 80 do século passado foram registradas mais de 11 mil greves em todo o país.

Com o aumento da crise interna e externa, juntamente com as pressões e constrangimentos impostos pelos organismos multilaterais e bancos credores, ao longo dos anos 80, à medida em que ficava clara a impossibilidade efetiva de pagamento da dívida externa, os Planos de Privatização foram sendo impostos, principalmente nos países da América Latina. O sistema financeiro internacional buscou nos PP's a alternativa de recomposição de seus ativos latino-americanos, através da conversão da dívida em investimentos.

De todos os países da América Latina, o único que consegue chegar ao limiar de sua crise com o seu setor público estatal ajustado é o Chile. Este país, pioneiro mundial na implantação do PP iniciado em 1974, conseguiu manter o seu setor estratégico – cobre – sob controle estatal. Os demais países entram na crise, carregando um setor público estatal fortemente dependente de transferências orçamentárias.

Na verdade, conforme explica o documento da FUNDAP³⁰, os processos de privatização na América Latina dividiram-se em duas etapas. A primeira, que se estende até meados dos anos 80, para o México e o Chile, e até 1990, para o Brasil, apresenta as seguintes características:

³⁰ PROCESSO de privatização no Brasil. Op. cit.

- a) são claramente restritos a empresas estatais de pequeno porte, situadas fora dos setores estratégicos de serviços públicos, infraestrutura e insumos básicos;
- b) envolvem transações essencialmente domésticas, isto é, as empresas são privatizadas por venda a grupos privados internos, selecionados freqüentemente, com forte apoio do governo.

A segunda etapa da privatização latino-americana envolve a ampliação dos programas existentes, a partir de 1985, 1989 e 1990, no Chile, México e Brasil, respectivamente. O aspecto fundamental dos PP's, nesta etapa, é a dominância da reestruturação patrimonial como alternativa, não só para a reestruturação da dívida externa como para o ajuste fiscal de curto prazo, envolvendo aí a privatização dos serviços públicos, insumos básicos e infraestrutura.

A ampliação do Processo de Privatização brasileiro, no sentido de uma radical retirada do Estado das atividades produtivas, está inegavelmente ligado à retomada das concepções liberais e à postulação do chamado "Estado Mínimo" como forma mais eficiente de retomar e sustentar o crescimento econômico. Essa postura no plano ideológico associa-se, no nível das interpretações sobre o processo de industrialização, à idéia de que a etapa de constituição da base produtiva e de substituição de importações está encerrada, não havendo mais justificativa para a permanência direta do Estado na produção³¹.

Portanto, conforme afirma o documento da FUNDAP, a base do consenso da solução privatizante no Brasil constrói-se sobre uma situação resultante da culminância de um processo de desestruturação da capacidade de intervenção estatal na economia. "... O ponto central é que o conjunto das empresas estatais

³¹ Ibid., p.45.

não somente foi arrastado neste processo, como também foi um dos seus atores principais [...]”³².

Dando início ao processo de privatização, na década de 80 do século passado, o governo Figueiredo, através do Decreto n.º 86.215, de 15/07/81, fixa as primeiras normas para transferência, transformação e desativação de empresas controladas pelo governo federal. Essa primeira fase, que cobre o período 1981/1984, limitou-se à venda de empresas de pequeno porte, cabendo à Comissão Especial de Desestatização a condução do processo. O modelo de privatização adotado neste período baseou-se na venda de ativos e na transferência de controle acionário, através de concorrência pública ou venda direta, somente para cidadãos brasileiros residentes no país ou a empresas ou grupos nacionais. “... Ao se criarem obstáculos ao capital externo, pretendia-se evitar críticas ao processo de privatização emergente [...]”³³.

O saldo final deste período foi a transferência, ao setor privado, de 20 empresas, totalizando um montante de US\$190 milhões. Estas empresas, em sua maioria, estavam sendo reprivatizadas.

Ao final do primeiro ano do Governo Sarney, com a edição do Decreto n.º 91.991, de 28/11/85, inicia-se a segunda fase do movimento de privatização brasileiro, que se estendeu até o final de seu mandato. O novo programa buscava imprimir um ritmo mais dinâmico e de maior fôlego ao processo, passando a englobar tanto a venda de empresas sob controle direto da União, como a abertura do capital social (privatização parcial), a alienação de participações acionárias e a desativação ou encerramento de empresas consideradas inviáveis.

³² Ibid., p.46.

³³ Ibid., p.79.

Esse decreto abriu também o primeiro canal indireto para a participação do capital externo.

No entanto, de 1985 até o final de 1987, apenas sete empresas tiveram seu controle acionário transferido para o setor privado, somando um volume de aproximadamente US\$35,4 milhões. Esses resultados, considerados insuficientes pelo governo, levaram a novas alterações institucionais e legislativas que tinham dois objetivos: impulsionar o processo e garantir, através da pulverização das ações das estatais, a *democratização* do capital. Desta maneira, através do Decreto n.º 95.886 de 29/03/88, o Presidente Sarney criou o Programa Federal de Desestatização, que passou a incluir também a desregulamentação e a concessão de serviços públicos ao setor privado. No período 1985/1989, inicia-se a transferência do controle acionário das empresas estatais através de leilões em bolsa. Também dentro da sistemática de vendas, passa a ser prevista, no caso de empresas em operação, a obrigatoriedade de se oferecer aos seus funcionários um determinado percentual do capital da companhia, em condições especiais, após a transferência do controle, visando à *democratização* do capital.

O predomínio das reprivatizações de empresas de pequeno e médio porte, independente dos resultados líquidos alcançados, influenciou tanto a baixa resistência encontrada pelo governo na condução de seus programas como o perfil dos agentes privados adquirentes. No primeiro caso, o governo conseguiu amortecer eventuais resistências à transferência do controle acionário, mesmo sem o apoio do Congresso, dos sindicatos ou demais agentes envolvidos. Na verdade, em todas as ocasiões nas quais o confronto do governo com qualquer uma dessas instâncias apareceu, optou-se por suspender as vendas ou abandonar qualquer tipo de negociação desgastante³⁴.

³⁴ *Ibid.*, p. 86.

Para o Movimento Sindical brasileiro, a década de 80, do século passado, foi caracterizada pela reorganização dos trabalhadores e pela consolidação de algumas reivindicações antigas, através da Constituição de 1988.

O Programa Nacional de Desestatização, encaminhado pelo governo Collor, a partir de 1990, foi divulgado juntamente com o Plano *Brasil Novo* e foi apresentado à sociedade como uma peça-chave no ajuste fiscal pretendido. A estratégia utilizada foi alinhar o PND às demais medidas anunciadas pelo Ministério da Economia, associando-o a um programa mais amplo de saneamento financeiro do Estado. A idéia central era a de "... privatizar para contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças públicas do setor [...]"³⁵.

Esta fase, que engloba os primeiros seis meses do Governo Collor, é considerada pelos economistas Rui de Britto Álvares Affonso, Pedro Luiz Barros Silva e Sérgio Prado, da FUNDAP, como a fase triunfalista do PND. Na segunda fase, o discurso oficial passou a admitir que várias etapas do Programa exigiam um prazo maior do que o previsto inicialmente, e que isso retardaria o processo. O discurso oficial voltou-se também para a idéia de modernização e competitividade. A terceira fase do Programa, na qual a privatização passava a representar, cada vez mais, um elemento político importante para o governo, ocorre a partir de fevereiro de 1991. Em paralelo, concretiza-se a crescente crise da primeira equipe econômica (que acabou deixando o governo em maio de 1991) e o fracasso da tentativa de estabilização econômica.

³⁵ Art. 1º, inciso II, da Lei n.º 8.031, de 12 de abril de 1990.

Ao longo de 1991, o governo percebeu que a proposta de privatização tinha a aprovação da sociedade, ainda que muitos focos de resistência tivessem que ser contornados ou confrontados. Assim, em 24 de outubro de 1991, o governo conseguiu realizar o leilão da Usiminas, a primeira grande empresa a ser privatizada, iniciando, na prática, o processo de privatizações do Governo Collor, dando partida à quarta e última fase do PND proposto por aquela administração.

No entanto, este trânsito conseguido pelo governo junto à sociedade para viabilizar o PND não foi natural. Conforme explica pesquisa publicada pela FUNDAP, em março/93,

para se criar uma mentalidade privatizante entre a população, desde o segundo semestre de 1991, campanhas publicitárias [...] passaram a divulgar não apenas o PND, mas também a importância de se reduzir o tamanho do Estado na economia. Esse, representado por um elefante pesado [...] estaria impedindo a reorientação de recursos para áreas estratégicas, tais como, saúde e educação, e dificultando a modernização do parque produtivo [...].³⁶

O biênio 93/94 caracteriza-se pela conclusão da desestatização do setor siderúrgico e pela intensificação do processo de transferência de empresas produtivas ao setor privado. Também nesta época, no intuito de ampliar o Programa, foram introduzidas mudanças na legislação, de forma a permitir, para pagamento, a ampliação do uso de créditos contra o Tesouro Nacional, além da venda de participações minoritárias, detidas direta ou indiretamente pelo Estado e da eliminação da discriminação contra investidores estrangeiros, permitindo sua participação em até 100% do capital votante das empresas a serem alienadas.

³⁶ PROCESSO de privatização no Brasil. Op. cit., p.96

Durante o governo Collor, vários fatores influenciaram profundamente a organização dos trabalhadores brasileiros. Conforme Pedroso, entre eles estão "... o impacto dos planos econômicos sobre os salários; as conseqüências sociais, políticas e econômicas da estratégia de redução do papel do Estado [...]”³⁷.

A partir de 1995, com o início do governo de Fernando Henrique Cardoso, maior prioridade ainda é conferida à privatização. O PND é apontado como um dos principais instrumentos de reforma do Estado, sendo parte integrante, agora, do Programa de Governo.

Foi criado, nesta fase, o Conselho Nacional de Desestatização (CND), em substituição à Comissão Diretora, e praticamente concluída a privatização das empresas estatais que atuavam no segmento industrial. Inicia-se, então, uma nova fase do PND, em que os serviços públicos serão transferidos ao setor privado. A agenda governamental inclui os setores de eletricidade e concessões nas áreas de transporte e telecomunicações, o que acrescenta aos objetivos do PND a melhoria na qualidade de serviços públicos prestados à sociedade brasileira, através do aumento dos investimentos a serem realizados pelos novos controladores.

Antes restrito, quase que exclusivamente, à venda de empresas e participações incluídas no PND, a partir de 1997, o processo de privatização no Brasil ganha nova dimensão. Intensificam-se as privatizações no âmbito estadual, as quais, em sua maioria, contaram com o apoio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento). Considerando-se também a venda de participações

³⁷ PEDROSO, Elizabeth M. K. Op. cit., p.79.

minoritárias dos estados em empresas tais como a CRT – Companhia Riograndense de Telecomunicações – e a CEMIG – Companhia de Eletricidade de Minas Gerais –, principalmente, o resultado das privatizações estaduais atinge, até 31.12.1997, cerca de US\$14,9 bilhões. Também em 1997 foi deflagrado o processo de privatização do setor de telecomunicações. Este passo só se tornou possível graças à aprovação, em 16.07.1997, da Lei Geral de Telecomunicações.

Pedroso³⁸ aponta como conseqüências dessa política, sobre o Movimento Sindical, os seguintes aspectos:

1. o impacto dos múltiplos mecanismos governamentais para preservar a estabilidade do Plano Real, entre eles os limites às negociações salariais;
2. as reações provocadas pelas iniciativas do governo em introduzir o Programa de Reforma do Estado com o objetivo de retirar a estabilidade do funcionalismo público e ampliar o leque de demissões para reduzir o *custo Brasil*;
3. os efeitos sociais, econômicos e políticos de curto e longo prazo da política de privatização parcial ou integral das estatais, em função das demissões;
4. as modificações realizadas em relação à legislação que regulamenta a aposentadoria dos trabalhadores;
5. a flexibilização das relações trabalhistas e da CLT;

³⁸ Ibid., p.83-84.

6. a imposição de pesadas sanções materiais aos sindicatos que insistiam em realizar greves consideradas ilegais;
7. a desmobilização do movimento sindical, ligado ao funcionalismo público, em função das políticas de recusa reiterada de concessão de reajuste salarial à categoria; redução substancial do número de funcionários públicos; e a retirada de estabilidades destes trabalhadores, adotadas à época pelo governo federal;
8. a fragilização do Movimento Sindical em função de críticas por parte de setores da sociedade civil e governamentais, divulgadas amplamente pela mídia de massa.

Portanto, cabe aqui uma análise conjuntural deste processo. A partir da década de 80, podemos reunir grande parte dos países do Cone Sul em dois cenários de transformação:

- a) no campo econômico (que procuramos enfatizar anteriormente), onde se intensificou uma crise econômico-financeira generalizada e, por conseqüência, houve a desaceleração do crescimento, agravando o *déficit* social por parte do Estado;
- b) no campo político, onde começou a ocorrer o desenvolvimento de processos privatizantes, que estabeleceram parâmetros mínimos de institucionalização de procedimentos e que deram garantias à recomposição da dinâmica política, econômica e social de vários países.

As formas buscadas nos vários países latino-americanos para superar a crise generalizada dão conta de que surgiram soluções convergentes, sobretudo quanto ao papel econômico do Estado e sua reestruturação. Conforme dissemos anteriormente, as intervenções mal sucedidas do Estado em economias nacionais ocorridas até a década de 80, estimularam ações e iniciativas para a redução de seu papel, através de fórmulas para a sua minimização, em relação à sua intervenção na economia brasileira, combinadas à expansão e ao fortalecimento do setor privado. Assim, na área econômica, os processos de desestatização e privatização conformaram os dois principais vetores da reorganização do papel do Estado, sobretudo no que diz respeito à redefinição das ações sociais e reestruturação de serviços públicos³⁹.

O caso brasileiro, no entanto, destaca-se neste quadro. O período imediatamente anterior à Revisão Constitucional de 1993, quando a crise econômica e a política, combinadas, conduziram a um impasse generalizado no funcionamento da Nação, foi conseqüência de um grande número de transformações institucionais pelas quais o país passara nos últimos trinta anos.

Só entre 1962 e 1991, foram experimentados quatro sistemas partidários: o pluripartidarismo da República; sua extinção em 1965 e a criação da ARENA e do MDB; a reforma de 1979, com a criação de cinco partidos políticos e, finalmente, em 1985, a Reforma da Nova República e o movimento das Diretas Já. Também foram várias as alterações legais no campo da organização e funcionamento interno dos partidos, tendo como pano de fundo o Código Eleitoral,

³⁹ Esta avaliação foi feita pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp, através de pesquisas de opinião, publicada na revista *Opinião Pública*, de julho/agosto de 1993, p.4-6.

de 1965; a Lei Orgânica dos Partidos, de 1971; além da Constituinte, de 1987, e a nova Carta Magna, promulgada em 1988.

A análise destes dados nos sugere, então, que, ao longo de quase vinte anos, a avaliação da população dos grandes centros urbanos, quanto ao desempenho dos serviços básicos de saúde, educação, transporte e política de habitação, era negativa. Pelo menos, se levarmos em conta os relatórios feitos pela NEPP/UNICAMP sobre a situação social do país entre os anos 1985 e 1987⁴⁰. Conforme estes dados, verifica-se o seguinte:

- a) o setor da assistência médico-previdenciária caracterizava-se pela piora do desempenho da Previdência Social desde o final da década de 70, mesmo com as estratégias de implantação do Sistema Único de Saúde iniciado em 1985. Esta crise culminou com a extinção do INAMPS, em 1993, fato definitivo para traduzir à população o quadro distorcido e de incapacidade do Estado para o financiamento, gestão e atendimento dos serviços;
- b) na área da educação, o que orientou as ações básicas governamentais, sobretudo do período de 1970 a 1980, foram diretrizes assistenciais, com destaque aos programas de erradicação do analfabetismo. Já na década de 80, boa parte dos programas e projetos públicos teve sua esfera administrativa deslocada do nível federal para os níveis estadual e municipal;

⁴⁰ Ibid.

- c) as políticas de habitação e transportes urbanos merecem um breve destaque. Desde o início de sua implementação, através da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, a política de habitação apresentou um caráter social distorcido, imposto pela lógica financeira sobre a qual se estruturou. O impacto da política econômica sobre o Sistema Financeiro de Habitação, desenvolvida na década de 80, gerou graves desequilíbrios internos à sua dinâmica, culminando com a extinção do BNH, em fins de 1986: o declínio substancial da produção de moradias e o crescimento do índice de inadimplências.

Esse conjunto de ações governamentais, associado à intensificação da insegurança dos trabalhadores frente ao aumento das taxas nacionais e globais de desemprego, assim como a desigualdade entre a adoção de novas tecnologias e programas de reciclagem de recursos humanos, passou a provocar, a partir de meados dos anos 90,

um processo de desmobilização das massas assalariadas com claros reflexos sobre o Movimento Sindical: lenta redução do quadro de filiados, redução da participação das massas nas suas entidades de classe, combinação de comportamentos individualistas [...]”⁴¹.

Os reflexos da implementação do capitalismo e, posteriormente, do processo neoliberal, também foram sentidos no Rio Grande do Sul, um estado considerado, por alguns autores, como o geógrafo Milton Santos, como pertencente ao eixo produtivo brasileiro, apesar de sua integração ao restante do território brasileiro ter ocorrido

⁴¹ PEDROSO, Elizabeth M. K. Op. cit., p.85.

apenas em meados do século XVIII, o que resultou em algumas características importantes que marcaram o desenvolvimento da economia no estado gaúcho.

1.1.3 No Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, conforme Loiva Otelo Félix⁴², foi incorporado tardiamente ao território brasileiro, às custas de lutas de fronteira. Entre os séculos XVI e XVII, a região permaneceu inexplorada por não apresentar, àquela época, interesse econômico para Portugal.

A colonização se fez efetivamente no século XVIII, em função de interesses econômicos e da defesa de fronteiras, por parte do Estado português. A partir daí, começa a ser estimulada a ocupação de alguns pontos da vasta região dos Pampas.

A autora⁴³ afirma que foi somente em 1725 que os lagunenses desceram definitivamente aos campos do sul, instalando-se nos arredores de Viamão, e os paulistas dirigiram-se para a região de Vacaria, interessados na indústria pastoril e no comércio de gado. Em 1737, funda-se o presídio de Jesus, Maria, José, atual cidade de Rio Grande.

No decorrer do século XVIII, o Rio Grande do Sul iniciava sua integração nacional, principalmente em função do interesse dos paulistas. Também nesta

⁴² FÉLIX, Loiva Otelo. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1987.

⁴³ *Ibid.*

época, os jesuítas retornaram à região, fundando os Sete Povos das Missões e passando a transportar rebanhos para a Serra.

Félix⁴⁴ ressalta que o desenvolvimento inicial do estado estava ligado principalmente ao ciclo da mineração, já que a economia local funcionava como subsidiária da economia central.

Com a crise da exploração mineral, o Rio Grande do Sul acabou fortalecendo a triticultura e a indústria do charque, caracterizando a sua economia como do tipo agropecuário, o que perdurou entre meados do século XIX e meados do século XX.

Outra forte marca do desenvolvimento da região foram as lutas de fronteiras, caracterizando esta ocupação inicial do Rio Grande do Sul também como militar, o que se acentuou a partir da metade do século XVIII, em função de desentendimentos entre os chefes militares locais e o governo central.

Foi somente após a primeira metade do século XIX que ocorreu uma mudança significativa nos interesses econômicos que giravam em torno da colonização do Rio Grande do Sul, já que a atividade econômica característica da região, até então subordinada à Coroa portuguesa, passa para as mãos dos senhores locais.

O fruto deste processo aparece na segunda metade do século XIX: a formação de uma oligarquia de estancieiros-soldados.

⁴⁴ *Ibid.*, p.36.

O núcleo fundamental no qual se desenvolveu a trama de relações sociais e políticas é a estância de criação, a propriedade privada responsável pelo universo da cultura pastoril, no sentido mais amplo. Unidade montada sob a forma de latifúndio, idêntico, em linhas gerais, ao resto do Brasil: grande propriedade; patriarcalismo; senhores, agregados e escravos formando as diferentes camadas sociais⁴⁵.

Outras duas características marcam este período no Rio Grande do Sul, conforme a historiadora⁴⁶:

- a) a ausência de uma aristocracia nos moldes daquela produzida pela cana-de-açúcar, no Nordeste, ou pelo café, no Vale do Paraíba;
- b) a existência de relações de tipo pré-capitalista.

No final do século XIX e início do século XX, quatro áreas econômico-sócio-culturais, com interesses e características políticas próprias, distinguiam-se no estado sulino:

- a) zona litorânea: a mais densamente povoada, que incluía dois pólos: as cidades de Pelotas e Rio Grande constituíam-se no eixo comercial do estado; os municípios do Vale do Jacuí, com o desenvolvimento da agricultura, já especializado na cultura do arroz; e Porto Alegre, considerada grande centro polarizador e irradiador, em termos políticos, vista, à época, como o maior centro comercial do estado;
- b) zona da fronteira sul e da campanha: domínio do latifúndio e das grandes estâncias de criação de gado, com as charqueadas;

⁴⁵ Ibid., p. 40

⁴⁶ Ibid.

- c) zona colonial, formada na primeira metade do século XIX pela colonização alemã, e no último quartel do século pela italiana, constituída pelo vale do Rio dos Sinos e pela Encosta da Serra, com minifúndios, policultura e atividade manufatureira;
- d) zona do Planalto Central: voltada para a agropecuária, de ocupação mais tardia e mais lenta, colonizada especialmente pelos paulistas, teve seu povoamento derivado da colonização da cidade de Cruz Alta.

A Revolução Federalista de 1893-95 foi um marco divisor na política local, até então comandada por coronéis liberais, líderes da elite agropastoril. Esta fase correspondeu à consolidação do PRR – Partido Republicano Rio-grandense – e permitiu a legitimação dos republicanos castilhistas. Como resultado, houve a polarização política extrema do Rio Grande, a consolidação do regime político centralizado e, por fim, passou-se a assistir à emergência de novos grupos sociais ligados a interesses diversificados, implicando numa nova articulação coronelista e na mudança da elite dominante.

Se a Revolução Federalista permitiu a consolidação do poder político do PRR, não é menos verdade que exigiu, para a estabilização deste, a reestruturação do aparelho de Estado – montagem que se fez com a proposta ideológica positivista – incluindo outro modelo de relacionamento do poder executivo estadual com o poder local⁴⁷.

Dessa forma, a doutrina positivista teve sua consagração no Rio Grande do Sul de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Para a historiadora, “... o positivismo no Rio Grande do Sul teve sua própria história relacionada

⁴⁷ *Ibid.*, p.73.

diretamente às condições econômicas e políticas que lhe deram viabilidade prática [...]”⁴⁸.

A revolução de 1923, que interrompeu um longo período de tranquilidade política, teve motivo político: ao final da primeira Guerra Mundial, a pecuária gaúcha entrou em crise e Borges de Medeiros, governador positivista, recusa-se a ajudar o setor, por acreditar que ao Estado caberia apenas a criação das condições favoráveis ao desenvolvimento econômico da sociedade como um todo.

Foi no governo de Borges de Medeiros que, pela primeira vez, houve uma preocupação com a integração planejada do estado, através dos meios de transportes e a urbanização. O desenvolvimento econômico do estado se refletiu imediatamente em Porto Alegre, um dos principais portos da província, à época.

A precariedade dos transportes reduzia a competitividade dos produtos gaúchos nos mercados nacional e internacional, mas a forte intervenção do Governo Estadual nos serviços públicos seria uma das peculiaridades da economia gaúcha. No entanto, o peso dessas atividades, voltadas ao fomento e à implementação de infra-estrutura e de transporte no orçamento do estado, tornar-se-ia insuportável na segunda metade do século passado, quando o Rio Grande mergulharia numa profunda crise fiscal.

⁴⁸ *ibid.*, p.75.

A industrialização gaúcha, no entanto, revelou uma peculiaridade: a fragilidade em termos de capital, em função da baixa acumulação proporcionada pelas principais atividades econômicas da região.

Outra característica própria do estado gaúcho: em função das concepções positivistas seguidas pelo governo gaúcho até 1930, a liberdade de negociação e a busca de solução de divergências entre os agentes sociais, através da negociação e da organização em torno dos interesses comuns, sem intervenção estatal, careciam de tradição. Isso também estimulou as primeiras tentativas de formação de cooperativas na região colonial. É bem verdade que os sindicatos setoriais tiveram um percurso acidentado, mas, paralelamente, surgiram as principais entidades empresárias do estado.

A revolução de 1930 encontrou o Rio Grande do Sul mergulhado em uma profunda crise, que se prolongava desde a década anterior. Quanto aos trabalhadores, as iniciativas do Governo Provisório foram bem aceitas, apesar de, no caso dos dispositivos da Lei de Sindicalização, envolverem a perda da autonomia das entidades operárias. A situação dos trabalhadores gaúchos não era tão dramática quanto em outros estados, e os salários pagos pela indústria de Porto Alegre eram superiores aos de São Paulo, entre outros.

A partir de 1934, quando a crise econômica começou a ser superada e o debate político nacional se ampliou, com a perspectiva de eleições e de uma constituinte, os trabalhadores voltaram a buscar uma organização autônoma e a redefinir sua pauta de reivindicações, chegando a lançar candidatos próprios. Em 1935, eclodiu uma nova onda de greves, severamente reprimida. A sede da

FORGS – Federação Operária do Rio Grande do Sul –, fundada em 1906, foi invadida e a entidade fechada. Em 1937, com o golpe que instituiu o Estado Novo, várias entidades sindicais foram proibidas e muitos líderes operários, presos. Conforme vimos anteriormente, o movimento operário autônomo só ressurge em 1945, com reivindicações de natureza econômica.

O final da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo encontrou a economia do Rio Grande do Sul em seu apogeu. Mas, a trajetória da questão energética é representativa da situação da economia do Rio Grande do Sul na década de 50. A produção agrícola e industrial estava em alta e a urbanização avançava. Em parte, por isso, o estado viu aumentarem as carências e deficiências do sistema elétrico. Apesar dos investimentos e encampações providas pelo estado, não houve êxito. Em meados de 1950, o Rio Grande do Sul chegara ao limite de sua capacidade de desenvolvimento, baseado na exportação, para os demais estados da federação, de produtos agrícolas e de bens de consumo de origem agropecuária. Sua economia fica submetida a um bloqueio, agravado por diferentes aspectos, tais como:

- a) dificuldade insuperável da distância em relação ao mercado consumidor nacional, acentuado pela precariedade de infra-estrutura de transportes;
- b) falta de uma indústria de base regional;
- c) graves deficiências nos setores de energia e comunicações;
- d) escassez de recursos para financiar investimentos.

Esta situação perdurou até a primeira metade dos anos 60 e foi agravada pelo Golpe Militar. Antes, porém, a economia gaúcha viu um crescente estrangulamento nas suas questões políticas. O Governo de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas não previam grandes investimentos no Rio Grande do Sul. Mas a vitória eleitoral de Leonel Brizola trouxera para o Rio Grande do Sul investimentos do II PND. Uma de suas conseqüências foi a implantação da Aços Finos Piratini.

O golpe militar de 1964 encontrou a economia gaúcha estagnada. A situação se agravou em função da centralização do poder econômico e político imposta pela ditadura militar e em função do enfraquecimento dos governos estaduais. Mais uma vez, contudo, puxada pela produção primária, a economia gaúcha volta a crescer. Entre 1965 e 1975, a produção de soja foi o carro-chefe que levou o Brasil a ser, em 1970, um dos principais produtores e exportadores mundiais, e o Rio Grande do Sul respondia por quase dois terços da produção nacional. Mas, entre 1975 e 1980, a produção agropecuária gaúcha começa a sofrer queda, em função do esgotamento de terras onde pudessem ser implantadas lavouras que produzissem culturas mecanizadas.

Em 1968, outro fator marca a economia do Rio Grande do Sul: entra em operação a refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), construída pela PETROBRÁS, em Canoas. A REFAP e a produção de soja, aliados aos efeitos da expansão industrial ocorrida no centro-sul do Brasil, mudam as feições da indústria gaúcha e da economia estadual como um todo.

A integração nacional que se intensificou ao longo da década de 90 seria catastrófica para o Rio Grande do Sul, porque encontraria todos os setores de sua economia em condições desfavoráveis de competição, com uma infra-estrutura deteriorada e cara e com um setor público imobilizado. Foi nestas condições que, em 1994, o Governador Antônio Britto iniciou o processo de transferência de ativos do Estado para o setor privado, promovendo a privatização nas áreas da energia, telecomunicações, operação e manutenção de rodovias e terminais portuários, além de renegociação da dívida pública, reforma administrativa, atração de investimentos e reestruturação do sistema financeiro gaúcho.

Apesar das condições adversas para a integração nacional, o Rio Grande do Sul, desta vez, contava com um componente favorável: o Mercosul, um bloco geo-econômico que pretendia substituir a histórica natureza periférica da economia regional numa vantagem local.

Os investimentos em andamento na segunda metade da década de 90, em particular a duplicação do Pólo Petroquímico, a indústria automotiva e seus fornecedores, cumprem o papel de dinamizar o desenvolvimento regional num contexto de integração nacional.

Podemos, então, dizer que o estudo da industrialização reveste-se de singular importância para a compreensão da história brasileira. A concepção do capitalismo, enquanto modo de produção plenamente configurado, tende a identificar-se com o surgimento da fábrica. A indústria, assim concebida, assinalaria o estágio final de um longo processo marcado pela relação

capital/trabalho. Esta noção, no entanto, não elimina a idéia de que a pecuária e a agricultura possam se desenvolver de forma capitalista.

Portanto, tanto a agricultura quanto a indústria correspondem a diferentes momentos através dos quais se deu a internalização do capitalismo no Brasil. Mais especificamente, no caso brasileiro, a segunda se deu como resultado do desenvolvimento da primeira. A especificidade do Rio Grande do Sul está exatamente nas relações que se estabelecem entre a agropecuária colonial e a indústria.

1.2 AS LIGAÇÕES ENTRE O ESTADO, A CULTURA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Conforme Renato Ortiz⁴⁹, desde a década de 30, durante o Estado Novo, o Governo encontrava-se associado à expansão da rede das instituições culturais, à criação de recursos para o ensino superior e à instituição de uma cultura brasileira. O Governo Juscelino Kubitschek trabalhou neste mesmo sentido, procurando valorizar o produto cultural nacional, através da expansão da indústria cultural. Através de seu Plano de Metas, Juscelino Kubitschek buscou a interiorização do país, com a construção de Brasília, ao mesmo tempo em que estimulou a industrialização e a integração do território nacional.

⁴⁹ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 80.

Em 1964, ano que Renato Ortiz considera como marco na história do Brasil, por possuir um duplo significado – definição de uma dimensão política clara e pelas mudanças profundas que se realizam na economia brasileira –, também altera a relação do Estado com a cultura.

O golpe militar institui definitivamente a internacionalização do capital no Brasil, conforme vimos anteriormente, e orienta a sociedade brasileira rumo à *modernidade*, através de um modelo de desenvolvimento capitalista bastante específico.

Citando Octavio Ianni, Ortiz afirma que a política brasileira pós-64 adquire uma nova sistemática e organização, que a individualiza em relação a outras políticas adotadas desde a década de 30. Assim, neste contexto, as amplas transformações pelas quais passa a sociedade brasileira, à época, têm conseqüências imediatas no domínio cultural, à medida que se cria um mercado de bens materiais e, conseqüentemente, de bens simbólicos. Seu objetivo maior: integrar as diferenças regionais do interior do país a uma hegemonia estatal. É nesta época que surge o conceito de *integração nacional* ou *comunidade nacional*.

A noção de integração, trabalhada pelo pensamento autoritário, serve assim de premissa a toda uma política que procura coordenar as diferenças, submetendo-as aos chamados Objetivos Nacionais⁵⁰.

⁵⁰ *Ibid.*, p.82.

Concordando com Ortiz, José Maurício Domingues afirma que, assim como em outras sociedades, a história brasileira conheceu o advento da modernidade, isto é, estabeleceu

padrões de organização social em que as pessoas e as coletividades tinham laços com locais específicos por meio dos quais as identidades pessoais e coletivas eram claramente determinadas. A identidade de um membro da família extensa nucleada em torno da grande propriedade rural e sua casa grande definia, para muitas gerações, o pertencimento às camadas dominantes da sociedade; para os trabalhadores, laços de subordinação social eram característicos. [...] A identidade pessoal e o destino coletivo se articulavam, assim, à situação de trabalhador de um local e de um senhor de terras que exercia efetivo poder de vida e de morte sobre seus subordinados, com a contrapartida de aparecer amiúde como seu compadre⁵¹.

Aos poucos, a modernidade rompeu com isso, liberando o trabalhador dessas relações pessoais e estáveis, por meio de mecanismos classificados como *desencaixe*, segundo Domingues⁵². O crescimento da classe média e a concentração da população em grandes centros urbanos vão permitir ainda a criação de um espaço cultural onde os bens simbólicos passam a ser consumidos por um público cada vez maior, através de um mercado que incorpora tanto empresas privadas como instituições governamentais. É por isso que, durante o período entre 1964 e 1980, ocorre uma grande expansão e consumo dos bens culturais. Também é nesta fase que se dá a consolidação dos grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação de massa.

O estado joga um papel fundamental nesse processo. Porém, esse desenvolvimento cultural limita-se aos grandes centros urbanos e caracteriza-se pela consolidação do mercado interno de bens materiais, consequência da concentração de renda e riqueza.

⁵¹ DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e Modernidade: Para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.23.

⁵² *Ibid.*, p. 23.

Deste modo, o governo acaba não conseguindo implementar, mais uma vez, seu projeto, pois a distribuição e a criação dos produtos culturais reproduz as contradições do próprio modelo capitalista brasileiro, que acentua as diferenças entre as regiões e reforça a divisão do trabalho entre o campo e a cidade, aumentando a parcela de classes *subalternas*⁵³.

Conforme Ortiz⁵⁴, a presença do Estado se exerce também através da normatização da esfera cultural, graças à censura.

O trabalhador, por sua vez, é jogado num mercado onde tem que trocar (vender) sua mão-de-obra em troca de dinheiro, para sobreviver numa sociedade em que ele é tido como um cidadão que, teoricamente, não deve obrigações pessoais a ninguém e pode viver onde bem quiser.

Sua identidade torna-se assim um dado em aberto, e, em consequência, em grande medida sua própria responsabilidade. Sem dúvida, para a maioria dos membros dessa civilização moderna, o trabalho (mas hoje também o desemprego) aparece como um elemento-chave que pode servir para a construção dessa identidade. Se o trabalho será valorizado ou não pelo sujeito dependerá, todavia, de uma escolha dele, que não é inevitável. A *reflexividade* que, como qualidade intrínseca de qualquer ser humano em qualquer situação histórica, se exercia também naquelas coordenadas anteriores, será muito mais exigida nessa nova configuração social moderna⁵⁵.

Assim, podemos dizer que as transformações pelas quais passa o sujeito formam agora uma construção que, dentro de limites, depende apenas dos recursos intelectuais, materiais e de poder de que ele disponha.

Por outro lado, a construção da identidade e o equilíbrio da personalidade humana parecem demandar uma certa estabilidade, mas não a cristalização de traços e relações pessoais e coletivas. Trata-se aqui do inverso [...] dos mecanismos de desencaixe: essa relativa estabilidade é fornecida por processos de reencaixe que, reflexivamente, consistem em outra característica saliente da modernidade. Com isso, o

⁵³ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. Op. cit., p.82.

⁵⁴ *Ibid.*, p.88.

⁵⁵ DOMINGUES, José Maurício. Op. cit., p.24.

indivíduo pode perceber-se membro de um grupo, de uma religião, de uma classe, de uma etnia que o inclui e lhe dá sentido⁵⁶.

Ainda neste contexto, um segundo aspecto: a preservação da cultura popular como memória nacional, como tradição e identidade. É também neste período que o Estado autoritário se reveste com a capa do humanismo e explora este eixo temático que vinha sendo debatido acirradamente pelos intelectuais em nível mundial, para estabelecer sua nova cara: a de um Estado preocupado com a tradição brasileira e, portanto, um estado que consegue legitimar sua política cultural.

O Estado passa, desta forma, a ser definido como o centro irradiador de um *humanismo dirigido*, o que por um lado garante a neutralidade *democrática* da ação cultural, por outro significa no nível do discurso, a vinculação do desenvolvimento econômico aos valores humanos⁵⁷.

Mais uma vez concordando com Ortiz, o sociólogo José Mauricio Domingues afirma que "... a classe social foi para os setores populares modernos, desde o fim da Revolução Francesa, uma forma de construir identidades individuais e coletivas que se acham intimamente imbricadas [...]"⁵⁸.

A luta de classes, o sindicalismo e outras instâncias da sociedade civil organizada têm sido instrumentos de grande importância para este tipo de *encaixe*, que tem declinado em função das novas conformações mundiais na era da globalização.

De qualquer modo, todas essas formas de reencaixe apontam em última análise para formas particulares de desencaixe impulsionadas sobretudo pelo desenvolvimento do mercado e do estado moderno e

⁵⁶ *Ibid.*, p.24.

⁵⁷ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. Op. cit., p.105-106.

⁵⁸ DOMINGUES, José Mauricio. Op. cit., p.25.

pelo modo pelo qual o indivíduo foi modernamente pensado. [...] Estes mecanismos de desencaixe provocam sentimentos de perda e desorientação, estando também nas raízes das privações materiais, riscos e situações de extrema fragilidade, em particular no caso das classes populares. Instituições como o trabalho assalariado e a cidadania consistem, por outro lado, em mecanismos que ampliam, em princípio, a liberdade de indivíduos e coletividades, antes sujeitos a relações opressivas de controle social pela comunidade ou por classes dominantes⁵⁹.

Como vimos, a problemática da cultura brasileira encontra-se intimamente ligada ao problema da cultura popular e do Estado. Da cultura popular, trataremos *a posteriori*. No momento, é importante retomarmos o processo histórico brasileiro, quando da implementação do projeto neoliberal.

A característica básica do capitalismo é o dinamismo tecnológico, que ocasiona periodicamente transformações revolucionárias dos processos de trabalho, da organização da produção e das normas de consumo. Um modo de produção que se gera mudanças tão amplas quase continuamente não pode deixar de ser flexível no plano institucional. O capitalismo superou crises que pareciam ser "finais" exatamente porque sempre encontrou um novo tipo de regulação de sua dinâmica, que permitiu seu ressurgimento⁶⁰.

Em seu livro *Um Outro Território*⁶¹, Ortiz trata da problemática da cultura brasileira no contexto de uma sociedade moderna e industrial. Com isso, pretendia apreender, a partir dos meios de comunicação e das indústrias culturais, um conjunto de mudanças ocorridas desde a década de 40 até os anos 80, trabalhando com as categorias *nacional-popular* e *internacional-popular*.

Sua análise parte principalmente de duas questões:

⁵⁹ *Ibid.*, p.25-26.

⁶⁰ SINGER, Paul. *Op. cit.*, p.85.

⁶¹ ORTIZ, Renato. *Um Outro Território*, São Paulo, Olho D'água, 1999.

- 1) a questão nacional – tradicionalmente discutida no Brasil e na América Latina, há mais de um século. No caso brasileiro, passa por uma profunda revisão conceitual;
- 2) o processo de modernização brasileira no período pós-64, que considera como a segunda revolução industrial, cuja origem se encontrava na política industrial dos anos 50 e se consolidou com o golpe militar (capitalismo tardio).

Para o autor⁶², a concretude da modernidade brasileira se estabelece através da reorganização do parque industrial, da urbanização metropolitana, do surgimento de um mercado nacional integrado e da consolidação de uma sociedade de consumo.

Essa modernidade, desigual e regionalmente assimétrica [...] tinha implicações diretas no mundo da cultura e em agências produtoras de bens culturais articuladas diretamente com o mercado consumidor⁶³.

Desta forma, conforme Ortiz, tradição e modernidade na América Latina nunca foram processos auto-excludentes, mas sempre operaram no contexto de modernização da sociedade. Em função disso, o autor passa a considerar *tradição* como algo que também é moderno e que se expressa através da sua incorporação ao cotidiano e aos hábitos e costumes. "... Fui levado a considerar a ruptura no fluxo das continuidades [...]"⁶⁴.

⁶² *Ibid.*, p. 9.

⁶³ *Ibid.*, p. 9.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 11.

Isso porque, conforme explica Ruben George Oliven⁶⁵, a Nação é um produto cultural que surge a partir do século XVIII e que se constitui em uma comunidade política imaginada. O Estado-Nação, por sua vez, procura delimitar e zelar pelas fronteiras geopolíticas e se empenha em demarcar suas fronteiras culturais, estabelecendo o que faz e o que não faz parte da Nação. Temos, assim, um fenômeno que é essencialmente político em sua definição, e que se caracteriza também por desigualdades sociais, mas que se articula, mobilizando sentimentos coletivos, veiculando identidades e ideologias associadas a memórias sociais. Nesse sentido, passamos do campo político e econômico para o campo da cultura, no qual a dimensão simbólica desempenha um papel preponderante.

Assim, o regionalismo pode ser encarado como um campo de disputas no qual grupos com diferentes posições e interesses se enfrentam. Por outro lado, a memória coletiva está ligada a um grupo relativamente restrito e portador de uma tradição. Já a memória nacional refere-se a uma entidade mais ampla e genérica, aproximando-se da ideologia e, por conseguinte, estendendo-se à sociedade como um todo e definindo-se como universal. Para Ortiz⁶⁶, a memória coletiva dos grupos populares é particularizada, ao passo que a memória nacional é universal. Por isso, o nacional não pode se constituir como prolongamento dos valores populares, mas sim como um discurso de segunda ordem.

A evocação da tradição, entendida como um conjunto de orientações valorativas, consagradas pelo passado, manifesta-se freqüentemente em

⁶⁵ OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação*. São Paulo: Vozes, 1992.

⁶⁶ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. Op. cit., p.137

processos de mudança social. Portanto, Nação e tradição são recortes da realidade, categorias para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, formas de marcar fronteiras e estabelecer limites. Funcionam como pontos de referência básicos em torno dos quais se aglutinam as identidades que, por sua vez, são construções sociais formuladas a partir das diferenças reais ou inventadas, que operam como sinais que conferem uma marca de distinção. Embora sejam ábstratas, as identidades, enquanto propriedades simbólicas, precisam ser moldadas a partir das vivências cotidianas.

Na verdade, Ortiz afirma que o Estado-Nação não desaparece com a consolidação do processo de globalização. A globalização é uma tendência, um processo que se articula em função das forças históricas existentes num contexto mais amplo.

A mundialização da cultura tem, a meu ver, conseqüências distintas e com sinais invertidos. Por outro lado, ela abre horizontes, gerando um conjunto de referências e de signos, sobretudo no âmbito da sociedade de consumo, o que permite aos indivíduos construir suas identidades dentro de novos parâmetros. Pode-se assim falar no advento de identidades mundializadas. Por outro, mina a legitimidade das tradições, como é o caso das culturas nacionais e de certas culturas populares. Todo o problema consiste em conhecer as articulações entre essas identidades, em interação e conflito⁶⁷.

Segundo a teoria desenvolvida por Renato Ortiz, dois aspectos chamam a atenção. Primeiro, o processo de globalização redefine não apenas o quadro das forças existentes, como questiona o lugar do *fazer política*. Segundo, no contexto atual, o tema da cidadania já não mais se restringe à esfera da política; ele é atravessado pelas implicações de uma sociedade de consumo. Isso tem conseqüências diretas no próprio entendimento de valores como "... democracia,

⁶⁷ ORTIZ, Renato. *Um Outro Território*. Op. cit., p.13.

liberdade e igualdade: Pensar a globalização das sociedades é afirmar a existência de processos que envolvem os grupos, as classes sociais, as nações e os indivíduos [...]”⁶⁸.

Para o autor, este é, na verdade, um movimento totalizante, cujas raízes históricas se encontram na expansão do capitalismo, dos séculos XV ao XVIII, no advento das sociedades industriais e na modernidade do século XIX. É o que Ortiz classifica como um *processo civilizatório*⁶⁹ que, no final do século XX, cristaliza-se através de fenômenos econômicos, políticos e culturais, transcendendo as nações e os povos através da globalização da sociedade e da mundialização da cultura.

A sociedade contemporânea, para Ortiz⁷⁰, corresponde a uma nova configuração da formação social que certamente possui suas raízes históricas, mas que hoje se consolida em outros níveis.

O autor propõe que pensemos, então, a globalização de duas maneiras⁷¹:

- 1) a partir de fenômenos que nos cercam, como decorrentes de relações internacionais ou intercivilizatórias, pressupondo a existência de nações autônomas interagindo entre si. A dinâmica global derivaria do movimento das partes e cada uma delas, em sua inteireza, atuaria no contexto mundial. Em cada uma delas existiria

⁶⁸ Ibid., p.17.

⁶⁹ O conceito de *processo civilizatório* de Ortiz se assemelha àquele utilizado por Boaventura de Souza Santos, que o classifica como sendo um processo de estabelecimento de normativas advindas de um Estado que pretende reestruturar os padrões socioeconômicos na busca de um patamar mais elevado, considerado moderno, pelas classes dominantes (SANTOS, 1995, p.23). Ortiz também baseia o conceito de *processo civilizatório* na obra *O Processo Civilizatório: Etapas da evolução sociocultural* de Darcy Ribeiro, de 1999.

⁷⁰ ORTIZ, Renato. *Um Outro Território*. Op. cit., p. 17.

⁷¹ Ibid., p.18-19.

um centro como elemento propulsor do movimento da expansão e o mundo seria, assim, um cruzamento das diversas interações transnacionais, as quais, de forma diferenciada, incidiriam sobre as colônias ou países periféricos. As relações de contato entre essa *periferia* e o *centro* se fariam, portanto, de acordo com as normas de dominação elaboradas pelos países ou impérios colonizadores. Existiria, pois, uma clara diferença entre o *centro* e a *periferia*, o *dentro* e o *fora*, segundo o que os limites da dominação encontravam-se nitidamente delineados. Seria também possível pensarmos a expansão da cultura em termos semelhantes. O mundo seria assim formado por um conjunto de civilizações *interatuando* entre si. A argumentação preserva a independência das culturas e cada uma delas giraria em torno de seu próprio eixo, difundindo seus traços para fora de seu território de origem;

- 2) a partir da idéia de que a *sociedade global* é uma totalidade que penetra ou atravessa as diversas formações sociais existentes no planeta, afirma-se a especificidade de uma *mega-sociedade*, isto é, um conjunto articulado de relações sociais planetárias. As relações sociais deixam de ser vistas como *inter* (nacionais, civilizatórias ou culturais), para se constituírem como *intra*, isto é, estruturais ao movimento de globalização. Os limites *dentro/fora*, *centro/periferia* tornam-se, então, insuficientes para a compreensão dessa nova consideração social. Há uma certa diluição de fronteiras, fazendo com que as especificações nacionais e culturais sejam, de maneira diferenciada, atravessadas pela modernidade-mundo. Neste sentido,

todos fazemos parte de um mesmo processo, que é a base material e espiritual de nosso cotidiano.

Para o autor⁷², a sociedade moderna é a nação industrial, que confina a modernidade aos limites do Estado-nação, classes sociais, Estados, território, cultura e identidades, categorias que considera atualmente abstratas e que se aplicam apenas às realidades nacionais. Ortiz defende a modernidade-mundo como um processo que rompe estas fronteiras e estabelece um mundo desterritorializado. "... A modernidade-mundo se realiza através da diversidade. Como modernidade, ela privilegia a individualização das relações sociais, a autonomia, a afirmação de aspectos específicos [...]"⁷³. Desta forma, para o autor⁷⁴, a modernidade é constituída por um conjunto no qual o todo se expressa na individualidade das partes.

Diversidade e semelhança caminham juntas, expressando a matriz da modernidade-mundo em escala ampliada. O antropólogo esclarece que poderíamos classificar o capitalismo como um tipo de economia mundial, operado por um sistema técnico específico. Mas, não dá para dizer a mesma coisa a respeito da globalização (economia/tecnologia) e da mundialização (cultura).

Ortiz afirma que a mundialização da cultura se realiza em dois níveis⁷⁵:

⁷² Ibid., p.20.

⁷³ Ibid., p.21.

⁷⁴ Ibid., p.23.

⁷⁵ Ibid., p.24.

- 1) ela é a expressão do processo de globalização das sociedades, enraizando-se num tipo determinado de organização social, de que a modernidade é sua base material;
- 2) ela é uma concepção de mundo, um universo simbólico que deve coabitar com outras formas de entendimento.

Portanto, a cultura mundializada também é considerada por Ortiz um padrão civilizatório. O autor diz que, como mundialidade, ela engloba todos os lugares do planeta. Mas, como sua materialização pressupõe a presença de uma organização social, sua manifestação é desigual.

Ortiz⁷⁶ enfatiza que a quebra de fronteiras e a revolução tecnológica, envolvendo organizações empresariais, meios de comunicação, lugares de trabalho, contatos individuais e coletivos (aldeia global) propõem um novo olhar da relação com o outro, em função também da desterritorialização das culturas, fenômeno que surge com a modernidade. Os diversos grupos sociais partilham de um imaginário coletivo comum, composto por vários signos sociais, mas a distância deixou de ser uma variável administrada racionalmente pelas instituições sociais.

Desta forma, a modernidade-mundo não significa apenas desterritorialização. Este é o primeiro passo para a sua existência. Para existir enquanto tal, precisa que seus objetos se reterritorializem. "... Uma cultura mundializada só faz sentido quando enraizada em nossos hábitos mais prosaicos.

⁷⁶ Ibid., p.39

Ela necessita localizar-se neste ou naquele lugar, realizar-se desta ou daquela forma [...]”⁷⁷.

Podemos dizer, então, que somos cidadãos mundiais porque o mundo penetrou em nosso cotidiano, através da consolidação das indústrias culturais, que criaram matrizes populares recicladas pela chamada cultura de massa. A compreensão do que seria cultura popular, assim, modifica-se em função das indústrias culturais que deslocam a centralidade que as culturas populares detinham nas sociedades passadas, uma vez que a parte já não é mais uma unidade autônoma em relação ao todo, mas, sim, *atravessada* pelo todo.

Esse movimento torna-se mais complexo com a globalização e a desterritorialização, já que a cultura popular passa a abranger um conjunto de práticas desenraizadas, cuja presença está simultaneamente nos diferentes recantos da sociedade global. Isso significa dizer que a cultura popular sofre um descentramento no início do século XXI.

Em função disso, *espaço* e *territorialidade* tornam-se duas categorias que se articulam na contemporaneidade e que pertencem a um determinado tipo de civilização. E mantém uma relação estreita com a materialidade do mundo⁷⁸. Podemos então dizer que o substrato econômico e tecnológico do *capitalismo flexível* é a condição necessária para a consolidação do processo de globalização.

⁷⁷ *Ibid.*, p.42.

⁷⁸ *Ibid.*, p.57.

Para Ortiz, o *espaço* é um conjunto de planos atravessados por processos sociais diferenciados, onde a mundialização da cultura pode ser definida como *transversalidade*. A primeira implicação da idéia de *transversalidade* é a constituição de *territorialidades desvinculadas do meio físico*. A idéia de *transversalidade* permite ainda pensar a *centralidade* e o *enraizamento* como outras duas categorias em desuso. Principalmente porque a modernidade é a primeira civilização que faz da *desterritorialização* o seu princípio, privilegiando a *des-localização* das relações sociais, o que, aliás, é uma das características deste novo contexto.

Como conseqüência desta modernidade-mundo, há que se pensar no novo paradigma constitutivo das identidades.

Ortiz faz uma análise do termo *identidade* a partir da antropologia e da escola culturalista norte-americana, que seguem as três categorias tradicionais – centralidade, territorialidade e integração – para definir o termo.

Também com o objetivo de definir *cultura*, Ortiz segue o mesmo referencial teórico e chega à conclusão de que, em função da nova conjuntura, *identidade* pode, hoje, ser entendida como uma construção simbólica, produto da história dos homens, que está sempre em concorrência e conflito, precisando, portanto, ser constantemente reestruturada.

Ortiz esclarece a questão, dizendo que a nação se realiza historicamente através da modernidade, e que a idéia de *nação* implica um ideário totalizante por parte dos indivíduos a respeito de sua territorialidade, ao contrário do que propõe

a modernidade, que se fundamenta nas individualidades. Portanto, a identidade nacional está em descompasso com seu próprio movimento, por ser o resultado de um duplo movimento – *desterritorialização e reterritorialização*.

Podemos, portanto, entender *nação* como um espaço geográfico no interior do qual se realizam aspirações políticas e projetos pessoais e que se constitui enquanto tal para acomodar os interesses de grupos diversificados. A *nação* é uma instituição legitimada pela sociedade industrial. Do mesmo modo, Estado-Nação, também característico da sociedade industrial, não é apenas uma entidade político-administrativa, mas uma instância de produção de sentido que busca equacionar os conflitos existentes na nação, através de orientações alternativas, constituindo assim a identidade nacional hegemônica⁷⁹. A *nação*, portanto, é, na verdade, a orientadora das práticas sociais.

Assim, conforme Ortiz⁸⁰, a modernidade-mundo, que disponibiliza este catálogo de referentes novos e antigos (como, por exemplo, a etnicidade, o local, o regional), é, na verdade, a engrenagem que põe em andamento a mundialização da cultura. Os diferentes grupos sociais se apropriam destes referentes para a construção de sua identidade coletiva. Mas, como o processo de formação da sociedade global é um processo desigual, estas identidades acabam também sendo diferentes e desiguais, uma vez que as instâncias que as constroem pertencem a distintas posições de poder e de legitimidade.

Enquanto Renato Ortiz classifica o processo de globalização como um processo civilizatório que impõe ao planeta uma mundialização da cultura através

⁷⁹ Ibid., p.86-87.

⁸⁰ Ibid., p.93.

da sua desterritorialização, ao mesmo tempo em que dissemina a concentração de renda e a padronização econômica no mercado global, organizando o que ele chama de *sociedade global*, o sociólogo alemão Ulrich Beck⁸¹ vê este mesmo processo como específico do campo político (e não do campo econômico), uma vez que permite ao empresariado e suas associações a reconquista e o pleno domínio do poder de negociação que havia sido domesticado pelo Estado capitalista.

Beck trata de definir as categorias essenciais para a compreensão deste processo. Para ele,

- 1) *globalismo* é a concepção de que o mercado mundial se auto-substitui, isto é, põe em prática uma ação política própria da ideologia neoliberal que elimina a diferença entre economia e política, já que este mercado é subordinador;
- 2) *globalidade* significa a sociedade mundial, isto é, o conjunto das relações mundiais que não estão mais subjugadas pelas políticas do Estado nacional ou que não são mais determinadas por ele. O autor alemão diz que o termo *mundial*, na expressão *sociedade mundial*, designa a não-integração, de tal forma que se pode compreender diversidade sem unidade;
- 3) por fim, *globalização* significa o conjunto de processos em cujo andamento os Estados Nacionais vêem a sua soberania, a sua identidade, as suas redes de comunicação, as suas possibilidades

⁸¹ BECK, Ulrich. *O que é Globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

de poder e as suas orientações sofrerem interferências de atores transnacionais.

A partir deste conceito de globalidade, pode-se caracterizar o conceito de globalização como um processo (dialético) que produz as conexões e os espaços transnacionais e sociais, que revalorizam culturas locais e põem em cena terceiras culturas⁸².

O autor propõe, então, que, a partir deste quadro, sejam formulados três parâmetros que considera essenciais para a análise do processo de globalização:

- 1) sua extensão no espaço;
- 2) sua extensão no tempo;
- 3) a densidade (social) das redes de comunicação, das conexões e das imagens icônicas.

É a partir daí que o sociólogo alemão busca a especificidade do processo de globalização existente hoje, uma vez que não podemos considerar a sociedade global como uma *mega-sociedade* que reúne e dissolve todas as sociedades nacionais.

O que há de novo na globalização é a nova vida cotidiana, que ultrapassa as fronteiras nacionais com o auxílio das redes de comunicação interativas e interdependentes, criando uma nova consciência desta transnacionalidade, o que Beck denomina *desterramento* – para Ortiz *desterritorialização* – da comunidade, do trabalho e do capital, propondo uma nova percepção do *outro* transcultural na própria vida e em todas as convicções contraditórias que resultam desta

⁸² *Ibid.*, p.31.

convivência. O que existe hoje é um novo modelo de Estado, onde foram criados novos terrenos de circulação da indústria cultural global.

Neste sentido, Ulrich Beck⁸³ propõe o estabelecimento de dimensões para a análise da globalização. O autor entende que este processo significa a experiência cotidiana da ação sem fronteiras, nas dimensões da economia, da informação, da ecologia, da técnica, dos conflitos transculturais e da sociedade civil, além do acolhimento de algo a um só tempo familiar, mas que não se traduz em um só conceito, por estar, na realidade, estabelecendo outras formas de vida transnacionais.

Por isso, Beck afirma que, para entender o processo de globalização é preciso pensá-lo não só como um processo civilizatório, mas também como um processo político, por redefinir as interpelações entre a sociedade civil e a sociedade política.

Assim como Renato Ortiz, que defende a desterritorialização demandar uma reterritorialização, Ulrich Beck também pensa que a globalização exige conexões e a formação de comunidades transnacionais que trabalhem e convivam dentro de limites geográficos e sociais ao mesmo tempo em que inauguram um novo contexto espaço-temporal. Estas comunidades são, simultaneamente, locais e globais, ou melhor, *glocais*⁸⁴. Isso significa dizer que, no lugar daquelas comunidades associadas a um território surgem, através do

⁸³ *Ibid*.

⁸⁴ De acordo com o Oxford Dictionary of New Words, o termo *glocal* e o substantivo, processo de *glocalização*, foram "... formados pela fusão de global com local [...]" (1991, p.134). Para Robertson, "... a idéia de *glocalização* no seu sentido econômico está intimamente relacionada com o que é chamado, em certos contextos e em termos econômicos mais diretos, de *micromarketing*: comercialização de produtos e serviços de base global ou quase-global em escala local e para mercados específicos cada vez mais diferenciados [...]" (ROBERTSON, Roland. *Globalização: Teoria social e cultura global*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.251).

conflito, novas comunidades que têm vivências comuns manifestas nas proximidades de um mundo sem fronteiras.

Beck classifica este processo dialético⁸⁵ pela criação de duas categorias:

- 1) as *diferenciações exclusivas* – que obedecem à lógica do um-ou-outro, isto é, um mundo como a ordenação e a subordinação de mundos separados, cujas identidades e características são excludentes;
- 2) as *diferenciações inclusivas* – que propõem uma idéia totalmente diversa de ordem, considerando que as fronteiras não surgem por exclusão, mas sim por uma dupla inclusão, isto é, levando em conta a lógica do mundo-e-eu, propondo então um conceito cooperativo de fronteira.

Segundo este raciocínio, é possível entender a questão colocada por Ortiz a respeito dos referentes simbólicos constitutivos da nova identidade nacional mundializada. Podemos, então, fazer o seguinte raciocínio: a partir da idéia da *dupla inclusão* (o mundo e eu), constituída pela indústria cultural global, cria-se uma perspectiva de *mundos possíveis* e de uma autonomia relativa em relação às culturas glocais, uma vez que estas não são atreladas a nenhum tempo ou espaço. Desta forma, o referencial simbólico oferecido pela mídia globalizada trabalha uma proximidade imaginada entre espectadores. Para usar uma frase de Ortiz: "... grupos de classes médias mundializadas podem assim se

⁸⁵ Beck entende a dialética como a distinção genérica entre formas exclusivas e inclusivas de diferenciação (Op. cit., p.99-100).

aproximar, se comunicar entre si. Eles partilham os mesmos gostos, as mesmas inclinações circulando num espaço de expectativas comuns [...]”⁸⁶.

Podemos dizer, seguindo os raciocínios de Ulrich Beck e de Renato Ortiz, que *globalização e localização* não são apenas dois momentos ou duas faces de um mesmo objeto. “... São, simultaneamente, as forças propulsoras e as formas de expressão de uma nova polarização e estratificação da população mundial em ricos globalizados e pobres localizados [...]”⁸⁷.

Percebemos, então, que, a partir do momento em que o *espaço* perde sua qualidade de poder de delimitação para o primeiro mundo (dos proprietários e capacitados), e pode ser facilmente cruzado por diferentes vias reais ou virtuais, o *espaço real* se fecha para o segundo mundo (dos pobres e inúteis estruturais). Desta maneira, a redução do espaço anula o curso temporal, uma vez que os habitantes do primeiro mundo vivem em um eterno presente e os homens do segundo mundo são oprimidos e rebaixados pelo peso do tempo supérfluo e abundante que não conseguem preencher.

Os habitantes do primeiro mundo vivem no tempo, numa hiper-realidade⁸⁸, onde o real e o virtual já não são mais separáveis e onde o espaço não mais significa nada. Os homens do segundo mundo vivem no espaço, mas seu tempo é vazio.

⁸⁶ Apud BECK, Ulrich. *Op. cit.*, p.90.

⁸⁷ *Ibid.*, p.106.

⁸⁸ BAUDRILLARD, Jean. *As Estratégias Fatais*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. Para o autor, *hiper-realidade* é a simulação, isto é, a êxtase do real, onde o real não desaparece em proveito do imaginário, mas sim em proveito do mais real que o real (p.9-10).

Resumindo, os homens da sociedade contemporânea estão presos a um sistema simbólico imposto pela indústria cultural global. Beck propõe, então, com o intuito de esclarecer este novo paradigma, a distinção entre esses dois conceitos de *cultura*⁸⁹:

- 1) Cultura 1 – resultado de processos de aprendizado essencialmente locais, ligados a um território, onde a sociedade ou um grupo social possui cada um a sua própria prática, delimitada em relação às outras;
- 2) Cultura 2 – entende-se a cultura como um conjunto de *softwares* humanos, isto é, multiplicidades sem unidade, não integradas e não delimitadas.

Os dois sentidos são compatíveis porque se articulam [...]. As culturas translocais não são sem localização, mas compreendem um local aberto para seu exterior. Entende a presença do global no local. E a especificidade de um local resulta do fato de que ele está no ponto central de uma *mélange* entre as relações sociais locais e transnacionais⁹⁰.

O sociólogo alemão Ulrich Beck afirma ainda que a distinção entre o sentido de Cultura 1 e o de Cultura 2 também pode ser compreendida enquanto a diferença entre a modernidade e a pós-modernidade, pois é nesta última que surgem regionalismos supranacionais e subnacionais como efeito do processo. Como consequência, a participação individual e coletiva no contexto global é feita através do consumo que o cidadão global identifica como a porta de contato político com o mundo, porta esta aberta pelos meios de comunicação de massa globalizados.

⁸⁹ BECK, Ulrich. Op. cit.

⁹⁰ *Ibid.*, p.125.

Usando-se uma metáfora de Ortiz, que também aparece no pensamento de Beck, a vida dos indivíduos está hoje traçada como uma viagem no tempo e no espaço. Neste contexto, surge o que o autor alemão chamou de *terceiras culturas*, isto é, aquelas que ocorrem a partir da hibridação⁹¹ entre as Cultura 1 e Cultura 2.

Estabelece-se, assim, um novo contrato social em que a reorganização no mundo do trabalho, em função da globalização, trouxe como consequência a possibilidade de se ter cada vez menos emprego e a necessidade de uma produção cada vez maior de bens e serviços. Em contrapartida, a integração sociomaterial dos homens, por meio do trabalho aquisitivo, deixou de ser a única forma de organização social.

1.3 A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO

Neste contexto, portanto, o de um Estado suportado economicamente por uma economia multi e transnacional, atrelado e também suportado por uma mídia ligada economicamente à ideologia política dominante, começa a surgir uma nova identidade nacional, a partir da conformação de fatos repercutidos junto à *opinião pública*, por jornais de grande circulação, bem como pelos demais meios eletrônicos.

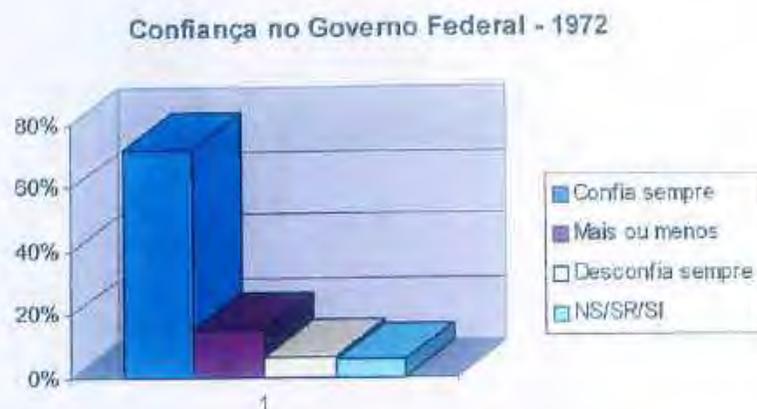
⁹¹ CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2000. O autor entende por *hibridação* o resultado de sedimentação, justaposição e entrecruzamento de tradições, das ações políticas educativas e comunicacionais modernas, uma mestiçagem interclassista construída em uma intersecção de diferentes temporalidades espaço-temporais (p.73).

Conforme alguns teóricos do campo da comunicação, a *opinião pública* pode ser analisada sob dois aspectos: a *opinião latente* (sentimento generalizado em relação a um determinado assunto) e a *opinião dinâmica*⁹² (aparecimento progressivo de uma tomada de posição perante um problema e que mobiliza outras opiniões em uma direção determinada). Para que haja um movimento de mudança entre a opinião latente e a manifesta, é preciso que ocorra uma ruptura no consenso. Esta ruptura pode ser ocasionada por diversos fatores, como a insatisfação popular em relação à atuação das instituições sociais (como o Governo, por exemplo); a emergência de uma corrente de opinião que traduza essa insatisfação (opinião crítica); e a mediação da mídia, quando o fato ou acontecimento ganha *status* de notícia, em função do interesse demonstrado pela audiência.

Acompanhando a construção sócio-histórica do processo evolutivo do ponto de vista socioeconômico no Brasil, a opinião pública – que até os anos 80 estava submersa numa ideologia nacionalista – começa a mudar. Os principais motivos para esta mudança, conforme vimos anteriormente, foram a incapacidade do Governo em manter as metas estabelecidas para o desenvolvimento econômico do país, o que levou a uma insatisfação crescente por parte de um setor social – o setor privado – criando uma situação de conflito. Isso provocou, no mínimo, duas situações: a falta de credibilidade por parte do público no Governo e a possibilidade de surgimento de uma corrente de opinião oposta à da administração. Isto é, uma corrente de opinião que defendia a privatização das empresas e serviços públicos.

⁹² Originalmente, o estudo desse fenômeno se deve ao funcionalismo. Os diferentes modos pelos quais a opinião se torna perceptível foram estudados por Charles Wright, que os classifica enquanto funções manifestas e latentes (LITTLEJOHN, Stephen W. *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. p.322-323).

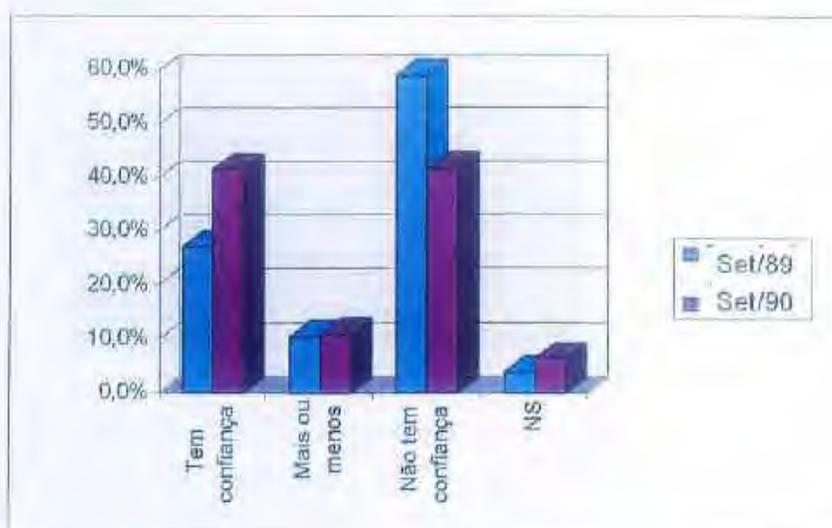
As pesquisas de opinião feitas à época revelam que, em 1972, o índice de rejeição ao Governo Federal era de apenas 5,6%.



Fonte: University of Michigan/IUPERJ in *Opinião Pública*, julho/agosto 93

FIGURA 1 – Gráfico sobre a confiança no Governo Federal – 1972

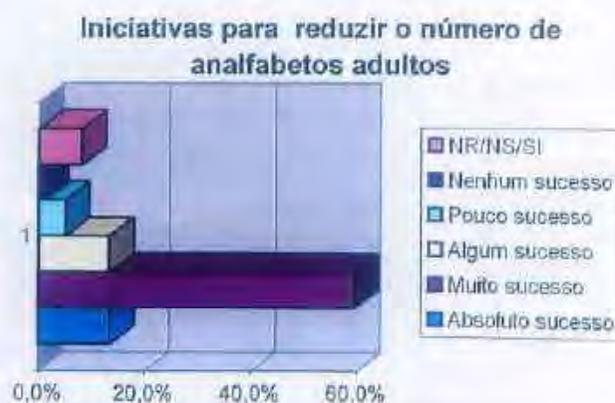
Já em setembro de 1989, um mês antes da primeira eleição por voto direto, depois de 30 anos de ditadura militar, este índice sobe para 59,1%, sofrendo uma leve queda para 41,6% em dezembro do mesmo ano, logo após as eleições do Presidente Fernando Collor de Mello que, conforme vimos anteriormente, foi o precursor do projeto de modernização econômica do Brasil.



Fonte: Datafolha in *Opinião Pública* julho/agosto 93

FIGURA 2 – Gráfico sobre a confiança no Governo Federal – 1989

Ainda em 1972, a University of Michigan/IUPERJ aplicou questionários para identificar o sucesso do governo em alcançar algumas metas sociais estabelecidas à época, nas áreas de educação, saúde e habitação. A pergunta aplicada foi: *Desde 1964, o governo vem tentando realizar uma série de objetivos. O Sr. acha que o governo foi bem sucedido ou não?* Os resultados foram os seguintes:



Fonte: University of Michigan/IUPERJ in *Opinião Pública* julho/agosto 93

FIGURA 3 – Gráfico sobre as iniciativas para reduzir o número de analfabetos adultos



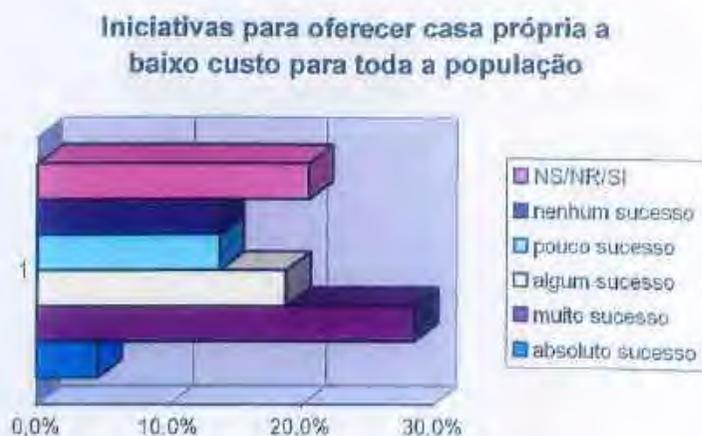
Fonte: University of Michigan/IUPERJ in *Opinião Pública* julho/agosto 93

FIGURA 4 – Gráfico sobre as iniciativas para aumentar o número de vagas nas escolas e universidades



Fonte: University of Michigan/IUPERJ in *Opinião Pública* julho/agosto 93

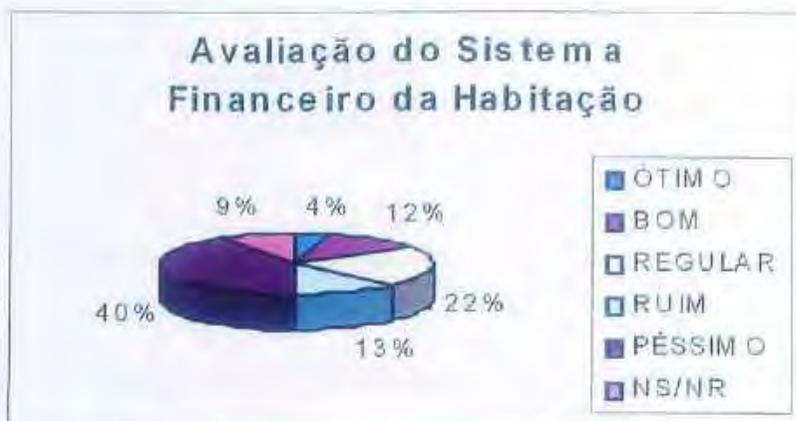
FIGURA 5 – Gráfico sobre as iniciativas para melhorar a assistência médica e previdência social aos trabalhadores



Fonte: University of Michigan/IUPERJ in *Opinião Pública*, julho/agosto 93

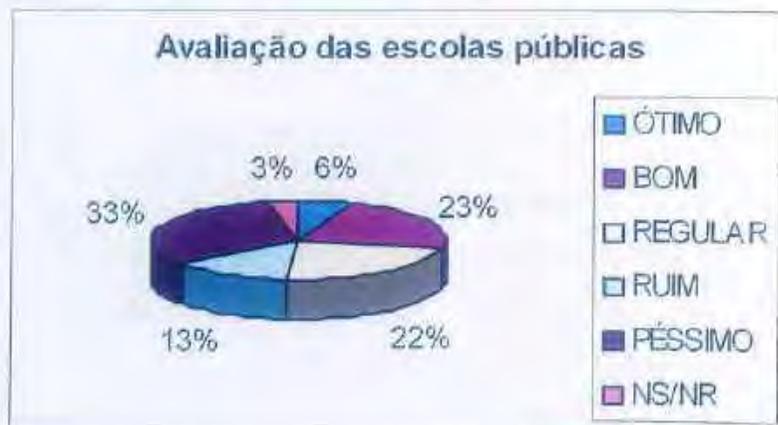
FIGURA 6 – Gráfico sobre as iniciativas para oferecer casa própria a baixo custo para toda a população

Em 1989, estas posições mudaram consideravelmente, conforme demonstra pesquisa feita pela DATAFOLHA.



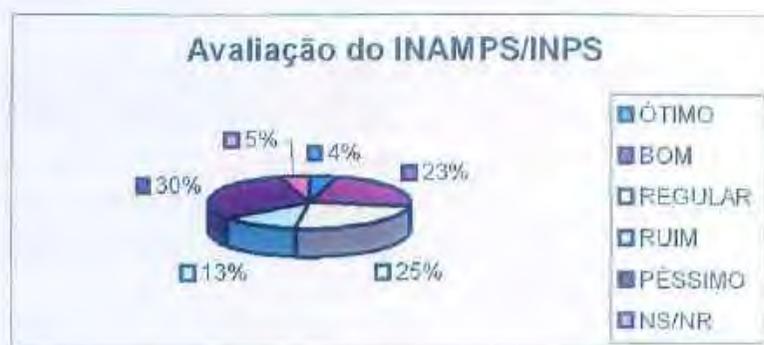
Fonte: DATAFOLHA in *Opinião Pública*, julho/agosto 93

FIGURA 7 – Gráfico sobre a avaliação do sistema financeiro da habitação



Fonte: DATAFOLHA in *Opinião Pública*, julho/agosto 93

FIGURA 8 – Gráfico sobre a avaliação das escolas públicas



Fonte: DATAFOLHA in *Opinião Pública*, julho/agosto 93

FIGURA 9 – Gráfico sobre a avaliação do INAMPS/INPS

Em 1990, ano em que Collor inicia de fato o processo de privatização, o índice de rejeição ao Governo Federal ainda permanece alto: 51,8%.



Fonte: IBOPE in *Opinião Pública*, julho/agosto 1993

FIGURA 10 – Gráfico sobre a confiança no Governo Federal – 1990

Em relação especificamente ao processo de privatização, pesquisas publicadas em 1989 pela DATAFOLHA perguntam o seguinte:

Seria melhor para o Brasil:	Total %
Que o Governo deixe as empresas particulares dirigirem tudo na economia, inclusive serviços básicos, como educação, saúde e habitação	13,9
Que o Governo dirija apenas esses serviços básicos, deixando o resto para empresas particulares	23,9
Que o Governo dirija tudo na economia, os serviços básicos, o comércio exterior, as indústrias pesadas, etc.	41,1
Outras respostas	5,1
NS/SI	13,9
TOTAL	100(2077)

Fonte: Ibope, in *Opinião Pública* – julho/agosto 1993

FIGURA 11 – Quadro sobre o processo de privatização no Brasil – 1989

Uma outra pergunta foi feita pelo IBOPE, ainda em 1989: *Agora, para cada serviço que eu mencionar, diga-me se a responsabilidade principal de prestar este serviço deve ser do Governo ou de empresas particulares?* Os resultados apontam que a maioria dos entrevistados preferiu que os serviços públicos permanecessem sob o comando do Estado. Aquela pesquisa demonstrou que 75,2% preferiram que o ensino universitário permanecesse público, bem como 81,6% optaram pela Previdência oferecida pelo Estado. Também 78,9% gostariam que a assistência médica continuasse pública. Em relação ao transporte, 47,6% achavam que o transporte urbano deveria permanecer nas mãos do Estado e 61% acreditavam que o ferroviário também. Em relação à habitação, 68,8% dos entrevistados queriam que o Estado gerenciasse este serviço.

Estas pesquisas de opinião demonstram que, apesar de existir uma forte insatisfação por parte do povo brasileiro em relação à prestação de serviços pelo Estado e controle da economia, ainda não havia clima de opinião favorável a uma mudança radical na tradição hegemônica do país – uma reforma que reduzisse a ação

do Estado de forma drástica. Isto fica comprovado na última tabulação de dados publicada pelo IBOPE, demonstrada acima.

Pelas pesquisas que utilizamos como exemplos, percebe-se que o sentimento nacionalista era um paradigma extremamente forte e enraizado entre a população, e assim permaneceu até a década de 90 (a privatização dos serviços públicos, por exemplo, como telefonia e eletricidade, só foi consolidar-se a partir de 1994, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o clima de opinião tornou-se favorável a este processo), mesmo que esta reconhecesse a deficiência do Estado em prestar determinados serviços, como nas áreas da educação, saúde e habitação.

Preponderava no Brasil forte tradição nacionalista, desenvolvida a partir do Governo de Getúlio Vargas e consolidada nos governos seguintes, desde então, e em especial durante o governo militar. O debate sobre o tema só começou a avançar em direção à discussão pública quando segmentos sociais – como o empresariado e os consumidores – revelaram-se insatisfeitos com a atuação do Governo. Ele estaria ocupando, de forma ineficiente, alguns setores produtivos, com poder de monopólio, tornando-se um concorrente para a iniciativa privada brasileira. Com este clima de opinião criado, o Brasil entra de fato na era da globalização e vê implementado em território nacional o projeto neoliberal.

Em 1985, em **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**⁹³, Renato Ortiz já defendia a tese de que toda identidade é uma construção simbólica. Seu objetivo: explicar as diferentes maneiras como a identidade nacional e a cultura brasileira são consideradas, levando em conta o contexto socioeconômico de nosso país.

⁹³ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. Op. cit.

Na medida em que o capitalismo atinge novas formas de desenvolvimento, tem-se que novos tipos de organização de cultura são implantados, em particular a partir da década de 60⁹⁴.

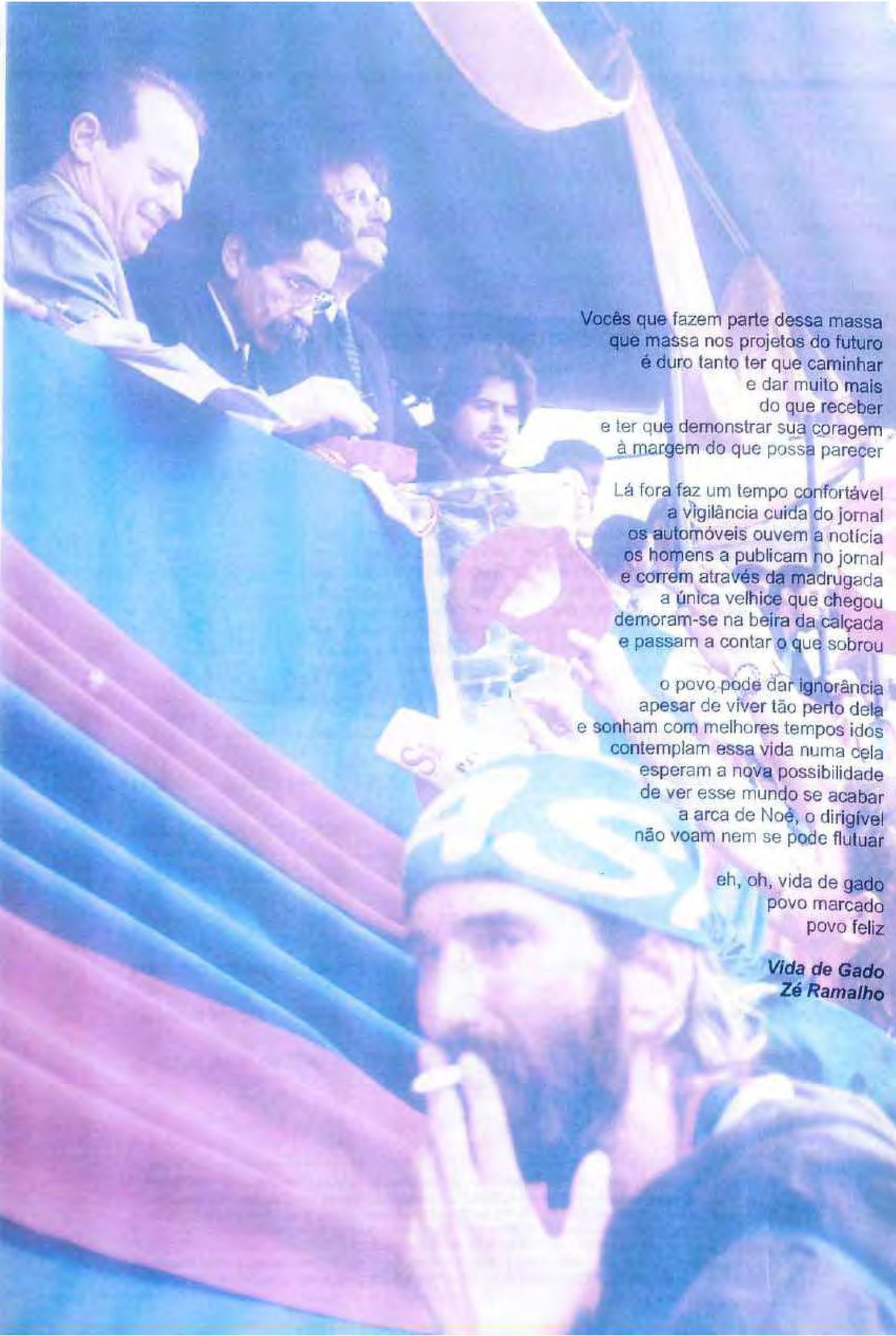
Ortiz acredita que a identidade nacional está profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria construção do Estado brasileiro. O autor estabelece um parâmetro para a sua análise: para entendermos a especificidade da construção da realidade brasileira, precisamos levar em consideração dois elementos imprescindíveis: o nacional e o popular, isto é, a noção de *povo*, ligada à problemática da construção de uma identidade dentro das fronteiras de uma geografia nacional. Portanto, segundo Ortiz⁹⁵, para se pensar como se estrutura a cultura brasileira, é necessário levar-se em consideração a atuação do Estado brasileiro, que é um dos definidores da problemática cultural em nosso país.

Foi com base neste aspecto que nos detivemos em tentar, ainda que brevemente, traçar um panorama da evolução do capitalismo no Brasil, com o intuito de apontar, minimamente, o cenário onde se desenvolverá nossa análise sobre a cultura popular, a comunicação e a cidadania, com o objetivo de entendermos os processos comunicacionais como prática do cotidiano nas populações carentes e a utilização das novas tecnologias de comunicação e informação, como instrumento de sustentabilidade e de pertencimento.

Para tanto, uma pergunta fica no ar: como ficam então as comunidades neste novo contexto social? Como se relacionam? Como se identificam?

⁹⁴ *Ibid.*, p.8.

⁹⁵ *Ibid.*, p.79.



Vocês que fazem parte dessa massa
que massa nos projetos do futuro
é duro tanto ter que caminhar
e dar muito mais
do que receber
e ter que demonstrar sua coragem
à margem do que possa parecer

Lá fora faz um tempo confortável
a vigilância cuida do jornal
os automóveis ouvem a notícia
os homens a publicam no jornal
e correm através da madrugada
a única velhice que chegou
demoram-se na beira da calçada
e passam a contar o que sobrou

o povo pode dar ignorância
apesar de viver tão perto dela
e sonham com melhores tempos idos
contemplam essa vida numa cela
esperam a nova possibilidade
de ver esse mundo se acabar
a arca de Noé, o dirigível
não voam nem se pode flutuar

eh, oh, vida de gado
povo marcado
povo feliz

Vida de Gado
Zé Ramalho

2 COMUNIDADE: UM CONCEITO EM ESTRUTURAÇÃO

A comunidade é o espaço natural em que o homem concreto vive e respira. Qualquer que seja a organização política, econômica e social das áreas nacionais, terá que se acomodar à dimensão cotidiana da vida. E, ainda que hoje se tenham dilatado os horizontes da convivência e, portanto, as possibilidades de expansão e contato dos grupos humanos através de novos meios de comunicação, há sempre um mínimo irredutível de atividades básicas, condicionadas ao espaço e limitadas à distância que um homem pode percorrer de casa para o trabalho, do lar à escola, ao centro de diversões, à igreja ou à fábrica⁹⁶.

O conceito de *comunidade* sempre foi alvo de diversos estudos, como objeto de análise para a compreensão das estruturas organizativas da sociedade civil. Sua definição depende basicamente do ponto de vista no qual os autores se colocam. Alguns destes conceitos levam em consideração a *limitação geográfica*⁹⁷ para definir *comunidade*. Outros autores preferem desenvolver o conceito em função de um objetivo comum relevante, como aqueles que unem as pessoas em torno de fatos mobilizadores gerando movimentos sociais; e outros, ainda, a partir da idéia de *território*⁹⁸.

⁹⁶ FERREIRA, Francisco de Paula. *Teoria Social da Comunidade*. São Paulo: Harder, 1968. p.23.

⁹⁷ Conforme Dorfman, limitação geográfica ou escala geográfica seria considerada aqui como uma porção de espaço sob o controle de um indivíduo ou grupo de indivíduos, delimitado por um conjunto de relações sociais (apud MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos R. *Territórios do Cotidiano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1995, p.100).

⁹⁸ CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zsny. *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. De acordo com os autores, território pode ser percebido como o espaço cotidiano, vivido, que simboliza uma comunidade, até como um recorte geográfico mais amplo e abstrato como o do Estado-nação (p.176-179).

2.1 PROPOSTAS TEÓRICAS

Numa visão estruturalista, compartilhada por alguns sociólogos, a *comunidade* seria um agregado consistentemente organizado de indivíduos que residem numa área ou localidade específica, dotada de autonomia política, mantendo instituições primárias (escolas, igrejas, família, etc.), dentre as quais se reconhecem certos graus de interdependência, incluindo aí os povoados, vilas e cidades⁹⁹.

Já a partir de um ponto de vista funcionalista, a *comunidade* seria um processo de interação social que dá lugar a uma atitude e a uma prática de interdependência, cooperação, colaboração e unificação – isto é, socialização. O processo de interação social pode ser entendido como um conjunto de processos estabelecidos através de relações mútuas entre os indivíduos e os grupos, onde prevalecem a competição e o conflito além da cooperação¹⁰⁰.

Conforme o pesquisador Francisco de Paula Ferreira¹⁰¹, os dois conceitos se complementam se analisarmos a comunidade a partir de um olhar impregnado pela lógica do controle social. Neste caso, a *comunidade* é um aglomerado de seres humanos, individualmente vivendo dentro de numerosos tipos de grupos. O nível de experiência comunitária depende da qualidade de interação social que caracteriza cada um destes grupos e de suas conseqüentes inter-relações.

⁹⁹ FERREIRA, Francisco de Paula. Op. cit., p.32.

¹⁰⁰ Ibid., p.35

¹⁰¹ Ibid.

Neste emaranhado de definições, dois teóricos se destacam no estudo sociológico de comunidade: o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies e o norte-americano R.M. Mclver.

2.1.1 Os conceitos de *sociedade* e *comunidade* segundo Tönnies

A teoria de Tönnies¹⁰², desenvolvida em meados do século XIX, analisa o problema geral da direção do desenvolvimento social e de seus efeitos sobre a integração social, identificando uma certa uniformidade de padrões em diversos fatos, o que conduz à idéia de que o desenvolvimento social se explica por um movimento oblido através de uma organização, em que o controle é exercido por associações originadas em laços sentimentais, consangüíneos ou de interesses. Tönnies acreditava que o nível de organização de uma *comunidade* está diretamente ligado ao desenvolvimento socioeconômico de uma *sociedade*.

Sua teoria está fundamentada na psicologia humana, uma vez que as duas categorias sociais, *sociedade* e *comunidade*, com as quais trabalha, estão alicerçadas nas relações sociais e essas se resolvem nas vontades humanas. Assim, para Tönnies, a associação pode ser compreendida como uma vida real e orgânica, ou seja, a essência da *comunidade*, e se refere a um agregado de pessoas cujas relações são íntimas e primárias, entre as quais o controle social se baseia no que chama de *folkways* – costumes populares mais elementares que definem como o indivíduo se comportará em relação ao outro na vida cotidiana.

¹⁰² TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losada, 1947.

São as ações que tomam forma nas intercomunicações, que também são estipuladas pelo que o autor chama de *mores* – ou costumes sociais que, por consenso geral, consideram-se favoráveis à boa ordem social.

Assim, Tönnies afirma que, se há oposição entre *comunidade* e *sociedade*, também há confronto entre as *relações societárias* e as *relações comunitárias*.

As *relações comunitárias* são, para Tönnies, características da comunidade rural e têm sua ênfase no parentesco, na amizade e na familiaridade prolongada (hereditariedade). O autor conceitua *relações societárias* como aquelas próprias da comunidade urbana e metropolitana, onde os contratos sociais se baseiam nos princípios de uma sociedade impessoal. Para Tönnies, no meio urbano também existem relações de caráter comunitário entre as classes *obreiras*, onde os contatos secundários são limitados.

Portanto, para Tönnies, a *comunidade* se origina na mais completa unidade de vontades humanas, de um estado primitivo e natural, institutivo, que, apesar de sua separação empírica, caracteriza-se conforme a natureza das relações necessárias. A origem destas relações seria de natureza biológica.

Desta forma, Tönnies faz a seguinte analogia: liga as relações de sangue à *comunidade de lugar*, por sua vez, a *comunidade de sangue* estabelece relações de participação comum a este lugar. Esta seria, pois, a *comunidade de espírito*, uma vez que esses lugares comuns seriam lugares sagrados ou divindades adoradas. E, por último, à *comunidade de lugar* também estaria ligada

à relação de *pertencimento*, através da posse do solo. Estes três níveis organizativos, para o autor, se relacionam estreitamente no tempo e no espaço.

Seguindo o pensamento do autor, poderíamos, então, dizer que, onde quer que existam homens que dependam uns dos outros, por suas vontades, e se aprovelem reciprocamente, haverá *comunidade*. Esta *comunidade* poderá, então, ser de parentesco, vizinhança ou amizade. O *parentesco* tem a residência como lugar e corpo; a *vizinhança* é o caráter geral da vida comum da aldeia onde a proximidade das casas, o limite das terras, etc. determinam numerosos contatos entre os homens; a *amizade* se distingue das duas formas anteriores, pela identidade das condições de trabalho e das maneiras de pensar que delas se originam. Portanto, para Tönnies, a base da *comunidade* é a família, isto é, a *comunidade* surge da vontade orgânica, princípio da unidade da vida. É do compartilhamento de sentimentos comuns e associados, enquanto vontade própria da *comunidade* e da compreensão do viver em comum, que surge o consenso (ou *consensus*), que depende de uma *estrutura* e uma *dinâmica*.

Conforme explica Francisco de Paula Ferreira¹⁰³, a palavra *estrutura* vem do latim *structura*, do verbo *structurare*, que significa *conduzir*, e tem pelo menos três significados correntes: um conjunto, as partes deste conjunto e as relações dessas partes entre si.

Para Ferdinand Tönnies, a definição de *estrutura* pode ser feita em dois níveis: aquele de *caráter comunitário* e aquele de *caráter societário*. Max Weber acrescentaria a esta definição as estruturas de castas, ordens e classes sociais.

¹⁰³ FERREIRA, Francisco de Paula. Op. cit., p.51.

Na mesma época, Karl Marx introduziu novas expressões como *macro* e *micro estrutura*, e *infra* e *super estrutura* e, como sua antítese, os processos de *desestruturação* e *reestruturação*. No que diz respeito à evolução histórica do termo, *estrutura* passa a ser confundida com os fenômenos sociais e até mesmo com as formas de sociabilidade.

Já a *sociedade* é pública e passageira. Tönnies acredita que *sociedade* é apenas um grupo de homens que, vivendo e permanecendo uns ao lado de outros, não são ligados organicamente, mas organicamente separados. O autor define como *sociedade* um agregado, a soma de indivíduos cujas vontades e domínios residem em associações numerosas, permanecendo, entretanto, independentes uns dos outros e sem ação interior recíproca, fruto da vontade arbitrária, que considera qualquer unidade artificial, isto é, que atende a um objetivo transitório.

Assim, podemos entender por que toda a análise de Tönnies se baseia em torno da diferença entre *comunidade rural* e *sociedade urbana*. Seguindo seu raciocínio, podemos dizer que *comunidade rural* é um agrupamento humano, localizado em área determinada, vinculado pelos mesmos interesses, problemas, costumes, etc., cuja vida está condicionada pelas atividades rurais, cujos elementos constitutivos essenciais são a sua localização em zona rural e práticas ligadas à agricultura e à pecuária. Já aquelas consideradas como *sociedades urbanas* estão próximas ao centro de concentração de comércio, isto é, centro de concentração de renda, cuja vida está condicionada pelas atividades de comércio e indústria, cujos elementos constitutivos essenciais são a sua localização em área urbana e atividades ligadas ao mercado.

2.1.2 O conceito de comunidade segundo McIver

O psicólogo norte-americano R. M. McIver elabora sua teoria a respeito das comunidades a partir da premissa de que estas consistem em um círculo de pessoas que vivem juntas, que permanecem juntas e que buscam um conjunto de interesses suficientemente amplo e completo, de modo que estes perpassem suas vidas cotidianas. Isto significa dizer que McIver vê a comunidade como uma área de vida comum. O teórico estabelece, no entanto, uma distinção entre *comunidade* e *associação*¹⁰⁴. Para ele, a *comunidade* é uma organização de seres sociais que têm como objetivo os interesses comuns. É um viver comum integral. Já a *associação* é uma organização da vida social definitivamente estabelecida, de forma a atender regras que garantam a consecução de um ou vários interesses de caráter comum, porém considerado maior que aqueles apresentados em uma comunidade. É uma vida comum, porém parcial, já que neste nível o indivíduo pertence a um todo.

Para McIver, os homens formam comunidades pela vontade de relações mútuas, mas o fazem em razão de interesses e, mais que isto, em função de propósitos e fins próprios, individuais. McIver acrescenta que, dentre os interesses, alguns são permanentes, outros mudam ou desaparecem, mas à medida que se tornam mais fortes ou mais fracos, transformam as associações a que deram origem. Para este autor, os interesses podem ser divididos em *semelhantes*, *comuns*, *secundário-comuns* ou *primários-comuns*.

¹⁰⁴ McIVER, R. M. *Comunidad*. Biblioteca Sociológica. Buenos Aires: Losada, 1944.

Ele também utiliza outro critério para definir os interesses, a partir do ponto de vista do indivíduo, que pode ser *discreto* ou *complementar*.

O autor monta um quadro complexo de níveis e distinções entre os interesses que formatam o que entende por *comunidade*, em relação à *sociedade*, baseando toda sua teoria na inter-relação dos níveis deste quadro.

Para McIver, o tipo mais completo de comunidade é a Nação que, na sua visão, tem uma expressão livre, portanto, constitui um Estado autônomo. Diante deste referencial, podemos encontrar as comunidades menores, como o governo local, cidades ou distritos. O autor defende a idéia de que o Estado e suas subdivisões são associações ou formas organizadas da sociedade. Sendo assim, o Estado seria a associação máxima, por representar, de maneira exclusivamente política, os interesses comuns de uma determinada comunidade. Esta seria, então, uma *associação de primeiro tipo*.

A *associação de segundo tipo* seria o que McIver chama de classe social e as *associações de terceiro tipo* seriam aquelas voltadas aos interesses específicos de uma comunidade, ou a própria comunidade.

Francisco de Paula Ferreira apresenta algumas críticas a este conceito. Ele acredita que a *comunidade* envolve a população como organização social em um *território* comum. Esta organização social seria a totalidade de seres humanos e suas atividades, conscientes ou inconscientes, suas idéias e suas instituições, interagindo constantemente numa relação complexa. O autor brasileiro afirma que, no entanto, a base de coerência de uma comunidade é o espaço

reconhecido como pertencente a um dado grupo. Este *habitat* comum é o principal fator de unidade do grupo. Por outro lado, somente o espaço não é o bastante para se criar uma *comunidade*.

2.1.3 Outras elaborações teóricas a respeito do conceito de comunidade

Outro teórico nos acode em meio a esta discussão, procurando elucidar as dúvidas a respeito do conceito de *comunidade*. É J. Maritain¹⁰⁵, que introduz o conceito de *sociedade* como variável para entendermos o de *comunidade*. Para esse autor, tanto a *comunidade* como a *sociedade* são *realidades ético-sociais*, verdadeiramente humanas, e não apenas *realidades biológicas* – a *comunidade* seria uma obra da natureza e a *sociedade*, uma obra da razão. Maritain acredita ser a *comunidade* um produto do instinto de hereditariedade, em certas circunstâncias e condições históricas, enquanto a *sociedade* se explica como produto da razão e da força moral. Então, seguindo este raciocínio, uma *sociedade* sempre gera uma *comunidade*, mas nunca o contrário.

Contraopondo esta perspectiva, através da *micro-sociologia*, Gurvich¹⁰⁶, em 1947, propõe uma outra leitura a respeito da comunidade. Contesta seu contemporâneo, R.M. McIver, afirmando que não é possível identificar uma sociedade global ou grupos particulares apenas através de suas estruturas organizadas. Gurvich defende a idéia de que todo grupo é, acima de tudo, um

¹⁰⁵ MARITAIN, J. *O Homem e o Estado*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

¹⁰⁶ GURVICH, G. *La Sociologie au XX Siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947. 2 v.

fenômeno social completo capaz de manifestar-se na realidade social e representa uma síntese unificadora particular das formas de sociabilidade.

São estes grupos que suportam e engendram as organizações a que se integram. Mas, existe, sem dúvida, um elevado número de grupos não organizados, embora sejam capazes de organização. Portanto, para Gurvich, o ponto central da comunidade são as relações sociais, retomando aqui a idéia de Ferdinand Tönnies.

Para entender estas relações, primeiramente ele propõe a classificação do que chama de *tipos sociais em micro-sociológicos* ou formas de sociabilidade; *grupos e sociedade global*.

Os tipos *micro-sociológicos* seriam os elementos mais simples que compõem a realidade social, em todos os níveis de profundidade, constituídos pelas múltiplas maneiras de serem ligados ao todo ou pelo todo. São formas de sociabilidade que, em graus diferentes de atualidade e de virtualidade, se constroem e se equilibram em cada unidade coletiva real.

Gurvich nega qualquer critério de valor para classificar os *tipos sociais* e propõe um esquema de classificação pluralista das formas de sociabilidade, encarando a comunidade como uma comunhão de formas que se diferenciam segundo o grau de intensidade do *nós*. Para Gurvich, o indivíduo não existe senão por oposição à *sociedade*. A sociedade compreende o *outro*, os *nós* e os *eus* e o reconhecimento desta concorrência é, para este autor, a tomada de consciência. Portanto, para Gurvich, a *comunidade* é a forma de sociabilidade

resultante do equilíbrio entre as forças exercidas pelo conjunto sobre os participantes deste conjunto.

O estudioso acrescenta que *comunidade* é a forma que mais favorece a *sociabilidade organizada* – ou o que o autor chama de *superestruturas organizadas*. Para ele, *sociabilidade organizada* significa aquela que, sob o princípio da dominação, estabelece-se quando não é prevista garantia alguma de que ela possa ser penetrada pela *sociabilidade espontânea* a que se sobrepõe. Portanto, para Gurvich, a *sociabilidade organizada* é administrada pelo princípio da colaboração, quando comporta todas as garantias possíveis de penetração pelas fusões espontâneas subjacentes. Pela teoria gurvichiniana, poderíamos dividir a *sociabilidade*, segundo as suas funções, em *unifuncionais* – aquelas cuja atividade se manifesta numa obra única que se inspiram num só gênero de valores e se exprimem num único fim – e as *multifuncionais* – que são a combinação de diferentes obras inspiradas em diversos gêneros de valores e manifestam-se numa pluralidade de fins. Assim, estas organizações podem servir ao interesse particular, ou geral, e agem intensamente no sentido de atualizar e estabilizar as *comunidades* na *sociedade*.

Gurvich afirma, em sua teoria, que as organizações sociais são apenas um patamar da realidade social, enquanto as estruturas sociais são pluridimensionais e, portanto, toda *comunidade*, assim como toda *sociedade*, caracteriza-se por uma certa estrutura, isto é, por um certo equilíbrio entre os diversos grupos que a integram e entre os diversos níveis de profundidade a eles subjacentes. Portanto, toda estrutura social, quer parcial (de um grupo), ou total (de uma sociedade global), é, na verdade, um equilíbrio precário que se refaz por

um esforço incessantemente renovado, entre uma multiplicidade de hierarquias no seio de um fenômeno social total. Este equilíbrio precário é apenas um aspecto deste fenômeno, e representa o conflito entre hierarquias específicas de camadas sociais, de formas de sociabilidade, de normas sociais, de temporalidades, de modos de divisão de trabalho e de acumulação de capital, de classes e suas organizações, etc.

Para Gurvich, este equilíbrio é sedimentado pelos modelos, sinais, símbolos, papéis sociais, hábitos, valores e idéias, em suma, pelas obras culturais próprias destas estruturas. Se estas são globais, graças a uma civilização inteira que as ultrapasse e das quais participam, motiva-se assim o surgimento de uma *consciência coletiva*, que se movimenta dentro de uma dinâmica capaz de ligar estas estruturas à sociedade em ação. Para Renato Ortiz, conforme vimos no capítulo anterior, estes seriam os referenciais simbólicos que constituiriam a identidade coletiva de uma Nação, através de um fluxo de continuidades.

Seguindo, então, o pensamento de Gurvich, poderíamos dizer que as *estruturas sociais* são um fenômeno muito mais complexo do que as *organizações*. Para este autor, a *estrutura social* é a maneira pela qual se traduzem as estruturas de relações, ou seja, o *status* – designação do lugar que o indivíduo ocupa no seu grupo, consideração que é fruto da opinião pública e definido pelas normas sociais ou outros códigos vigentes. Segundo ainda Gurvich, as *conjunturas sociais* podem oscilar sem afetar as *estruturas sociais*, que aqui desempenham o papel de *Gestalt* – configurações e substitutos postos em marcha, em relevo e concretizados. As *conjunturas sociais* não são idênticas aos *fenômenos sociais totais*, não só porque estes fenômenos contêm elementos não

estruturáveis – como grupos que são produtos das *conjunturas* – mas também porque os *fenômenos sociais totais* são os atos ou a ação que refletem a prática social estabelecida a partir de um contexto histórico-social.

Já a *dinâmica social* se caracteriza pelos impulsos e forças vitais que são a essência das articulações que geram as atividades coletivas dos grupos. Na verdade, os impulsos constituem o *sistema de interesses humanos* implícitos no desempenho de suas funções sociais. Portanto, podemos dizer que a *dinâmica social*, ainda que em muitos momentos não seja mensurável, é a base dos processos sociais que vão caracterizar as mudanças sociais e os movimentos que desencadearam estas mudanças. Os *processos sociais*, por sua vez, são considerados, na sociologia, como unidades orgânicas. Os *processos sociais*, as *formas sociais* e as *normas sociais* apresentam variação, e esta variação, também chamada de *mudança social*, pode ser de caráter permanente ou temporário. Portanto, a *mudança social* é um fenômeno da dinâmica das sociedades, uma transformação ou uma série de transformações da *estrutura social*, que não pode ser confundida com *progresso social*.

Podemos dizer, então, que os elementos da comunidade explicam sua *estrutura*, assim como esta lhes define a *dinâmica* e, ao analisarmos uma *comunidade*, percebemos que há no seu interior grandes forças de desorganização. Na verdade, um processo de desintegração ou ruptura de determinado *princípio organizativo ou funcional*. Mas a *unidade social* se mantém em virtude do poder de coesão da comunidade, que gera as *associações*, relação fundamental que une os indivíduos em *grupos* ou *sociedades*. Estas associações, em suas origens, definem três estágios da vontade comum: a vontade social de

manter a associação, a vontade que se pronuncia sobre a política a adotar, que vai determinar a ação; e o poder administrativo/legislativo, meio pelo qual se realizará a política da associação. Portanto, a organização e o desenvolvimento de uma comunidade deve basear-se no conhecimento de suas condições e recursos por parte dos grupos e indivíduos que a compõem.

Ampliando os horizontes de Gurvich, Fernando Bastos de Ávila¹⁰⁷ enfatiza que o *nós* ainda não pode ser considerado um grupo, por ainda não ter estabelecido uma unidade coletiva, com atitudes homogêneas e uma determinada coesão interna. Desta maneira, se este *nós* é constituído de forma compulsória e estabelece uma relação instável, onde a agregação só se dá mediante um impulso, teremos a *massa*.

Se, ao contrário, este *nós* estabelece um equilíbrio constante nas correlações internas que alcançam a coesão, possibilitando a tomada de atitude estável em função de interesses comuns, então teremos a *comunidade*.

As principais diferenças entre as propostas de McIver e Maritain estão justamente na amplitude do conceito. O primeiro generaliza e liga *comunidade* à *sociedade*. O segundo vê a *comunidade* atrelada à superestrutura da Nação.

Estudando esses teóricos, José Arthur Rios chega a propor uma definição conciliatória. Diz o autor que a *comunidade*

nos parece como um grupo humano vivendo em área geográfica contígua, caracterizado por uma trama de relações e contatos íntimos,

¹⁰⁷ ÁVILA, Fernando Bastos de. *La Inmigración en la América Latina*. Washington, D.C.: Unión Panamericana, 1964, p.123.

possuindo a mesma tradição e os mesmos interesses, mais a consciência da participação em idéias e valores comuns¹⁰⁸.

José Arthur Rios acrescenta que "... comunidade é um conceito funcional, dinâmico, em que os diferentes níveis de relações se encontram em permanente movimento e permuta [...]"¹⁰⁹. Então, esta *inter-relação social* – que Ortiz caracteriza como *cultura* – vai desde o isolamento até as formas mais intensas, positivas ou negativas de organização. Das formas positivas de participação, a principal é a *cooperação*, que tem como resultado o êxito de cada um dos participantes e do grupo. Das formas negativas, temos a *competição* e o *conflito*.

Para Francisco de Paula Ferreira¹¹⁰, a *inter-relação social*, ou *integração social*, é vista como um processo de interação entre os integrantes do grupo que tem como resultado a cooperação recíproca e um maior sentido de identificação do indivíduo para com o grupo.

Francisco de Paula Ferreira, em seus estudos, propõe a classificação das comunidades segundo a sua dinâmica. Assim sendo, teríamos:

- a) *comunidades estacionárias* – aquelas que sofrem de hipertrofia do controle social, isto é, estagnação que aparece nas suas instituições, rotinas de trabalho e padrões socioculturais;
- b) *comunidades conservadoras* – resultado do desequilíbrio entre a influência da tradição e da inovação. São comunidades que resistem fortemente às inovações, principalmente no campo ideológico;

¹⁰⁸ RIOS, José Arthur. *A Educação dos Grupos*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1954. p.33.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p.34.

¹¹⁰ FERREIRA, Francisco de Paula, *Op. cit.*

- c) *comunidades retrógradas* – aquelas que inconscientemente retornam a um estágio anterior. Se este retorno for consciente, poderá haver uma *reação*;
- d) *comunidades decadentes* – a predominância das formas sociais é oposta às cooperativas e existe uma maior desagregação;
- e) *comunidades progressistas* – são aquelas onde a dinâmica traduz o equilíbrio satisfatório entre a tradição e o progresso; onde as formas de cooperação são múltiplas e espontâneas; e onde há uma maior disposição para aceitar o novo. No grupo de *comunidades progressistas* surge um subgrupo que o autor classifica como *comunidades pioneiras* – aquelas que buscam implantar o novo e sua dinâmica social tende a superar as atividades sociais padronizadas.

Outro fator importante levantado por Francisco de Paula Ferreira, em sua tese, é a influência dos transportes e das comunicações no desenvolvimento e na dinâmica social das comunidades.

Portanto, a organização e o desenvolvimento de uma comunidade deve basear-se no conhecimento de suas condições e recursos por parte dos grupos e indivíduos que a compõem.

2.2 O PÚBLICO E O PRIVADO NO CONTEXTO GLOBAL

As comunidades, em meados do século XIX, ainda se caracterizavam pelo local que ocupavam. Pelo menos, foi assim que as pesquisas empíricas, feitas à época, dispunham seus dados para embasar a então conhecida *sociologia urbana*.

Historicamente as cidades ganharam importância no antigo processo de transição para o capitalismo no século XVI. Centros de comércio, as cidades-Estado muito comuns na Itália, à época, foram pioneiras do capitalismo em sua fase de acumulação de capital mercantil. Todavia, àquela época, a população ainda era eminentemente rural.

Conforme Marcella Delle Donne, em *Teoria sobre as Cidades*¹¹¹, a contribuição teórica do século XIX procurava dar conta, numa perspectiva evolucionista, do processo de formação da cidade, centrando sua análise nas instituições sociais da sociedade burguesa. Essa idéia permanece até o momento em que a sociologia passa a usar, como marco teórico, a auto-regulamentação da convivência humana e a constituição de leis autônomas, isto é, uma sociedade civil caracterizada por leis e valores que são o resultado histórico das suas próprias ações.

A migração da população para as cidades, no entanto, acelera-se com o advento da Revolução Industrial e a ascensão do capitalismo industrial, dando à

¹¹¹ DONNE, Marcella Delle. *Teorias sobre as Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

produção, e não mais ao comércio, o *status* de principal fonte de acumulação de capital.

Neste contexto, ainda é comum a separação entre cidade e campo, mas, com a também crescente industrialização do campo, sobretudo com a intensificação da globalização, os limites entre o rural e o urbano tornam-se tênues. Alguns autores chegam a propor uma reintegração do campo e da cidade, em função da transição dos complexos rurais em complexos agro-industriais.

Mas, o que seria *rural*? À primeira vista, a definição parece dada, mas na verdade acaba se tornando um problema complexo. Se partirmos da definição clássica, teríamos que levar em conta vários aspectos da realidade que seriam indicadores do local estudado. Entretanto, podemos dizer que, na literatura clássica, a base desse conceito é a dimensão econômica, uma vez que o rural se classificaria por um determinado tipo de atividade: a agropecuária, por exemplo. Outra diferença que poderia ser apontada neste caso é o tamanho das comunidades, já que estas seriam menores, e sua população mais homogênea, do ponto de vista sociocultural, do que a urbana. Também poderíamos dizer que a interação entre os sujeitos dessas comunidades é mais direta e concreta, e existe uma certa personalidade nas relações, em oposição à impessoalidade que reina nas relações urbanas.

Poderíamos afirmar, então, que a distinção entre o rural e o urbano era, na verdade a expressão do conflito entre duas realidades sociais diferentes: uma, que havia incorporado o capitalismo (urbana), e outra, refratária ao capitalismo e

à técnica (rural). No entanto, estas definições surgem em momentos específicos de processos históricos e dependem da sua estrutura de organização social.

Não é nosso objetivo, neste trabalho, discutir a teoria sociológica urbana ou rural, mas sim levantar alguns aspectos necessários à nossa trajetória de análise. No entanto, faz-se oportuno, neste momento, compreender alguns pressupostos interessantes que norteiam tais teorias, principalmente aquelas que procuram apontar caminhos para a compreensão da formatação do que hoje conhecemos por *ciudades*.

Muitas foram as iniciativas na tentativa de explicar a formação das cidades. Lefévre (1969), por exemplo, definiu a cidade como a projeção da sociedade sobre um dado território. Para Marx (1974), a cidade é um mercado, uma vez que contém a população exigida pelo aparelho produtivo e o exército de reserva que a burguesia requer a fim de comprimir os salários e dispor de um volante de mão-de-obra, o que significa dizer que o desenvolvimento urbano e sua economia, para Marx, significaram um novo padrão de exploração e a cidade é o palco onde surgem estes atores sociais: de um lado, o homem livre para vender sua força de trabalho, e, de outro, uma classe burguesa, disposta a comprar e usar tal força de trabalho. Mas, Max Weber, ao elaborar uma teoria da comunidade urbana, a fim de explicar o agir social, conseguiu, a partir da relação entre a organização espacial e a organização social dos indivíduos, classificar a cidade em três dimensões: 1) densidade – heterogeneidade; 2) função econômica e 3) função político administrativa.

Conforme Donne,

a co-presença de uma multiplicidade de papéis e de posições sociais (estratificação social), o fenômeno das convivências condensadas, que resulta da proximidade das habitações que constituem um agregado compacto e tão amplo que lhe falta aquele específico e pessoal conhecimento recíproco dos habitantes entre si [...], introduzem-nos [...] na dimensão sociológica [...] com a existência própria de uma classe urbana [...], de uma estrutura bem distinta e instituições sociais próprias¹¹².

Assim, precisamos identificar como acontece a formação das cidades, no intuito de entender a atual geografia urbana, suas relações e seus conflitos permeados atualmente pelas novas tecnologias.

Vejamos, então, como se inicia a pesquisa social nos agregados urbanos. Segundo Donne, à antiga cidade, dos séculos XV e XVI, aristocrática, burguesa, artesanal, cujo crescimento era o resultado do crescimento demográfico, sucede, em poucos anos, devido ao grande fluxo de força de trabalho, um grande agregado popular que vê consolidada a estrutura de classes em função da supremacia econômica da burguesia, pelo desenvolvimento do capitalismo e da industrialização. Esse agregado popular acaba por alterar a antiga estratificação social e, portanto, a relação uso-serviços, provocando situações de conflito que ameaçam o equilíbrio do sistema social vigente à época, pelo menos no que diz respeito aos países considerados desenvolvidos.

As condições em que as massas operárias são obrigadas a viver geram situações patogênicas a nível higieno-sanitário e tensões conflituais em nível das relações sociais pelos perigos imediatos e latentes relacionados ao desequilíbrio provocado por uma organização não controlada das convivências condensadas. Os imigrantes afluem e instalam-se ao redor das barreiras urbanas, às portas das cidades e na sua periferia imediata. Mas penetram sobretudo no centro da cidade, habitam em tugúrios mas também em casas de habitação nas quais as pessoas abastadas ocupam os andares inferiores e os operários, os andares superiores¹¹³.

¹¹² Ibid., p.19-20.

¹¹³ Ibid., p.29.

Ainda segundo a autora, mediante a possibilidade de uma revolução, leis são criadas com o intuito de organizar a cidade através da divisão territorial das suas funções e marginalizar a classe operária. Na segunda metade do século XIX, falida a política de não-intervenção do Estado, os poderes públicos orientam-se em direção às reformas sociais.

A investigação sobre a formação das cidades só vai sofrer alterações no início do século XX, com a introdução da teoria ecológica pelos representantes da Escola de Chicago, nos Estados Unidos. Para estes pesquisadores,

a sociedade é constituída por indivíduos separados espacialmente, distribuídos territorialmente e capazes de locomoção independente. Estas relações espaciais dos seres humanos são o resultado da competição e da seleção, e estão num contínuo processo de mudança logo que novos fatores venham a conturbar as relações competitivas ou facilitar a mobilidade¹¹⁴.

Mas, o âmbito da ecologia humana vai para além destas fronteiras, uma vez que R. Parks, seu precursor, era profundo conhecedor de Durkheim e discípulo de Simmel. Por isso, ao lado do princípio de *competição*, Parks utiliza o princípio da *comunicação*, para explicar a pertença do indivíduo ao grupo e a lógica da distribuição do território. Para ele, duas são as variáveis dessas relações: a) a que se desloca entre a cooperação e b) a que se desloca entre o isolamento e o co-envolvimento. A primeira diz respeito ao grau de contraposição entre os grupos; a segunda, ao grau de pertença do indivíduo ao grupo.

Para Parks, conforme relato de Donne¹¹⁵, a relação dialética entre competição e comunicação gera áreas naturais surgidas dos processos naturais

¹¹⁴ Ibid., p.40.

¹¹⁵ Ibid., p.43.

tais como a competição, a dominação, o sentido de pertença, etc. As *áreas naturais* são, então, o produto dos processos de ajustamento e cada uma delas tem uma função própria no contexto urbano. No entanto, o processo de estruturação das cidades norte-americanas contribuiu para diminuir a teoria das áreas naturais, uma vez que estas cresceram em torno de um núcleo, constituído predominantemente por atividades comerciais e industriais dependentes do centro, originalmente um posto de correio ou uma estação ferroviária.

Nesta dinâmica de desenvolvimento, são especificadas as áreas naturais socialmente características, que permitem dar relevo às relações entre aspectos espaciais e estrutura social. Da análise das áreas naturais resulta que a competição em que se origina a distribuição da população tende a selecionar e agrupar os semelhantes. Mas, em que bases se agrupam estes semelhantes? É aqui o momento de se falar em valores em torno dos quais se formam e se diferenciam os grupos sociais. No sistema ecológico humano, a atribuição de valor a determinados recursos é privilégio das classes dominantes, que procuram não só apropriar-se de certos recursos, mas também modificar o seu valor, deslocando o desejo ou a desejabilidade para os recursos que, para estes, são escassos. Também esta é a idéia de Parks, que explica estar esta teoria intrinsecamente ligada ao problema do controle social e à lógica distributiva das áreas naturais e de seus habitantes. Park vai além: para este teórico, isto parte não só da reprodução do consenso produzido pelas instituições sociais, mas também a partir da influência dos meios de comunicação de massa sobre o cidadão.

Não obstante, o efeito mais evidente na revolução operada pela industrialização, nos processos produtivos, foi o movimento da população, no sentido de sua distribuição no território. Na Inglaterra, por exemplo, ainda no século XVIII, a racionalização da agricultura, posterior ao advento do sistema capitalista nos campos, se, por um lado, conduziu à delimitação das terras, por outro, aumentou os produtos alimentares que tiveram influência no primeiro incremento demográfico e forneceram grande quantidade de mão-de-obra à indústria nascente. O mesmo aconteceu em outros países europeus.

Assim, a concentração da população em cidades, em condições precárias, além de desequilibrar a anterior relação uso-serviços, apresentava também problemas relativos a uma organização do trabalho que tinha revolucionado o sistema produtivo anterior.

O fenômeno demográfico que, no século XIX, ocorreu nos países europeus e na América do Norte, pode ser encontrado atualmente em todos os países em vias de desenvolvimento. Uma das abordagens científicas, estruturadas com o intuito de estudar este fenômeno, foi a geografia urbana, que se liga, por um lado, à economia espacial e, por outro, à ecologia. Por esse motivo, não despreza a realidade urbana, caracterizada pela repartição das funções no interior das cidades. Afinal, as funções ativas caracterizam bairros ou partes de aglomerados de acordo com as funções exercidas no conjunto urbano e dependem de movimentos cotidianos da população. Portanto, não há a possibilidade de se separar a noção de cidade de *região de desenvolvimento*.

Cada centro age como se fosse um ponto focal, situado na confluência de vias e correntes de tráfego por meios das quais se liga à área circundante que constitui o seu corpo de associação. A cidade é, pois, inserida num duplo contexto: regional e citadino, visto que a partir da sua conversão se obtém o quadro de uma arquitetura da economia e da sociedade urbana. É na qualidade de eixo de uma série de relações que a cidade define limites locais ou regionais, tais como as fronteiras a que se confina o exercício das suas atividades. Por outro lado, estas relações não são apenas relações de cidade a campo, mas também de cidade a cidade¹¹⁶.

Já a economia urbana, isto é, a análise da cidade, entendida como um sistema de organização econômica, vai dar conta das relações de produção-distribuição-consumo. Os elementos essenciais para a formação de seu modelo são o transporte, o trabalho, a aglomeração ou a concentração. Donne¹¹⁷, mais uma vez lembrando Weber, afirma que o local da aglomeração, além de oferecer um abundante mercado de trabalho a baixo custo, permite a redução dos custos unitários de produção, resultante da utilização das instalações e outros serviços existentes no local.

A multifuncionalidade das áreas urbanas, a dilatação e a ramificação das relações econômicas entre as cidades, o alargamento do espaço urbano ao resto do território resultante do desenvolvimento tecnológico e das vias de comunicação; além da expansão do grande capitalismo metropolitano, deram origem ao que hoje é chamado de *tecido urbano*, constituído pela sobreposição e pela interconecção de áreas distintas, formando uma verdadeira rede. Esta rede, por sua vez, traz em sua essência uma solidariedade orgânica, que surge das exigências estruturo-funcionais do sistema industrial, baseadas na interdependência funcional entre papéis diversificados, por ordem hierárquica, isto é, nasce da divisão social do trabalho e, por conseqüência, da exclusão social.

¹¹⁶ *Ibid.*, p.97-98.

¹¹⁷ *Ibid.*, p.111.

Desta forma, os integrantes de uma sociedade sentem-se moralmente interligados, uma vez que isto constitui o valor moral da divisão do trabalho, tornando o indivíduo consciente de seu estado de dependência em relação à sociedade e do fato de que dela provém as forças que o sustentam.

Citando H. Spenser, Donne diz que

a luta pela sobrevivência seleciona os indivíduos determinando a cada um o papel e as funções mais adequadas às suas capacidades. Os mais capazes e os mais fortes são, portanto, aqueles que ocupam os melhores lugares¹¹⁶.

Desta forma, podemos dizer que a análise da diferenciação das estruturas sociais relativa aos tipos de agregados em nível territorial nos obriga a retomar Tönnies e Durkheim. A eles se deve a elaboração de um esquema conceitual dicotômico (*Gemeinschaft-Gesellschaft*), que põe em evidência a diferenciação das relações sócio-psico-morfológicas entre os dois agregados, considerados como dois sistemas sociais autônomos. Segundo este esquema conceitual, no sistema social camponês, de fundamento familiar comunitário, onde a vida e o pensamento se processaram através do contato pessoal e direto com o ambiente social e físico, e a relação com o trabalho é pessoal, a comunidade encontra sua expressão na vida relacional do *vicinato*, que é a característica geral da convivência na aldeia e na compreensão (*consensus*), um modo de sentir comum, recíproco, associativo, que constitui a força e a simpatia social e que mantém juntos os sujeitos cujas relações são determinadas pela emoção.

¹¹⁶ *Ibid.*, p.136.

Já na cidade (*Gesellschaft*), o indivíduo prevalece sobre a família e as relações despersonalizadas baseiam-se no critério utilitarista do racionalismo contratual.

Ainda que, com o passar dos anos, não se possa reduzir a análise da cidade a apenas essas duas categorias, uma vez que na sociedade atual não podemos considerar a cidade e o campo como dois sistemas socioeconômicos independentes, já que existe todo um processo de urbanização em curso, ainda podemos considerar a autonomia e a diferença entre estes dois sistemas, conforme a definição de Tönnies.

A partir do século XX, a diminuição das horas de trabalho, a abundância de material e uma organização social, baseada na mobilidade horizontal e vertical, de um mundo urbanizado, contraído e agitado pelo encontro de raças, nações, culturas, etc., deram vida a um novo tipo de revolução: a passagem de uma era de produção para uma era de consumo. Essa segunda revolução, iniciada nos países da América do Norte e da Europa, dá origem à sociedade ligada a uma economia de consumo onde a comodidade, a educação, o tempo livre, os serviços públicos, são acompanhados por um aumento do consumo de palavras e imagens por parte dos meios de informação da opinião pública, que induzem o sujeito a mudar seus percursos para se adaptarem a um comportamento mais socializado.

2.2.1 A esfera pública e a esfera privada

A origem da dicotomia entre *esfera pública* e *esfera privada*¹¹⁹ começa com o desenvolvimento da sociedade burguesa, que se constitui através da atividade mercantil, tida até então como uma atividade abstrata e que, portanto, dava origem a um capital abstrato, isto é, aquele que determina a mais-valia sobre uma operação de troca. Portanto, o trabalho abstrato realiza uma forma de propriedade abstrata, isto é, privada. Esta propriedade, por sua vez, dá origem ao cidadão moderno, que vive articuladamente entre a esfera pública e a esfera privada.

Conforme explica Donne¹²⁰, se aplicarmos esta conceituação à cidade, podemos dizer que a articulação entre o espaço da esfera pública e o da esfera privada nasce da cidade burguesa constituída pelo mercado. Poderíamos dizer, então, que a cidade é, na verdade, um sistema no qual toda vida, inclusive a cotidiana, tende a se polarizar para se desenvolver, nos termos da esfera pública e da esfera privada. *Desenvolver-se*, neste caso, significa uma estreita relação entre essas esferas, porém sem que a polarização se perca. Quanto maior a polarização, mais estreita a relação e, portanto, maior a troca, e mais urbana a cidade.

Outro aspecto importante a ser considerado em relação às cidades é a sua imagem e os processos de identificação implementados pelos seus

¹¹⁹ O texto mais conhecido sobre esfera pública e esfera privada foi introduzido por Habermas, na obra *Teoria dell'Agire Comunicativo* (1986), mas, para este trabalho, preferimos adotar os conceitos de Marcelle Delle Donne (1979), por sua especificidade em relação ao tema abordado.

¹²⁰ DONNE, Marcelle Delle. Op. cit., p.189.

habitantes. Conforme Donne¹²¹, a legibilidade de uma cidade, sob o olhar de seus habitantes, não é fruída por todos os cidadãos, uma vez que depende da capacidade perceptiva dos assuntos que, assimilados à lógica da realidade metropolitana que vem atuando na dinâmica econômica do desenvolvimento capitalista, conseguem desenvolver um laço emocional com a simbologia de fundo da qual a cidade é portadora. Isso significa dizer que uma operação de identificação não é automática para todos e pode até ser o ponto de partida para a criação de uma profunda discriminação entre aqueles que criam e os que não criam um laço emocional, provocando a exclusão dos processos de percepção, leitura e assimilação das novas dimensões emergentes, por parte de amplos extratos da população.

Dai resulta a idealização de um certo tipo de habitante da cidade que se apresenta [...] como portador dos valores culturais mais avançados; o único capaz de interpretar inteiramente a nova realidade surgida [...]. Aqui o homem, qualquer que seja o seu papel e emprego específico, sente-se cada vez mais afastado da realidade, excluído do momento decisório e vive o drama do desenvolvimento metropolitano com crescente indiferença [...]. O problema chave da patologia urbana pode, portanto, traçar-se na falta de situações emocionais geradoras de segurança. Nasce assim a indiferença, a estranheza relativamente ao devir urbano que se traduzem, por um lado, na fuga para a *privacy* do homem metropolitano [...] pela ausência de reais canais de comunicação perceptiva entre o indivíduo e coisas, entre idealidade e produtos urbanísticos e por outra, com a inclusão no *ghetto* dos novos habitantes através dos quais a segregação se torna o fruto de uma voluntária escolha da auto-exclusão do conjunto urbano indiferenciado¹²².

A cidade pode ainda ser analisada sob outros dois aspectos: como um deserto emocional, produto de parâmetros arquitetônicos que buscam a eficiência e a essencialidade, tecendo formas neutras para garantir uma certa noção classista de sociedade, através do isolamento e da supressão de símbolos e caracteres que poderiam favorecer um constante apelo ao *status* social; e ainda,

¹²¹ *Ibid.*, p.196.

¹²² *Ibid.*, p.196-197.

através dos comportamentos culturais que a semiótica interpreta como *sistemas de comunicação* que utilizam o espaço, o tempo e a subjetividade para expressar de que forma esta realidade cidadina é compreendida pelo cidadão.

Portanto, se entendermos que a comunidade ocupa um lugar onde se estabelecem relações para fins comuns, poderíamos dizer que a cidade acaba se tornando um lugar-território, se levamos em consideração o sentido de territorialidade de Milton Santos¹²³, que significa o pertencer àquilo que nos pertence e que pressupõe também a preocupação com o destino, com a construção do futuro.

Dessa forma, a cidade é muito mais que um espaço delimitado geograficamente. É, na verdade, um lugar do olhar, como define Massimo Canevacci¹²⁴. Um lugar de percepção. Um lugar onde se constrói a vida cotidiana.

Para Michel de Certeau¹²⁵, a cidade contemporânea pode ser concebida a partir de três operações:

- 1) a produção de um espaço próprio;
- 2) o estabelecimento de um não-tempo ou um sistema sincrônico para substituir as tradições engessadas;
- 3) a criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade.

¹²³ SANTOS, Milton. *A Urbanização Desigual: Especificidades do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis: Vozes, 1982.

¹²⁴ CANEVACCI, Massimo. *A Cidade Polifônica: Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

¹²⁵ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. Tomo I.

Certeau¹²⁶ faz ainda uma distinção entre *espaço* e *lugar*. Para o autor, *lugar* é a ordem, segundo a qual se distribuem os elementos nas relações de coexistência, isto é, a configuração instantânea de posições e implica uma condição de estabilidade.

Já o *espaço*, para este autor, é um lugar praticado. É, de certo modo, animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. Portanto, para Certeau, *espaço* é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, temporalizam-no, levam-no a funcionar em unidade polivalente de problemas conflituais ou de proximidades contratuais¹²⁷.

Assim, exemplifica Certeau, a rua, geometricamente definida por um urbanismo, é transformada em espaço pelo pedestre. Do mesmo modo, a leitura é um espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos.

Os relatos efetuam portanto um trabalho que, incessantemente, transforma lugares em espaços ou espaços em lugares. Organizam também os jogos das relações mutáveis que uns mantêm com os outros. [...] Noutras palavras, a descrição oscila entre os termos de uma alternativa: ou ver (é um conhecimento da ordem dos lugares), ou ir (são ações especializantes). Ou então apresentará um quadro [...], ou organizará movimentos. [...] As operações sobre os lugares, os relatos exercem também o papel cotidiano de uma instância móvel e magisterial em uma matéria de demarcação. [...] As operações de demarcação, os contratos narrativos e compilações de relatos, são compostas de fragmentos tirados de histórias anteriores e bricolados num todo único. [...] E tem a função de fundar e articular espaços¹²⁸.

Com esta tese também concorda José Guilherme Cantor Magnani¹²⁹, ao afirmar ser bastante comum, em depoimentos de moradores de bairros que passaram por processos de rápida transformação, principalmente nas grandes

¹²⁶ *Ibid.*, p.201-217

¹²⁷ *Ibid.*, p.202

¹²⁸ *Ibid.*, p.203-207

¹²⁹ MAGNANI, José Guilherme Cantor. As transformações da cultura urbana das grandes metrópoles. In: MOREIRA, Alberto da Silva (org.) *Sociedade Global: Cultura e religião*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.57-77

idades, a evocação nostálgica de um tempo em que era costume colocar as cadeiras na calçada em frente à casa, para apreciar o movimento da rua no fim de tarde. Magnani explica que este hábito, que hoje parece quase irreconhecível nas grandes cidades, na verdade, não se trata apenas de uma recordação, mas está associado a um modo de vida:

A vida na cidade, no entanto, não se restringe às experiências do cotidiano que transcorrem no âmbito do bairro. A circulação em direção e através de territórios mais amplos dá-se por meio de trajetos – percursos determinados por regras de compatibilidades – que abrem o particularismo do pedaço a novas experiências, situadas fora das fronteiras daquele espaço, conhecido, onde se está protegido por regras claras de pertencimento¹³⁰.

As noções de *pedaço*, *trajeto*, *mancha* e *circuito* foram criados pelo autor, justamente para pensar alguns processos da dinâmica da cultura urbana. Assim, Magnani diz que a noção de *pedaço*, extraída de resultados de pesquisas feitas em bairros de periferia, aponta para a existência de um espaço social, que se situa entre a esfera da casa e da rua.

Com base em vínculos de vizinhança, coleguismo, procedência, de trabalho, estabelece uma forma de sociabilidade mais aberta que a fundada em laços de família, porém menos formal e mais próxima do cotidiano que a ditada pelas normas abstratas e impessoais da sociedade mais ampla. É no âmbito do *pedaço* que se vive e se compartilha toda a ordem de vicissitudes que constituem o dia-a-dia, nos momentos de lazer, de devoção, participação em atividades comunitárias e associativas, troca de favores e pequenos serviços; e também dos inevitáveis conflitos, disputas¹³¹.

Magnani explica ainda que, se a noção de *pedaço* for aplicada a bairros do centro das cidades, também são encontradas regras de sociabilidade que se instauram em espaços desvinculados da moradia e da vizinhança.

¹³⁰ *Ibid.*, p.69.

¹³¹ *Ibid.*, p.69.

A diferença com a idéia do pedaço tradicional é que aqui os freqüentadores não necessariamente se conhecem – ao menos não por intermédio de vínculos construídos no dia-a-dia do bairro – mas sim se reconhecem enquanto portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo, modos de vida semelhantes¹³².

Na concepção do autor, as *manchas* são unidades, regiões do centro de territórios mais impessoais, demarcadas pela oferta de determinados bens ou serviços. São áreas contíguas do espaço urbano, dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam, competindo ou complementando-se, uma atividade ou prática predominante¹³³.

O *circuito*, por sua vez, cumpre as mesmas funções da mancha. No entanto, o autor esclarece que a diferença está na forma de inserção, uma vez que não apresenta o caráter de contigüidade espacial.

No caso do pedaço, as marcas no espaço que estabelecem fronteiras, ainda que visíveis, são reconhecidas e identificadas principalmente por seus membros – os quais, quando mudam de ponto, levam junto consigo o pedaço. A exclusividade que caracteriza esta forma de pertencimento deriva mais do manejo dos códigos que operam o reconhecimento mútuo do que da apropriação de um espaço físico. Já na mancha, freqüentada por gente de diferentes pedaços, a dinâmica é outra: sua forma de inserção na paisagem urbana é mais clara e estável, pois demarcada a partir da inter-relação entre equipamentos, edificações e vias de acesso, funciona como ponto de referência concreto para um número mais abrangente de usuários. Sabe-se o que se quer buscar em determinada mancha, mas não necessariamente o que ou quem será encontrado: essa particularidade é que garante possibilidade (e o encanto) do imprevisto – dentro de certos padrões, já conhecidos e escolhidos¹³⁴.

A organização da vida cotidiana na cidade contemporânea se articula, então, ao menos segundo dois registros, conforme explica Michel de Certeau¹³⁵.

¹³² Ibid., p.69.

¹³³ Ibid., p.69-70.

¹³⁴ Ibid., p.71-72.

¹³⁵ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Morar, cozinhar, Petrópolis: Vozes, 2002. Tomo II.*

- 1) os comportamentos, cujo sistema se torna visível no espaço da rua;
- 2) os benefícios simbólicos que se espera obter pela maneira de se portar na sociedade.

Assim, o bairro, unidade habitacional contida na cidade e que geralmente congrega uma comunidade, aparece como um lugar onde se manifesta um engajamento social, isto é, uma arte de conviver. E esta arte de conviver é auto-regulada pela conveniência, isto é, um compromisso, um contrato social pelo qual cada um contribui com sua cota para a vida coletiva.

O autor destaca, ainda, que é através dessa dinâmica que podemos melhor compreender o conceito de prática cultural:

Esta combinação mais ou menos coerente, mais ou menos fluida, de elementos cotidianos completos ou ideológicos, ao mesmo tempo passados por uma tradição e realizados dia a dia através dos comportamentos que traduzem em uma visibilidade social fragmentos desse dispositivo cultural. [...] Prático vem a ser aquilo que é decisivo para a identidade de um usuário ou de um grupo na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar na rede das relações sociais inscritas no ambiente¹³⁶.

Portanto, o bairro é um domínio do ambiente social em que aparece o espaço privado particularizado.

A fixidez do habitat dos usuários, o costume recíproco do fato da vizinhança, os processos de reconhecimento – de identificação – que se estabelecem graças à proximidade, graças à coexistência concreta em um mesmo território urbano, todos esses elementos práticos se nos oferecem como imensos campos de exploração em vista de compreender um pouco melhor esta grande desconhecida que é a vida cotidiana¹³⁷.

¹³⁶ Ibid., p.39-40.

¹³⁷ Ibid., p.40.

Então, pelo simples fato de ser habitual, o bairro pode ser considerado como uma privatização progressiva do espaço público, assim como a mancha, o trajeto e o percurso. É aqui que se dá a relação espaço/tempo que atravessa a cidade e vai criar um limite, distinguindo o espaço privado e o espaço público.

Michel de Certeau vai além. Para ele, o bairro se define como uma organização coletiva de trajetórias individuais e, portanto, uma relação de convivência, de reconhecimento e de pertencimento.

Em contrapartida, o território onde se desdobra e se repete o cotidiano das pessoas é, antes de tudo, o espaço doméstico ou o espaço privado. É da inter-relação entre o espaço público e o privado que surge o que Michel de Certeau chama de cultura popular.

Ao considerar a cultura como ela é praticada, não mais valorizada pela representação oficial ou pela política econômica, mas aquilo que a sustenta e organiza, três categorias se impõem: o oral, o operatório e o ordinário. Todas as três são evocadas pelo desvio de uma cena supostamente estranha, a cultura popular.

Assegurando progressivamente sua autonomia, a indústria e a tecnologia da cultura conseguiram desprender-se desses três setores para fazer deles o próprio objeto de suas conquistas. A cultura oral tornou-se alvo de uma escrita que devia educá-la ou informá-la. Os praticantes foram transformados em supostos consumidores passivos. A vida comum se transformou num vasto território colocado à disposição da colonização da mídia. Não obstante, os elementos que julgávamos eliminados continuaram a determinar mudanças sociais e a organizar a maneira de receber as mensagens culturais, isto é, transformá-las pelo uso que delas faz¹³⁸.

¹³⁸ *Ibid.*, p.336.

Portanto, seguindo o pensamento do autor, a oralidade constitui o espaço essencial da comunidade, uma vez que o intercâmbio ou a comunicação social exige uma correlação de expressões.

A prática das telecomunicações reorganizou o espaço de interlocução, mas o telefone, que triunfou sobre o telégrafo e diminuiu o uso privado da carta, colocou em cena, com uma intensidade redobrada, a voz, como voz singular. “... A oralidade está em toda parte porque conversação se dá em todo lugar; ela organiza a família e a rua, o trabalho na empresa e a pesquisa nos laboratórios [...]”¹³⁹.

Para Michel de Certeau, a cultura se julga pelas operações e não pela posse de produtos, isto é, da mesma forma que a comunicação é uma cozinha de gestos, palavras, idéias e informações, com seus instrumentos auxiliares e seus efeitos de vizinhança, a cultura é o tratamento dessa informação através de uma série de operações, em função de objetivos e relações sociais. Isto é o que o autor classifica de *operatividade*.

E ele ainda institui o conceito de *cultura ordinária*, em contraposição à *cultura de massas*. Para Certeau, a primeira é o consumo. Oculta uma diversidade fundamental de situações, interesses e contextos, sob a repetição aparente de objetos de que se serve. Assim, a pluralização nasce, conforme Certeau, do uso ordinário da reserva constituída pelo número e pela multiplicidade das diferenças.

¹³⁹ *ibid.*, p.337.

... A segunda remete a uma produção em massa que simplifica os modelos propostos para ampliar sua difusão. [...] A cultura de massa tende para a homogeneização, lei da produção e difusão em grande escala, apesar de ocultar essa tendência sob variações superficiais destinadas a assentar a ficção de "novos produtos" [...]¹⁴⁰.

Cabe, então, dizer que os sistemas de comunicação humana fornecem elementos válidos para o conhecimento da estrutura social urbana, pois é através da observação do comportamento do homem metropolitano, do ponto de vista da qualidade e da quantidade de informação, que se pode perceber os seus níveis de relação com o mercado e, ao mesmo tempo, detectar a transmissão de modelos de comportamentos.

Pode-se afirmar, então, que o desenvolvimento urbano liga-se à comunicação humana, sendo balizado pelas interações e inter-relações que formam a estrutura de um sistema social, considerando que a cidade também é um sistema de interações e trocas interacionais necessárias ao homem para que este mantenha o contato com os demais. E os principais meios de interação são os transportes e o desenvolvimento das telecomunicações.

A concentração espacial dos processos de produção, distribuição e consumo conduziram à congestão dos meios de transporte, a ponto de as oportunidades de troca com tais meios se revelarem des-econômicas, enquanto se acentua o desenvolvimento dos meios de telecomunicações que diminuem a importância dos transportes para a troca de informações.

¹⁴⁰ Ibid., p.341.

A comunicação humana é hoje, então, o ponto focal a partir do qual se estuda as cidades, já que os sistemas de comunicação tornam-se o princípio informador sobre o qual se constituirá o crescimento urbano.

Para Jesús Martín-Barbero¹⁴¹, a história das relações entre política e cultura está cheia de artifícios de parte a parte. O autor propõe uma redefinição de cultura, onde a chave está na compreensão de sua natureza comunicativa, isto é, no seu caráter de processo produtor de significações e não na mera circulação de informações e, portanto, onde o receptor não é um mero decodificador, mas, sim, também, um produtor.

Portanto, diz Barbero, na percepção popular, o espaço doméstico não se esgota nas tarefas da reprodução da força do trabalho, mas representa e possibilita um mínimo de liberdade e iniciativa. Citando Certeau, Barbero diz que:

A prova de significação social desse novo terreno que se abre, a partir da cotidianidade, é a relevância política que cobram hoje os novos conflitos as lutas contra as formas de poder que discriminando ou reprimindo, atravessam a vida cotidiana e as lutas pela apropriação de bens e serviços. A articulação entre ambas se faz bem clara nos novos movimentos sociais urbanos¹⁴².

Para Barbero, assim como para Certeau, o espaço social onde melhor se expressa o sentido da dinâmica cultural, desde o popular da forma aos processos coletivos de comunicação, são os movimentos sociais urbanos e, de modo especial, aqueles que partem dos bairros.

A partir daí, podemos vislumbrar o trajeto que atravessa e enlaça hoje o campo da comunicação com a história cultural desses

¹⁴¹ BARBERO, Jesús Martín. A comunicação no projeto de uma nova cultura política. In: MELO, José Marques de (org.) *Comunicação na América Latina: Desenvolvimento e crise*. Campinas: Papius, 1989.

¹⁴² *Ibid.*, p.90.

países (subdesenvolvidos) e com o surgimento de um senso novo no modo de articular política e cultura¹⁴³.

Barbero acrescenta, ainda, que uma das dimensões fundamentais do popular no bairro, que revela sua densidade cultural e social, são os processos de reconhecimento como lugar de constituição de identidades.

Lugar de reconhecimento, o bairro nos põe na pista da especificidade da produção simbólica dos setores populares da cidade. [...] Da criatividade estética popular na cidade são boa mostra também os grafites ou pichações, as decorações nos ônibus, o arremate das fachadas, as molduras, a cenografia das vitrines nos armazéns populares. [...] O folclórico se torna popular. E o popular se faz massivo. Na América Latina, contrariamente às profecias de que na Europa e nos Estados Unidos fazem do massivo o lugar de implosão do social, as massas ainda contêm, no duplo sentido de controlar e também de ter dentro de si, o povo¹⁴⁴.

Marc Augé¹⁴⁵, por sua vez, tratando de entender a função de lugar na sociedade contemporânea, aponta, no mínimo, três transformações fundamentais pelas quais passa a humanidade nos dias de hoje:

- 1) relativa ao tempo;
- 2) relativa à individualidade;
- 3) relativa ao espaço.

Augé acredita que a superabundância espacial, provocada pelos avanços tecnológicos e pela multiplicação das referências energéticas e imaginárias, acaba tendo como consequência as concentrações urbanas, as transferências populacionais e a multiplicação do que considera não-lugares, por oposição à noção de lugar definida nas ciências sociais, que afirma ser a cultura localizada sempre em um tempo e um lugar. Para Augé, os não-lugares podem ser tanto as

¹⁴³ Ibid., p.90.

¹⁴⁴ Ibid., p.96-98.

¹⁴⁵ AUGÉ, Marc. Os Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

instalações e equipamentos necessários à circulação acelerada de pessoas e bens, quanto os próprios meios por onde este movimento se efetua.

2.2.2 Os atores sociais e a comunidade

Com base no que vimos anteriormente, podemos dizer que as grandes mudanças sociais geralmente têm origem nas interações informais que envolvem as pessoas comuns, isto é, aquelas que compõem as comunidades. Muitas vezes, estas interações tornam-se públicas e é possível reconhecermos suas atividades organizadas, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, que, em função da sua organização interna, conseguiu visibilidade perante a sociedade através da utilização de táticas midiáticas previstas no campo das Relações Públicas, como a constituição de fatos políticos que gerassem espaço na grande imprensa. Movimentos como este que tem origem na população de baixa renda, no caso das grandes metrópoles, assumem uma outra denominação: movimento popular.

A maioria dos movimentos urbanos, que podem ser movimentos populares, são dinâmicos e descontínuos, o que não os torna inativos ou amorfos. Na verdade, esses movimentos têm a tendência a atender necessidades prementes e desaparecem quando suas demandas são atendidas, ou porque não o foram, ou até mesmo quando os principais líderes mudam de bairro. Alguns

movimentos urbanos, no entanto, mantêm-se vivos e se desenvolvem, tornando-se institucionalizados, como é o caso, por exemplo, das associações de gênero ou raça.

No entanto, o fator comum entre esses movimentos é que, na maioria das vezes, surgem nos locais de residência e são organizados neste espaço.

Existem autores, principalmente do campo da sociologia, como Leda Maria Vieira Machado¹⁴⁹, que classificam o movimento urbano como um movimento heterogêneo, segundo as suas características tempo-espaciais (suas características dependem de onde ocorrem e das mudanças qualitativas que podem sofrer em seu percurso histórico). Mas, a própria autora concorda que, do ponto de vista estrutural, não podemos classificá-los como heterogêneos, em função de atender a um interesse específico.

Outra característica que distingue o movimento social urbano – ou apenas *movimento urbano* – pelo menos epistemologicamente – do movimento popular é que o primeiro se caracteriza pela formação de conjuntos de pessoas oriundos dos mesmos grupos sociais (mulheres, negros, ecologistas, etc.) e o segundo, pela miscigenação de grupos sociais (trabalhadores em geral, donas de casa, desempregados, etc.). Sendo assim, a principal característica dos movimentos populares é justamente a heterogeneidade, a diferença.

O fato é que os movimentos urbanos se intensificaram principalmente entre as décadas de 70 e 80, em função de inúmeras razões, mas a principal

¹⁴⁹ MACHADO, Leda Maria Vieira. *Atores Sociais: Movimentos urbanos, continuidade e gênero*. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

delas foi o êxodo rural e a segregação social do espaço nesta mesma época, conforme vimos anteriormente. Os trabalhadores de baixa renda e imigrantes foram obrigados a ocupar as áreas periféricas dos grandes centros, que não possuíam infra-estrutura básica e serviços. Esta população também foi obrigada a construir suas próprias casas, sem qualquer assistência do governo. Outro fator importante que influenciou no represamento deste movimento foi o regime militar repressivo, que impediu as manifestações em favor de melhor qualidade de vida e emprego. Uma grande mobilização desta parte da população começa a surgir no final da década de 70. Grupos sociais que geralmente eram excluídos da vida política do país começam a se organizar, originando uma grande luta por maior igualdade. Esta luta, por começar no local de residência destas famílias, foi, em sua maior parte, organizada nas favelas (Rio de Janeiro e São Paulo) e vilas (Região Sul – Porto Alegre, principalmente), pelas mulheres donas de casa, o que continua ocorrendo até hoje.

Vimos, no primeiro capítulo, que o capitalismo passa por uma grande reestruturação que, no Brasil, foi acelerada no início da década de 70, após a crise do petróleo. Esta reestruturação gera o aumento da intervenção estatal na economia nacional e também a diminuição de recursos para aqueles setores que não estavam diretamente envolvidos na implementação da nova política.

A crise da dívida externa, que cresceu principalmente durante os anos 70, resultou num processo de polarização socioeconômica e colocou em xeque a idéia de que o proletariado fosse o único sustentáculo da transformação social. Conforme Leda Machado,

tornou-se difícil sustentar isso, uma vez que um crescente número de pessoas não era envolvido no processo de produção, e [...] a força de trabalho não era mais tão homogênea quando antes. Uma vez que o número de funcionários públicos cresceu, o Estado, embora em oposição ao capital, foi-se transformando em inimigo de classe deste setor da força de trabalho; os padrões de consumo, e não os de produção, cresceram em importância na estruturação da vida cotidiana das formações sociais capitalistas¹⁴⁷.

A abertura política, ocorrida no final dos anos 70, também colaborou para o florescimento de uma série de reações populares, como os movimentos de rua, os movimentos urbanos e a revitalização do movimento sindical. Alguns atores sociais importantes aparecem então neste contexto, como a Igreja Popular – um setor progressista da Igreja Católica, no Brasil – e grupos sociais ligados à raça e ao gênero.

Estes movimentos vieram, principalmente, em decorrência das tentativas fracassadas do Governo em levar o país à modernidade. Assim, paralelamente ao desmantelamento do Estado brasileiro, em um nível não-institucionalizado da política, os movimentos urbanos aparecem também como resposta à destruição da expressão popular organizada, imposta pela ditadura militar. É que outro ator social importante surge nesta época – são as comunidades eclesiais de base, da Igreja Católica que, além de atuarem na organização das comunidades, também começam a preencher a lacuna deixada pelo Estado em relação às políticas públicas para a educação e a saúde.

Conforme explica Leda Machado, os movimentos urbanos, principalmente nos grandes centros, começaram em torno das questões de consumo, principalmente as relacionadas diretamente aos seus próprios bairros¹⁴⁸. Estes

¹⁴⁷ *Ibid.*, p.30-31.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p.129.

movimentos acabam transcendendo o limite de seus bairros e estabelecendo lutas de cunho mais abrangente como, por exemplo, em favor da ecologia.

Para Cíclia Maria Krohling Peruzzo¹⁴⁹, os movimentos sociais urbanos confundem-se com os movimentos populares e com os movimentos reivindicatórios e libertários que vêm ocorrendo no Brasil desde o século XVII. Estes movimentos centravam-se nas lutas em prol da vida, da justiça social e da pessoa humana.

A autora se aproxima da definição de Leda Machado sobre os movimentos sociais urbanos, quando afirma que, na década de 70, setores das classes subalternas, alijados do exercício da plena cidadania, começam a se organizar em torno da reivindicação de seus direitos. Mas, Peruzzo amplia o conceito de movimentos urbanos, ao partir da idéia de que estes movimentos, que considera coletivos, são fluxos e refluxos de uma capacidade de intervenção e articulação de várias forças sociais, em face de acontecimentos que ocorrem no desenvolver da luta e cujos resultados não estão previamente estipulados por categorias capazes de darem conta deste fenômeno.

Peruzzo vai além, quando critica as análises já feitas desses movimentos, que a princípio partem de uma concepção teórica e política que considera errônea. Tais concepções utilizam categorias como *subordinação* e *cooperação*.

Para a autora, que atua no campo da comunicação social, a categoria *subordinação* vem de uma corrente de pensamento que encara os movimentos

¹⁴⁹ PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. *Comunicação nos Movimentos Populares: A participação na construção da cidadania*. Petrópolis, Vozes, 1998.

sociais urbanos como secundários e inferiores em potencial de transformação em relação aos partidos políticos e sindicatos. "... Essa abordagem fundamenta-se numa das linhas do marxismo-leninismo, a qual concebe a classe operária como a única força capaz de promover a emancipação dos explorados e oprimidos [...]", diz ela¹⁵⁰.

Já a *cooperação*, conceito oriundo de outra corrente de pensamento, vê os movimentos sociais urbanos, os quais Peruzzo chama de *movimentos sociais populares*, como formas de organização e mobilização populares tão importantes quanto os partidos políticos e os sindicatos. Os movimentos seriam forças autônomas, agindo num espaço não coberto por partidos e sindicatos e, com isso, complementando-os no processo da peleja política¹⁵¹. A autora esclarece que esta segunda abordagem tem como base a teoria gramsciana, no que diz respeito à estratégia da conquista de posições, espaços e hegemonia na sociedade, mesmo antes da tomada de poder do Estado, não excluindo, porém, deste processo, outros atores sociais importantes para a construção e organização das lutas revolucionárias e libertárias.

Peruzzo esclarece, ainda, que esses movimentos, em função de sua essência dinâmica, acontecem em momentos históricos diferenciados, assumindo, portanto, características e formas também diferenciadas. Para entender esta dinâmica, a autora divide o processo histórico de construção dos movimentos sociais populares em quatro fases:

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 35.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 36.

- 1) Mobilização – foi a fase das grandes manifestações, ocorridas principalmente no final dos anos 70 e desencadeada em função da falência das políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro e da abertura política, que surgiu no final da ditadura militar. Nessa fase, o Estado encarava estas manifestações como mera afronta, mas a mídia concedia aos movimentos grandes espaços;
- 2) Organização – fase identificada por Peruzzo em que os movimentos sociais populares dedicam-se mais intensamente à sua própria organização, buscando seu fortalecimento interno e suas atividades tornam-se mais específicas. Também é a fase de institucionalização de algumas organizações. Esta fase ocorre durante os anos 80. O Estado já se mostra mais acessível às reivindicações, mas, em contrapartida, a mídia já não concede tantos espaços quanto anteriormente. As lutas desencadeadas pelos movimentos sociais populares são abraçadas por partidos e políticos, e começa a se formatar uma estrutura de caráter mais coletivo;
- 3) Articulação – essa fase que, segundo a autora, ocorre no final dos anos 80 e início dos anos 90, caracteriza-se pela ampliação do diálogo entre os movimentos sociais populares e o Estado, que passa a reconhecê-los como interlocutores. Surgem as micro-organizações e, já dentro do processo de globalização, as organizações transnacionais, que estabelecem suas formas de luta segundo uma agenda internacional. A ação tornou-se mais qualificada, abrindo-se para a interferência gradativa nos processos de efetivação de políticas públicas, como a elaboração do orçamento

- municipal, a definição do preço das passagens do transporte coletivo ou o encaminhamento do problema das crianças abandonadas¹⁵²;
- 4) Parcerias – é o momento em que as organizações sociais, visando uma melhor eficácia na busca de soluções para problemas estruturais e conjunturais, formam parcerias com órgãos públicos, empresas, organizações não-governamentais e outras instituições. É uma fase em que os movimentos sociais populares são mais pluralistas e, em consequência, sofrem mais com os conflitos internos. Outra característica importante deste momento é a solidariedade, que se projeta amplamente, à margem do Estado.

Com isso, a participação dos movimentos torna-se mais efetiva, criando-se canais que potencializam as práticas de apresentação de propostas, da contribuição para a formulação e execução de projetos e programas e interferência positiva para que as políticas públicas sejam direcionadas em conformidade com as necessidades e os anseios da população¹⁵³.

Acrescentaríamos um quinto momento, que começa a florescer a partir da virada do milênio, com a popularização e a ampliação das tecnologias de comunicação e informação. Poderíamos chamar este momento de *mundialização da comunicação*, através do acesso dos movimentos sociais urbanos e populares ao mundo globalizado, possibilitado pelo advento da *Internet* e da TV a cabo. Também a implementação da Lei das Rádios Comunitárias e sua regulamentação contribuíram para acirrar a entrada dos movimentos sociais urbanos e populares na era da globalização da informação. Nesta fase, os movimentos sociais urbanos e populares tratam de buscar a auto-organização e o autodesenvolvimento sustentável.

¹⁵² *Ibid.*, p.42.

¹⁵³ *Ibid.*, p.43.

Do ponto de vista da forma social de organização desses movimentos, Cicilia Peruzzo também faz algumas distinções interessantes em seus estudos. Ela os classifica em:

- 1) movimentos ligados aos bens de consumo coletivo – associações, grupos e comissões que geralmente se organizam a partir do local de moradia e reivindicam melhorias na infra-estrutura social;
- 2) movimentos envolvidos na questão da terra;
- 3) movimentos relacionados com as condições gerais de vida, como, por exemplo, os ecologistas;
- 4) movimentos motivados por desigualdades culturais;
- 5) movimentos dedicados a questões trabalhistas, como os sindicatos;
- 6) movimentos voltados à defesa dos direitos humanos;
- 7) movimentos vinculados a problemas específicos como aqueles que se detêm no debate de questões pertinentes a segmentos da população, como meninos e meninas de rua, etc.;
- 8) outras organizações ou instituições que atuam como atores sociais e que, portanto, na opinião de Cicilia Peruzzo, não se enquadram na categoria de movimentos sociais urbanos e populares, por serem potencializadores e não agentes sociais.

Conforme temos observado ao longo desta primeira caminhada, os movimentos sociais urbanos e populares integram o que classificamos como

dinâmica social e, portanto, são fragmentários, difusos e transitórios, isto é, acontecem segundo o cotidiano, a vida diária. No entanto, esclarece Peruzzo, em determinados momentos, revelam-se de maneira mais orgânica, em função do surgimento de objetivos relevantes comuns.

São esses movimentos que darão a espaço-temporalidade necessária na constituição das comunidades urbanas do final do século XX, principalmente no Brasil, país de Terceiro Mundo, que vem sofrendo com uma urbanização sem planejamento, reflexo da instabilidade econômica e das políticas públicas adotadas até hoje para o atendimento da população. Este contexto revela determinadas peculiaridades, conforme veremos a seguir.

2.2.3 O caso brasileiro

Mesmo que não tenhamos a pretensão de imergir no campo da teoria das cidades, nossa reflexão a respeito deste assunto se faz necessária para que possamos dar continuidade à nossa análise. Precisamos entender, minimamente, como se formatam esses aglomerados humanos, conhecidos como cidades, que podem variar de local, de tamanho, de sistema, de etnia, de crença e de cor, em território brasileiro.

Citando T. Lynn Smith, Francisco de Paula Ferreira¹⁵⁴ afirma que existe uma grande semelhança entre o sistema de povoamento brasileiro e o norte-

¹⁵⁴ FERREIRA, Francisco de Paula. Op. cit., p.89-90.

americano. O sociólogo brasileiro explica que, quando do início da colonização no Hemisfério Ocidental, a propriedade rural, que constituía o grupo de localidade, não era uma unidade territorial distinta e confundia-se com a vizinhança e a comunidade. Assim, as fazendas, àquela época, eram o núcleo gerador do povoamento das regiões. As vilas ou cidades só surgiram mais tarde, espontaneamente, como resposta às múltiplas necessidades sociais e econômicas da população.

Conforme vimos anteriormente, duas características parecem demarcar o conceito de comunidade, do ponto de vista da organização social na era industrial brasileira: as comunidades que se formatam em torno de economia familiar (o surgimento da organização sindical) e as comunidades das indústrias. Este fenômeno é comum em todo o mundo. Mas, no Brasil, o processo de industrialização somente foi acelerado durante a ditadura militar, nos anos 60.

Dois fatores, no entanto, no caso brasileiro, contribuíram ainda mais para a confusão no estabelecimento das diferenças entre o rural e urbano: o primeiro fator, econômico, foi o êxodo rural, que aumentou consideravelmente no período de implantação das indústrias brasileiras, nas grandes cidades; o outro, foi o avanço tecnológico das comunicações, que veio a facilitar a inter-relação e aumentar a proximidade entre estes dois mundos.

Existem algumas classificações que ainda imperam, principalmente no campo da sociologia, quando da análise comparativa entre o rural e o urbano. Apesar de ainda permanecer a idéia de que todo grupo local representa uma comunidade, cuja essência está na participação, na tomada de consciência e na

ação comum, as distinções entre cidade, bairro, vila, balneário e periferia estão ligadas às classes sociais das pessoas que habitam estes lugares. Aqui são levadas em conta as categorias adotadas por Tönnies – família ou laços consangüíneos, vizinhança ou amizade – para o estabelecimento de suas definições. Para o homem do campo, por exemplo, *bairro* é todo e qualquer conjunto de casas suficientemente próximas para que se estabeleçam contatos entre seus moradores. É uma parte da comunidade onde existem certos tipos de parentesco ou vizinhança. Já a *vila* é o local onde se concentra a atividade comercial.

Outra característica importante: também no Brasil, a *vizinhança* é constituída por um pequeno número de famílias que vivem em propriedades rurais das redondezas, cujos integrantes mantêm contato direto uns com os outros e que estabelecem um sistema de auxílio mútuo entre si. No sul do país, principalmente, formam-se as colônias – áreas ocupadas pelo conjunto das propriedades rurais pertencentes aos filhos de imigrantes de uma origem comum. Assim, a comunidade rural, no Brasil, apresenta-se sob duas formas: a *vila*, onde ficam as moradias dos agricultores e serve de centro de negócios, serviços, etc., e a *vizinhança*, formada por famílias rurais que vivem próximas.

Francisco de Paula Ferreira¹⁵⁵ afirma, ainda, que, do ponto de vista da realidade sócio-histórica brasileira, o conceito de comunidade rural tem as seguintes características:

¹⁵⁵ *Ibid.*, p.92.

- 1) área geográfica consistindo num centro comercial e nas propriedades rurais e vizinhanças cujas instituições convergem para este centro;
- 2) área na qual existe uma consciência geral por parte desta população de pertencer ao mesmo grupo ou pelo menos se identificar com a vizinhança em que vive, com a comunidade maior onde estão localizadas suas propriedades e/ou trabalho;
- 3) consenso de opinião entre o grupo de pessoas que vivem nessa área contígua, que forma o local da comunidade, ao qual as posses de cada indivíduo da localidade se acham intimamente ligadas e afetas ao bem-estar de toda a comunidade.

Com o avanço da tecnologia, entretanto, principalmente durante as décadas de 80 e 90, as cidades e, por consequência, suas comunidades, passam a ser definidas em outro patamar.

Levando-se em conta que a revolução urbana em países subdesenvolvidos, como o Brasil, é concomitante à sua modernização, esta acaba também por estar ligada, de certa forma, às bases de sua industrialização.

Conforme explica o geógrafo Milton Santos¹⁵⁶, a cidade, em países desenvolvidos, faz parte de um território que a gerou. Já em países subdesenvolvidos, aparece como um corpo estranho, inserido num meio com o qual estabelece relações descontínuas no espaço e no tempo.

¹⁵⁶ SANTOS, Milton. Op. cit., p.33.

No caso brasileiro, mais especificamente entre os anos de 1945 e 1950, a rápida expansão das indústrias e a integração do território nacional, acirrada após 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, através da implementação de infraestrutura de transportes e pelas necessidades advindas da industrialização, trouxeram como conseqüências imediatas o crescimento populacional na região urbana, a elevação do nível de vida e uma maior demanda por serviços.

O golpe militar de 1964 traduziu-se num novo passo para a internacionalização da economia brasileira e, conseqüentemente, para uma maior concentração de capital e consumo na região sudoeste do país. Acelera-se a tendência à disparidade estrutural de um espaço nacional já diferenciado, com a produção de uma situação em que se torna mais clara a existência de uma periferia e de um pólo ou centro.

Os anos 70 foram marcados pela revolução nas telecomunicações. E, no final desta era, a globalização surge, trazendo uma nova geografia, distinguindo os lugares, segundo a presença ou a escassez de variáveis-chave, como o transporte, por exemplo, agravando as diferenças regionais e aumentando a importância do centro, em relação à periferia. Esta também é a época da modernização da economia brasileira, que marca uma nova divisão territorial do trabalho. "... O capital comanda o território, e o trabalho, tornado abstrato, apresenta um papel indireto. Por isso, as diferenças regionais passam a ser diferenças sociais e não mais naturais [...]"¹⁵⁷.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p.52.

Conforme vimos anteriormente, o conceito de comunidade tem, ao longo de seu processo histórico, e dentro de um determinado contexto, adquirido diferentes significados para diferentes pessoas. Mas, por certo, além de ser uma sociedade de pessoas que têm direitos, posses, trabalho e interesses comuns, a comunidade é também o acordo entre um grupo ou grupos de pessoas que envolve sentimentos de acolhida e de prazer. Inclui, como quer Inonge Mbikusita-Lewanika – educadora e membro do parlamento da Zâmbia –, afinidade, concordância, associação, fraternidade, camaradagem e identidade¹⁵⁸.

A maioria dos países transformou-se de sociedades agrárias rurais em sistemas urbanizados. Entre as características comuns das sociedades rurais estão a proximidade da família e o respeito pelo ambiente como fonte contínua de subsistência. [...] Os países do mundo estão mais próximos hoje do que nunca; as comunicações fáceis e ágeis os aproximaram.[...] No entanto, há divisões e contrastes interessantes dentro da aldeia global; seções ou sociedades industrializadas, pequenas porções do Primeiro Mundo, existem em todos os continentes e países. Algum tipo de classe média também [...] e vemos seções do Terceiro Mundo na maioria dos países e continentes. O Quarto Mundo tem sido descrito como consistindo de pessoas que são marginalizadas e estão em piores condições do que aquelas do Terceiro Mundo. Essas pessoas são encontradas na maioria dos países do mundo¹⁵⁹.

Conforme ainda Mbikusita-Levanika, estas pessoas não estão na agenda dos países em melhores condições de vida, segundo pesquisas feitas pelas organizações não-governamentais. No entanto, apesar de toda a globalização e o individualismo, pobreza e miséria que esta tem trazido à população do planeta, estudos de comportamento de grupo, realizados pelo psiquiatra M. Scott Peck, têm comprovado que a comunidade não se tornou coisa do passado. Pelo menos, esta é a leitura feita por Jaime A. Zobel de Ayala II, economista filipino. Em seu

¹⁵⁸ MBIKUSITA-LEVANIKA, Inonge. A comunidade no terceiro e no quarto mundos. In: DRUCKER, Peter F. (org.) *A Comunidade do Futuro*. São Paulo: Futura, 2001, p.245.

¹⁵⁹ *ibid.*, p.246-248.

artigo "Prevendo a Comunidade do Futuro"¹⁶⁰, Ayala II aponta alguns sinais que comprovam as perspectivas de Peck:

- 1) o aumento do voluntarismo, que tornou instituições e organizações sem fins lucrativos um setor vital em muitos países;
- 2) a elevação das comunidades locais nos países em desenvolvimento para um novo nível de *empowerment* e propósito;
- 3) o ressurgimento de valores familiares e da civilidade no lugar da velha fixação no individualismo e em estilos de vida pessoais;
- 4) a nova preocupação com as responsabilidades, em oposição à obsessão egoísta com os direitos individuais;
- 5) o crescente interesse da cultura corporativa por normas, valores e pela responsabilidade social;
- 6) a devolução de muitas tarefas dos grandes governos e instituições para o setor privado, grupos de cidadãos e até mesmo famílias;
- 7) a crescente proeminência de questões que têm pouco a ver com o poder ou com a criação de riqueza e que têm tudo a ver com a qualidade de vida no planeta;
- 8) o recrudescimento do sentimento religioso em meio ao mundo secular de mercado.

¹⁶⁰ AYALA II, Jaime A Zobel de. Prevendo a comunidade do futuro. In: DRUCKER, Peter F. (org.). *A Comunidade do Futuro*. São Paulo: Futura, 2001.

Embora o mundo permaneça demarcado em países, regiões, culturas e civilizações separadas, há traços de sentimentos e ações comuns em todos os hemisférios. Poderíamos dizer que as realidades emergem de um processo contínuo de transformação. Nesse sentido, Ayala II aponta três forças que moldam nosso cotidiano hoje:

- 1) a tecnologia da informação e a sociedade do conhecimento;
- 2) a emergência de países pobres e de uma classe média de maior porte na economia global;
- 3) a crescente democratização do mundo.

De qualquer modo, existe ainda hoje um instinto de comunidade, que pode estar se materializando em crescente fragmentação e isolamento ou na proliferação de ilhas de especialização, isto é, comunidades que sabem como se conectar a outras através de sua diversidade. Estas comunidades tiveram sucesso na criação de relacionamentos sustentáveis e estão estabelecendo teias de relações que podemos denominar *ecossistemas*. Nestes processos de interação, novas capacidades e talentos emergem, a partir exatamente de tal diversidade.

Estes indivíduos e sistemas nascem de duas forças: a necessidade absoluta de liberdade individual e a necessidade de relacionamentos. O paradoxo central deste processo é exatamente o individualismo e a união, na sociedade moderna. Individualismo estimulado pela carga informativa proposta pelos meios de comunicação e informação. União, pelo simples fato de que o homem é, desde

seus primórdios, um ser sociável, que não sobrevive em total isolamento. A busca de relacionamentos se dá exatamente pela necessidade de estabelecer o espelhamento do eu no outro e do nós nos outros, conforme vimos anteriormente. Mas, se levarmos em conta o paradoxo central de comunidade, o grande potencial de um mundo conectado eletronicamente está sendo utilizado parcialmente para criar fronteiras ainda mais sólidas de isolamento, em função da falta de identidade, tanto individual quanto coletiva.

Neste sentido, Ana Fani Alessandri Carlos¹⁶¹ – professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP – levanta uma questão importante a respeito das cidades contemporâneas, principalmente as brasileiras: a questão do tempo, tempo de construção da vida cotidiana. Um ritmo que marca o modo de vida das pessoas. A duração, segundo a autora, é determinada por um tempo que tem a dimensão do produzir-se social e historicamente, diferente do tempo biológico que é determinado pela natureza.

Na realidade, essa noção de tempo, que permeia a vida de relações, alude à situação do homem no mundo moderno, conflituosa e contraditória. [...] E essa idéia de tempo que permeia a vida das pessoas, ritmando o corre-corre da metrópole, atinge corações e mentes, inebria e amortece. [...] A vida das pessoas se reproduz com a mesma rapidez com que se reproduz a cidade. [...] Por outro lado, os habitantes parecem perder na cidade suas próprias referências¹⁶²

Concordando com Ceres e Barbero, Roberto DaMatta¹⁶³ diz que na cidade brasileira há um nítido movimento rotineiro. A casa e a rua interagem e se complementam num ciclo cumprido diuturnamente pelos habitantes da cidade.

¹⁶¹ CARLOS, Ana Fani A. *A Cidade. O homem e a cidade; a cidade e o cidadão; de quem é o solo urbano?* São Paulo: Contexto, 1992.

¹⁶² *Ibid.*, p.18-19.

¹⁶³ DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Para o autor, essa viagem representa uma divisão clara entre dois espaços sociais fundamentais que dividem a vida social brasileira: o mundo de casa e o mundo da rua.

A idéia de um destino em conjunto, de objetos, relações, valores que todos os grupos sabem que importa resguardar e preservar – símbolos coletivos – é a idéia de tradição, preservada na fronteira da casa com a rua.

Estamos nos referindo a um espaço profundamente totalizado numa forte moral. Uma dimensão da vida social permeada de valores e de realidades múltiplas. [...] Não se trata de um lugar, físico mas de um lugar moral: esfera onde nos realizamos basicamente como seres humanos que têm um corpo físico, e também uma dimensão moral e social. Assim, na casa [...] temos um lugar singular numa teia de relações marcadas por muitas dimensões sociais importantes [...]¹⁶⁴.

E Roberto DaMatta vai além:

A conjunção de tudo isso faz com que nós, brasileiros, tenhamos uma percepção de nossas moradas como lugares singulares, espaços exclusivos. [...] Mesmo quando são residências baratas ou casas de vila, construídas de modo idêntico, algo marca e revela sua identidade e, com isso, a identidade do grupo que a ocupa. [...] Por ser um espaço assim inclusivo, e simultaneamente, exclusivo, a casa pode ter também seus agregados. Pessoas que vivem no domicílio, mas que não são parte da família¹⁶⁵.

Para o autor, tudo aquilo que compõe nosso espaço pessoal é simbólico e cumpre um papel social: nos ajuda a estabelecer a nossa mais profunda identidade social, como sujeitos indiferenciados de um mundo anônimo e asfaltado onde ninguém conhece ninguém, que se move indiferenciadamente no mundo da rua e que acaba por ser constituído por aquilo que chamamos de povo ou de massa.

¹⁶⁴ CARLOS, Ana Fani A. Op. cit., p.24-25

¹⁶⁵ DAMATTA, Roberto. Op. cit., p.26.

... o universo da rua – tal como ocorre com o mundo da casa – é mais que um espaço físico demarcado e universalmente reconhecido. Pois para nós, brasileiros, a rua forma uma espécie de perspectiva pela qual o mundo pode ser lido e interpretado. Uma perspectiva [...] oposta mas complementar à casa [...]. Mas, além de tudo isso, a rua é o espaço que permite a mediação pelo trabalho¹⁶⁶.

Assim, a cidade apresenta-se como um fenômeno concentrado e contraditório, fundamentado numa complexa divisão espacial do trabalho; uma aglomeração que tem em vista o processo de produção norteado pelo trabalho assalariado, pela socialização do trabalho, pela concentração dos meios de produção e pela apropriação privada.

Essa aglomeração, conforme Carlos¹⁶⁷,

busca diminuir a distância – tempo do local de produção ao de consumo da mercadoria e com isso aumentar as distâncias entre as pessoas. A concentração de gente exercendo atividades diferenciadas cria um espaço que repousa, em última análise, nas relações contraditórias entre o capital e o trabalho. Essas relações estão fundamentadas na apropriação que se expressa juridicamente na propriedade privada do solo que se manifesta nos usos diferenciados¹⁶⁸.

Portanto, a cidade, enquanto construção humana, apresenta-se também enquanto formas de ocupações. É o modo de ocupação de uma determinada cidade dar-se-á a partir da necessidade de realização de uma determinada ação. Essa produção espacial realiza-se, por sua vez, no cotidiano das pessoas. Assim, geralmente, as classes de maior renda habitam as melhores áreas e as classes menos abastadas, as periferias ou centros deteriorados e abandonados.

Quais seriam, então, os elementos comuns de uma comunidade ideal no início do século XXI?

¹⁶⁶ *Ibid.*, p.31

¹⁶⁷ CARLOS, Ana Fani A. *Op. cit.*, p.41-42.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p.42

Para Stephen R. Covey¹⁶⁹, esses elementos seriam:

- 1) um padrão: bondade centrada em princípios que valorizem a confiança compartilhada;
- 2) um coração: visão e direção, isto é, valor à interdependência de cada um, constroem uma infra-estrutura que permite a todos uma distribuição de renda e qualidade de vida que seja igualitária;
- 3) uma mente: propósito, missão e unidade, não-uniformidade; unicidade, não-identidade;
- 4) igualdade econômica.

Será que estamos tão longe disto? O propósito deste trabalho é justamente avaliar em que momento sócio-histórico estamos vivendo na atualidade, através do estudo dos processos de comunicação comunitária que utilizam as novas tecnologias de informação e comunicação como forma de pertencimento e sustentabilidade. Para tanto, precisamos, primeiramente, entender de que comunidade estamos falando.

¹⁶⁹ COVEY, Stephen R. A comunidade ideal. In: DRUCKER, Peter F. (org.). A Comunidade do Futuro. São Paulo: Futura, 2001.

2.3 A COMUNIDADE NA SOCIEDADE GLOBAL INFORMATIZADA

Antes de abordarmos o tema deste tópico, faz-se necessário trazer à reflexão o que significam as comunidades virtuais eletrônicas. Conforme José Carlos Ribeiro¹⁷⁰:

as trocas de informações e de comunicações entre os usuários das redes eletrônicas constituíram, desde o princípio, os elementos centrais do nascimento e do crescimento desse tipo de agrupamento social. O grau de afinidades e os interesses comuns conduziram e facilitaram a aglutinação e o estabelecimento de vínculos sociais, por vezes bastante intensos, que produziram uma série de laços de identidade e partilha de objetivos entre os usuários de tais sistemas. Em linhas gerais, tais agrupamentos iniciais foram resultantes de duas posturas adotadas (na maioria das vezes compartilhadas) pelos participantes pioneiros. Uma dessas posturas era fruto da idéia visionária de construção de uma sociedade diferenciada, comprometida com ideais democráticos e comunitários, e buscava o estabelecimento de um novo tipo de relações sociais; enquanto a outra era oriunda da simples curiosidade intelectual, que tinha como objetivo principal a mera apropriação das técnicas disponíveis, sem atentar ou dar importância aos aspectos mais transcendentais de seus atos.

Citando Palácios, o autor propõe alguns pontos básicos característicos da comunidade moderna, quais sejam:

- 1) o sentimento de pertencimento;
- 2) uma territorialidade (geográfica e/ou simbólica) definida;
- 3) a permanência;
- 4) a ligação entre sentimento de comunidade, caráter cooperativo e emergência de um projeto comum;
- 5) a existência de formas próprias de comunicação;
- 6) a tendência à institucionalização.

¹⁷⁰ RIBEIRO, José Carlos S. Comunidades Virtuais Eletrônicas. In: www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/art_icarlos1.html

A literatura atual ainda não chegou a um consenso a respeito da definição desse tipo de comunidade. José Carlos S. Ribeiro esclarece que

Rheingold (1996), destacando um dos aspectos mais visíveis, comenta que ela seria formada por um ecossistema de subculturas, e que possuiria a característica semelhante a uma espécie de colônia de microorganismos em constante ebulição. Ainda segundo o autor (Rheingold:1996,18), as Comunidades Virtuais são os agregados sociais surgidos na Rede, quando os intervenientes de um debate o levam por diante em número e sentimento suficientes para formarem teias de relações pessoais no ciberespaço¹⁷¹.

Deste conceito, podemos destacar alguns pontos que parecem refletir as características apontadas por Palácios¹⁷² na formação da comunidade. Evidencia-se o sentido de pertencimento e de permanência (mesmo que temporária) na formação de um espaço (territorialidade simbólica), onde possam ser estabelecidas relações sociais.

Em sua caracterização, Lévy¹⁷³ ressalta, além dos demais pontos citados, a construção de um projeto comum como elemento agregador e potencializador das dinâmicas sociais constituídas nestes espaços de convivialidade.

Para André Lemos¹⁷⁴, as cidades são artefatos criados pelo homem no tempo e no espaço, na organização da vida comum. E uma vez que o termo *urbano* vem do latim *urbs*, que significa *cidade*, em oposição ao *rural*, *rus*, para esse autor, o urbano torna-se um conceito intrinsecamente ligado ao comportamento das cidades.

¹⁷¹ *Ibid.*, p.101.

¹⁷² In: LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos. *Janelas do Ciberespaço: Comunicação e cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

¹⁷³ Lévy, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

¹⁷⁴ LEMOS, André. *Cibercidades*. In: LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos. *Op. cit.*, p. 101.

2.3.1 As comunidades contemporâneas: Uma virtualidade presencial ou um virtual presente?

Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos e projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais¹⁷⁵.

A convivência dos participantes nestes contextos virtuais se faz através de trocas comunicacionais localizadas em um espaço desterritorializado, sem suportes físicos que sirvam de referências para suas interações. Formada por elementos construídos basicamente pelo trânsito contínuo de mensagens, tais configurações vão tomando corpo, criando sua especificidade (ainda não totalmente precisa ou demarcada), delineando os seus primeiros contornos (não físicos), através do múltiplo fluxo de informações e mensagens compartilhadas. Este fluxo se apresenta, ao mesmo tempo, como sendo fomentador de atividades e discussões sobre tópicos e assuntos diversos, e como suporte para o estabelecimento de vínculos sociais figurados por participantes não corpóreos. A sociabilidade promovida a partir desses componentes vai se configurando de uma forma inédita, uma vez que não há registros na história humana de formas de práticas sociais de convívio com tais características.

As chamadas *comunidades virtuais* surgiram a partir de iniciativas localizadas em diversos pontos geográficos e foram formadas de maneira não-coordenada e não-prevista, enquanto movimento uniforme, tendo-se originado de

¹⁷⁵ LÉVY, Pierre. Op. cit., p.127.

um contexto sociocultural comum, ocorrido nos anos situados no final da década de 60 e início da década de 70.

Algumas convergências podem ser detectadas e caracterizadas como sendo, para estes pioneiros, os elementos norteadores de suas ações. Em princípio, verifica-se a presença constante do desejo de experimentar novas possibilidades promovidas pela tecnologia disponível no momento. A improvisação e criação de novos programas (*softwares*) e, conseqüentemente, de novas utilidades para os componentes técnico-informáticos, foi, provavelmente, uma das principais características deste primeiro momento do desenvolvimento das redes de comunicação, mediadas pelo computador.

Conforme explica Ribeiro, em seu artigo,

neste período inicial, o desenvolvimento tecnológico foi profundamente acelerado pelas pesquisas militares, subsidiadas pelo Departamento de Defesa do governo norte-americano, que visavam a construção de uma rede de comunicações desprovida de um controle centralizado, a fim de sobreviver a um possível ataque nuclear, temido durante o período da Guerra Fria¹⁷⁶.

Foi criada então a ARPANET (*Advanced Research Projects Agency Net*), a rede inicial de computadores que resultou na atual *Internet*, a grande mãe das redes.

Com os avanços tecnológicos da telecomunicação e da informática, foi possível a criação de um novo componente: a rede telemática que possibilitou a ligação e o entrelaçamento de computadores situados em lugares

¹⁷⁶ RIBEIRO, José Carlos S. Op. cit., p.101.

geograficamente distantes e os mais diversos possíveis, permitindo a transmissão de dados informacionais.

A convergência das possibilidades técnicas com os aspectos sociais, presentes no contexto cultural da época, foi inevitável, e como tal, os frutos dessa união resultaram em ações que buscavam, em última instância, o estabelecimento de um novo tipo de sociedade, promovidas por novos espaços de convivência e novas formas de relacionamento. Em linhas gerais, o espírito comunitário foi uma das principais causas para o estabelecimento de um ideal que perpassou todo esse momento de eclosão dos diversos agrupamentos sociais, a partir da comunicação mediada pelo computador.

Através de modelos e arquiteturas diferentes, foi surgindo espontaneamente, e de forma quase simultânea, uma série de agrupamentos que buscavam a utilização desses recursos. Desse contexto, nascem as chamadas BBS (*Bulletin Board System*), sistemas de quadros de mensagens eletrônicas. Tais redes eletrônicas tinham como função principal permitir a troca de avisos e notas entre os participantes.

Alguns desses participantes traziam em seus estilos de vida uma concepção ideológica formatada pela contracultura – largamente adotada por jovens naquele período – e buscavam mudanças estruturais na sociedade vigente. Tendo como objetivo último a progressiva transformação da sociedade e a emergência de novas relações sociais baseadas na livre circulação de informações, esses participantes preocuparam-se em aprimorar os meios

tecnológicos e estruturais utilizados pelas BBS, privilegiando mais a troca, a discussão e a interação do que a simples exposição de boletins informativos.

Um pouco mais tarde, por volta do início da década de 80, e ainda dentro do espírito vigente, marcado por ideais comunitários e de anseios por novas mudanças, surgem outras modalidades de comunidades virtuais, como a WELL (*Whole Earth Electronic Link*), quando foram criados sistemas de conferência pública que permitiam aos usuários a participação em conversas públicas e troca de correspondências eletrônicas entre si. A partir desse momento, percebe-se um aumento significativo de pessoas interessadas neste novo meio de comunicação. Nascem, então, experiências semelhantes no Japão (TWICS, COARA), na França (MINITEL), na Inglaterra (CIX), e no resto do mundo. É o momento do início da interligação das pequenas redes, através de um sistema de capilarização das conexões, criando cada vez mais o intercâmbio de informações e de possibilidades advindas desta crescente união, formatando a face atual da rede.

Em paralelo a este momento (por volta da década de 80), aparecem também outras formas de comunicação mediada por computador, formatadas com objetivos e características diferentes das tradicionais reuniões, baseadas em troca de correspondências através da sistemática das conferências virtuais. São os MUDs, os CHATs, as listas de discussão, etc., cada uma delas com uma tipicidade própria, mas todas constituídas por usuários ávidos em obter informações, *on-line*, e, principalmente, ansiosos por compartilhar particularidades de sua vida social.

Assim, lembrando mais uma vez Pierre Lévy,

um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência. A virtualização atinge mesmo as modalidades do estar junto, a constituição do nós. [...] o virtual [é] um modo de ser fecundo e poderoso, que põe em jogo processos de criação, abre futuros, perfura poços de sentido sob a plenitude da presença física imediata. [...] [É] um processo de transformação de um modo de ser no outro¹⁷⁷.

Lévy aponta as três virtualizações que fizeram o humano: a linguagem, a técnica e o contrato. Segundo este autor, a linguagem virtualiza o tempo real, uma vez que é através da linguagem que o humano passa a habitar o espaço virtual, já que o fluxo temporal é tomado como um todo.

Nesse tempo assim concebido e vivido, a ação e o pensamento não consistem apenas em selecionar entre possíveis já determinados, mas em reelaborar constantemente uma configuração significativa de objetos e coerções, em improvisar soluções, em reinterpretar desse modo uma atualidade passada que continua a nos comprometer. Por isso, vivemos o tempo como problema. [...] O que era interno e privado torna-se externo e público. Mas isso é igualmente verdade em outro sentido [inverso]¹⁷⁸.

Para Lévy, a virtualização não é necessariamente acompanhada por um desaparecimento. Na verdade, ela acarreta, segundo este autor, um processo de materialização, o que pode ser explicado através da virtualização técnica, o segundo pressuposto para a formação do humano, na teoria *levyniana*.

Para este autor, mais que uma extensão do corpo, como afirmava Marshall McLuhan, uma ferramenta é a virtualização da ação humana.

Há poucas virtualizações da ação e muitas atualizações das ferramentas. [...] A ferramenta, a permanência de sua forma são uma memória do corpo em ato. A ferramenta cristaliza o virtual. A técnica não virtualiza apenas os corpos e as ações, mas também as coisas. [...] Em suma, o mesmo objeto técnico pode ser considerado segundo quatro modos de ser. Enquanto problematização, desterritorialização,

¹⁷⁷ LÉVY, Pierre. *O que é Virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996. p.11-12.

¹⁷⁸ *ibid.*, p.71-73.

passagem ao público, metamorfose e recomposição de uma função corporal, o objeto técnico é um operador de virtualização¹⁷⁹.

O terceiro processo de virtualização do qual emerge a humanidade, segundo Lévy, cresce com a complexidade das relações sociais. É um processo que o autor chama de *virtualização da violência*, ou *contrato*. Para ele, a virtualização dos relacionamentos e dos impulsos imediatos, ao mesmo tempo em que estabiliza comportamentos e identidades, fixa os procedimentos necessários para transformar esses relacionamentos e os estatutos pessoais, organizando o movimento ou a desterritorialização de relacionamentos virtualizados.

Pierre Lévy aponta ainda a arte, neste processo, como a responsável por dar uma forma externa às emoções e sensações experimentadas no mais íntimo da subjetividade humana. É, para o autor, a virtualização da virtualização, por questionar a própria virtualização humana.

Numa última espiral, denunciando assim o motor da virtualização, problematiza o esforço incansável, às vezes infundado e sempre fadado ao fracasso, que empreendemos para escapar à morte¹⁸⁰.

Nesse sentido, Lévy aponta a hipótese de que as operações gramaticais, dialéticas e retóricas, chaves da capacidade virtualizante da linguagem, caracterizam igualmente a técnica e a complexidade dos relacionamentos¹⁸¹, sem, no entanto, reduzir todo o processo de virtualização à linguagem, mas, sim, tratando de pôr em evidência uma estrutura abstrata capaz de sustentar este processo.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p.76.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p.79.

¹⁸¹ *Ibid.*, p.83.

Dessa forma, Lévy encaminha o raciocínio para a compreensão do que chama de *virtualização da inteligência*. Para o autor, inteligência é um conjunto de aptidões cognitivas, formado pelas capacidades de perceber, de lembrar, de aprender, de imaginar e de raciocinar.

Portanto, por se estabelecer num processo de troca, a inteligência é sempre atravessada por uma dimensão coletiva, porque não é apenas a linguagem, os objetos e as instituições sociais que pensam dentro de nós, mas o conjunto do mundo humano, com seus desejos, afetividades, máquinas mentais híbridas e sentidos imagéticos. Também é por isso que temos o que Lévy chama de *inteligência coletiva*¹⁸².

O atual curso dos acontecimentos converge para a constituição de novos meios de comunicação, de pensamento e de trabalho, formatando, com isso, novas estruturações de sociedades humanas. Além de repercussões econômicas e comerciais ligadas ao surgimento dos meios multimidiáticos, surgem outros aspectos civilizatórios, como, por exemplo, novas estruturas de comunicação, de regulação e de cooperação, linguagens e técnicas intelectuais inéditas, modificações das relações do tempo e do espaço, etc. É importante, no entanto, salientar que, diferente do início de nossa civilização, agora podemos pensar coletivamente. Mais que isto, podemos agir coletivamente.

É por isso que a invenção de novos procedimentos de pensamento e negociação faz emergir verdadeiras inteligências coletivas [...]. O espaço do novo nomadismo não é o território geográfico, nem o das instituições ou o dos Estados, mas um espaço invisível de conhecimentos, saberes, potências de pensamento em que brotam e se transformam qualidades do ser, maneiras de constituir sociedade. [...] A inteligência coletiva visa menos ao domínio de si por intermédio das

¹⁸² LÉVY, Pierre. *A Inteligência Coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 2000.

comunidades humanas que a um abandono essencial do que diz respeito à idéia de identidade, aos mecanismos de dominação e de desencadeamento dos conflitos, ao desbloqueio de uma comunicação confiscada, a voltar a trocar entre si pensamentos isolados¹⁸³.

Para Lévy, no regime do trabalho assalariado, o indivíduo vende sua força ou seu tempo de trabalho de modo quantitativo e facilmente mensurável. Com a nova configuração do mundo, esse regime cede lugar à valorização direta de sua atividade, isto é, de suas competências, qualitativamente diferenciadas.

A capacidade de formar e reformar rapidamente coletivos inteligentes era se tornar a arma decisiva dos núcleos regionais de conhecimento específico (*savoir-faire*) em competição em um espaço econômico mundializado. [...] A novidade nesse domínio, é pelo menos tripla: deve-se à velocidade na evolução dos saberes, à massa de pessoas convocadas a aprender e a produzir novos conhecimentos e, enfim, ao surgimento de novas ferramentas (as do ciberespaço) que podem fazer surgir, por trás do nevoeiro informacional, paisagens inéditas e distintas, identidades singulares, específicas desse espaço, novas figuras sócio-históricas¹⁸⁴.

Para o autor, o papel da informática e das técnicas de comunicação, com base digital, neste contexto, seria o de promover a construção de coletivos inteligentes, nos quais as potencialidades sociais e cognitivas de cada um pudessem desenvolver-se e ampliar-se de maneira recíproca. Essa visão de futuro, segundo Lévy, organiza-se em torno de dois eixos: o da renovação do laço social, por intermédio do conhecimento, e o da inteligência coletiva, propriamente dita.

Basear o laço social na relação com o saber consiste em encorajar a extensão de uma civilidade desterritorializada, que coincide com a fonte contemporânea de força, ao mesmo tempo em que passa pelo mais íntimo das subjetividades. [...] [E a inteligência coletiva] é uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta numa mobilização efetiva das competências. Acrescentamos à nossa definição este complemento indispensável: a base e o objetivo da inteligência coletiva são o

¹⁸³ *Ibid.*, p.13-17.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p.22-24.

reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas, e não o culto de comunidades felichizadas ou hipostasiadas¹⁸⁵.

Portanto, o coletivo inteligente, na opinião de Pierre Lévy, é a nova figura da cidade democrática. Em conseqüência, a cidade inteligente tem por finalidade seu próprio crescimento, sua densificação, sua extensão, seu retorno sobre si mesma e sua abertura ao mundo.

Numa perspectiva política, as grandes fases da dinâmica da inteligência coletiva são a escuta, a expressão, a decisão, a avaliação, a organização, a conexão e a visão, cada uma delas remetendo a todas as outras¹⁸⁶.

Desta mesma opinião é Manuel Castells¹⁸⁷. Para este autor, a crescente internacionalização da vida econômica, política, social e cultural tem também afetado as cidades, principais centros de relação, produção e conhecimento, uma vez que o território, neste novo contexto social, tende a se organizar como espaços interconectados em rede.

2.3.2 As cidades em rede

A partir de 1985, as redes de cidades experimentaram um avanço, consolidando-se como uma estratégia quase que obrigatória, em função do contexto da época. Os principais objetivos das redes de cidades, conforme Manuel Castells, giram em torno das necessidades de:

¹⁸⁵ *ibid.*, p.27-29.

¹⁸⁶ *ibid.*, p.69.

¹⁸⁷ CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. *Local y Global: La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1997.

- 1) estruturação de um sistema de *lobby*, frente a terceiros;
- 2) consolidação de espaços territoriais, econômicos, políticos, demográficos, etc., mínimos que permitiam a geração e utilização de uma economia de escala e de concentração, assim como o desenvolvimento de infra-estruturas e atividades de ponta;
- 3) inserção em um sistema internacional que permita o acesso e a utilização de um volume crescente de informação, o intercâmbio de experiências e tecnologias;
- 4) a obtenção de funções de liderança;
- 5) a inserção das cidades, através das redes, em espaços de atuação, considerados superiores.

Hoje, conforme Alfredo Meneghetti Neto, as cidades em rede podem ser definidas como

aquelas que dispõem de tecnologia mínima, isto é, uma linha telefônica local, um computador pessoal e um modem (para conectar o computador à linha telefônica) e que estão integradas e associadas a outras através da internet. Fazem parte de um grupo que tem os mesmos objetivos e procuram trocar informações dentro de um contexto de cooperação internacional. Cumprem um amplo programa que abrange temas educacionais, de saúde, de transportes, meio ambiente e etc.¹⁸⁸.

Assim, as comunidades organizacionais dinâmicas de hoje, constituídas a partir de uma tecnologia de comunicação assíncrona, global e colaborativa, passam a configurar as novas aglomerações humanas deste século.

¹⁸⁸ MENEGHETTI NETO, Alfredo. *Redes de Cidades: Cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – O caso da rede Mercocidades*. Porto Alegre, 2002. Tese de doutoramento. p.35.

Uma outra perspectiva a ser levantada: as comunidades atuais são comunidades de liderança por escolha, isto é, para a maioria das comunidades humanas, a partir de seu processo sócio-histórico, a filiação a uma comunidade não era resultado de uma escolha deliberada, mas uma questão de história e tradição, ou seja, são comunidades compulsórias. Mas, a tendência das comunidades, neste século, é de serem comunidades por escolha, isto é, as pessoas farão parte das comunidades que desejarem. Nesse sentido, o equilíbrio de poder passa a ser bastante diferente e a comunidade deverá provar seu valor aos seus integrantes, e vice-versa.

Marshall Goldsmith¹⁸⁹ propõe uma classificação dessas comunidades em:

- 1) comunidades geográficas;
- 2) comunidades religiosas;
- 3) comunidades culturais;
- 4) comunidades organizacionais;
- 5) comunidades de serviço voluntário;
- 6) comunidades por interesse.

O autor utiliza essa classificação como categorias que o auxiliaram a entender a nova configuração das comunidades que compõem as chamadas cidades em rede.

Ainda que não seja um espaço geográfico definido, todas as comunidades necessitam organizar-se em função de um lugar – que pode ser entendido como

¹⁸⁹ GOLDSMITH, Marshal. Comunicações globais e comunidades por escolha. In: DRUCKER, Peter F. (org.). *A Comunidade do Futuro*. São Paulo: Futura, 2001.

uma variável de análise de nosso objeto de estudo. Na verdade, se interpretarmos a categorização do autor em relação à classificação das comunidades, sob os olhos de Edgard Morin, poderemos perceber que existe uma forma auto-organizativa em cada uma delas, que gera uma relação recursiva – entrópica- entre os sujeitos, na busca pela possibilidade de se autogestionar, isto é, de se retroalimentar, conforme trataremos mais detalhadamente em capítulos posteriores, neste trabalho.

Sendo assim, no caso das comunidades virtuais, podemos apontar como lugar ou *locus*, o ciberespaço, se analisarmos as cidades em rede – isto é, aquelas interconectadas através de uma rede de computadores, conforme a definição de Meneghetti, e as cibercidades.

Também o ciberespaço pode ser classificado a partir de duas perspectivas, conforme explica André Lemos¹⁹⁰:

- 1) como um lugar onde estamos, quando entramos em um ambiente virtual;
- 2) com um conjunto de rede de computadores interligados, ou não, em todo o planeta.

Sendo assim, podemos dizer que os meios de comunicação, e mais especificamente a convergência das mídias, têm, através de sua ação, modificado o espaço e o tempo, tanto quanto as relações sociais, transformando a idéia de

¹⁹⁰ LEMOS, André. Op. cit.

comunidade. Assim, a comunicação mediada por computador também afeta a sociedade, influenciando o cotidiano e a noção de comunidade.

Podemos concluir, então, que já não temos mais hoje somente comunidades delimitadas territorialmente ou por suas relações parentais. Mais que isso, podemos dizer que as discussões públicas e as pessoas que se encontram e reencontram, mantêm contato através da *Internet* para levar adiante a discussão, o tempo e o sentimento. Esses elementos combinados através do ciberespaço poderiam ser formadores de redes de relações sociais, constituindo-se em comunidades¹⁹¹.

Na verdade, em função das novas tecnologias, não existe mais a necessidade de um *locus* específico.

Para Jones¹⁹², a *comunidade virtual* pode ser entendida como:

- 1) diversas formas de grupos, via comunicação mediada por computador, com um *lugar virtual* no ciberespaço;
- 2) novas formas de comunidade, criadas através do uso de ferramentas de comunicação na Comunicação Mediada por Computador.

¹⁹¹ REINGOLD. Apud RECUERO, Raquel da Cunha. Comunidades virtuais; Uma abordagem teórica. In: DORNELES, Beatriz (org.). *Mídia, Imprensa e as Novas Tecnologias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p.228.

¹⁹² JONES, Quentin. Virtual-communities, virtual settlements & ciber-archeology – A theoretical outline. *Journal of Computer Mediated Communication*, v.3, n.3, dez. 1997. <http://www.liq-see.com/professores/jurema/estruturas.html> (On-line, 01.08.2001).

Para o autor, a primeira definição seria o *estabelecimento virtual* (*virtual settlement*) e a segunda, a verdadeira *comunidade virtual*. Jones tenta distinguir a comunidade virtual do local que ela ocupa no ciberespaço. Afirma que o estabelecimento virtual geralmente vem seguido de uma comunidade virtual associada. Seria, assim, possível identificar as comunidades virtuais a partir de seu estabelecimento.

Este estabelecimento é um ciberlugar simbolicamente delineado por um tópico de interesse permeado pela interatividade.

Portanto, podemos, então, classificar a *interatividade* como o estabelecimento de *trocas mútuas* (que se dá de forma negociada) e/ou o estabelecimento de *trocas reativas* (processo de estímulo-resposta), mas é na interação mútua em que se encontra a construção relacional entre os indivíduos dessa nova comunidade. Essa interatividade está intrinsecamente ligada à forma de utilização do meio, tornando-se sua característica.

Nas comunidades virtuais, a *permanência* é condição *sine qua non* para o estabelecimento de tempo, necessário à construção de relações mais aprofundadas. Por outro lado, o *pertencimento*, outra característica importante da comunidade virtual, vai estabelecer o sentido de ligação, associado à comunidade em si, e não ao território, uma vez que é possível se escolher a comunidade da qual se deseja fazer parte.

Portanto, as *comunidades virtuais* podem ser um campo de atuação da *periferia*, em relação ao *centro*, extremamente profícuo. Pode-se verificar que

existem comunidades em rede, formando verdadeiras cidades de troca, buscando assim a complementaridade econômica, social, cultural e histórica, bem como o estabelecimento de uma nova identidade, baseada numa hibridização desterritorializada. Tudo isso ocorre em função de um pressuposto principal: a comunicação.



Eu quero denunciar o contraste social / Enquanto o rico vive bem, o povo
pobre vive mal / Cidade maravilhosa é uma grande ilusão / Desemprego pobreza
miséria corpos no chão / As crianças da favela não tem direito ao lazer /
Governantes só falam e nada querem fazer / O posto de saúde é uma indecência
/ Só atendem se o caso for uma emergência / Sociedade capitalista com o peito
aberto / Rir de longe é melhor do que sofrer de perto / Miséria e morte é o
nosso dia a dia / Pelo menos entre nós não existe ajuda / Um amigo estudou
não teve oportunidade / Brigou, lutou por sua dignidade / Mas uma vez por
falta de opção / O seu trabalho foi na boca com uma noze na mão / Ele queria
um dia voltar atrás / Infelizmente esse amigo já não vive mais / Se ele
tiver uma chance podia ser trabalhador / Como não teve, para o inferno
alguém lhe mandou

Contraste social, o povo pobre é que vive mal / Eles querem negão dentro da prisão
Estouram uma boca de fumo, o traficante é preso / Para a alegria da polícia,
o traficante é preto / Na cadeia com certeza vai passar muito tempo / Mas se
tivesse dinheiro teria um justo julgamento / Num país onde o dinheiro domina
/ Família faz da praça a sua morada / A política é movida através de propina
/ Um inocente é condenado sem ter feito nada / E assim vamos fazendo o que
diz a bandeira / Ordem e progresso no país de terceiro mundo / Não queremos
ser tratados de qualquer maneira / Como se todos na favela fossem vagabundos
/ Quem está por cima não esquentam / Ri de nós e joga o osso para o mundo
cão / 27 de janeiro de 1994 / Uma mulher com as costas cheias de buraco,
Estava parada com a filha na fila do orelhão / Recebeu pelas costas dois
tiros de bagulhão / A filha ficou ferida e a mãe morreu / Mais um fato
ocorrido na Cidade de Deus / O mesmo não acontece na Zona Sul / Não foi
bandido quem matou, tava com farda azul / Não quero fazer sensacionalismo
Apenas te mostrar que agente vive na beira do abismo

Contraste social, o povo pobre é que vive mal / Eles querem negão dentro da
prisão

O coletivo de favelado agora é arrastão / Discriminados na rua, na praia, na
condução / A televisão esquece da pobreza / Impondo a playboyzada como
padrão de beleza / Por isso que muito cara fica revoltado / Com o sistema
que deixa os pobres acorrentados / Deve ser muito fácil falar da cobertura
Daqui debaixo aonde eu tô a realidade é bem mais dura / Aqui não tem
playground, não tem carro do ano / Aqui não tem piscina com playboy nadando
Aqui não tem shopping, não tem boate / Mas tem soldado de azul brincando de
"Suat" / Tem água de esgoto passando na rua / Tem gente sem casa, dormindo
na chuva / Aqui não tem lazer, não tem quadra de basquete / A pelada é no
CIEP / Porrada que agente levava no tronco / Agora levamos na rua e pronto
Ficamos com a boca fechada porque não queremos ir para o inferno / Te mandam
pro saco dentro do buraco, esse é o mundo moderno / Tiro de doze
metralhadora e se acabou / A vida de mais um irmão, que pelos direitos
reclamou / Fique ligado, nada mudou, veja o que se passou / Chibatada que
agente levava no tronco não cicatrizou / Se você não se ligou / Se liga
então, nada mudou / Se na sua cabeça, eu estou equivocado / Desça da
cobertura e passe apertado do meu lado

Contraste social, o povo pobre é que vive mal / Eles querem negão dentro da prisão

CONTRASTE SOCIAL

(M.V.BILL)

3 O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL

Conforme procuramos demonstrar até aqui, a evolução do sistema capitalista teve, entre outras, duas conseqüências fundamentais para este estudo: a criação das comunidades industriais urbanas (vilas operárias) e a evolução dos processos tecnológicos de comunicação. Ambas, com a evolução sócio-histórica do sistema econômico capitalista, acabaram por se tornar os pilares necessários para a constituição da sociedade ocidental contemporânea neoliberal, principalmente em países de Terceiro Mundo. Em função disso, estudos desenvolvidos por pesquisadores das mais diversas áreas têm procurado entender a influência da comunicação neste processo. Por exemplo, no final do século XVIII, já encontramos, no pensamento do economista e matemático Adam Smith (1723-1790), na obra **Uma Pesquisa Sobre a Natureza e as Causas das Riquezas das Nações**, lançada em 1776, a idéia de que a comunicação contribuía para a organização do trabalho coletivo no interior da fábrica e na estruturação dos espaços econômicos. Divisão do trabalho e meios de comunicação (entendidos então como vias fluviais, marítimas e terrestres) fazem parte de um momento histórico que, na Inglaterra, por exemplo, começa a delinear-se com a I Revolução Industrial. Já na França, fundamentalmente

agrícola naquele momento, a visão de comunicação está intrinsecamente ligada ao vetor do progresso e realização da razão.

Por conseqüência, surge a noção de fluxo, uma tentativa de justificar a necessidade de um mercado livre, onde a circulação de bens e produtos pudesse se auto-regular, através da demanda de mercado.

3.1 BREVES NOÇÕES HISTÓRICAS SOBRE AS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO

Mattelart e Mattelart¹⁹³ chamam a atenção para o fato de que a divisão do trabalho e o modelo de fluxos materiais vão alimentar o que conhecemos hoje como o modelo cibernético de comunicação, baseado na noção de fluxos materiais com fluxos de *feedback* do dinheiro.

Os autores também acrescentam a importância de outro conceito: o de rede que, em meados do século XVIII, aparece como uma releitura do social a partir da idéia de ser vivo, feita por Claude Henri de Saint-Simon (1760-1825), que cria a categoria de organismo-rede e que, mais tarde, dará origem ao princípio de empreendimento. Naquela época, a sociedade passava a ser concebida como sistema orgânico, não só capaz de tecer redes de relações, mas também enquanto sistema industrial.

¹⁹³ MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999. p.15.

Na segunda metade do século XVIII, surge outra vertente: é o pensamento de Hebert Spencer (1820-1903), que dá amplitude ao conceito de comunicação, entendendo-a como um sistema orgânico, baseado na continuidade entre a ordem biológica e a ordem social: uma sociedade-organismo cada vez mais integrada, com funções cada vez mais definidas e com suas partes cada vez mais interdependentes. Aqui, a comunicação passa a ser vista como componente básico dos dois aparelhos orgânicos – distribuidor (infra-estrutura) e regulador (superestrutura). Ligada a esta vertente, está a idéia da comunicação como desenvolvimento.

A noção de sistemas técnicos básicos de comunicação e o princípio do livre comércio datam coincidentemente do século XIX, século que viu nascer também as noções fundadoras de uma visão de comunicação como fator de integração das sociedades humanas. Conforme Mattelart e Mattelart, a noção de comunicação englobou, também nesta época, a gestão das multidões humanas, noção esta centrada na questão das redes físicas e projetada no núcleo da ideologia do progresso¹⁹⁴.

No final do século XIX, o modelo de biologização do social se transformou em senso comum, para caracterizar a comunicação como agente de desenvolvimento e civilização¹⁹⁵. Acompanhando este modelo, desenvolve-se também a idéia de território e a noção de Estado, enaltecendo o espaço físico como algo essencial para a organização da sociedade, tanto em termos socioculturais como políticos e econômicos.

¹⁹⁴ Ibid., p.13.

¹⁹⁵ Ibid., p.20.

A explosão demográfica nas grandes metrópoles europeias, no final do século XIX, dá continuidade à idéia de multidão embrionada no início daquele mesmo século. No entanto, em função do avanço tecnológico dos meios de comunicação, surge também o conceito de *massa*, que se apresenta, segundo Mattelart e Mattelart¹⁹⁶, como uma ameaça real para a sociedade como um todo, o que demanda um esforço no sentido de se estabelecer um controle dos fluxos sociais.

O início do século XX é marcado pelo surgimento de uma nova vertente de estudos que tem origem na Escola de Chicago (EUA) e que entende a comunicação como base da organização social. É na Escola de Chicago que se desenvolve a idéia primeira de ecologia humana e a possibilidade de compreensão da sociedade como um ecossistema, com sua desorganização organizativa, seus conflitos e sua complexidade. As contribuições de Parks e Burgess criam um sistema teórico que envolve os conceitos da ecologia animal e vegetal, na análise das comunidades humanas, e identificam os três elementos essenciais que vão nortear a definição de comunidade: uma população organizada em um território, em maior ou menor medida nele enraizado, cujos membros vivem numa relação de interdependência mútua de caráter simbiótico¹⁹⁷.

Para os dois pesquisadores, é a luta pelo espaço que vai reger as relações interindividuais e esta competição é um princípio de organização.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p.20.

¹⁹⁷ Apud MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *Ibid.*, p.31.

A ecologia humana concebe toda a mudança que afeta a divisão do trabalho existente, ou as relações entre a população e o solo, no âmbito de um pensamento do equilíbrio, da crise e do retorno ao equilíbrio: ela estuda os processos pelos quais a balança biológica e o equilíbrio social mantêm-se uma vez conquistados, assim como aqueles pelos quais, desde que um ou outro se ache perturbado, opera-se a transição de uma ordem relativamente estável a outra¹⁹⁸.

No entanto, a crítica à teoria desenvolvida por Parks e Burgess surge a partir da separação feita pelos pesquisadores entre o processo de competição da matriz sociocultural, que define suas regras, e o sucumbir ao determinismo biológico. Existe uma certa dificuldade em estabelecer a divisão entre os dois planos, nos estudos de sociabilidade desenvolvidos sobre a tecitura urbana.

É então que a metodologia etnográfica se desenvolve a partir da idéia de se estudar as inter-relações sociais. Sua base está na micro-sociologia, que interpreta as manifestações subjetivas do ator social. Os destaques neste campo de estudo ficam com o pedagogo John Dewey (1859-1952) e com o psicossociólogo Charles H. Cooley (1863-1931).

É Cooley quem, pela primeira vez, utiliza a expressão *grupo primário* para designar os conjuntos que se caracterizam por uma associação e cooperação íntima entre si. Conforme Mattelart e Mattelart¹⁹⁹, Cooley entendia que os grupos eram primários em vários sentidos, sobretudo por se encontrarem na base de formação da natureza social e dos ideais do indivíduo, onde se concretizam

¹⁹⁸ *Ibid.*, p.32-33.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p.35.

através do conflito. Esse conflito seria necessário para uma análise que pretenda avaliar o impacto da nova ordem moral trazida pelas concentrações urbanas e industriais, e os novos meios de organização que são os dispositivos da comunicação psíquica e física, buscando uma interpretação mais complexa do indivíduo, sem deixar de lado a experiência vivenciada por cada um dos habitantes das grandes cidades.

O método etnográfico pretende uma concepção do processo de individualização, onde o indivíduo é capaz de uma experiência singular, única, traduzida em sua história de vida, sendo, ao mesmo tempo, submetido às forças de nivelamento e homogeneização do comportamento social.

Essa concepção se consolida na Escola de Chicago, junto com a idéia de que o indivíduo é um ser ambivalente e de que a comunicação só existe em função da diversidade individual, fator que pode levar à desintegração político-organizativa.

3.1.1 Pensando a partir da teoria da agulha hipodérmica

A supremacia da Escola de Chicago dura até os anos 40, quando outra corrente de pensamento sobre a comunicação se afirma: a *mass communication research*. Segundo Mattelart e Mattelart²⁰⁰, a primeira idéia sobre o conceito de *mass communication research* data de 1927 e foi postulada por Harold D.

²⁰⁰ Ibid., p.37.

Lasswell (1902-1978), em seus estudos sobre a propaganda na Primeira Guerra Mundial. Lasswell defende que os meios de difusão surgiram como instrumentos essenciais para a administração da opinião pública. Lasswell é o pai da chamada *teoria da agulha hipodérmica*, que julga a audiência como uma massa amorfa, a assimilar uniformemente as mensagens da mídia. A idéia de Lasswell vai ao encontro das teorias psicológicas da época, defendidas por pensadores como Le Bon (teoria das massas), John B. Watson (behaviorismo), Pavlov (condicionamento) e William McDougall (pai da psicologia social e defensor da idéia de que somente os instintos justificam os atos humanos). Com a proximidade da II Guerra Mundial, o pensamento de Lasswell tomará novo impulso, quando direciona seus estudos para a propaganda política.

A partir de 1932, com a eleição de Roosevelt nos Estados Unidos, nascem as teorias sobre a opinião pública e as pesquisas de opinião como instrumentos de manipulação. Lasswell, em meio a esta conjuntura, começa a trabalhar no que vai chamar de elementos que moldam o ambiente simbólico mundial²⁰¹ e consegue, nos anos de 40, estabelecer a sociologia funcionalista da mídia, que vai dar origem à pesquisa centrada nos efeitos da mídia sobre seu público. Para Lasswell²⁰², o processo de comunicação cumpre três funções principais na sociedade: o controle sobre o social, o estabelecimento de relações na sociedade que produzam uma resposta ao meio e, por fim, a transmissão do que chama de herança social.

²⁰¹ Apud MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *Ibid.*, p.38

²⁰² *Ibid.*, p.41.

Os sociólogos Paul F. Lazarsfeld e Robert K. Merton, contemporâneos de Lasswell, acrescentam uma quarta função ao processo comunicacional: a de entretenimento. Estes estudiosos chegaram a esta conclusão a partir de estudos sobre os sistemas de comunicação existentes à época. Os dois teóricos situam as funções da comunicação como conseqüências que contribuem para a adaptação ou ajuste do sistema social. Essa visão, também de origem funcionalista, é fortemente influenciada por Durkheim.

Entre os anos 40 e 50, nova mudança ocorre na sociologia funcionalista da mídia de Lazarsfeld. O próprio teórico, a partir de estudos sobre o público, e alguns estudiosos contemporâneos seus, começam a se preocupar com o que vão chamar de *efeitos intermediários*. Esses estudiosos procuram agora medir a influência da mídia sobre os eleitores da campanha presidencial norte-americana, em 1940. O segundo e não menos importante estudo nesta área surge em 1955, quando Lazarsfeld e Elihu Katz exploram as pesquisas realizadas cerca de dez anos antes, e descobrem que o comportamento dos consumidores não é totalmente manipulado. Os teóricos redescobrem a importância do grupo primário de Cooley e percebem que o processo de comunicação, na verdade, é estabelecido através de um fluxo que se divide em duas etapas: na primeira, as pessoas bem informadas, líderes de opinião, que têm um papel decisivo na formação da opinião pública. Na segunda, aquelas que não têm um contato tão próximo com a mídia e dependem de outros para obter informação. Esses *steps*, determinados por Lazarsfeld, vieram ao encontro dos estudos que estavam sendo desenvolvidos na área de *marketing* à época, e influenciaram fortemente os modelos ligados à codificação dos graus (interesse, consciência, adoção ou

rejeição, etc.) que serviam de grade para determinar os tipos, meios e estilos de comunicação a serem empregados nas táticas persuasivas.

Segundo Mattelart e Mattelart²⁰³, as idéias de Lazarsfeld se basearam em estudos feitos pelo psicólogo Kurt Lewin, professor da Universidade de Iowa e seu contemporâneo, que estudava a decisão de grupo, o fenômeno do formador de opinião do grupo e as reações de cada integrante, no interior do grupo, diante de uma mensagem comunicada a partir de diferentes meios. Através de seus estudos sobre o aperfeiçoamento de estratégias de persuasão, que têm como objetivo mudar certas atitudes num determinado grupo social, Lewin consegue delinear os primeiros contornos da noção de *gatekeeper*, ou controlador do fluxo de informação, função que reconhece o formador de opinião informal. Esse pesquisador introduz os conceitos de topologia em vetores, além da utilização de diagramas para explicar o processo da comunicação e a sua teoria do *campo de experiências*, *campo* aqui entendido como o *lugar* onde se dão as relações com o meio físico e social que age sobre ele, e no qual se desenvolve.

Ainda dentro da sociologia funcionalista da comunicação, merece destaque um quarto nome: Carl Hovland. Esse psicólogo da Universidade de Yale centra seus estudos na persuasão, principalmente durante a II Guerra Mundial. Adotando pressupostos iassweelianos de origem behaviorista, Hovland traça toda uma teoria sobre o aumento da eficácia dos meios de comunicação na persuasão das massas.

²⁰³ *Ibid.*, p.52.

Se, por um lado, os anos 40 foram marcados por preocupações a partir dos efeitos da mídia sobre o público, por outro fizeram surgir o interesse sobre o lugar ocupado pela comunicação no pós-guerra. É neste contexto que a informação adquire o *status* de símbolo calculável, uma vez que os estudos à época sofriam forte influência das teorias matemáticas.

Como explicar a circulação da informação dentro de um sistema social?

Esta foi, de fato, a preocupação de Claude Elwood Shannon, que, em 1948, publica trabalho buscando abordar exatamente esta questão. Matemático e engenheiro elétrico de formação, Shannon propõe o esquema do sistema geral de comunicação. Comunicação, então, consiste na reprodução, em determinado ponto, de maneira exata ou aproximada, de uma mensagem selecionada em outro ponto. Neste esquema linear, a comunicação se baseia nos seguintes elementos, formatados por Shannon:

a fonte (de informação), que produz uma mensagem; o codificador ou emissor, que transforma a mensagem em sinais a fim de torná-la transmissível; o canal, que é o meio utilizado para transportar sinais; o decodificador ou receptor, que reconstrói a mensagem a partir dos sinais; e a destinação, pessoa ou coisa à qual a mensagem é transmitida²⁰⁴.

Apesar de limitado, o esquema de Shannon é a base para um grande salto no que diz respeito à compreensão do processo de informação. Na verdade, o processo de informação descrito por esse autor mostra a influência de fenômenos aleatórios entre o emissor, que tem liberdade de escolher a

²⁰⁴ Apud MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *Ibid.*, p.58.

mensagem que envia, e um destinatário, que recebe essa informação com suas exigências, fenômenos esses denominados *ruidos*²⁰⁵.

A introdução dos termos *informação e código*, como categorias nos estudos científicos, dá-se também simultaneamente no campo da biologia. Shannon, para estabelecer sua teoria, tomou emprestado alguns pressupostos do sistema nervoso. Da mesma forma, a teoria matemática da comunicação acabou por fornecer um quadro conceitual para a especificidade biológica sobre o caráter único do indivíduo. Importante aqui destacar a contribuição do biólogo Ludwig von Bertalanffy que, através de seus estudos sobre os processos vitais do organismo, lançava, em 1933, as bases da teoria dos sistemas, que viria a ser adotada posteriormente, por diversos campos do conhecimento científico.

O pensamento de Bertalanffy baseia-se na idéia de função como instrumento essencial para a manutenção e a preservação de um organismo vivo. Assim, as teorias sistêmica e funcionalista têm como base o mesmo conceito fundamental – função.

Segundo Mattelart e Mattelart, a ambição do sistemismo é pensar a globalidade, as interações entre os elementos mais do que as causalidades, apreender a complexidade dos sistemas como conjuntos dinâmicos de relações múltiplas e cambiantes²⁰⁶.

²⁰⁵ Para Shannon, a capacidade de transmissão de informações de cada canal era limitada. A partir de um certo ponto, a mensagem era dominada por ruidos. Os ruidos são, portanto, os elementos mais prejudiciais à transmissão de informações. Podemos definir como *ruido* qualquer elemento que atrapalhe o processo de comunicação. O termo *ruido* pode ser considerado como qualquer coisa que atrapalhe o transporte da informação.

²⁰⁶ MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. Op. cit., p.62.

Um dos primeiros campos de aplicação do sistemismo à comunicação de massa é a ciência política, que encara a vida pública como um sistema de conduta, que se distingue do meio social no qual se encontra e está aberto às suas influências. Mattelart e Mattelart explicam que, nesta concepção, as variações ocorridas na estrutura e processos dentro de um sistema podem ser interpretadas como esforços realizados pelos integrantes do mesmo, que buscam a solução para um determinado conflito ou tensão. A capacidade desse último (o próprio sistema) de dominar a tensão depende da presença e da natureza da informação que retorna (*feedback*) aos atores e tomadores de decisão²⁰⁷.

Ainda conforme Mattelart e Mattelart²⁰⁸, o modelo sistêmico tem inúmeras repercussões. Em 1960, permite ao norte-americano Melvin De Fleur complexizar o modelo de Shannon, evidenciando o papel desempenhado pela retroalimentação (*feedback*) no sistema social, constituído pelos meios de comunicação de massa como um todo. De Fleur introduz a idéia de subsistemas interligados entre si, formando um todo em sua interação dinâmica. Assim, acredita que existe, na comunicação de massas, um sistema de papéis, que determina a função de cada ator social (aqui entendido como cada instituição de mídia) que vai trabalhar na busca do equilíbrio deste sistema, através do condicionamento de conteúdos.

O pensamento de De Fleur perdura até o início dos anos de 70, quando Abraham Moles, engenheiro e matemático, retoma a noção de ecologia, agora ligada ao processo de comunicação. Esse teórico define

²⁰⁷ *Ibid.*, p.62.

²⁰⁸ *Ibid.*, p.63.

a comunicação como a ação de fazer participar um organismo ou sistema situado em um dado ponto R (*Erfahrungen*) e estímulos do meio de um outro indivíduo ou sistema situado em um local e em outro tempo, utilizando elementos de conhecimento que possuem em comum²⁰⁹.

Moles²¹⁰ diz que a *ecologia da comunicação* é a ciência capaz de entender as interações entre espécies diferentes de comunicação, no interior de um dado *campo ou espaço social*. Essa ecologia possui ramos diferentes: um, que se atém à unidade do ser individual e se ocupa da interação entre as modalidades de sua comunicação, em sua *esfera de tempo* – a de seu balanço tempo – e em sua *esfera de espaço* – a dos trajetos sobre o *território*; e outro, que se refere à organização dos sistemas de transação entre seres, à intervenção da *logosfera*, ao condicionamento do planeta por canais múltiplos, que coloca as mensagens em circulação e a sedimentação dessas mensagens em locais de memória.

Simultaneamente à teoria de Shannon, surge, a partir do pensamento de Norbert Wiener, a referência cibernética e a noção de *entropia*. Wiener, professor de Shannon, prevê a organização de uma sociedade futura, baseada na nova matéria-prima, a informação. No entanto, a informação, caracterizada como algo entrópico²¹¹ aos olhos da época, seria tomada como ameaça. A soma de informações em um sistema é a medida de seu grau de organização; a *entropia* é a medida de seu grau de desorganização; um é o negativo do outro²¹².

Assim, segundo o pensamento de Wiener, a sociedade da informação só poderia existir sob a condição de circulação da informação, da troca sem

²⁰⁹ Apud MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *Ibid.*, p.64-65.

²¹⁰ *Ibid.*

²¹¹ *Entropia*, para Wiener, é considerada como uma tendência natural das coisas vivas, a destruição do ordenamento para precipitar a degradação biológica e a desordem social.

²¹² Apud MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *Op. cit.*, p.66.

barreiras. A informação passa, assim, a ser entendida como mercadoria pertencente a um mercado livre auto-regulável.

O modelo circular e retroativo proposto por Wiener passa a ser a preocupação de teóricos provenientes das mais diversas áreas e que, nos anos 40, haviam fundado a Escola de Palo Alto, nome de uma pequena cidade na periferia de San Francisco, Estados Unidos. Nesta visão circular da informação, o emissor tem um papel tão importante quanto o receptor e, tomando como base os pressupostos do modelo de sistemas, estes pesquisadores, dentre eles Edward T. Hall e E. Goffmann, que defendem o afastamento das pesquisas em comunicação das ciências exatas e sua absorção pelas ciências humanas e sociais, tratam de centrar seus estudos na busca de um entendimento sobre as situações globais de interação. São três as hipóteses que norteiam estes estudos: a de que a essência da comunicação reside em processos relacionais e interacionais; a de que todo comportamento humano tem um valor comunicacional, estabelecendo uma lógica a partir da construção de uma realidade mediatizada e, por fim, a de que as perturbações psíquicas remetem a perturbações da comunicação entre o indivíduo portador dos sintomas e seu meio.

A partir daqui, a comunicação passa a ser entendida como um processo social permanente que integra múltiplos modos de comportamento e expressão, que se dão em vários níveis.

A contribuição da Escola de Palo Alto só será reconhecida nos anos 80. Ela foi a base para uma teoria que compreende os processos de comunicação como interações.

Mesmo com todos os avanços obtidos no campo da pesquisa dos processos comunicacionais, a teoria funcionalista, que concebia a mídia como mecanismo de regulação das sociedades, perdura predominante nos estudos sobre comunicação durante os anos 40 e 50. Em contrapartida a este pensamento, surgem as escolas de teoria crítica que, inspiradas em pressupostos marxistas, vão questionar o entendimento das inovações técnicas e tecnológicas dos meios que vêm ao encontro das necessidades de desenvolvimento. São estas escolas que levantam o questionamento sobre a violência simbólica dos meios de comunicação, usada para a dominação pelos centros de poder.

A mais famosa destas escolas é a de Frankfurt, Alemanha, onde teóricos como Max Horkheimer e Friederich Pollock vão iniciar seus estudos a respeito da cultura de massas e da indústria cultural. Também nos anos 40 vai se juntar a estes dois pesquisadores o musicólogo e filósofo Theodor Adorno. Em meados dos anos 40, Horkheimer e Adorno criam finalmente o conceito de *indústria cultural*²¹³, através da análise da produção de bens culturais como mercadoria. Ainda dentro da Escola de Frankfurt, um outro pensador, Walter Benjamin, propõe, antes de Horkheimer e Adorno, o *princípio de reprodução*, princípio este que não é reconhecido pelos outros dois pensadores. Benjamin alega, em sua teoria, que um meio de comunicação só tem razão de existir se alcançar a sua reprodutibilidade técnica e não somente sua concepção produtiva única.

As teorias de Horkheimer e Adorno influenciaram intelectuais de todos os campos até os anos 70, enquanto o pensamento de Walter Benjamin foi retomado

²¹³ Apud RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade: Adorno e a escola de Frankfurt*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1999.

apenas nos anos 80, como base para o entendimento das interações sociais nas grandes metrópoles.

Adorno e Horkheimer retornam à Alemanha nos anos 50, enquanto outros dois pensadores de Frankfurt, também exilados nos EUA, permanecem em solo norte-americano e tecem duas teorias que vão trabalhar no entendimento da cultura de massas e na unidimensionalidade do homem. São, respectivamente, Leo Löwenthal e Herbert Marcuse. Este último será nome de destaque na Escola de Frankfurt durante os anos 60, em função de seus estudos que pretendiam desmascarar as novas formas de dominação política através das novas tecnologias e da ciência, a chamada racionalidade técnica.

A partir do pensamento de Jürgen Habermas, filho dessa corrente crítica, iniciada no pensamento frankfurtiano, surge uma outra leitura da teoria da racionalidade de Marcuse. Habermas, filósofo alemão, preocupa-se com o declínio do espaço público, destinado à mediação entre o Estado e a sociedade, que permite a mais ampla discussão, em função do avanço tecnológico dos meios de comunicação. Habermas vê a publicização das idéias como uma fabricação de opiniões e, como consequência, acredita numa refeudalização da sociedade, assumindo os pressupostos de Adorno e Horkheimer a respeito da manipulação das opiniões, da padronização, massificação e da atomização do público. Para Habermas, o cidadão tende a tornar-se um consumidor de idéias estereotipadas.

Conforme Mattelart e Mattelart,

para Marcuse, assim como Adorno e Horkheimer, todo potencial emancipatório da ciência está voltado para a reprodução do sistema de

dominação e sujeição. Já Habermas reflete sobre a alternativa à degenerescência do político, do qual o Estado-sujeito se faz agente, reduzindo os problemas a seu aspecto técnico, derivado de uma administração racional. A solução encontra-se, segundo ele, na restauração das formas de comunicação num espaço público estendido ao conjunto da sociedade²¹⁴.

Também no final do século XIX e início do século XX, outra corrente de pensamento, o estruturalismo, estende as hipóteses da lingüística a outras disciplinas das ciências humanas. É na figura de Ferdinand de Saussure que estas hipóteses se baseiam, como ciência e método. Para Saussure, um lingüista suíço, a língua é uma instituição social e, como tal, é um sistema organizado de signos que exprimem idéias, representando a codificação da linguagem. Saussure defende ainda a palavra como ato individual. Mas caberá a Roland Barthes o desenvolvimento da teoria de Saussure. Barthes diz que a semiologia (ciência que estuda os signos) tem por objeto todo o sistema de signos, qualquer que seja sua substância, quaisquer que sejam seus limites: as imagens, os gestos, os sons melódicos, os objetos e os complexos dessas substâncias que encontramos em ritos, protocolos ou espetáculos, constituem, se não linguagem, ao menos sistemas de significação²¹⁵.

Roland Barthes, que aprofunda seus estudos sobre semiologia durante os anos 60, estabelece quatro níveis de análise do discurso: *língua e palavra*; *significante e significação*; *sistema e sintagma* e, finalmente, *denotação e conotação*. No caso do discurso midiático, dois destes binômios tornam-se essencialmente importantes: *significante/significação* e *denotação/conotação*. Isso porque, na interpretação de Barthes, a *língua* é um sistema organizado de *signos*, onde cada *signo* representa um duplo aspecto: um perceptível, o *significante*, e

²¹⁴ MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. Op. cit., p.83.

²¹⁵ Apud MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. Ibid., p.87.

outro trazido por ele, o *significado* que, estando em relação ativa, passam a ter uma *significação*.

Uma outra tendência importante do estruturalismo surge com os estudos desenvolvidos por Louis Althusser, filósofo francês que possibilitou uma releitura dos textos fundadores do marxismo, na década de 60. As pesquisas de Althusser se detêm em uma crítica teórica à noção de alienação. O filósofo consegue discernir, através de seus estudos, o que chama de formações sociais (estrutura, superestrutura, relações de produção, sobredeterminação). Para Althusser, na totalidade do sistema capitalista, o indivíduo não é mais sujeito da história, mas, sim, suporte das estruturas que compõem a sociedade: seu comportamento e atitudes são as engrenagens do processo de reprodução das relações sociais em uma sociedade historicamente determinada.

Na mesma época, Pierre Bourdieu dirige suas análises para as atitudes e práticas culturais, baseando-as na noção de *habitus*, termo com que designa esse sistema estável de disposições de perceber e agir, que contribuem para reproduzir uma ordem social estabelecida, em suas desigualdades. A sociedade ou a formação social é definida [por Bourdieu] como um sistema de relação de forças e sentido entre os grupos e as classes²¹⁶.

A década de 60 também é marcada pelo surgimento do Centro de Estudos das Comunicações de Massas, da Escola Prática de Altos Estudos francesa. O Centro, criado pelo sociólogo Georges Friedmann, representa a primeira tentativa de construir, na França, um círculo de estudos sobre e da

²¹⁶ *Ibid.*, p.96.

comunicação, buscando entender este processo através da análise das relações entre a sociedade global e as comunicações de massa, que se integram funcionalmente a ela. Em torno de Friedmann se reúnem Edgar Morin e Roland Barthes. Também faziam parte do Centro pesquisadores como Abraham Moles, Julia Kristeva, Eliseo Verón e A.J. Greimas. Na mesma época, é criado, em Milão, um centro de estudos similar, o Instituto A. Gemelli, que se empenhará em pesquisas sistemáticas sobre os fenômenos da comunicação e da cultura de massa. Desse centro farão parte teóricos como Umberto Eco e, mais recentemente, Francesco Casetti.

Ainda nos anos 60, outro teórico interfere no pensamento estruturalista. É Michel Foucault que, através de suas teorias sobre o poder, consegue estabelecer uma leitura de mundo referendada nas noções de rede e de organização, permitindo-nos identificar os dispositivos da comunicação-poder em sua forma organizacional propriamente dita. Utilizando o panóptico – uma figura arquitetônica criada por Benjamin Bentham no final do século XIX, na Inglaterra, com objetivos disciplinares – Foucault consegue demonstrar o poder da mídia, principalmente da televisão, como máquina de organização. Mas, contrapõe-se à idéia de Estado, enquanto unidade política universal, e propõe o estudo das táticas gerais de governabilidade para o entendimento conjuntural e histórico.

A crise do estruturalismo vem com as críticas de outras escolas teóricas sobre o seu reducionismo na análise dos fenômenos sociais. No final dos anos 70, a crítica ao entendimento do sujeito como desvinculado das mediações e de seu lugar social e ainda sobre o ator social e a audiência, aprofunda a crise da escola estruturalista.

3.1.2 Os estudos culturais

A evolução nos estudos de comunicação faz com que se projete, no início dos anos 50, de forma bem acanhada, o que conhecemos hoje como *cultural studies*. Seu precursor, Wright Mills – acadêmico da Universidade de Columbia –, inicia seus estudos restabelecendo a problemática das relações entre cultura e poder, a subordinação e a ideologia.

Com a hierarquização das formas culturais, característica dos anos 50, os estudos culturais começam a despontar como alternativa às pesquisas no campo da comunicação. Na verdade, a divisão da cultura em três níveis (refinada ou alta cultura, medíocre ou baixa cultura e brutal), aparece já nos textos de Matthew Arnold, publicados no final do século XIX. Essa corrente de pensamento também tem uma ligação distante com os estudos de crítica literária de Raymond Leavis, divulgados nos anos 30, cujo pensamento era norteado pela idéia de que o desenvolvimento do capitalismo industrial e suas expressões culturais têm efeito sobre as diversas formas da cultura tradicional, tanto do povo quanto da elite.

Os estudos culturais são um movimento, uma rede, com seus cursos e universidades [...], que mantém como característica a versatilidade teórica, sua abertura, seu espírito reflexivo e a crítica²¹⁷.

Richard Johnson – professor da Faculty of Humanities, da Universidade Nottingham Trent, Inglaterra, e diretor do Center of Contemporary Cultural Studies – caracteriza os estudos culturais como um processo que produz conhecimento útil e situa este campo de estudos em um breve relato histórico, associando os

²¹⁷ JOHNSON, Richard. O que é afinal estudos culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). O que é, afinal, Estudos Culturais? Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

avanços teórico-metodológicos sofridos pelos estudos culturais a nomes como Raymond Williams e Richard Hoggart.

O autor localiza o surgimento dos estudos culturais nas décadas de 40/50 (pós-guerra), quando aparece uma forte preocupação por parte dos teóricos em historicizar o marxismo, adaptando-o à situação britânica da época. Para Johnson, esta influência foi paradoxal, uma vez que tratou da compreensão da transição pela qual passava a Inglaterra, bem como das lutas populares e das tradições de dissidência associadas àquela transição. Mas, tal tendência acabou por suscitar uma segunda matriz dos estudos culturais, que se preocupou com a crítica ao velho marxismo.

A influência de Marx nos estudos culturais, para o autor, tem três premissas básicas:

- 1) os processos culturais estão intimamente ligados às relações sociais (classes);
- 2) a cultura envolve o poder (satisfação das necessidades);
- 3) a cultura não é somente um campo autônomo nem exatamente determinado, mas um local de diferenças e de lutas sociais.

Assim, segundo Johnson²¹⁸, com o reconhecimento das formas de poder associadas ao conhecimento, surgem dois nomes que se destacam: Pierre Bourdieu e Michel Foucault, que baseiam suas teorias na dissolução das certezas

²¹⁸ *Ibid.*, p.15.

absolutistas até então consideradas como alicerces da análise dos estudos sociais.

Johnson afirma também que os processos culturais não correspondem aos contornos do conhecimento acadêmico na forma como ele existe²¹⁹. Os estudos culturais, no intuito de manter a sua essência, devem ser interdisciplinares e partir de casos concretos, já que dizem respeito às formas históricas da consciência²²⁰ ou da subjetividade²²¹, vividas pelo sujeito social nas suas relações sociais. Estas formas histórico-sociais são classificadas, pelo autor, como aquelas ocupadas pelo sujeito (linguagem, signos, ideologias, discursos, etc.).

Os Estudos Sociais estão preocupados com a sociedade como um todo e como ela se movimenta. Seu objetivo é reconstruir as formas através das quais os seres humanos vivem, tornando-se conscientes e se sustentam subjetivamente²²².

Richard Johnson propõe-se, então, a examinar as formas de subjetividade a partir de suas pressões (conflitos) e levar em consideração a história destas formas de subjetividade nas quais sejam visíveis as tendências modificadas por outras manifestações sociais. Por isso, uma das características dos estudos culturais é a fragmentação teórica e disciplinar.

O autor faz questão de frisar que a circularidade dinâmica da construção das relações sociais é representada por um diagrama que traduz o circuito da

²¹⁹ Ibid., p.17.

²²⁰ Categoria extraída da ideologia alemã que, para Johnson (2001), é uma premissa para entender a história humana. Esta categoria usada pelo autor vem da teoria marxista.

²²¹ Categoria extraída do estruturalismo teórico, que inclui a possibilidade, por exemplo, de elementos que estejam subjetivamente ativos, isto é, que mobilizem o indivíduo, porém sem serem conscientemente conhecidos. Para Johnson (2001), a subjetividade não é dada, mas construída, constituindo-se assim, o próprio objeto da análise e não seu ponto de partida.

²²² Ibid., p.17.

produção, circulação e consumo dos produtos culturais. Neste diagrama, cada quadro representa um momento independente que está intrinsecamente ligado a outros momentos e é indispensável para o todo, já que cada um é distinto e envolve mudanças na forma histórica, uma vez que este momento é visto por muitos olhares, diferenciadamente.

Assim, para compreendermos as transformações das formas históricas, temos que compreender as condições de consumo e leitura que, mesmo subliminarmente, estabelecem uma relação de poder, incluindo, aí, elementos ativos da cultura. Isso gera uma alternância entre o público e o privado, mas também entre formas abstratas e concretas. Estes dois pólos estão relacionados de forma bastante estreita, conforme explica Johnson²²³:

- 1) formas privadas – mais concretas e mais particulares em seu âmbito de referência;
- 2) formas públicas – mais abstratas, mas com uma abrangência em seu escopo de referência maior.
- 3) publicização – caracteriza-se por três fases:
 - a) tornar o objeto privado de conhecimento público;
 - b) adquirir importância geral;
 - c) adquirir um significado (processo de abstração = produto fica isolado das condições sociais que o formaram e é submetido a um processo de avaliação pública).

²²³ *Ibid.*, p.38-39.

Na sociedade moderna, esse processo é intrínseco aos circuitos culturais, sendo produzido pelas relações de poder, ao mesmo tempo em que os produz.

Outra característica importante dos estudos culturais é a grande divisão teórica e metodológica que os fundamenta. No mínimo, existem duas correntes: a primeira (culturalista), acredita que as culturas devem ser estudadas como um todo e localizadas em seu contexto material como parte de recriações sócio-históricas de culturas ou movimentos culturais (raízes sócio-históricas); e a segunda (estruturalista), que acredita na independência relativa ou autonomia efetiva das formas e dos meios subjetivos de significação, privilegiando a construção discursiva de situações e de sujeitos.

Para esse autor, as formas públicas e privadas não estão isoladas entre si, uma vez que a produção cultural sempre envolve sua publicação e os textos públicos são consumidos de forma privada. Assim, a bem da verdade, o processo de *publicização* dos produtos culturais deve fazer parte da análise dos estudos culturais, uma vez que é nela traduzida a figura e a forma de poder, sempre um elemento ativo na relação entre o público e o privado. É claro que este processo sempre sofrerá alterações ou modificações, dependendo de onde, como, quando e por quem está sendo consumido.

Richard Johnson²²⁴ diz ainda que, hoje, existem três modelos principais de pesquisas em estudos culturais:

²²⁴ *Ibid.*, p.39.

- aqueles baseados na produção – que implicam numa luta para controlar ou transformar os mais poderosos meios de produção cultural ou para desenvolver meios alternativos pelos quais estratégias contrárias à hegemonia poderiam ser buscadas;
- aqueles baseados no texto – focalizam-se nas formas dos produtos culturais e têm se preocupado com as possibilidades da prática cultural de transformação;
- aqueles baseados nas culturas vividas – estão associados a uma política de representação, apoiando as formas vividas dos grupos sociais subordinados e criticando as formas públicas dominantes.

O autor explica que essa divisão depende dos circuitos culturais e que cada abordagem tem uma racionalidade própria, que leva em consideração o momento em evidência.

Em uma breve explanação histórica, temos como marco do início dos estudos culturais a iniciativa de Richard Hoggart que, em 1957, publica seus estudos defendendo a cultura tradicional da classe operária e contrapondo-se fortemente à cultura comercial, ao mesmo tempo em que critica as expressões dessa cultura. No ano seguinte, Raymond Williams critica a dissociação feita por teóricos contemporâneos entre *cultura e sociedade*.

No ano de 1964, é fundado, na Universidade de Birmingham, o Centre of Contemporary Cultural Studies, que pretendia estudar as formas, práticas e instituições culturais e suas relações com a sociedade e sua transformação social.

Hoggart é o primeiro diretor do centro. Mais tarde, em 1968, Stuart Hall, teórico de origem jamaicana, assume seu lugar, até o final dos anos 70. Com uma teoria centrada na análise do indivíduo, Hall propõe um estudo a respeito do sujeito, que navega no processo histórico.

São cinco os descerramentos pelos quais o sujeito histórico passou até os dias de hoje, a partir do sujeito do Iluminismo, até se tornar o que conhecemos como sujeito fragmentado da modernidade tardia, segundo a perspectiva teórica de Stuart Hall²²⁵, que aponta alguns fatos históricos como cenário para esta mudança do pensamento a respeito do sujeito, a saber:

- 1) a contribuição darwiniana para a mudança de uma concepção de sujeito racional para um "sujeito biologizado, onde a razão tinha uma base na natureza e a mente um fundamento físico no desenvolvimento do cérebro humano"²²⁶,
- 2) o surgimento das novas ciências sociais, que percebiam um indivíduo soberano e introduziram o pensamento de Descartes ao mesmo tempo em que a sociologia passava a criticar o individualismo racional do sujeito cartesiano. O indivíduo é localizado em processos de grupos e nas normas coletivas, formados subjetivamente através da sua participação nas relações sociais;
- 3) neste mesmo período, primeira metade do século XX, começa a emergir o Modernismo e seus movimentos estéticos. O pensamento

²²⁵ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 1992.

²²⁶ *Ibid.*, p. 17.

de Walter Benjamin é introduzido neste contexto para analisar um sujeito isolado, exilado ou alienado, dentro da multidão.

É a partir desta evolução crítica que Hall situa os cinco descentramentos do sujeito histórico. Para o autor, os marcos são:

- 1) o pensamento marxista que, na década de 60, ressurgiu como um referencial teórico importante para entender o homem e sua história. Para Hall, citando Althusser, Marx provocou dois deslocamentos de posições-chave da filosofia moderna (a existência de uma essência universal de homem e que essa essência é atributo de cada indivíduo singular, o qual é seu sujeito real);
- 2) o pensamento de Freud e a descoberta do inconsciente. A partir de uma leitura lacaniana, realizada no século XX, *passa a ser aquela formado no olhar do outro*. Seguindo este pensamento, a identidade é entendida como algo formado ao longo de processos inconscientes;
- 3) o pensamento de Saussure, que afirmava não sermos autores das afirmações ou significados que expressamos em nossa língua. Para ele, o significado é inerentemente instável: procura o fechamento (identidade), mas é constantemente perturbado pela diferença;
- 4) o pensamento de Foucault, que produziu uma espécie de genealogia do sujeito moderno, quando centra suas reflexões no que chama de

poder disciplinar. Para ele, é este poder que determina as vidas dos sujeitos, transformados em um corpo dócil e individualizado;

- 5) o movimento feminista, juntamente com os movimentos sociais do Terceiro Mundo e outros, como contraponto ao que pretendia estabelecer a sociologia em relação ao sujeito social.

Desta forma, a identidade do sujeito também passa por modificações. Hall diz que as *velhas identidades*, que até agora serviram como fator estabilizador do mundo social, estão em declínio, dando lugar a novas identidades que abarcam um indivíduo moderno e fragmentado. Sua preocupação se baseia principalmente na *identidade nacional* que, do seu ponto de vista, constitui a *identidade cultural*. Para Hall, estas identidades estão diretamente ligadas à categoria da representação, uma vez que são formadas por *culturas nacionais, instituições culturais, símbolos e suas representações*.

Para Hall, as culturas nacionais são um discurso, isto é, a atribuição de sentido que organiza e influencia as ações dos indivíduos e a concepção que estes têm de si mesmos. "Estes sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente a seu passado e imagens que dela são construídas"²²⁷.

No texto **Identidade Cultural e Diáspora**²²⁸, Stuart Hall afirma que as práticas de representação implicam sempre em posições de onde se fala ou se

²²⁷ *Ibid.*, p.50-51.

²²⁸ HALL, Stuart, *Cultural Identity and Diaspora*. In: RUTHERFORD, Jonathan (org.). *Identity – Community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1999. p.222-237. Trad. brasileira *Identidade cultural e diáspora*. *Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v.24, p.68-76, 1996.

escreve – as *posições de enunciação*. O autor explica que a identidade é uma posição que nunca se completa e que existem pelo menos dois caminhos para se analisar o que entendemos hoje como identidade cultural: através de uma cultura compartilhada, que reflita experiências históricas em comum e códigos culturais partilhados, que forneça quadros de referência e sentidos estáveis; e pelo reconhecimento que, apesar de existirem muitos pontos de similaridade, há também pontos críticos de diferença profunda e significativa que constituem o sujeito histórico, formado a partir de suas experiências históricas na sociedade, sempre em profunda transformação.

Hall afirma que as identidades culturais são pontos de identificação. Estes pontos, entretanto, são instáveis, pois são construídos no interior da cultura e da história, a partir de um posicionamento do sujeito. Cada posição assumida por este sujeito é arbitrária e estratégica, provocando um desdobramento de sentido. Então, podemos intuir que ora o indivíduo está olhando a sociedade a partir de seu ponto de vista, ora a partir do ponto de vista de outro. Essa diferença, para Hall, é definida pelo reconhecimento de uma diversidade, de uma heterogeneidade. Desta forma, a concepção de identidade passa a ser interpretada como um processo que vive através e com a diferença por hibridação. Conforme Hall, identidades diásporas são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença²²⁹.

Já nos anos 70, o trabalho de Stuart Hall sobre o papel ideológico da mídia e a natureza da ideologia representava um momento importante na

²²⁹ *Ibid.*, p.76.

constituição de uma teoria capaz de questionar os postulados da análise funcionalista norte-americana. Hall marcou um novo paradigma para as pesquisas críticas sobre os meios de comunicação de massa.

Em seu artigo "Encoding/Decoding"²³⁰, Hall analisa o processo da comunicação televisiva segundo quatro momentos distintos: produção, circulação, distribuição/consumo e reprodução – que apresentam suas próprias modalidades, formas e condições de existência, mas que também se articulam entre si e são determinados por relações de poder institucionais. A audiência é, ao mesmo tempo, o receptor e a fonte da mensagem, pois os esquemas de produção – momentos de codificação – respondem às imagens que a instituição televisiva se faz da audiência e a códigos profissionais. Ainda em sua análise, Hall distingue três tipos de audiência: a dominante (modos de ver hegemônicos, que aparecem como naturais e legítimos, o senso comum de uma ordem social e de um universo profissional); a oposicional (interpreta a mensagem a partir de um outro quadro de referência, de uma visão de mundo contrária); e a negociada, onde o *código negociado* é uma mescla de elementos de oposição e adaptação, que descreve em parte os valores dominantes, mas busca uma situação vivida.

Já em 1978, os estudos de Charlotte Brunsdon e David Morley serão um marco na jornada dos estudos culturais. Através do debate de programas televisivos, estes dois teóricos começam a propor uma análise mais ampla da audiência. É o ponto de partida para uma investigação sobre os gêneros de

²³⁰ HALL, Stuart [1973]. Encoding/decoding. In: HALL, Stuart; HOBSON, Dorothy; LOWE, D.; WILLIS, Paul (orgs.). *Culture, Media, Language*. London/New York: Routledge/CCCS, 1980. p.128-138; HALL, Stuart. Reflections upon the Encoding/Decoding model: an interview with Stuart Hall. In: CRUZ, John; LEWIS, Justin (orgs.). *Viewing, reading, Listening – Audiences and Cultural Reception*. Baudler/San Francisco: Oxford: Wetview Press, 1994. p.253-274.

programas midiáticos considerados populares, levando em consideração as questões de *classe*, *gênero* e *etnia*. É o início dos estudos de recepção.

Os anos 60 haviam sido marcados pelo desenvolvimento da economia política da comunicação. Naquela época, existia todo um questionamento a respeito do desequilíbrio dos fluxos de informação e dos produtos culturais em países desenvolvidos e em desenvolvimento, como era o caso do Brasil.

A partir de 1975, conforme Mattelart e Mattelart²³¹, a economia política começa a preocupar-se não mais com a indústria cultural, mas sim com as indústrias culturais, o que revela uma visão ainda mais abrangente dos sistemas de comunicação. Também é naquela época que surgem políticas governamentais de democratização cultural e a desestruturação dos serviços públicos, para a criação de uma conjuntura favorável à lógica comercial de um mercado em plena internacionalização. Através da implementação destas políticas governamentais, ocorre então a valorização crescente das atividades culturais pelo capital.

3.1.3 Outras contribuições teóricas no campo da comunicação social

Citando Marx, Mattelart e Mattelart²³² dizem que o desenvolvimento de uma sociedade específica depende diretamente do desenvolvimento de suas estruturas internas, ou seja, cada sociedade passa obrigatoriamente por etapas históricas de modelos sucessivos, com o objetivo de alcançar o progresso. Mas,

²³¹ MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *Op. cit.*, p.114.

²³² *Ibid.*, p.114.

ainda conforme os autores²³³, economistas defendem uma idéia de *sistema-mundo* em oposição à idéia de *economia-mundo*, proposta por Immanuel Wallerstein, na obra *Historical Capitalism*²³⁴, que se define a partir de uma tripla realidade: um *espaço geográfico* dado; a existência de um *pólo* (centro do mundo); e *zonas intermediárias* em torno desse centro, que, na divisão do trabalho acham-se subordinadas e dependentes desse mesmo centro (*periferias*). Para Wallerstein, as redes comerciais estabelecidas neste mundo são o mapa manifesto da configuração centrípeta do universo humano, com suas hierarquias e a coexistência de modos de produção diferentes e, portanto, desiguais, em cujo contexto as *redes de comunicação* constituem parte essencial.

Nas décadas de 60 e 70, a guerra fria também é o cenário para a consecução de outros fenômenos sociais como, por exemplo, a polarização provocada por dois sistemas de governo, o capitalista e o socialista que resulta nos estudos de Lazarsfeld sobre comunicação internacional, um espaço destinado a analisar os atores deste novo cenário e que propõe uma visão do espaço internacional como lugar de confronto e conflito entre dois blocos e duas ideologias. Proporciona, ainda, a reflexão sobre as novas tecnologias de informação e comunicação desenvolvidas no âmbito militar. A proposta de Lazarsfeld também suscita, no meio acadêmico da época, o ressurgimento das teses funcionalistas sobre a comunicação. Contemporâneas são ainda as abordagens sobre as estratégias de desenvolvimento-modernização propostas para o Terceiro Mundo.

²³³ *Ibid.*, p.114.

²³⁴ WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical Capitalism*. London: Verso, 1983.

Isso também acarreta outra consequência: uma renovação do estudo das relações internacionais sob a égide da cultura e da comunicação. A confluência da utilização da tecnologia de ponta, envolvendo estratégias de comunicação e informação, para garantir a vitória dos Estados Unidos sobre o continente asiático, e a crescente privatização do espaço público, principalmente em território norte-americano, provoca a preocupação com o chamado imperialismo cultural, expressão usada por Hebert Schiller, para abordar o

conjunto dos processos pelos quais uma sociedade é introduzida no sistema mundial que o teórico considerava moderno, e a maneira pela qual sua camada dirigente é levada, por fascínio, à pressão, força ou corrupção a moldar as instituições sociais para que correspondam aos valores e estruturas do centro dominante do sistema, ou ainda, para lhes servir de promotor dos mesmos²³⁵.

Um segundo foco da economia política da comunicação surge na Europa nos anos 70: são as indústrias culturais, que acabam por ocupar um lugar central no mundo internacionalizado. A pesquisa francesa assume um lugar de destaque nos estudos voltados ao entendimento desse fenômeno, que mais tarde irá ser foco de estudos de Bernard Miège. Esse teórico questiona a mercadoria cultural e os valores midiáticos criados para a arte e para a cultura. Os autores franceses negam a proposta de Frankfurt, pois entendem indústria cultural como um conjunto constituído por elementos que se diferenciam uns dos outros, por setores que apresentam suas próprias leis de padronização, que se traduzem nas formas da organização, da produção, do trabalho e da caracterização dos próprios produtos e de seu conteúdo, além de influir nos modos de institucionalização das diversas *indústrias culturais*, seguindo uma lógica de mercado e de consumo.

²³⁵ SCHILLER, apud MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. Op. cit., p.117.

Em conseqüência, também, desta conjuntura, a América Latina se torna palco para o desenvolvimento da teoria da dependência, que passa por numerosas variantes que, em função da abordagem dada ao objeto, a partir de uma visão específica e do grau de autonomia creditado a cada nação latina, em relação às determinações do sistema-mundo, vai determinar o grau de desenvolvimento de cada nação em relação à economia mundial. Essa iniciativa latino-americana deveu-se principalmente aos processos de transformação que desencadeiam a possibilidade de desenvolvimento da mídia como mola mestra da engrenagem do desenvolvimento.

A América Latina não é apenas o lugar de uma crítica radical das teorias da modernidade aplicadas à difusão de inovações junto aos camponeses, no âmbito de tímidas reformas agrárias, à política do planejamento familiar ou ao ensino à distância, mas produz também iniciativas que rompem com o modo vertical de transmissão dos ideais de desenvolvimento²³⁶.

É neste contexto que surge o educador brasileiro Paulo Freire e sua obra **Pedagogia do Oprimido**²³⁷, que exerceu profunda influência na orientação de estratégias de comunicação popular, propondo um intenso vínculo entre comunicação e organização popular, tema primeiramente tratado na América Latina dos anos 70. No estudo intitulado *Extensión o Comunicación?*²³⁸, escrito em 1969, quando morava no Chile, Paulo Freire faz toda uma reflexão a respeito da *extensão rural* tão em voga à época, quando os meios de comunicação social e as políticas adotadas para o campo pressupunham um caráter educativo. Freire centra suas críticas na docilização do sujeito do campo, através de processos persuasivos para a implementação daquilo que o Governo chamava de *capacitação técnica*. É também naquela década que o debate sobre a troca

²³⁶ MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *Ibid.*, p.119.

²³⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

²³⁸ FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

desigual dos fluxos de comunicação e informação atinge a comunidade internacional.

A convergência tecnológica propicia o surgimento de uma nova sociedade: a sociedade da informação, graças ao novo modo global de regulação social, onde o sistema das organizações recria a *âgora* informacional, ligada a uma idéia de nação moderna. O *global* ingressa na representação do mundo pela comunicação eletrônica. A aldeia global inicia sua carreira no todo planetário²³⁹.

Nos anos 80, a problemática das indústrias culturais ganha realidades acadêmicas diversas, uma vez que o conceito de *sociedade de massa*, associado ao de *comunidade de massa* começa a caracterizar a sociedade trabalhada pelas tecnologias da informação e da comunicação.

Neste contexto, ressurgem o pensamento de Jürgen Habermas que, em *A Teoria do Agir Comunicacional*²⁴⁰, propõe uma sociologia do agir comunicativo, onde *ação* e *interação* não são mais vistas como produção de efeitos, mas analisadas como associadas a tramas de trocas simbólicas e contextos lingüísticos.

Segundo Habermas, a sociologia crítica deve estudar as redes de interação de uma sociedade constituída por relações comunicativas, a união na comunicação de sujeitos opostos. Ao agir estratégico, isto é, à razão e à ação, numa perspectiva estritamente utilitária e instrumental (cujos meios de comunicação de massa são seu dispositivo privilegiado), que ameaçam colonizar

²³⁹ MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *Op. cit.*, p. 129.

²⁴⁰ HABERMAS, Jürgen. *Teoria dell'Agire Comunicativo*. Bologna: Soc. Editrice il Mulino, 1988.

o mundo social vivido, Habermas contrapõe outros modos de ação ou de relação com o mundo e seus próprios critérios de validade: a *ação objetiva e cognitiva*, que se impõe dizer a verdade; a *ação intersubjetiva*, que visa a correção da moral da ação; e a *ação expressiva*, que supõe a sinceridade²⁴¹.

Mattelart e Mattelart afirmam, ainda, que Habermas

identifica a crise da democracia como consequência do fato de os dispositivos sociais, que deveriam facilitar as trocas e o desenvolvimento da racionalidade comunicativa, ganharem autonomia, de serem administrados como abstrações reais, fazendo realmente circular a informação, mas entretendo as relações comunicativas, isto é, as atividades de interpretação dos indivíduos e grupos sociais. Para ele, a racionalidade não diz respeito à posse do saber, mas à maneira pela qual os sujeitos dotados de fala e ação adquirem e empregam um saber²⁴².

A complexização das tecnologias de informação e de comunicação proporciona, então, uma retomada do vínculo social construído pela comunicação comum, já que os meios de comunicação acabam por exercer um papel estruturante na organização da nova sociedade e da nova ordem mundial.

Conforme Mattelart e Mattelart²⁴³, vinte anos antes, uma teoria despontava no cenário acadêmico, propondo que a inovação, no campo da comunicação, fosse entendida como a transmissão de um dado cujos usuários precisavam ser persuadidos de sua utilidade, surgindo assim a proposta de progresso, de modernização, isto é, de adoção de novas tecnologias para se alcançar o desenvolvimento. O autor dessa teoria era Everett Rogers, um teórico norte-americano, contemporâneo de Paul Lazarsfeld. Nos anos 80, revendo sua teoria, Rogers percebe que essa não levava em consideração o contexto em que

²⁴¹ Apud MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. Op. cit., p.143.

²⁴² Ibid., p.143.

²⁴³ Ibid., p.157.

se estabeleciam tais transmissões. Passa, então, a definir a *comunicação* como *convergência*, como processo no qual os participantes criam e partilham a informação para alcançar a compreensão mútua. *Rede*, para esse autor, torna-se a composição de indivíduos conectados entre si por fluxos estruturados na comunicação.

Esse modelo implicava novos procedimentos de pesquisa, que consistiam em identificar: 1) *grupos de afinidade*, os chamados bandos ou subsistemas de comunicação no interior do sistema geral; 2) *indivíduos* – pontes que ligam entre si dois ou mais bandos, a partir de seu estatuto de membro de um bando; 3) *indivíduos-ligações*, que ligam entre si dois ou mais bandos, sem ser membros de nenhum²⁴⁴.

Apesar de propor uma análise horizontal das inter-relações sociais, a partir do estabelecimento de uma estrutura organizacional, o modelo de Rogers foi fundamental para a compreensão da noção de *ecologia do espírito* (proposta por Gregory Bateson) e de *rede de afiliações* (proposta por G. Simmel), bem como a noção de *sociometria* (de Jacob L. Moreno). Moreno ainda propôs as bases da metodologia de medição das diferentes variáveis de rede de relações e, através dessa, a possibilidade de quantificar os modelos de comunicação interindividual num sistema. Ainda conforme Mattelart e Mattelart²⁴⁵, o esquema proposto por Moreno indicava também as atitudes positivas e negativas dos membros de um grupo e designava os indivíduos-chave ou líderes. Era o passo inicial para uma análise centrada no indivíduo e suas inter-relações.

²⁴⁴ *Ibid.*, p.158.

²⁴⁵ *Ibid.*, p.159.

A partir daí, Rogers considera a possibilidade de aproximação entre a pesquisa crítica e a empírica, justificando ser preciso incorporar à pesquisa em comunicação a análise de seu contexto, os aspectos éticos desse processo e ainda a possibilidade de existirem métodos plurais de análise.

É também nos anos 80 que ressurgem as teorias cognitivas. Nascidas nos anos 40, nos Estados Unidos, essas teorias ganham novo fôlego a partir da percepção da necessidade de se estudar não somente o conteúdo do conhecimento, mas também os processos de formação desse conhecimento, tanto na realidade vivida quanto na interação homem/máquina.

Mas, a compreensão dos estudiosos dos anos 80 e 90 transcende a essa perspectiva. É a partir da tensão entre o macro e o micro, que perpassa as sociologias interpretativas, que surge a idéia de um planeta híbrido, em função da conectabilidade e do avanço das novas tecnologias.

É a vez da globalização, que descrevemos brevemente nos capítulos 1 e 2 deste trabalho. Nesse contexto, as pesquisas sobre comunicação voltam-se para o estudo de um modelo de comunicação promovido ao *status* de tecnologia de administração das relações sociais, impondo-se como o único capaz de estabelecer vínculos entre os diversos componentes da sociedade. Não se fala mais em sistema-mundo ou economia-mundo, mas sim em *comunicação-mundo* (conceito criado e usado pelo próprio Mattelart, para descrever os fluxos

mercadológicos da informação, em seu livro *Comunicação-mundo: História das idéias e estratégias*)²⁴⁶.

Na América Latina, ainda sob forte influência dos estudos de comunicação desenvolvidos nos anos 70, sobre as lógicas de desterritorialização, as problemáticas dos anos 80 centram-se nas lógicas de reterritorialização, nos processos de mediação e negociação entre as exigências externas e as realidades. Também surgem, neste contexto latino-americano, preocupações com as articulações culturais e suas conseqüências na cultura local.

Precursor desse pensamento, e afinado com os estudos culturais britânicos na América Latina, Néstor Garcia Canclini introduz o conceito de *hibridez*²⁴⁷. Para esse teórico, o processo de massificação começa antes do surgimento dos meios de comunicação de massa, com a industrialização e a urbanização, na América Latina. Isso significa, segundo Canclini, uma transformação nas interações entre as pessoas, que deixam de praticar uma comunicação direta para ter este processo mediado por agentes e emissores transnacionais. Neste contexto, surgem outras organizações e outros mercados. As culturas populares são refuncionalizadas. Canclini explica que, neste cenário, o popular vaga entre os sujeitos que o constituem, segundo os objetivos com os quais se coloca em cena. Assim, para as indústrias culturais, este popular se reduz à popularidade, isto é, à repercussão massiva que as mensagens encontram nas audiências. Para Canclini, esta é a principal característica pela

²⁴⁶ MATTELART, Armand. *Comunicação-mundo: Histórias das idéias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes, 2001.

²⁴⁷ CANCLINI, Néstor Garcia. Op. cit. A tradução da obra *Culturas Híbridas: Estratégia para entrar e sair da modernidade* usa o termo *hibridez*, ainda que outros autores prefiram *hibridismo*.

qual a massificação elimina as culturas tradicionais. Mas, mais que isso, a massificação trata de refuncionalizá-las e diminuir seu peso na vida cotidiana.

Isto se dá porque, nas metrópoles, a maioria das pessoas recebe a maior parte dos bens culturais através dos meios de comunicação massivos, ferramentas reprodutivas dos produtos das Indústrias Culturais. Estas pessoas continuam mantendo interações entre os bairros ou comunitárias, mas através de interações mediatizadas.

Garcia Canclini também propõe uma metodologia multidisciplinar para estudar o popular e defende a organização deste método a partir não só de suas diferenças ou similitudes, mas também através de suas negociações e do pragmatismo com o qual os setores populares tratam sua hegemonia. Para ele, é necessário combinar os métodos indutivo e dedutivo, com o objetivo de manter a característica essencial da investigação-ação.

Canclini afirma que a hibridez é mais que uma proposta metodológica: é uma proposta conceitual, feita para estudar uma série de fenômenos e processos contemporâneos que não são estáveis, nem no nível culto, no popular, ou no massivo. Canclini define *hibridez* como a categoria que trata de "designar, precisamente, o caráter misto destes cruzamentos interculturais, nos quais deve se situar a investigação", proposta que aparece em seu livro *Culturas Híbridas*²⁴⁸. Para ele, trata-se justamente de alcançar uma noção de *hibridação* que permita, de modo dinâmico, abarcar os diferentes processos interculturais, nas mais diversas culturas, de diferentes países e regiões. A intenção é analisar

²⁴⁸ *ibid*.

como estes intercâmbios se produzem, e analisá-los de forma global. O autor faz ainda uma diferenciação entre modernidade, modernização e modernismo, e esclarece que, numa visão metodológica de hibridização, os textos têm que estar sustentados em evidências empíricas, analisando um objeto em constante mutação.

O ponto mais fundamental levantado por Canclini é a importância da análise da expansão dos meios de comunicação popular nos últimos anos, na América Latina, o que favorece a criação de redes interdependentes. Porém, enfatiza que não podemos esquecer dos circuitos de tecnologias mais avançadas e com maior intervenção econômica. Faz uma crítica a uma análise dissociada destas redes interdependentes de comunicação mais popular e alerta que elas estão, sem dúvida alguma, entrelaçadas a outras de maior potencialidade no conjunto social. O autor, enfim, afirma que esses processos não se dão de maneira uniforme em todas as sociedades.

Apesar de alguns pontos divergentes em suas teses sobre a evolução da comunicação nos países latino-americanos, Mattelart e Canclini convergem em seu posicionamento em relação à importância do surgimento desses meios de comunicação não só na América Latina, como também no mundo, proporcionada pelo evento da globalização.

A multiplicação das formas de comunicação, acionadas pelas organizações não governamentais ou por outras associações da sociedade civil, constitui outra realidade inédita no processo de mundialização; essas novas redes sociais passam a fazer parte do

debate sobre a possibilidade de um espaço público em escala planetária²⁴⁹.

3.2 A COMUNICAÇÃO COMO ECOSISTEMA SOCIETAL

Neste sentido, para adentrarmos, então, no campo da comunicação comunitária – campo de estudo deste trabalho – precisamos compreender o capitalismo como um sistema que estabelece determinados processos de materialização da realidade, através de representações simbólicas. Para que tais representações aconteçam, sob a nossa perspectiva, é preciso que existam suportes que provoquem o seu funcionamento, ou estimulem sua ação. Estes suportes ou mecanismos apóiam-se nos processos comunicacionais de massa – indústria cultural – e também na formação imagética da sociedade, ou, como quer Muniz Sodré, em seu livro **Antropológica do Espelho**²⁵⁰, numa nova qualificação de vida.

Sua especificidade (*dos meios e hipermeios*), em face das formas de vida tradicionais, consiste na criação de uma eticidade (costume, conduta, cognição, sensorialismo) estelizante e vicária, uma espécie de "terceira" natureza. À maneira do "anjo", mensageiro de um poder simultâneo, instantâneo e global exercido num espaço etéreo, as tecnologias de comunicação instituem-se como "boca de Deus"; uma sintaxe universal que fetichiza a realidade e reduz a complexidade das antigas diferenças ao *unum* do mercado²⁵¹.

Assim, ainda conforme exposto no primeiro capítulo deste trabalho, do ponto de vista econômico, a expansão do capitalismo coincide e se apóia no avanço tecnológico dos processos de comunicação. Essas novas tecnologias

²⁴⁹ MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle, *Op. cit.*, p. 170.

²⁵⁰ SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 11.

proporcionaram a descentralização da comunicação, trazendo possibilidades de multiculturalização e de construção de novas representações simbólicas.

Portanto, para entendermos o que se passa no contexto da comunicação comunitária, é preciso elencar alguns pressupostos que compõem o ambiente em que esse processo se desenvolve, tendo como pano de fundo o capitalismo e como alicerce as comunidades que, em rede, formam o ecossistema societal.

Cabe aqui definir o que entendemos por *ecossistema*.

O termo foi criado por G. Tansey, em 1935, para definir um sistema aberto que inclui, em uma certa área, todos os fatores físicos e biológicos do ambiente e suas interações, o que resulta em uma diversidade. Podemos dizer então que, segundo Tansey, ecossistema é a unidade funcional de base em ecologia, porque inclui, ao mesmo tempo, os seres vivos e o meio onde vivem, com todas as interações recíprocas entre o meio e os organismos. É, portanto, um sistema aberto integrado por todos os organismos vivos (compreendido o homem) e os elementos não viventes de um setor ambiental, definido no tempo e no espaço, cujas propriedades globais de funcionamento (fluxo de energia e ciclagem de matéria) e auto-regulação (controle) derivam das relações entre todos os seus componentes, tanto pertencentes aos sistemas naturais, quanto os criados ou modificados pelo homem.

Em português, o termo *ecossistema* aparece pela primeira vez em Pontes de Miranda (1924)²⁵², na obra intitulada **Introdução à Política Científica**. O

²⁵² In: www.ipm.br/obras.html. On-line, janeiro 2004.

conceito original evoluiu até o presente no sentido de designar uma ciência, parte da Biologia, e uma área específica do conhecimento humano que trata do estudo das relações dos organismos uns com os outros e com todos os demais fatores naturais e sociais que compreendem seu ambiente. Uma outra área de conhecimento, a ecologia urbana, que é o estudo científico das relações biológicas, culturais e econômicas entre o homem e o meio ambiente urbano, que se estabelecem em função das características particulares dos mesmos e das transformações que o homem exerce através da urbanização, soma-se a esse conceito para complementar o de ecossistema societal.

Então, se conforme dissemos anteriormente, segundo Parks e Burgess, e sob a ótica de Ferdinand Tönnies, as comunidades se caracterizam por uma população organizada em um território, em maior ou menor medida nele enraizado, cujos membros vivem numa relação de interdependência mútua de caráter simbiótico, lutando pelo espaço que vai reger as relações interindividuais e esta competição é um princípio de organização, devemos retomar a noção de ecologia de Abraham Moles. Ele define a comunicação como a ação de fazer um organismo ou sistema situado em um dado participar, através de estímulos, do meio de um outro indivíduo ou sistema situado em um outro local e em um outro tempo, utilizando elementos de conhecimento que estes possuem em comum, criando assim o termo ecologia da comunicação. O objetivo de Moles era entender as interações entre espécies diferentes de comunicação, no interior de um dado *campo ou espaço social*. Esta ciência possui ramos diferentes: um, que se atém à unidade do ser individual e se ocupa da interação entre as modalidades de sua comunicação, em sua *esfera de tempo* – a de seu balanço tempo – e em sua *esfera de espaço* – a dos trajetos sobre o *território*; e outro, que se refere à

organização dos sistemas de transação entre seres, à intervenção da logosfera, ao condicionamento do planeta por canais múltiplos que coloca as mensagens em circulação e a sedimentação dessas mensagens em locais de memória e cuja matéria-prima, na sociedade atual, é a informação, caracterizada como algo entrópico. Podemos entender, então, a comunicação como um processo social permanente que integra múltiplos modos de comportamento e expressão, que se dão em vários níveis. Mas, para que haja esse processo de integração, é preciso, segundo Rogers, que exista o processo de convergência no qual os participantes criam e partilham a informação para alcançar a compreensão mútua, gerando uma *rede*²⁵³ de relações, que podem acontecer a partir de grupos primários ou de afinidade, a partir de indivíduos isolados, ou mesmo através de indivíduos-relações (para Rogers) e/ou agentes transnacionais, ou ainda líderes de opinião, conforme outros autores²⁵⁴.

Não é novidade que, em toda e qualquer sociedade, os indivíduos se ocupam da produção e intercâmbio de informações e de conteúdos simbólicos, já que estes têm sido, ao longo do tempo, aspectos centrais da vida social. Sendo assim, o desenvolvimento dos meios de comunicação é uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si, isto é, uma forma de ação, como já vimos anteriormente.

Conforme afirma John B. Thompson,

²⁵³ Rede, para esse autor, torna-se a composição de indivíduos conectados entre si por fluxos estruturados na comunicação.

²⁵⁴ Apud MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. Op. cit.

os fenômenos sociais [como a comunicação] podem ser vistos como ações intencionais levadas a cabo em contextos sociais estruturados. A vida social é feita por indivíduos que perseguem fins e objetivos os mais variados. Assim fazendo, eles sempre agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades. Esses conjuntos de interações podem ser conceituados como "campo de interação" [...]. Os indivíduos se situam em diferentes posições dentro destes campos, dependendo do tipo e da quantidade de recursos disponíveis para eles.²⁵⁵

Ainda conforme o próprio Thompson, essas posições, quando institucionalizadas, adquirem uma certa estabilidade e tornam-se parte de um conjunto relativamente estável de regras, recursos e relações sociais.

As instituições podem ser vistas como determinados conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais. As instituições definem a configuração dos campos de interação preexistentes e, ao mesmo tempo, criam novas posições dentro deles, bem como novos conjuntos de trajetórias de vida para os indivíduos.²⁵⁶

O autor continua sua reflexão afirmando que a posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo ou instituição está estreitamente ligada ao poder que ele possui. Poder, aqui, é entendido como a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas conseqüências.

Apesar de Thompson dedicar seu livro à compreensão da mídia de massa, esses pressupostos iniciais servem como introdutórios à compreensão do nosso campo de estudo.^{*} No entanto, existe um outro aspecto que precisa ser ressaltado: a cultura operária. Isso porque a comunicação comunitária, como é conhecida hoje, surge com uma forte influência do Movimento Operário e Sindical, já trabalhado brevemente em capítulo anterior. Sendo assim, e percebendo a

²⁵⁵ THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1995. p.21.

²⁵⁶ *Ibid.*, p.21.

comunicação como produtora de cultura, para levar em consideração as reflexões de Thompson, a cultura operária, assim como a cultura de massa, surge permeada de representações e valores criados e estabelecidos a partir desses Movimentos.

Conforme veremos a seguir, em item específico, as comunidades formadas, hoje, na periferia urbana das grandes metrópoles, carregam em seu bojo, pelo menos, duas características essenciais à sua compreensão: a tradição e os costumes rurais (uma vez que essas comunidades são, em sua maioria, formada por trabalhadores e/ou descendentes de trabalhadores oriundos do campo e que vieram para as grandes cidades em busca de emprego), e a ligação histórica com a organização da base trabalhadora, quer através dos movimentos sindicais, que através das ligas camponesas, o que serviu de suporte para o nascimento dos Movimentos Sociais.

Se levarmos em conta a definição de Fritjof Capra²⁵⁷, autor de *O Ponto de Mutação* (1982) e *Teia da Vida* (1996), entre outros, a respeito do conceito de organização, entenderemos essas organizações de base social como um sistema vivo, capaz de autogerar-se a partir das trocas e das misturas com o ambiente em que convivem. Esse processo acontece em cadeia, formando uma rede, de maneira que o todo se transforme continuamente.

É essa a chave da definição sistêmica da vida: as redes vivas criam ou recriam a si mesmas continuamente mediante a transformação ou substituição dos seus componentes. Dessa maneira, sofrem

²⁵⁷ CAPRA, Fritjof. *As Conexões Ocultas: Ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

mudanças estruturais contínuas ao mesmo tempo em que preservam seus padrões de organização, que sempre se assemelham a teias²⁵⁸.

Capra, lembrando a teoria desenvolvida pelos biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela, considera a dinâmica da autogeração como uma das características fundamentais da constituição sistêmica da vida. A esse processo, Maturana e Varela chamaram de *autopoiese* (autocriação). Assim, “a definição de sistema vivo como uma rede autopoietica significa que o fenômeno da vida tem de ser compreendido como uma propriedade do sistema como um todo²⁵⁹. Segundo a teoria da autopoiese, o sistema vivo se liga estruturalmente ao seu ambiente, ou seja, liga-se ao ambiente através de interações recorrentes, cada uma das quais desencadeia mudanças estruturais no sistema.

À medida que o organismo vivo responde às influências ambientais com mudanças estruturais, essas mudanças, por sua vez, alteram o seu comportamento futuro. Em outras palavras, o sistema que se liga ao ambiente através de um vínculo estrutural é um sistema que aprende. A ocorrência de mudanças estruturais contínuas, provocadas pelo contato com o ambiente – seguidas de uma adaptação, um aprendizado e um desenvolvimento também contínuo – é uma das características fundamentais de todos os seres vivos.

... Os sistemas vivos, portanto, respondem autonomamente às perturbações do ambiente. Respondem a elas com mudanças na sua própria estrutura, ou seja, com um rearranjo do padrão de ligações da sua rede estrutural. Segundo Maturana e Varela, nenhum sistema vivo pode ser controlado; só pode ser perturbado. Mais ainda: o sistema vivo não especifica somente as suas mudanças estruturais; especifica também quais são as perturbações do ambiente que podem

²⁵⁸ Ibid., p.27.

²⁵⁹ Ibid., p.27.

desencadeá-las. Em outras palavras, o sistema vivo conserva a liberdade de decidir o que percebe e o que aceita como perturbação²⁶⁰.

Dessa forma, explica Capra, citando Prigogine, o sistema vivo cria estruturas dissipativas e

a dinâmica dessas estruturas dissipativas caracteriza-se em específico, pelo surgimento espontâneo de novas formas de ordem. Quando o fluxo de energia aumenta, o sistema pode chegar a um ponto de instabilidade, chamado "ponto de bifurcação", no qual tem a possibilidade de derivar para um estado totalmente novo, em que podem surgir novas estruturas e novas formas de ordem. Esse surgimento espontâneo da ordem nos pontos críticos de instabilidade é um dos conceitos mais importantes da nova compreensão da vida. Tecnicamente, denomina-se "auto-organização", e, em língua inglesa, é muitas vezes chamado simplesmente de *emergence*, ou surgimento²⁶¹.

As mudanças estruturais do sistema constituem atos de cognição. Na medida em que especifica quais as perturbações do ambiente que podem desencadear mudanças, o sistema mostra a extensão do seu domínio cognitivo; ele "produz o mundo", nas palavras de Maturana e Varela.

A cognição, portanto, não é a representação de um mundo que existe independentemente e por si, mas antes a contínua produção de um mundo através do processo de viver. As interações do sistema vivo com seu ambiente são interações cognitivas, e o próprio processo de viver é um processo de cognição. Segundo Maturana e Varela, "viver é conhecer".

Parafrazeando Capra, a criatividade – a geração de formas novas – é uma propriedade fundamental de todos os sistemas vivos. E, uma vez que o surgimento dessas novas formas é também um aspecto essencial da dinâmica dos sistemas abertos, chegamos à importante conclusão de que os sistemas

²⁶⁰ *Ibid.*, p.52

²⁶¹ *Ibid.*, p.31.

abertos desenvolvem-se e evoluem. A vida dilata-se constantemente na direção da novidade.

Segundo Maturana e Varela²⁰², a cognição é a atividade que garante a autogeração e a autopetuação das redes vivas. Em outras palavras, é o próprio processo da vida. A atividade organizadora dos sistemas vivos, em todos os níveis de vida, é uma atividade mental. Assim, a vida e a cognição tornam-se inseparavelmente ligadas. Portanto, a cognição está intimamente ligada à autopoiese, a autogeração das redes vivas.

O sistema autopoietico é definido pelo fato de sofrer mudanças estruturais contínuas ao mesmo tempo em que conserva seu padrão de organização em teia. Os componentes da rede continuamente produzem e transformam uns aos outros, e o fazem de duas maneiras distintas. A primeira espécie de mudança estrutural é de auto-renovação. Todo organismo vivo se renova constantemente, na medida em que seus tecidos e órgãos substituem suas células num ciclo contínuo. Apesar dessa mudança permanente, o organismo conserva sua identidade global, seu padrão de organização. O segundo tipo de mudança estrutural num sistema vivo é aquele que cria novas estruturas – novas conexões da rede autopoietica. Essas mudanças, que não são cíclicas, mas seguem uma linha de desenvolvimento, também ocorrem continuamente, quer em decorrência das influências ambientais, quer como resultado da dinâmica interna do sistema.

Na qualidade de seres humanos, não nos limitamos a perceber por experiência subjetiva os estados integrados da consciência primária; também

²⁰² MATURANA, H.; VARELA F. *A Árvore do Conhecimento: As bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: Psy II, 1995.

pensamos e refletimos, comunicamo-nos através de uma linguagem simbólica, formulamos juízo de valor, elaboramos crenças e agimos intencionalmente; somos dotados de autoconsciência e temos a experiência de nossa liberdade pessoal. Isso significa que a consciência humana não é só um fenômeno biológico, mas também um fenômeno social.

Trabalhando com a idéia de não-linearidade ou com a teoria da complexidade, em *A Teia da Vida*, Capra propõe uma série de teorias inovadoras a respeito dos sistemas vivos. A idéia desse autor é desenvolver uma estrutura teórica unificada e sistêmica para a compreensão dos fenômenos biológicos e sociais. Assim, propõe três idéias sobre a vida, a partir de seus padrões, estruturas e processos.

Em síntese, a teoria de Capra se baseia na distinção entre as duas idéias sobre a natureza dos sistemas vivos, que o autor chamou de *ponto de vista dos padrões* e *ponto de vista das estruturas*; e na integração dessas duas idéias por meio de uma terceira, o *ponto de vista dos processos*. Em específico, definiu o padrão de organização de um sistema vivo como a configuração das relações entre os componentes do sistema, configuração essa que determina as características essenciais do sistema; a estrutura do sistema como a incorporação material desse padrão de organização; e o processo vital como o processo contínuo dessa incorporação.

Quando procuramos aplicar o domínio social à vida nos deparamos com uma multidão de fenômenos – regras de comportamento, valores, intenções, objetivos, estratégias, projetos, relações de poder – que são essenciais à vida humana. Porém essas características diversas da realidade social partilham todas de uma característica básica que nos proporciona o vínculo natural com a visão

sistêmica de vida. A autoconsciência surgiu junto com a linguagem, o pensamento conceitual e o mundo social dos relacionamentos organizados e da cultura. Conseqüentemente, a compreensão da consciência reflexiva está ligada à da linguagem e à do contexto social, e seu inverso é verdadeiro, isto é, a compreensão da realidade social está intrinsecamente ligada à da consciência reflexiva²⁶³.

Portanto, a compreensão sistêmica da vida, aplicada ao domínio social, pressupõe uma quarta perspectiva, a do significado, como uma expressão sintética do mundo interior da consciência reflexiva, que contém uma multiplicidade de características inter-relacionadas.

Integrar os quatro pontos de vista é o mesmo que reconhecer que cada um deles tem uma importante contribuição a dar para a compreensão dos fenômenos sociais. Por exemplo, para Capra, a cultura é criada e sustentada por uma rede (forma) de comunicações (processos) na qual se gera o significado. Entre as corporificações materiais da cultura (matéria) incluem-se artefatos e textos escritos, através dos quais os significados são transmitidos de geração em geração.

A rede social é um padrão não-linear de organização, de maneira que os conceitos desenvolvidos pela teoria da complexidade, como os de realimentação (*feedback*) ou surgimento espontâneo (*emergence*), encontrarão aí a sua aplicação. [...] Uma vez que os sistemas sociais envolvem não só seres humanos vivos como também a linguagem, a consciência e a cultura, é evidente que são sistemas cognitivos²⁶⁴.

Citando Niklas Luhmann, Capra diz que a comunicação é o elemento central das redes sociais:

Os sistemas sociais usam a comunicação como seu modo particular de reprodução autopoietica. Seus elementos são comunicações produzidas e reproduzidas de modo recorrente

²⁶³ CAPRA, Fritjof. Op. cit., p.85.

²⁶⁴ Ibid., p.93-94.

(*recursively*) por uma rede de comunicações, e que não podem existir fora de tal rede²⁹⁵.

E acrescenta:

Essas redes de comunicação geram a si mesmas. Cada comunicação cria pensamentos e um significado que dão origem a outras comunicações, e assim a rede inteira se regenera – é autopoietica. Como as comunicações se dão de modo recorrentes em múltiplos anéis de realimentação (*feedback loops*), produzem um sistema comum de crenças, explicações e valores – um contexto comum de significado – que é continuamente sustentado por novas comunicações. Através desse contexto comum de significado, cada indivíduo adquire sua identidade como membro da rede social, e assim a rede gera seu próprio limite externo. Não se trata de um limite físico, mas de um limite feito de pressupostos, de intimidade e de lealdade – um limite continuamente conservado e renegociado pela rede de comunicações²⁹⁶.

Assim, a natureza da comunicação humana envolve uma contínua coordenação de comportamentos e, por envolver o pensamento conceitual e a linguagem simbólica, também gera imagens mentais, pensamentos e significados. Portanto, as redes de comunicações têm um duplo efeito: gerar idéias e contextos de significados e regras de comportamentos ou estruturas sociais.

As redes sociais também geram estruturas materiais – edifícios, estradas, tecnologias, etc. – que se tornam componentes estruturais da rede; e produzem bens e artefatos materiais que são intercambiados entre os nós da rede. Entretanto, a produção de estruturas materiais nas redes é criada a partir de determinada intenção e constitui a corporificação de um determinado significado.

Sendo assim, Capra define organizações sociais como

²⁹⁵ *Ibid.*, p.94.

²⁹⁶ *Ibid.*, p.95.

sistemas sociais cujos padrões de organização [que] são projetados especificamente para distribuir poder e esses padrões são chamados de estruturas organizativas, isto é, regras de comportamento que facilitam a tomada de decisão e corporificam as relações de poder. Os sistemas sociais produzem estruturas materiais e imateriais. Os processos que sustentam a rede social são processos de comunicação, que geram um corpo comum de conhecimentos. As regras de comportamento, formais e informais, são chamadas de estruturas sociais²⁶⁷.

Chegamos, assim, a pelo menos uma conclusão: uma organização humana só será um sistema vivo se for organizada em rede ou contiver redes menores dentro dos seus limites, isto é, para que a organização seja viva, é preciso que, além de pertencer a redes de comunicação, também seja autogeradora.

Étienne Wenger foi o primeiro teórico a usar o termo *comunidade de prática* como forma de explicar o que Capra define como redes sociais autogeradoras. O teórico explica que,

à medida que, no decorrer do tempo, as pessoas dedicam-se a um empreendimento conjunto, acabam por desenvolver uma prática comum, ou seja, maneiras determinadas de fazer as coisas e de relacionar-se entre si, que permitem que atinjam o seu objetivo comum. Com o tempo, a prática resultante torna-se um elo que liga de maneira evidente as pessoas envolvidas²⁶⁸.

Citando Etienne Wenger, Capra diz que

a comunidade de prática é uma comunidade caracterizada por três traços principais: um compromisso mútuo (dinâmica de uma rede de comunicações autogeradora) assumido entre os membros, um empreendimento comum (objetivos e significados) e, com o tempo, um "repertório" comum (coordenação de comportamento e criação de um corpo comum de conhecimentos) de rotinas, conhecimentos e regras tácitas de conduta. Dentro de toda organização há um conglomerado de comunidades de prática ligadas entre si. Quanto maior for o número de participantes dessas redes informais, quanto mais desenvolvidas e sofisticadas forem às próprias redes, tanto mais a organização será capaz de aprender, reagir criativamente a circunstâncias inesperadas,

²⁶⁷ Ibid., p.102.

²⁶⁸ Apud CAPRA, Fritjof, Op. cit., p.119.

mudar e evoluir. A vida da organização reside na comunidade de prática²⁶⁹.

Sob nossa perspectiva, então, podemos dizer que, no campo da comunicação comunitária, o conceito de comunicação passa pela compreensão de que este é um processo sistêmico que provoca ações e reações, gerando novas percepções, novas linguagens e novos conceitos/valores capazes de se constituírem como códigos, representações simbólicas autogerativas. A comunicação comunitária é, portanto, um sistema vivo, uma organização viva, aberta e dinâmica, autopoietica, que forma teias de relações a partir do uso das TIC's, não obedecendo às estruturas do sistema, como o mercado, por exemplo, mas propondo alternativas de sustentabilidade para esse sistema que se forma em paralelo à globalização, porém não fora dela.

Essa comunidade contemporânea, que faz uso das tecnologias de informação e comunicação como formas de pertencimento e sustentabilidade, caracteriza-se por uma série de aspectos, nem todos simultâneos, conforme explica Cicília Peruzzo:

a) participação: a pessoa participa direta e ativamente da vida da comunidade. É sujeito. [...] b) Sentimento de pertença. É sentir-se membro, parte importante do processo e como tal contribuir para a coesão interna. c) caráter cooperativo e de compromisso. d) confiança, aceitação de princípios e regras comuns e senso de responsabilidade pelo conjunto. e) identidades: não apenas no sentido de "natural e espontaneamente" como está em Tönnies, mas que podem advir de um universo simbólico e/ou ideológico comum ou das condições de existência em comum. f) reconhecer-se como comunidade. g) alguns objetivos e interesses comuns [...] principalmente aqueles que constituem a razão de ser da comunidade. h) alguns tipos de comunidade estão voltados para o bem estar social e ampliação da cidadania [...] i) *integração: por meio de um sistema intenso de comunicação e troca entre os membros* [grifo nosso]. j) Com ou sem locus territorial específico. Ao mesmo tempo em que existem

²⁶⁹ Ibid., p.119-121.

comunidades virtuais, persistem aquelas de base territorial. I) possuem uma linguagem comum²⁷⁰.

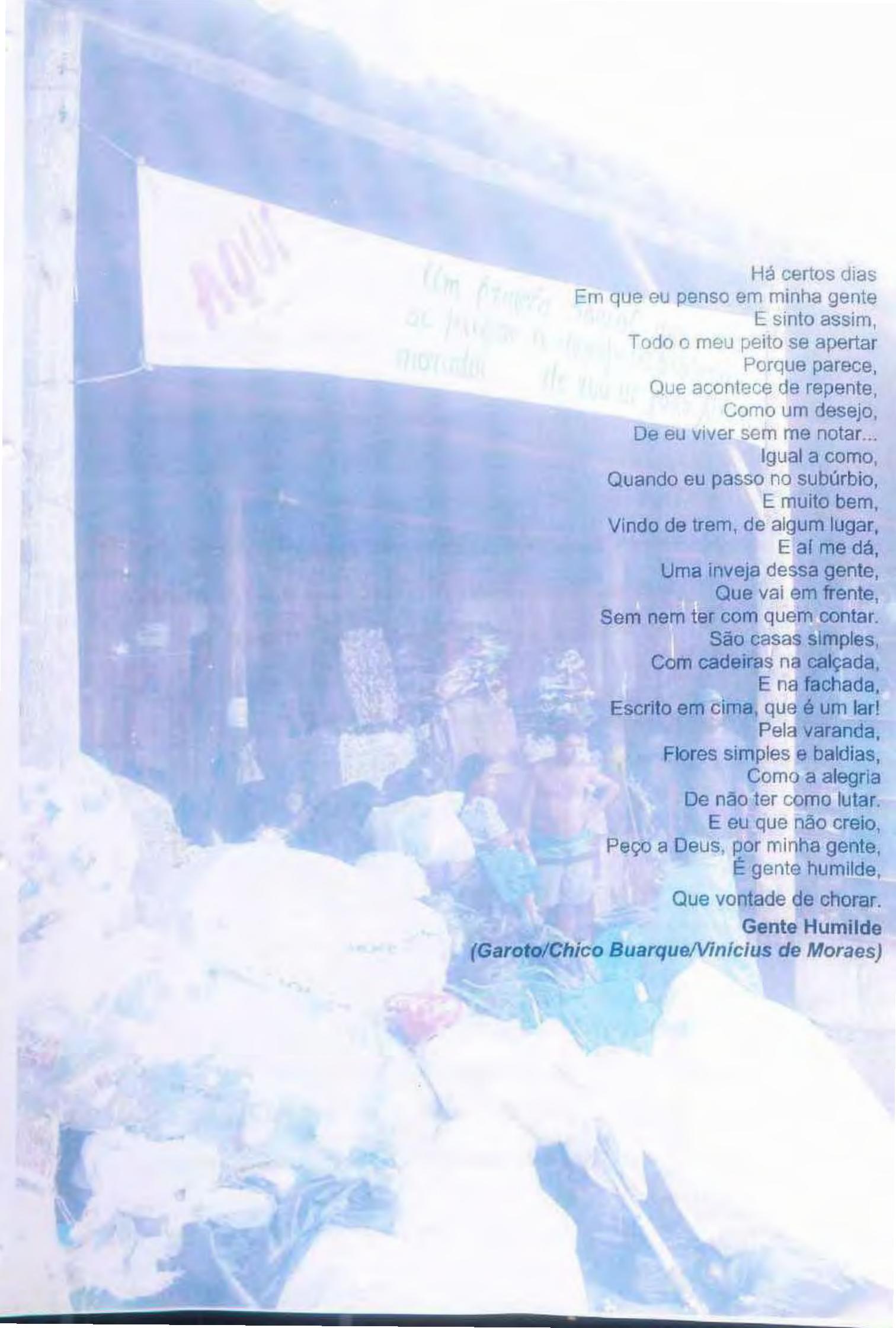
Conforme afirma a própria Cicília Peruzzo, a existência e o acesso das comunidades ao ciberespaço passa a ser uma outra forma de inter-relação com a sociedade contemporânea, isto é, um modo alternativo de garantir a existência da vida cotidiana,

pois é unida em torno de especificidades concretas e com vínculos que extrapolam o espaço virtual. [...] [para essas comunidades] a identidade virtual é uma extensão da identidade anterior de "militante" [...] não havendo interesse ou estímulo à experiência do anonimato ou mesmo elaborações identitárias alternativas à vida real²⁷¹.

Foi a partir do exposto que construímos a hipótese que norteia esta pesquisa, na tentativa de buscar entender o uso das novas tecnologias de informação e comunicação nas comunidades carentes de Porto Alegre, no início do século XXI. Nosso objetivo geral é entender como as TIC's geram formas de pertencimento e sustentabilidade nessas comunidades, sob a ótica da comunicação comunitária. Mais especificamente, temos como objetivo identificar que tecnologias são essas; que apropriação as comunidades fazem dessa nova linguagem e, ainda, de que forma são geradas alternativas de pertencimento e sustentabilidade para a inclusão no mundo global.

²⁷⁰ PERUZZO, Cicília Maria Krohling. *Comunicação e Movimentos Populares: Que redes?* São Leopoldo: EDUNISINOS, 2002. p.293

²⁷¹ *Ibid.*, p.294.



Há certos dias
Em que eu penso em minha gente
E sinto assim,
Todo o meu peito se apertar
Porque parece,
Que acontece de repente,
Como um desejo,
De eu viver sem me notar...
Igual a como,
Quando eu passo no subúrbio,
E muito bem,
Vindo de trem, de algum lugar,
E aí me dá,
Uma inveja dessa gente,
Que vai em frente,
Sem nem ter com quem contar.
São casas simples,
Com cadeiras na calçada,
E na fachada,
Escrito em cima, que é um lar!
Pela varanda,
Flores simples e baldias,
Como a alegria
De não ter como lutar.
E eu que não creio,
Peço a Deus, por minha gente,
É gente humilde,
Que vontade de chorar.

Gente Humilde

(Garoto/Chico Buarque/Vinicius de Moraes)

4 CONSTRUINDO O OBJETO DE PESQUISA

O interesse pelo campo da comunicação comunitária surgiu a partir de uma entrevista realizada com o teórico e pedagogo Paulo Freire, nos idos da década de 80, quando desenvolvíamos atividades no cargo de Secretária de Redação da antiga Rádio Manchete no Rio de Janeiro.

Foi Paulo Freire quem nos alertou para a importância do uso dos meios de comunicação social para outros fins que não somente os empresariais e comerciais. Freire defendia a idéia de que a

comunicação [é] a co-participação dos Sujeitos no ato de pensar [...] [ela] implica uma reciprocidade que não pode ser rompida [...] [já que] comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de Sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados²⁷².

Já em 1968, Freire discutia conceitualmente a noção dos processos de comunicação, num trabalho escrito para o ICIRA – Instituto de Capacitación y Investigación en Reforma Agrária –, do Chile. Na ocasião, eram duas as propostas do pedagogo e teórico: formular uma crítica às atividades de extensão

²⁷² FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Op. cit., p.67-69.

agrária desenvolvidas à época e servir de base para uma discussão de um grupo interdisciplinar envolvido com a questão.

No texto, Freire defende a ideia de *comunicação* como uma prática dos sujeitos no ato de conhecer e critica a *extensão*, afirmando ser esta uma forma apenas de transmissão. Na verdade, essa postura de Freire tem a ver com a sua *visão de mundo. Para o teórico e pedagogo, o homem é o único ser vivo capaz de criar e inovar seu mundo. No ensaio "A Liberdade Cultural na América Latina", de 1970, publicado na University of Notre Dame Press, Freire diz que "o homem, em sua permanente relação com a realidade, produz não apenas bens materiais, coisas sensíveis e objetos, mas também instituições sociais, ideológicas, arte, religião, ciência e tecnologia"*²⁷³.

Isto significa dizer que, na visão de Freire, os homens são sujeitos criativos, que podem ser desumanizados²⁷⁴ em sistemas sociais opressivos, como é o caso do capitalismo, mas não deixam de ser conscientes de si mesmos e de interagirem com o mundo e com os outros homens.

Ao longo de toda a sua obra, Freire procura ainda compreender o processo de comunicação como uma *relação social e política*, que se estabelece pelo conhecimento, pela lógica, pela história e, por fim, mas não menos importante, pelo diálogo. Essa relação dialógica, para Paulo Freire, é fundamental para que ocorra qualquer ato de conhecimento, já que, para esse teórico, o sujeito

²⁷³ FREIRE, Paulo. Cultural freedom in Latin America. In: COLONNESE, L.M. (ed.). *Human Rights and the Liberation of Man in Americas*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, [s.d.], p.157-168.

²⁷⁴ Para Paulo Freire, a desumanização, contexto da metade do século XX, se caracteriza por ser um processo que marca aqueles cuja humanidade foi roubada, os oprimidos, mas também os opressores.

não pode pensar sozinho, isto é, depende da co-participação do outro e é nessa co-participação que acontece o processo de comunicação.

Ainda no texto Extensão ou Comunicação?, Freire afirma que a comunicação "implica numa reciprocidade que não pode ser interrompida. Portanto, não é possível compreender esse pensamento sem referência à sua dupla função, qual seria, a cognoscitiva (do latim *cognoscere*, que tem a faculdade de conhecer), e a comunicativa"²⁷⁵, o que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo.

E, como para Freire, o conhecimento faz parte do processo comunicativo, e vice-versa, a comunicação é educação, e a educação é comunicação, uma vez que ambos os processos necessariamente são dialógicos, na medida em que entendemos educação como o encontro de sujeitos interlocutores que buscam significação dos significados.

Mas, Freire aponta uma segunda dimensão da comunicação, além da social. É a dimensão política. Segundo esse autor, o ato de conhecer é sempre um ato de engajamento, isto é, a comunicação/diálogo não apenas supõe a co-participação e a reciprocidade mas também se constitui num processo significativo, compartilhado pelos sujeitos iguais entre si, numa relação de igualdade. Para Freire, a comunicação deve ser vivida pelos homens em seu cotidiano, isto é, em sua dimensão política.

²⁷⁵ FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Op. cit., p.66-69.

Em *Pedagogia do oprimido*²⁷⁶, obra clássica desse autor, escrita na década de 70, a comunicação é definida como um encontro entre homens, mediados pela palavra, a fim de dar nome ao mundo.

Ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também, seus elementos constitutivos. Essa busca nos leva a surpreender, nela, duas dimensões: ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma dela, se ressentida, imediatamente, da outra. Não há palavra verdadeira que não haja práxis²⁷⁷.

Portanto, para Freire, a dimensão política do diálogo – a transformação do mundo pelo homem ao interpretá-lo – faz parte da natureza humana. O autor acredita nesta relação dialógica que liga a comunicação e a educação, como uma forma de libertação. E a proposta libertária de Paulo Freire passa pela construção de um processo pela emancipação do trabalho, pela superação da alienação, pela afirmação dos homens enquanto pessoas, enquanto cidadãos.

A comunicação comunitária parte da prerrogativa da construção de um processo que é a própria prática social, isto é, é um processo construído a partir da vivência de cada um, em seu próprio tempo e espaço, a partir da interação com a *práxis* cotidiana, tendo como pano de fundo o contexto sócio-histórico-cultural de cada comunidade.

Dessa forma, cada comunidade – e aqui levando em consideração o conceito de comunidade elaborado por Ferdinand Tönnies, apontado no segundo capítulo deste trabalho – trata de estabelecer seus processos comunicacionais,

²⁷⁶ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Op. cit.

²⁷⁷ *Ibid.*, p.77

com seus códigos e significados, no intuito de, como diz Paulo Freire, “dar nome ao mundo”.

A prática como repórter policial, também na antiga Rádio Manchete do Rio de Janeiro, função que acumulávamos durante o mesmo período em que desenvolvíamos a atividade de Secretária de Redação, nos permitiu, já naquele momento, tomar contato com determinadas comunidades da Baixada Fluminense e dos morros cariocas. Essas comunidades, profundamente carentes, tinham previamente estabelecidas determinadas formas simbólicas de representação, construídas a partir da sua vida cotidiana, que alicerçavam complexos sistemas de comunicação, os quais proporcionavam a organização sociopolítica e econômica daquelas pessoas, criando assim seus *folkways* e seus *mores*²⁷⁸. A maior parte delas era originária do meio rural e veio para a metrópole em busca de melhores condições de vida. Essa migração, característica das sociedades modernas, além de redesenhar a cidade do ponto de vista de sua geografia cultural, ainda trouxe consigo muitas das tradições²⁷⁹ e costumes do campo.

John B. Thompson, em **A Mídia e a Modernidade: Teoria social da mídia**²⁸⁰, diz que antes do desenvolvimento da mídia, a compreensão do passado e do mundo, pelos indivíduos, dependia do conteúdo simbólico transmitido pela comunicação oral e direta. Isso significa dizer que, na maioria das comunidades, o

²⁷⁸ Conforme já citado na página 73 deste trabalho, para Tönnies (1947) *folkways* são costumes populares mais elementares que definem como o indivíduo se comportará em relação ao outro na vida cotidiana. São as ações que tomam forma nas intercomunicações, que também são estipuladas pelo que o autor chama de *mores* ou costumes sociais que, por consenso geral, consideram-se favoráveis à boa ordem social.

²⁷⁹ Tradição, em seu sentido mais geral, vem do latim *traditum* – aquilo que é transmitido ou trazido do passado e pode envolver, segundo Thompson, diferentes aspectos como o hermenêutico (conjunto de pressupostos que são aceitos pela comunidade e servem como balizadores para a condução da vida cotidiana), o normativo (conjunto de pressuposições, crenças e padrões de comportamentos trazidos do passado e que servem como princípio orientador para as ações e crenças do presente); o legitimador (fonte de apoio para o exercício do poder e da autoridade, também chamado de aspecto ideológico); e o identificador (relativo à formação da identidade e que se desdobra em dois tipos: auto-identidade e identidade coletiva) (1995, p.163-165).

²⁸⁰ THOMPSON, John B. Op. cit.

mundo – num sentido mais amplo – era construído através das tradições orais, produzidas e reproduzidas no contexto da vida cotidiana.

Com o desenvolvimento da mídia, os indivíduos puderam experimentar outros contextos culturais – tanto reais quanto imaginários – situados além da esfera do cotidiano. A consequência imediata desse processo, segundo Thompson, foi a busca, pelos indivíduos, de recursos próprios e conteúdos simbólicos transmitidos pela mídia para chegarem a identidades coerentes para sim mesmos. Isso não significa dizer que as tradições antigas foram deixadas de lado. Ao contrário, foram incorporadas, reforçadas e remodeladas pelos meios de comunicação. Com isso, a tradição se desritualizou. Conforme Thompson,

perdeu sua ancoragem nos contextos práticos da vida cotidiana. Mas o desenraizamento das tradições não as privou dos meios de subsistência. Pelo contrário, preparou-lhes o caminho para que se expandissem, se renovassem, se enxertassem de novos contextos e se ancorassem em unidades espaciais muito além dos limites das interações face a face²⁸¹.

Assim, com base no pensamento de Thompson, poderíamos dizer que a manutenção das tradições depende agora das formas de interação com a mídia, isto é, mais dependentes de formas simbólicas mediadas, que vão caracterizar os novos agrupamentos humanos, isto é, as novas comunidades da sociedade moderna forma assim sistemas de comunicação.

Conforme afirma Joseph M. Luyten²⁸², poderíamos entender como sistemas de comunicação populares as formas de organização das camadas populacionais, que têm como objetivo compreenderem-se umas às outras e expressar suas opiniões publicamente.

²⁸¹ *Ibid.*, p.160.

²⁸² LUYTEN, Joseph M. *Sistemas de Comunicação Popular*. São Paulo: Ática, 1988.

Assim, se conceituarmos como cultura aquilo que é feito pelo homem em comunidade, a partir das práticas cotidianas e da construção de sua história, poderíamos dizer então que cultura popular é aquela comunicável ao povo, isto é, conforme Osmar Fávero, aquela cujas

significações, valores, ideais, obras, são destinadas ao povo e respondem às suas exigências de realização humana em determinada época [...], à sua consciência histórica real. É popular a cultura que leva o homem a assumir a sua posição de sujeito da própria criação cultural e de operário consciente do processo histórico em que se acha inserido²⁸³.

Osmar Fávero ainda acrescenta que

um movimento de cultura popular é um movimento para a libertação do homem e só tem sentido na medida em que promover o homem não só como receptor, mas principalmente como criador de expressões culturais [...] [buscando] promover a elaboração da cultura com o povo, fazendo-o participante da comunidade cultural [...]²⁸⁴.

Sendo assim, podemos afirmar que a produção de bens culturais no campo popular utiliza-se de instrumentos e métodos próprios de trabalho, instrumentos estes que se estruturam e se definem a partir das necessidades da comunidade na qual estão sendo desenvolvidos, buscando atender aos seus objetivos e utilizando as motivações adequadas à realidade. Alguns desses instrumentos são, por exemplo, a alfabetização, a criação de núcleos populares (com a função de politização e mobilização da comunidade, buscando a formação de líderes populares), o teatro, desenvolvimento de praças de cultura (para lazer e recreação), atividades artísticas, publicações (que aparecem com dois aspectos fundamentais: elaboração da cultura através de meios de comunicação populares e divulgação deste trabalho de criação e outros assuntos de interesse da comunidade), festas populares, festivais de cultura popular, etc.

²⁸³ FÁVERO, Osmar. *Cultura Popular, Educação Popular: Memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 23

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 23-24.

É a partir dessa idéia de cultura que duas vertentes teóricas procuram estruturar-se para entender os processos comunicacionais populares: a Folkcomunicação, de Luiz Beltrão, e a Educomunicação, de Ismar Soares. A primeira trata de explicar as formas e estruturas populares que pertençam aos sistemas folclóricos, isto é, aquelas que pertençam à cultura popular e que foi tomado normativo pela tradição. São quatro formas de apreensão de comunicação popular sob essa perspectiva: oral, escrita, gestual e plástica. Já a Educomunicação busca compreender o processo de entrelaçamento midiático entre os campos da educação e da comunicação que, na visão mais conservadora, jamais se inter-relacionariam. Conforme Denise Cogo²⁸⁵, é a partir destes estudos e experiências que passam a se desenvolver também outras perspectivas para além da educação crítica dos meios de comunicação, ou mesmo para além da educação para os meios de comunicação.

Citando Ismar de Oliveira Soares²⁸⁶, Cogo afirma que é na perspectiva desta inter-relação que surge esse novo campo de intervenção social – a educomunicação. Este campo, estruturado num processo midiático, transdisciplinar e interdiscursivo, é experienciado através da prática dos atores sociais a partir de quatro áreas não excludentes entre si:

1. área da educação para a comunicação: constituída pelas reflexões em torno da relação entre os pólos vivos do processo de comunicação [...];
2. área da mediação tecnológica na educação: orientada à compreensão dos procedimentos e das reflexões em torno da presença e dos múltiplos usos da tecnologia da informação e da educação, é uma área que assume

²⁸⁵ COGO, Denise. Da leitura crítica dos meios à educomunicação: Convergências possíveis entre comunicação e educação. *Tendências da Comunicação*, Porto Alegre: L&PM, n.4, 2001.

²⁸⁶ SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: Um campo de mediações. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n.24, p.20, set./dez. 2000.

relevância crescente diante da rápida expansão e aplicação dessas tecnologias no ensino presencial e a distância;

3. área da gestão da comunicação no espaço educativo: voltada ao planejamento, execução e realização dos processos que se articulam no âmbito da Comunicação/Cultura/Educação, criando ecossistemas comunicacionais [...];
4. área da reflexão epistemológica sobre a inter-relação comunicação-educação como fenômeno cultural emergente [...] ²⁶⁷.

A terceira área citada por Cogo é a que nos parece ser exatamente o campo de atuação da comunicação comunitária.

A partir, então, da experiência construída ao longo de vinte anos de profissão, passamos a trabalhar no sentido de buscar desenvolver, junto aos movimentos populares, perspectivas de usos dos meios de comunicação pelas comunidades carentes de Porto Alegre. Em 1990, já na capital gaúcha, implementamos um projeto inédito, pelo menos na Região Sul do Brasil, em conjunto com a Prefeitura Municipal, que consistia na elaboração de programas radiofônicos em algumas emissoras da cidade, que tinham um caráter popular, isto é, eram mediados pela equipe produtora mas feitos a partir dos interesses das comunidades que compunham a metrópole gaúcha. Era o programa "Rádio Popular".

O projeto, baseado na proposta de Paulo Freire e na experiência desenvolvida pelas Comunidades Eclesiais de Base, foi desenvolvido por dois anos, durante o Governo de Olívio Dutra, e acabou por ser o embrião de uma pesquisa realizada no final de 1990 na Universidade de Passo Fundo, sobre Rádios populares, rádios livres e rádios comunitárias que resultou na catalogação

²⁶⁷ Apud COGO, Denise. Op. cit., p.38-39. Reproduzimos a citação da autora literalmente, por entendermos serem importantes as dimensões presentes nesta reflexão.

de cerca de duzentos artigos a respeito do assunto, acervo que ficou em poder da Universidade.

Tendo como pano de fundo a década de 90, marcada pelo avanço do desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, e do neoliberalismo, que acompanhamos de perto, não só em função de desenvolver atividades profissionais no campo do jornalismo, em empresas de radiodifusão gaúcha, mas também por desenvolvermos atividades junto ao movimento sindical e social e ainda atividades acadêmicas, buscamos reunir um acervo bibliográfico físico e manter o contato com o movimento social urbano de Porto Alegre, no intuito de criar a possibilidade de atualização constante e acompanhamento do desenvolvimento das atividades voltadas à implementação de processos em comunicação comunitária.

Em função disso e dos estudos desenvolvidos neste percurso, pudemos traçar um breve histórico a respeito da constituição do campo da comunicação comunitária no Brasil, no Rio Grande do Sul e, principalmente, em Porto Alegre.

4.1 BREVE HISTÓRICO

De acordo com Cíclia M. K. Peruzzo, no livro **Comunicação nos movimentos populares**²⁸⁸, e conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a comunicação nos movimentos populares, considerados aqui como aqueles que

²⁸⁸ PERUZZO, Cíclia Maria K. **Comunicação nos movimentos populares**. Op. cit.

nascerem no âmago da sociedade civil organizada, sempre foi um processo de construção coletiva. Peruzzo afirma que os movimentos populares, no Brasil, sempre estiveram ligados a grandes movimentos reivindicatórios e libertários e, mais especificamente, de lutas em favor da vida, da justiça social e da cidadania. Faz-se necessário, então, classificarmos aqui o que entendemos por movimentos sociais. Adotamos a definição da autora que, citando Luiz Alberto Souza, classifica os movimentos sociais como aquelas manifestações das classes populares, ocorrendo uma certa ampliação que vai além do campesinato e do proletariado, onde existe uma pluralidade de presenças criativas, com diversos atores e seus respectivos movimentos.

Sendo assim, a comunicação popular – termo utilizado até a década de 90 para determinar a construção coletiva de processos de comunicação, a partir de uma comunidade delimitada geograficamente – está intrinsecamente ligada também à história do movimento sindical, na América Latina. Acompanhando a história do movimento sindical, a qual descrevemos brevemente na parte inicial deste trabalho, percebemos que, entre os anos de 1930 e 1964, o Brasil passa por uma forte organização operária, sob a influência dos anarco-sindicalistas, num primeiro momento. A partir da ditadura militar, instituída na década de 60, uma época em que havia insatisfação decorrente do aumento da pobreza da maior parte da população brasileira e da censura à liberdade de expressão, “criaram-se instrumentos alternativos dos setores populares, não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto”²⁸⁹.

²⁸⁹ Ibid., p.115.

Segundo Peruzzo,

era uma comunicação vinculada à prática de movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles da estrutura então dominante, a chamada grande imprensa²⁹⁰.

Parafraseando Joana Puntel, Peruzzo, que cita R. White, diz que

a comunicação popular, em sua gênese, não é um tipo qualquer de mídia, como mídia grupal, rádio local ou material impresso. Também não é uma instrução religiosa ou o desempenho comunitário de especialistas em agricultura falando a camponeses em linguagem singela. Ela surgiu de um movimento em nível mais profundo: grupos de camponeses ou de trabalhadores discutindo entre si ou com outros grupos similares²⁹¹.

A comunicação popular também acaba se desenvolvendo em meio à proposta da educação popular libertadora de Paulo Freire, constituindo-se de forma autônoma para responder às necessidades de expressão e organização das chamadas camadas populares.

Isso significa dizer que a comunicação popular não é um fenômeno recente, mas é somente nas décadas de 70 e 80 que aparece de forma mais significativa.

Nesse contexto, o discurso pela democratização *da* comunicação tomava força, confundindo-se com a democratização dos *meios* de comunicação. Uma sutil diferença, mas muito representativa, já que implica numa atitude diferenciada por parte das comunidades e demais ativistas. No início, entendia-se que, para democratizar a comunicação, era necessária a existência de meios de comunicação democráticos. No final dos anos 80, com a criação do FNDC –

²⁹⁰ *Ibid.*, p.115.

²⁹¹ *Ibid.*, p.115.

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação²⁹² –, entendeu-se que era preciso “democratizar a comunicação para democratizar a sociedade”, adotando esse lema em suas atividades.

Em termos concretos, passou-se de uma fase onde o movimento pela democratização da comunicação no Brasil concentrava seu esforço na aprovação de leis mais democráticas, para o desenvolvimento de ações de incentivo à produção por parte da sociedade civil – especialmente as rádios comunitárias e os canais comunitários de TV a cabo – a partir de um amparo institucional (não mais as rádios e tvs livres e/ou piratas), conquistado após sucessivas gestões junto ao governo e aos empresários.

Democratizar a posse, o controle, o acesso e a produção da comunicação no país passou a ser um desafio para a própria sociedade civil, em virtude dos espaços conquistados. Cada qual buscou sua solução específica (Lei de Radiodifusão de Baixa Potência e Lei de Cabodifusão), e continuam sobrevivendo, mesmo diante das limitadas condições de sustentação dos veículos existentes em todo o país.

A comunicação popular, agora chamada de *comunicação comunitária*, em função das possibilidades de construção de processos de comunicação e, em consequência, de relações desespacializadas e desterritorializadas a partir de um *locus* virtual, passa por modificações importantes em função do desenvolvimento

²⁹² Criado em 1981 como movimento e passando a ser pessoa jurídica constituída desde 1995, o Fórum congrega entidades da sociedade civil para enfrentar os problemas da área das comunicações no país. A retomada de suas atividades, a partir do final de 2001, coincidiu com o momento histórico em que um projeto nacional de caráter popular chega ao poder da Administração Pública Federal. Simultaneamente, toda regulamentação da área das comunicações está sendo revista e a sociedade brasileira foi surpreendida com a abertura da mídia ao capital de empresas e investidores nacionais e estrangeiras (<http://www.fndc.org.br> – *On-line*, maio 2004).

das TIC's. A *Internet* começa a habitar esse cotidiano como forma de inclusão social e de possibilidade de acesso ao mundo externo. Os meios de comunicação comunitária, em função das dificuldades legislativas, econômicas, técnicas e humanas, adaptam-se ao novo mundo tecnológico como que buscando um escape, um equilíbrio para esse ecossistema comunicacional. Assim, o campo da comunicação comunitária ingressa na chamada *rede*, criando suas alternativas de pertencimento.

4.2 NOVOS CONTORNOS DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

[As discussões acerca dos meios de comunicação comunitários ganham novos contornos com o advento da globalização neoliberal]. O fato dos meios de comunicação de massa incorporarem em suas estratégias de comunicação algumas manifestações da cultura popular e seus respectivos atores – e a música é o exemplo mais clássico (podemos citar por exemplo o Movimento Hip hop) – trazendo para si o *locus* privilegiado da realização dos discursos sociais, tem obrigado os movimentos sociais a redirecionarem suas propostas de constituição de meios alternativos de comunicação.

[Na verdade, o que vem ocorrendo é que a desterritorialização e a desespacialização advindas do processo de globalização], conforme vimos em capítulos anteriores deste trabalho, [leva-nos a pensar então que a abordagem da comunicação e da cultura deve partir de algumas categorias constitutivas desse fenômeno social, presentes no momento atual, quais sejam:

- 1) espaço;
- 2) tempo;
- 3) transcendência.

Essas três categorias são constitutivas das relações do ser humano com o ambiente (na qual incluem outros seres humanos), tanto no sentido da percepção da realidade como no de transcendência dessa realidade. Isso porque entendemos que as relações culturais partem de uma construção dialética que envolve tanto a sua percepção como a sua transcendência (ou superação). Sendo assim, podemos afirmar que a cultura não se dá somente no plano material, mas também no plano imaginário, onde se localizam os projetos coletivos de superação da realidade dada. E essa realização imaginária só se torna concreta quando é sistematizada nos processos comunicativos, já que, conforme já dissemos antes, baseando nosso raciocínio em Paulo Freire, ao verbalizar – o que implica necessariamente em colocar as idéias numa estrutura simbólica construída socialmente – esse projeto de transcendência da realidade dada, torna-se de fato um projeto, saindo do campo das idéias e adquirindo uma forma de institucionalização.

O grande problema que encontramos em nossa pesquisa é que a tendência da maioria dos teóricos é considerar a cultura popular apenas a partir da sua institucionalização, não compreendendo as instâncias anteriores à cultura, já que, como dissemos, as visões de mundo se constituem a partir das relações dos sujeitos entre si e com os recursos disponíveis. Assim, as noções de tempo e espaço se complementam à medida que o tempo é conceituado a partir do ritmo de vida que, até pouco tempo atrás, era o ritmo do trabalho.

Com o fenômeno da globalização, o tempo presente na cultura pós-moderna é, na verdade, uma sistematização da organização tempo-espacial presente nas populações urbanas das grandes metrópoles, onde a velocidade e a fragmentação do cotidiano, mediada pela comunicação, criam um presente descontextualizado.

Neste contexto, as culturas populares se ressemantizam, no momento em que as camadas sociais são confinadas em espaços cujos recursos disponíveis são cada vez mais escassos. Dessa forma, as culturas populares, representadas em seus sujeitos, passam a se redesenhar a partir de lugares colocados hierarquicamente em posições inferiores a essa nova divisão social dos espaços, ou melhor dizendo, em não-lugares, como quer Marc Augé²⁹³. Por essa razão, o caráter popular está vinculado necessariamente ao lugar de onde se fala. Podemos, então, perceber que as culturas populares constituem, hoje, um projeto de vivência neste lugar hierarquicamente inferiorizado, onde buscam transcender a essa realidade, uma vez que a globalização reforça não somente a hierarquia espacial como também aponta para uma perspectiva de superação com a criação do chamado espaço virtual, hoje já território constitutivo de comunidades virtuais, conforme dissemos anteriormente. E, se por um lado, a indústria da comunicação de massa passa por um processo de descentralização ou, como afirma Muniz Sodré²⁹⁴, para uma era pós-mídia, por outro, começa a aparecer uma certa complementaridade entre os domínios do local e do global, onde o local conquista seus espaços nos meios e dentro deles, projetando para o global uma nova realidade transcendente.

²⁹³ AUGÉ, Marc. Op. cit.

²⁹⁴ SODRÉ, Muniz. Op. cit.

Assim, como exemplo claro desse aspecto, podemos citar a efusão de páginas WWW de comunidades de baixa renda – fruto de pesquisa empírica que temos realizado e que nos possibilitou visitar cerca de 90 sites brasileiros desse tipo, que representam projetos de transcendência da realidade atual. A página da Favela da Rocinha, por exemplo, é apresentada em quatro idiomas e apresenta uma série de projetos desenvolvidos em parcerias com ONGs e instituições governamentais, conforme vemos na figura a seguir.

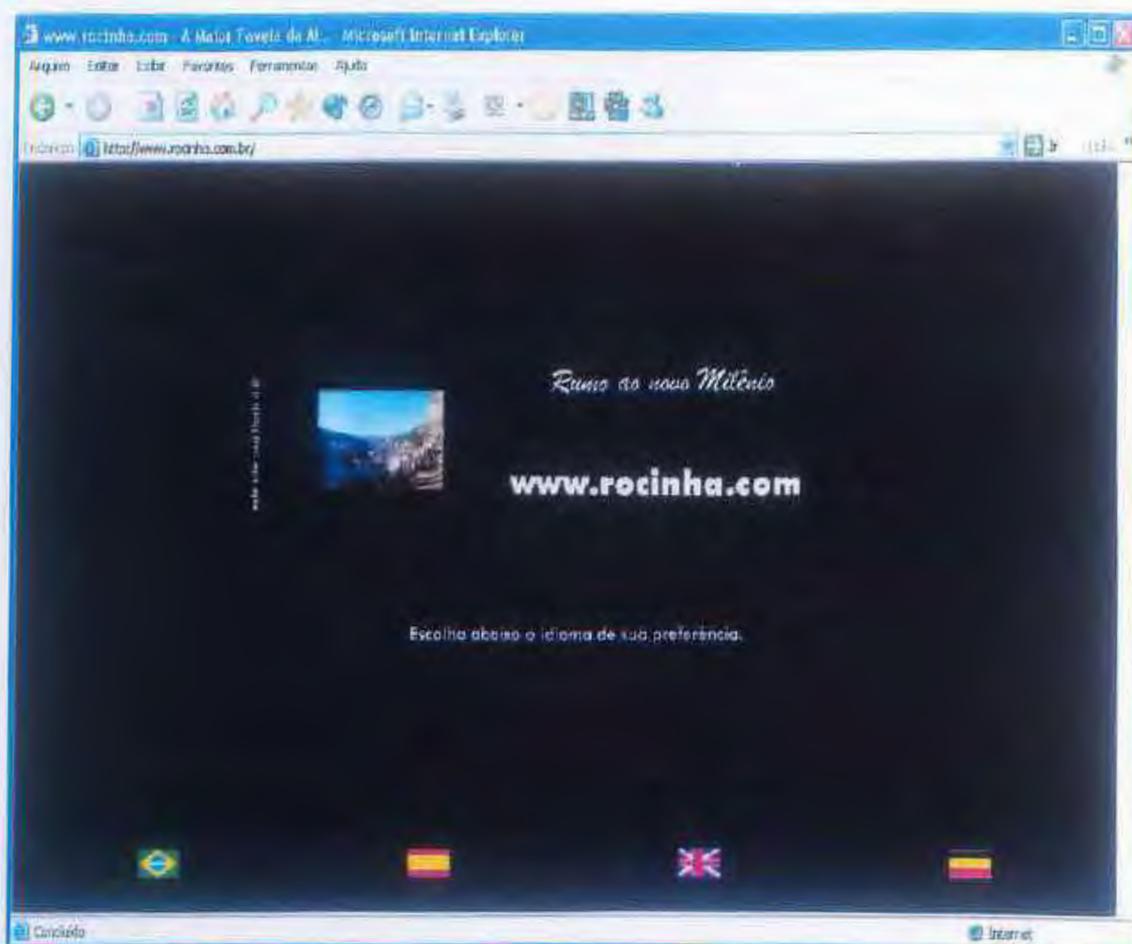


FIGURA 12 – www.rocinha.com – Rumo ao novo milênio

O site, além de apresentar dados a respeito da comunidade, ainda oferece aos usuários possibilidades de acompanhar os projetos desenvolvidos

que buscam, além da construção da auto-estima da população local, a sustentabilidade e o pertencimento. Dentre os projetos desenvolvidos na favela carioca, encontramos:

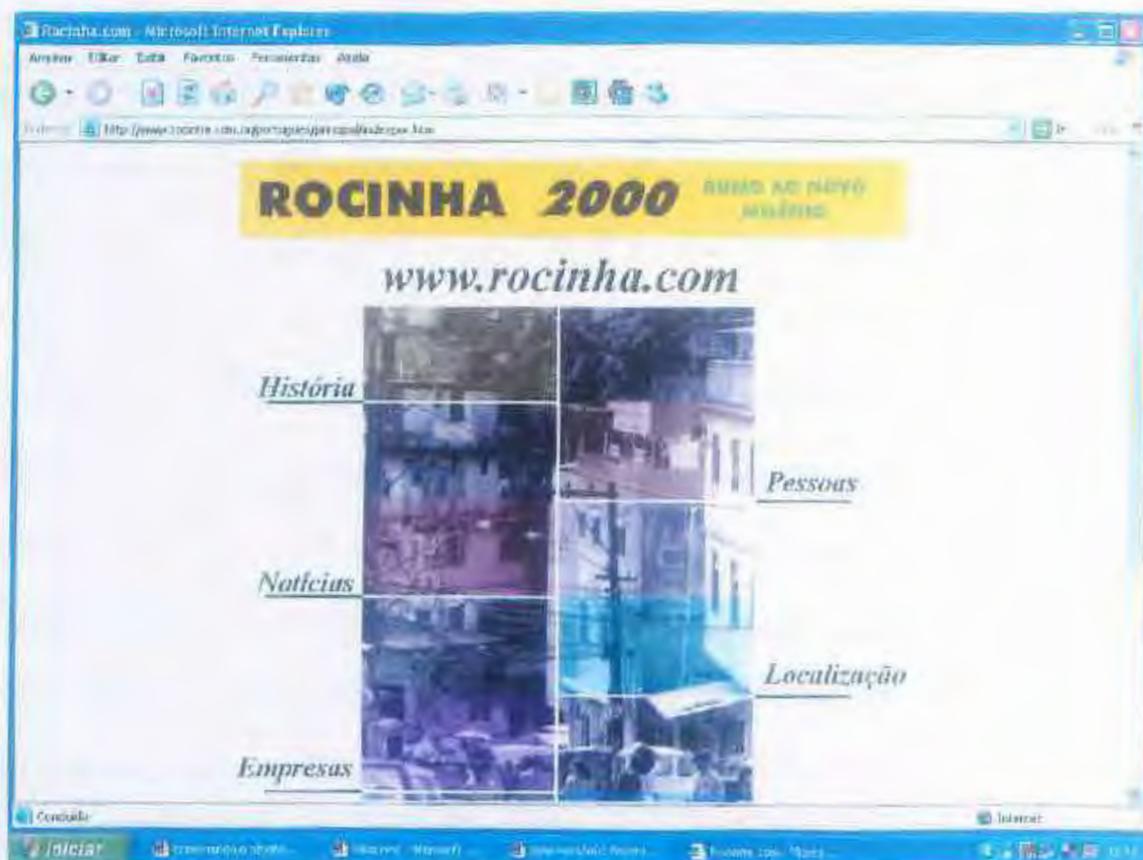


FIGURA 13 – www.rocinha.com – Rocinha 2000

- 1) Oficina de Turismo;
- 2) Oficina de Teatro;
- 3) Café da Manhã;
- 4) Projeto Ideal;
- 5) O Meio Ambiente;
- 6) Escola de Música da Rocinha;
- 7) Artesanato;
- 8) Desenvolvimento Econômico Local;

- 9) Violência na Infância – Não;
- 10) ATA – Apoio ao Trabalhador Autônomo;
- 11) Programa de Reabilitação em Comunidade.

Outro *site* (Figura 14) que podemos citar como exemplo é o da Rádio Favela, de Belo Horizonte, Minas Gerais, criada por moradores do aglomerado da Serra, conjunto de favelas de Belo Horizonte onde residem cerca de 80 mil pessoas. Em mais de 20 anos de existência, a rádio foi fechada várias vezes pela polícia, mas sempre esteve no ar, conquistando o apoio da gente do morro e a simpatia de outros setores da sociedade. Em fevereiro de 1999, a Rádio Favela foi tema de capa do The Wall Street Journal, com extenso artigo sobre o trabalho educativo realizado pela emissora. Em 1998, foi a única emissora brasileira convidada para o Congresso Mundial de Rádios Comunitárias, realizado em Milão, Itália. Por duas vezes, recebeu o Prêmio Dia Mundial Sem Drogas, da ONU, por seu trabalho de prevenção ao tráfico. 106,7 FM de Belo Horizonte. Esta é a frequência oficial da Rádio Favela que, em fevereiro de 2000, foi autorizada pelo Ministério das Comunicações a operar como emissora educativa. Misael Avelino dos Santos e Nerimar Fernandes, que lideraram a criação da emissora, continuam hoje à sua frente. Em 2002, a Rádio Favela foi palco do filme **Uma Onda No Ar**, que explodiu nas bilheterias brasileiras, sob a direção de Helvécio Ratton.



FIGURA 14 – www.radiofavelafm.com.br – Rádio Favela FM

Ambos os exemplos citados acima foram construídos a partir de comunidades estabelecidas fisicamente. No entanto, também temos exemplos, conforme alerta Marcos Palácios²⁹⁵, de comunidades que se organizam no ciberespaço, como é o caso da Rádio Fala Mulher, meio de comunicação que possibilitou a constituição de uma comunidade virtual e que é um dos nossos objetos de estudo.

A radiofalamulher.com é a expansão de um projeto que existe desde 1989. Durante 12 anos, o GEMINA – Comunicação, Educação e Informação em Gênero – veiculou o programa "Fala Mulher" na Rádio Guanabara, Rede Bandeirantes do Rio de Janeiro, com o objetivo de promover a igualdade de

²⁹⁵ LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos. Op. cit., p.101.

gênero através das ondas do rádio. A emissora transmite sua programação 24 horas *on-line*, diariamente.

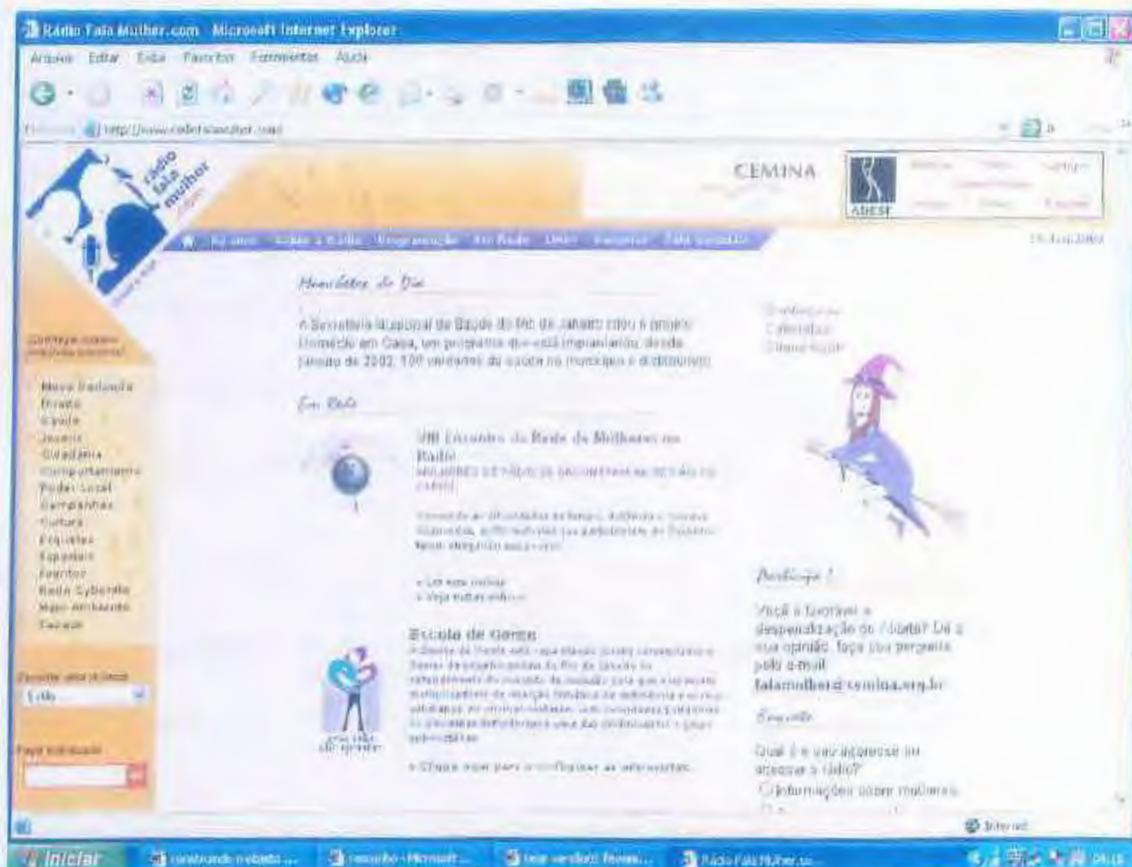


FIGURA 15 – www.radiofalamulher.com – Rádio Fala Mulher

Os programas oferecidos no *site* são:

- **Mesa Redonda:** assuntos polêmicos serão colocados em pratos limpos ou ao menos vamos botar mais lenha na fogueira. O quadro "Tá na Mesa" contará sempre com 2 convidadas, debatendo temas do cotidiano da vida das mulheres.

- **Saúde:** entrevistas sobre exame preventivo, gravidez, parto, doenças sexualmente transmissíveis, menopausa, câncer de mama, de útero e muito mais saúde.
- **Direito:** em se tratando de direito, quase sempre sabemos muito pouco sobre as leis que regem o nosso cotidiano. Este quadro tem o objetivo de prestar este esclarecimento.
- **Jovens:** "Incomodadas – Incomodada ficava a sua avô!" é o quadro sobre juventude feminina que fala da irreverência, das discussões, das descobertas desta mulher.
- **Cidadania:** aqui você vai ter a oportunidade de conhecer experiências inéditas de promoção de cidadania que estão sendo desenvolvidas pelo movimento social no Brasil.
- **Comportamento:** o nosso quadro "Levanta a Tampa" quer remexer o tacho e trazer à tona os temas do nosso dia-a-dia que tanto nos confortam como incomodam.
- **Poder Local:** de acordo com o último censo do IBGE, as mulheres são maioria no Brasil. E tem muitas que estão "Com a Mão na Massa", fazendo história, mudando suas vidas e a forma de se expressar no mundo.
- **Campanhas:** o CEMINA trabalha com a comunicação no rádio pela equidade de gênero. Temos um acervo com diversos *spots* temáticos sobre parto humanizado, mulher e meio ambiente, sexualidade,

violência contra mulher, etc., que você pode usar ao longo da sua programação, quantas vezes achar pertinente.

- **Esquetes:** com muito bom humor e criatividade, produzimos ao longo dos anos uma série de cenas curtas dramatizadas, que falam de situações conflituosas no cotidiano da mulher. Elas podem ser usadas para abrir uma entrevista ou um debate sobre qualquer tema como aborto, aids, amamentação, etc.
- **Especiais:** o nosso acervo sonoro tem registrado programas especiais que não perderam a validade pelas suas temáticas como mulher e meio ambiente, meninas de rua, mulher e poder, etc. Você pode conferir aqui.

O CEMINA trabalha com o potencial educativo e mobilizador do rádio, em sintonia com os direitos humanos, igualdade de gênero, saúde da mulher, meio ambiente e direito dos jovens, e tem agora a *Internet* como aliada. Viajando nas suas páginas, podemos conhecer os projetos, entrar no *site* da rádio www.radiofalamulher.com e ficar sabendo o que é a Rede Cyberela e Rede de Mulheres no Rádio. A Rede Cyberela faz parte da estratégia do CEMINA em somar o poder mobilizador do rádio ao potencial das novas tecnologias da informação e da comunicação, as TICs. Para isto, o CEMINA vem selecionando comunicadoras populares e seus programas de rádio para usar os recursos das TICs. Em 2002, foram selecionadas 13, e em 2003, 16. Além de receber computadores com programas para edição digital de áudio, as *cyberelas* são capacitadas, contam com assistência técnica e conectividade de banda larga durante seis meses.

O CEMINA foi criado em 1989, no Rio de Janeiro, por um grupo de mulheres que buscavam um canal para conversar sobre suas aspirações, desejos, direitos e outras mudanças que elas queriam para a sociedade e para si mesmas. Escolheram o rádio como o veículo ideal para falar com o público, com a missão de utilizar o potencial educativo e mobilizador do rádio para as questões sociais, sempre com enfoque de gênero. A expansão das novas tecnologias da informação levou o CEMINA a explorar formas de integrar o caráter democrático e local do rádio à *Internet*.

Hoje, o CEMINA é referência nacional e internacional na área de gênero e rádio.

- **1º lugar – Programa “Alice no País das Maravilhas”** – Vencedor no Concurso “Como Imaginar um Mundo sem Discriminação contra as Mulheres”.

Promoção: Rede de Mulheres da AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias) e UNIFEM (Fundo das Nações Unidas para a Mulher – Região Andina) – maio/1998.

- **Um dos cinco finalistas do “Grande Prêmio Ayrton Senna”** – Programa **Meninas do Brasil**. Finalista na Categoria Rádio – abril/1999.

- **Moção de Louvor e Congratulações** – Programa **Fala Mulher**. Concedido pela Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, pelo trabalho que o programa desenvolve em defesa dos direitos das mulheres – setembro/1999.

- **Prêmio Cláudia 1999** – Thais Corral e Madalena Guilhon, coordenadoras do CEMINA, foram vencedoras do Prêmio Cláudia, promovido pela Revista Cláudia, por seus trabalhos em prol da mulher e à frente da instituição – outubro/1999.
- **Menção Honrosa – Programa Abre Alas**. Concurso "A Toda Voz". Promoção: Rede de Mulheres AMARC e UNIFEM – Região Andina – agosto/2000.
- **Moção de Louvor e Reconhecimento** concedido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo trabalho desenvolvido em favor dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS – dezembro/2001.
- **Prêmio Dubai Internacional**, concedido pelas Melhores Experiências em Meio Ambiente, Habitat, ONU – novembro/2002.

Em 2003, o CEMINA recebeu o Prêmio UNESCO 2003, na categoria Comunicação e Informação. A cada ano, são premiadas instituições públicas e da sociedade civil que se destacam na luta pela paz e contra as desigualdades. Desde 1989, a instituição vem trabalhando nessa direção, com atenção especial à situação da mulher.

O *site* oferece ainda:

- **Rede de mulheres no rádio** – locutoras, produtoras, lideranças de movimentos sociais e rádio-apaixonadas usam o rádio para fortalecer a cidadania das mulheres brasileiras.

- **REDE Cyberela** – foi criada com o objetivo de capacitar comunicadoras para usar os recursos da tecnologia de comunicação digital, melhorando a qualidade da produção de seus programas e facilitando o intercâmbio de conteúdos em rede.
- **Programa Fala Mulher** – a voz das mulheres nas ondas do rádio e da *internet*. Você pode ouvir o programa e baixar as entrevistas do seu interesse que estão disponíveis na página.
- **Estúdio Vênus** – A fábrica de som, onde são produzidas campanhas, vinhetas e diversos programas.
- **Núcleo de Capacitação** – núcleo que realiza capacitações que relacionam o rádio a temas como saúde, direitos humanos, meio ambiente e outros, sempre com enfoque de gênero.
- **Rádio Móvel "Fala Mulher"** – é um estúdio completo que pode ser usado para transmitir, gravar, capacitar, ou animar eventos. Pela sua mobilidade, já viajou boa parte do Brasil.
- **Núcleo de Juventude** – o núcleo articula jovens, identifica os líderes para serem capacitados nas atividades de capacitação e comunicação. O Núcleo também está produzindo um programa de rádio semanal, direcionado aos jovens.
- **Pagu Documentação** – o Centro de Documentação e Informação Pagu cresceu tanto que tem seu próprio *site*. São mais 17 mil títulos especializados nas questões da mulher e em temas sociais, com consulta e busca *on-line*: www.pagu.org.br.

De acordo com contatos feitos anteriormente com essas comunidades, os processos de comunicação realizados hoje, a partir da *Internet*, visam buscar a sustentabilidade das comunidades, bem como estabelecer seu pertencimento no mundo global, a partir da estruturação de um *locus* criado com base na vida cotidiana, que gere a identidade deste agrupamento humano e trabalhe a sua auto-estima como forma de construção da cidadania, tese que tentaremos comprovar a partir deste estudo.

Precisamos, no entanto, neste momento, estabelecer o que entendemos por *sustentabilidade*. Para Capra, uma sociedade sustentável é aquela capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as oportunidades de sobrevivência das gerações futuras (desenvolvimento sustentável).

A definição operativa de sustentabilidade exige que o primeiro passo de nosso esforço de construção de comunidades sustentáveis seja a alfabetização ecológica, ou seja, a compreensão dos princípios de organização, comuns a todos os sistemas vivos, que os ecossistemas desenvolveram para sustentar a teia da vida. Essa compreensão sistêmica da vida nos permite formular um conjunto de princípios de organização que poderiam ser chamados de princípios básicos da ecologia e usados como diretrizes para a construção de comunidades humanas sustentáveis²⁹⁶.

Uma segunda prerrogativa se impõe: precisamos entender quem é este sujeito, centro do processo. Sendo assim, é necessário que partamos de uma proposta metodológica que respeite a heterogeneidade deste sujeito, heterogeneidade esta construída ao longo da vida de cada um.

Por fim, uma terceira prerrogativa também se coloca como essencial: a idéia da inter-relação entre a comunicação e a educação, já que, no campo da

²⁹⁶ CAPRA, Fritjof. Op. cit., p.237.

comunicação comunitária, o estabelecimento dos processos de comunicação e a implementação de meios alternativos de comunicação fazem parte da construção de um conhecimento da realidade e de um autoconhecimento do sujeito, como pressuposto para estabelecer a releitura do mundo, na construção da cidadania.

No artigo "Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania", Cícilia M. Krohling Peruzzo afirma:

A educação se constitui universalmente pelo fato de que em todas as sociedades – das comunidades tribais às complexas sociedades urbano-industriais – é necessário garantir não apenas a continuidade biológica, mas, igualmente, a transmissão das normas, dos valores, dos símbolos e das crenças, enfim, da estrutura intencional sem a qual nenhuma sociedade pode funcionar [...]. Educação significa educar para a sociedade. É a socialização do patrimônio de conhecimento acumulado, o saber sobre os meios de obter o conhecimento e as formas de convivência social. É também educar para a convivência social e a cidadania, para a tomada de consciência e o exercício dos direitos e deveres do cidadão. [...] Contudo, apesar de a escola ser um espaço privilegiado para tal fim, a preparação para exercício da cidadania não se aprende só nas carteiras da sala de aula²⁹⁷.

Segundo a autora, é no âmbito da educação informal que acontecem as relações entre comunicação e educação no processo de conquista de cidadania, porém, não a partir do papel da mídia, mas da comunicação que surge em consequência da *práxis* nos movimentos populares, comunitários e das demais organizações que tenham como estratégia a consecução dos interesses coletivos.

Toma-se cada vez mais aceita a noção de que a formação cultural dos seres humanos nas sociedades contemporâneas passa muito pelas intermediações do cotidiano marcadas por um contexto de complexidade. Intermediações que ocorrem através da comunicação interpessoal, grupal e massiva e que se ampliam com a incrementação de novas tecnologias. [...] Por sua vez, a educação, entre outras dimensões, implica um educar-se a si mesmo. Como diz Kaplun, educar-se é envolver-se em um processo de múltiplos fluxos comunicativos. O sistema será tanto mais educativo quanto mais rica for a trama de interações comunicacionais que saiba abrir e pôr à disposição dos

²⁹⁷ In: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/As%20dimensões%20da%20cidadania>. PCLA, v.4, n.1, out/nov./dez. 2002 (On-line, janeiro 2004).

educandos. Uma comunicação educativa concebida a partir dessa matriz pedagógica teria como uma de suas funções capitais a provisão de estratégias, meios e métodos destinados a promover o desenvolvimento da competência comunicativa dos sujeitos educandos. [...]. Está aí o âmago da questão da educação para a cidadania nos movimentos sociais na inserção das pessoas num processo de comunicação, onde elas podem tornar-se sujeito do seu processo de conhecimento, onde elas podem educar-se através de seu engajamento em atividades concretas no seio de novas relações de sociabilidade que tal ambiente permite que sejam construídas. Tudo isso diz respeito a uma mudança de postura, de uma “cultura do silêncio” das maiorias, como já disse Paulo Freire (1981), ou a cultura da submissão, do cidadão ausente, de um cidadão sem voz para uma nova cidadania, como esclarece Jesús Martín-Barbero (1999)²⁹⁸.

Para tanto, como arcabouço teórico dessa proposta, usaremos o Paradigma da Complexidade, de Edgar Morin, contando com algumas contribuições de Pedro Demo, no sentido de estipular mais especificamente a partir de que olhar trataremos nossa proposta metodológica. Ainda nos embasaremos em algumas categorias essenciais da Folkcomunicação, de Luiz Beltrão, e na Educomunicação, de Ismar Soares, como forma de proporcionar categorias de análise do nosso instrumento metodológico, conforme veremos mais claramente a partir do próximo capítulo.

4.3 OS LÍDERES POPULARES: MEDIANDO A COMUNICAÇÃO

Uma quarta prerrogativa faz-se importante neste contexto. É a formação de líderes de opinião populares, isto é, aqueles que se encontram inseridos nas comunidades – físicas ou virtuais – e que são capazes de *ler o mundo*, mediando um processo já mediatizado pela comunicação de massa, *traduzindo o contexto social para a realidade local*.

²⁹⁸ *Ibid.*

Mais que isso, o líder popular tem um papel importante na organização da comunidade, bem como na sua *proteção*, uma vez que, geralmente, nas comunidades carentes, existem códigos de sobrevivência que nem sempre são revelados aos *estranhos*. Por isso, um líder popular é quase que um elo de ligação entre o interior das comunidades e o mundo de fora. O mais comum desses códigos é o silêncio e sua expressão, o gesto ou, como quer Jacques Corraze, a comunicação não-verbal. Mais uma vez aparece aqui a questão do pertencimento. Quem explica a espiral que se forma em torno do eixo expressividade-não expressividade é a pesquisadora alemã Elizabeth Noelle-Neumann, através da Hipótese da Espiral do Silêncio.

Os primeiros estudos sobre a espiral do silêncio começaram na década de 60. A estudiosa alemã, durante as campanhas eleitorais realizadas em seu país, entre 1965 e 1972, começou a perceber a mudança de opinião aparentemente repentina, por parte dos eleitores, nos últimos instantes do processo eleitoral. De acordo com estudos realizados pela pesquisadora à época, esta mudança ocorria em função da tendência demonstrada pelos agentes sociais (líderes de opinião) de aproximarem-se mais das opiniões que consideravam dominantes. Ou seja, a maioria das pessoas aderiu ao que Noelle-Neumann chamou de *clima de opinião pública* – um sentimento generalizado em relação a um assunto público que, conforme demonstra a pesquisadora, em seu livro *La Espiral del Silêncio*²⁹⁹, espalhava-se rapidamente entre a população. Noelle-Neumann constatou ainda que, dependendo do momento, algumas opiniões que encontravam apoio explícito em meio aos grupos sociais a que pertenciam (que poderiam representar a maioria ou não da população), acabavam parecendo mais

²⁹⁹ NOELLE-NEUMANN, Elizabeth, *La Espiral del Silencio*. Opinión pública: Nuestra piel social. Barcelona: Paidós, 1995.

fortes do que realmente eram e, por consequência, a opinião contrária se tornava mais fraca. Isso levava ao desenvolvimento de um outro processo – o processo de dissonância cognitiva³⁰⁰, que poderia provocar a expressão pública de opiniões ou simplesmente o silêncio.

Para tentar explicar esta oscilação entre a expressão pública de opiniões e o silêncio, Noelle-Neumann baseou-se em alguns pressupostos psicossociais:

- a) o medo do isolamento;
- b) a luta pela tolerância;
- c) a tendência à conformidade.

Conforme explica Clóvis de Barros Filho³⁰¹, a idéia central desta hipótese situa-se na possibilidade de os agentes sociais serem isolados de seus grupos de convívio caso expressem, publicamente, opiniões diferentes daquelas que o grupo considere como opiniões dominantes. Isto significa dizer que o medo do isolamento das pessoas e do afastamento do convívio social acaba sendo a mola mestra que aciona o mecanismo do fenômeno da opinião pública, já que os agentes sociais têm aguda percepção do clima de opinião. É esta alternância cíclica e progressiva que Noelle-Neumann chamou de *espiral do silêncio*.

Utilizando-se sempre das pesquisas de opinião para comprovar suas suspeitas a respeito deste comportamento da população, Noelle-Neumann conseguiu detectar também a existência, nas pessoas, de uma sensibilidade

³⁰⁰ O processo de *dissonância cognitiva* é entendido por Elisabeth Noelle-Neumann como situações de conflito que podem surgir quando as pessoas percebem que seus princípios e suas crenças estão sendo questionados publicamente, como, por exemplo, através dos meios de comunicação.

³⁰¹ BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação: Da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 1995.

latente que lhes permite perceber para onde está indo o clima de opinião. Esta sutil percepção do clima de opinião ocorre, para a estudiosa, quase simultaneamente entre os mais variados setores da sociedade. Noelle-Neumann afirma que isso só é possível quando os sinais são completamente abertos e públicos. Para ela, mesmo que haja uma influência forte de instituições socialmente constituídas, como, por exemplo, a família, não significa que a conduta individual apresentada naqueles círculos seja a mesma em locais considerados públicos³⁰².

Vários fatores contribuem para a visibilidade pública dos diversos pontos de vista em uma sociedade. Em primeiro lugar, tem-se uma parcela da população que está geralmente mais propensa a se expressar e, em segundo, ligada a grupos de maior nível educacional, adquirindo, portanto, maior confiabilidade e viabilizando uma maior aceitação por parte do restante do grupo. Um outro fator importante, e que influi na disposição de manifestar a própria opinião, é o acordo entre as próprias convicções e a avaliação que cada um faz das tendências vigentes ou, em outras palavras, a sensação de que os melhores estão ao seu lado. A expressão da opinião também é mais fácil quando existe harmonia entre o que acreditamos e aquilo que se considera a opinião da maioria, ou o espírito da época, conforme definiu Noelle-Neumann³⁰³. Citando Ferdinand Tönnies, Noelle-Neumann procura entender as correlações entre a opinião pública e os sentimentos das pessoas relativos a um determinado acontecimento, que gere a sua mudança.

³⁰² A pesquisadora alemã conceitua *público* como sendo aquilo que cai no domínio da população, ou seja, que é dado a conhecer pela maioria dos indivíduos que compõe a sociedade.

³⁰³ NOELLE-NEUMANN, Elizabeth. Op. cit., p. 85-87.

O indivíduo não vive só nesse espaço interior em que pensa e sente. Sua vida também está voltada para fora, não só para outras pessoas, como também para a coletividade como um todo. Em determinadas circunstâncias (penso na famosa distinção de Ferdinand Tönnies entre *Gemeinschaft* y *Gesellschaft* – comunidade e sociedade), o indivíduo exposto fica protegido pela intimidade e familiaridade infundidas, por exemplo, por uma religião compartilhada. Mas nas grandes civilizações, o indivíduo está ainda mais exposto às exigências da sociedade³⁰⁴.

Quando não existe esta harmonia, o agente social – aqui entendido como organização social – tende a entrar em conflito e acaba sufocando suas opiniões individuais, aderindo (ainda que com isso não mude seu comportamento) à opinião que considera ser majoritária. A situação de conflito também pode surgir quando o agente social percebe que seus princípios e suas crenças estão sendo questionadas publicamente, como, por exemplo, através dos meios de comunicação. Estas situações de conflito – ou dissonância cognitiva – podem provocar mudanças de atitudes.

Outro aspecto importante na fundamentação teórica da espiral do silêncio é que, ao contrário do que propunha Gabriel Tarde³⁰⁵, cuja teoria se baseava na tendência humana em apenas imitar o próximo para adquirir mais conhecimento, Noelle-Neumann comprovou, através de seus estudos, que esta imitação não se dá somente no campo cognitivo. Ela ocorre também no campo psicossocial. Para a pesquisadora alemã, a tendência das pessoas em acompanhar a opinião da maioria pode ser tanto devido a um processo de aprendizagem, como também em função do medo do isolamento, já que a sociedade exige uma rápida conformidade em torno das questões que estão em mudança. Esta exigência se

³⁰⁴ Ibid., p.87.

³⁰⁵ Para Gabriel Tarde, o aprendizado se baseia no ato de repetir e imitar as atitudes já consagradas socialmente, sem que seja adicionado qualquer valor ao significado proveniente da experiência pessoal de cada um e sem que haja a interpretação destes elementos por parte dos indivíduos (apud NOELLE-NEUMANN, Elizabeth. Ibid.).

dá com o objetivo de manter um mínimo de unidade, em grau suficiente para garantir a integração social.

A desaprovação que castiga alguém que se aparte da opinião da maioria manifesta-se como a reação prática da comunidade, de forma consciente ou não, diante do que considera uma lesão aos interesses públicos. É, na verdade, uma defesa para a sua própria proteção. Mais que isto, existe uma luta por parte dos agentes sociais para manter seu lugar dentro do grupo, enquanto cidadãos. Em outras palavras, qualquer pessoa, seguindo sua natureza, deseja viver em um estado de sociabilidade³⁰⁶, mantendo relações amistosas com os seus. Para isto, acaba por se conformar com as regras socialmente estabelecidas e acatar o que aparentemente se configura como normal. Se não infringir estas regras, o agente social estabelece então uma relação de tolerância por parte de seu grupo, em relação a sua pessoa.

Os meios de comunicação, segundo a hipótese da espiral do silêncio, exercem algumas outras funções além daquelas já reconhecidas pelo domínio público, como educar, informar e entreter. Em certas situações, estas funções podem atuar como variáveis do fenômeno social de silenciamento de um grupo. Noelle-Neumann explica que os efeitos da mídia, do ponto de vista da recepção, costumam ser cumulativos, uma vez que as pessoas, a partir de mensagens veiculadas pela imprensa, discutem determinados assuntos entre si. Conforme explica Mauro Wolf, o conceito de acumulação está ligado ao fato de que a mídia

³⁰⁶ Usamos aqui o conceito de *sociabilidade* de Georg Simmel (1917). Este sociólogo definiu *sociabilidade* como a capacidade humana de construir redes de convivência que fazem circular as informações de seu interesse. Simmel acreditava que a discrição era a condição primeira da sociabilidade no que diz respeito ao comportamento de uma pessoa em relação a si mesma e ao grupo em que convive. O sociólogo alemão dizia que a violação desta discrição provocaria a degenerescência do convívio social de um determinado grupo (*Sociabilidade – Um exemplo de sociologia pura ou formal*). Reproduzido de SIMMEL, G. *Sociability – An example of pure or formal sociology*. In: SIMMEL, Georg; KURT, H. Wolf. *The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe Ill: Free Press, 1985. p.40-57).

possui a capacidade para criar e manter a relevância de um tema. Esta capacidade é, na verdade, o resultado global obtido, após um certo tempo, do modo como funciona a cobertura informativa da mídia. Isto é, não são efeitos pontuais mas conseqüências ligadas à repetição contínua da produção da comunicação de massa³⁰⁷.

Mas, Noelle-Neumann também alerta para o fato de que esta influência dos meios é predominantemente inconsciente, já que os agentes sociais – aqui entendidos como líderes de opinião – acabam mesclando suas experiências pessoais com aquelas apresentadas pelos meios de comunicação. Esta interação entre as pessoas e os produtos midiáticos – como as notícias – vem sendo analisada por alguns pesquisadores como Umberto Eco que, em seu livro *Lector in Fabula*³⁰⁸, explica que, a partir do processo comunicacional, se estabelece uma cooperação textual entre o texto e o leitor, criando-se assim uma série de novos significados para aquela mensagem recebida. Assim sendo, as pessoas passam a exercer sobre o texto a sua interpretação, construindo um conhecimento enciclopédico sobre determinado assunto.

Do ponto de vista da produção da mensagem, uma das funções da mídia, como explica a pesquisadora alemã, é a de articulação. A espiral do silêncio trata de um fenômeno que atribui aos meios de comunicação uma prerrogativa decisiva de construção e imposição de opinião que se deve ter sobre os fatos. Através de pesquisas, Noelle-Neumann conseguiu comprovar que aqueles cujo ponto de vista não está representado nos meios de comunicação, acabam silenciando. Isto

³⁰⁷ WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1994. p.129.

³⁰⁸ ECO, Umberto. *Lector in Fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1979. Neste livro, o autor trata apenas de textos narrativos. O que Eco chama de *conhecimento enciclopédico* é o processo cumulativo de absorção de informações que acontece ao longo da vida das pessoas, formando o seu referencial cognitivo.

ocorre porque, geralmente, são os meios de comunicação que fornecem ao público os temas, as abordagens e os argumentos necessários para a defesa de certos pontos-de-vista. Se as pessoas não encontram expressões habituais, repetidas com freqüência, em favor do seu ponto de vista, caem no silêncio³⁰⁹.

Assim, diz Clóvis de Barros Filho, a espiral do silêncio acaba impondo, ainda que indiretamente, a construção e a opinião que se deva ter sobre os fatos, o que ocorre de maneira progressiva.

Depreende-se dessa hipótese [espiral do silêncio] que os meios não se limitam a impor os temas sobre os quais se deve falar [como afirma a hipótese do *agenda setting*], mas também impõem o que falar sobre estes temas³¹⁰.

Noelle-Neumann acrescenta que, conforme estudos empíricos feitos ao longo das décadas de 70 e 80, foi possível demonstrar que a mídia, ao invés de ser um agente de modificação, mostra sua influência como modeladora. Isso ocorre apenas quando há concordância majoritária da argumentação e representação da mídia, criando o que a autora denomina de *consonância da mídia*. Ou seja, a consonância ocorre quando as publicações a respeito de um determinado fato apontam na mesma direção. Esta influência, entretanto, tem os seus limites e pode sempre existir um abismo considerável entre a consonância da mídia e a atitude da população, criando o que Noelle-Neumann chamou de *duplo clima de opinião*.

O sentimento da população em relação a esse clima de opinião, de uma forma geral, pode ser acompanhado de uma representação simbólica não comum

³⁰⁹ WOLF, Mauro. Op. cit., p.130-139.

³¹⁰ BARROS FILHO, Clóvis de. Op. cit., p.211.

aos códigos de linguagem instituídos a partir de *folks* e *mores* desenvolvidos pelas comunidades e seus líderes. Esses códigos, muitas vezes, são processos de interação silenciosa, que expressam a cultura e a tradição de uma comunidade.

4.4 AS COMUNICAÇÕES NÃO-VERBAIS

As comunicações não-verbais são um dos meios possíveis de se transmitir informações. Geralmente são deixadas de fora dos clássicos sistemas de comunicação. No entanto, se considerarmos a comunicação como um processo onde há uma interação entre aquele que emitiu a informação e aquele que a recebeu e interpretou, poderemos perceber que, apesar de utilizar símbolos diferenciados, as comunicações não-verbais também constituem um sistema de comunicação.

Conforme explica Jacques Corraze³¹¹, para que haja uma transição³¹² de informações é necessária uma mensagem e, sobretudo, é preciso que sejam satisfeitas algumas condições como o apaziguamento – gestos que traduzirão o efeito que a mensagem emitida causou no receptor. O teórico afirma que é a partir deste momento que a mensagem ganha um outro valor, diferente daquele de quando foi emitida. A mensagem passa, assim, a ter um significado

³¹¹ Professor da Universidade de Toulouse III (CORRAZE, Jacques. *As Comunicações Não-Verbais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982), desenvolve toda uma teoria comparativa entre a linguagem humana e a dos animais.

³¹² Jacques Corraze defende a tese de que a informação transita entre os indivíduos e seus grupos, através do estabelecimento de uma simbologia previamente *combinada* entre os integrantes daquele grupo. Desta forma, para o autor, somente assim é possível a realização de uma comunicação não-verbal e eminentemente simbólica, estabelecida a partir de gestos, signos, ícones e símbolos.

diferenciado, já que é interpretada pelo indivíduo que a recebeu. O autor francês explica que estes gestos de apaziguamento estão diretamente ligados ao papel exercido por cada um na sociedade. Mais que isto, Corraze defende que, dependendo de seu conteúdo, a mensagem poderá ser diferentemente relevante para A, B ou C, e que esta influência está diretamente ligada ao lugar que o agente social – entendido aqui como líder – ocupa em seu grupo (*status quo*).

Em sua teoria, Noelle-Neumann faz questão de enfatizar que as atitudes ou comportamentos exercidos pelas pessoas (através de comunicações não-verbais, como gestos, usos de adesivos ou qualquer outra forma de comunicação silenciosa) dependem da segurança que elas têm no grupo ou no papel que desempenham junto a este grupo. Ou seja, para um líder, é bem mais fácil expor publicamente suas idéias do que para um dos integrantes deste grupo, que não se sente seguro quanto às suas opiniões.

Mas, afinal, o que são as comunicações não-verbais? A definição de Corraze, apesar de ter um caráter mais amplo, identifica as comunicações não-verbais como sendo aquelas que envolvem gestos, posturas, orientações do corpo, singularidades somáticas, naturais ou artificiais, e até a organização de objetos, as relações de distância entre os indivíduos, graças aos quais uma informação é emitida³¹³.

Por isso, a contextualização desta mensagem é fundamental para entendermos o processo da comunicação não-verbal. Conforme Corraze, para que uma mensagem assuma uma determinada significação, ela precisa estar em

³¹³ CORRAZE, Jacques. Op. cit., p.14

sintonia com outros elementos que, acompanhando-a, constituam o seu contexto. O contexto, então, seria um sinal variável que modela³¹⁴ o sentido de um conjunto de sinais. Portanto, se este contexto for dado pela mídia, então teremos confirmada aqui a função modelar da imprensa, conforme atestou Noelle-Neumann em seus estudos.

As observações feitas por Jacques Corraze, confirmam o que foi aferido por Elizabeth Noelle-Neumann, em suas pesquisas sobre o desenvolvimento da espiral do silêncio. A pesquisadora alemã afirma que usar ou não roupas da moda, *pins* ou adesivos de campanha, cabelos compridos ou curtos, enfim, utilizar a linguagem simbólica do corpo ou dos objetos, também é uma maneira de expressar-se e que, dependendo do contexto, a presença ou a ausência destes símbolos pode significar fala ou silêncio.

Também era esta a preocupação de Jean Baudrillard, quando escreveu **O Sistema de Objetos**³¹⁵, onde fala sobre a importância da arquitetura e da disposição dos móveis e utensílios domésticos para a identificação de um grupo social, no caso a família, consigo mesma e com a sociedade. Da mesma forma, Roland Barthes já havia colocado, nas páginas de **O Sistema da Moda**³¹⁶, a necessidade que as pessoas têm de se integrarem ao meio e ao grupo em que vivem, seja por suas atitudes, seja pela comunicação simbólica não-verbal.

³¹⁴ A pesquisadora alemã Elizabeth Noelle-Neumann também afirmou em sua teoria que uma das funções da mídia, em seu processo de comunicação, é a modelagem. E a mídia se utiliza da comunicação não-verbal, através de seus *lay-outs*, diagramações, imagens, efeitos, sons, ruídos, etc, para catalisar a atenção do leitor e imprimir um determinado significado (CALABRESE, Omar. *A Idade Neobarroca*. Madrid: Cátedra, 1994).

³¹⁵ BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

³¹⁶ BARTHES, Roland. *O Sistema da Moda*. São Paulo: Edições 70, 1981.

4.5 OS USOS DA LINGUAGEM

Podemos dizer mesmo que, se, por um lado, o agente social tem medo do isolamento e, por conseqüência, de uma punição por parte dos seus iguais, caso tome alguma atitude não condizente com aquela que se acredita ser a da maioria, por outro está sujeito a uma autocensura, isto é, a um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Em outras palavras, mesmo que uma estrutura de poder perca a sua forma concreta e passe a ter uma forma virtual, a tendência das pessoas é de se colocar em uma situação que absorva as regras contratadas socialmente e as faça funcionar por si mesmas. E quem pode, em determinada situação, estar exposto publicamente à comunidade, e sabe disso, ou seja, tem plena consciência de que, se fugir às normas, poderá ser punido, acaba recorrendo por sua conta às limitações impostas pelas regras sociais ou optando por viver à margem delas.

A pesquisadora alemã Elizabeth Noelle-Neumann afirma que, somente sob condições seguras, o agente social (aqui compreendido como aquele que faz parte de um grupo social) expõe suas opiniões publicamente. Mais do que isso, Noelle-Neumann acredita que as pessoas que se expõem publicamente pertencem, de um modo geral, a dois grupos: ou são aqueles revestidos por um papel social importante que lhes garante credibilidade, como, por exemplo, os intelectuais, ou fazem parte de grupos de resistência (ou núcleos duros, como os denominou Noelle-Neumann).

A hipótese da espiral do silêncio de Elizabeth Noelle-Neumann demonstra, basicamente, a importância da abordagem dada pelos meios de

comunicação sobre determinado fato, respeitadas algumas condições de consonância. Esta hipótese baseia-se, principalmente, na idéia de existência de uma opinião dominante, que provocaria um certo clima de opinião, e este seria espelhado para o público através da mídia. Para que o processo da espiral possa desenvolver-se, é preciso que haja primeiro uma seleção imposta de temas e abordagens; segundo, uma conjuntura propícia a fomentar o medo do isolamento em função de uma opinião dominante e, em terceiro lugar, que esses últimos percebam a opinião dominante e a sua tendência para que possam contrastá-la com a sua própria opinião.

Joseph Luyten concorda com essas características da cultura popular em sua teoria sobre o desenvolvimento dos sistemas de comunicação popular e acrescenta que todos os grupos sociais têm um ou mais líderes de opinião, isto é, mediadores que interagem elementos de grupos heterogêneos ou de uma camada social para outra.

Na área da cultura popular brasileira, encontramos como líderes de opinião aquelas pessoas que, sem deixar de pertencer ao meio popular, se destacam pela sua facilidade de comunicação com pessoas de outros meios³¹⁷.

Retomando o pensamento de Edgar Morin, devemos levar em conta a contribuição de uma das teorias adotadas por este autor, a teoria dos sistemas, que pressupõe a possibilidade de se olhar o todo como mais do que a soma das partes. Isto é, a possibilidade de perceber que, no nível do todo organizado há emergências e qualidades que isoladamente não existem.

³¹⁷ LUYTEN, Joseph M. Op. cit., p.11.

Tais emergências podem retroagir sobre as partes: a cultura é uma emergência social que retroage sobre os indivíduos, dá-lhes a linguagem e o saber, e, por isso, os transforma³¹⁸. Edgar Morin propõe, como uma primeira idéia da teoria dos sistemas, o sistema aberto. A primeira consequência desta idéia, segundo o autor, é que devemos perceber as leis de organização do ser vivo que não são de equilíbrio, mas sim de desequilíbrio, recuperado ou compensado, de dinamismo estabilizado.

A segunda consequência trata da inteligibilidade do sistema, que deve ser encontrada não apenas no próprio sistema, mas também na sua relação com o meio. Esta relação, para Morin, não é uma simples dependência. É, na verdade, constitutiva do sistema. Portanto, pode-se dizer que sistema é um lugar de manutenção da estrutura, onde ocorrem as mudanças de seus constituintes, organizando sua própria autonomia na e pela abertura.

Morin diz, ainda, que a realidade está, assim, tanto no elo como na distinção entre o sistema aberto e seu meio. Portanto, o sistema só pode ser entendido incluindo-se nele o meio, que lhe é simultaneamente íntimo e estranho e faz parte dele próprio, sendo-lhe sempre exterior³¹⁹.

Teórica e empiricamente, o conceito de *sistema aberto* abre a porta para uma teoria da evolução que percebe a inter-relação entre os sistemas e os ecossistemas e que, nos processos organizacionais, pode ser concebido como a passagem de um sistema para um metassistema, propondo o que Morin entende

³¹⁸ MORIN, Edgar, *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Piaget, 1990. p.28.

³¹⁹ *Ibid.*, p.33.

como um processo de auto-eco-organização, apontando então para um sistema vivo.

A partir disso, poderemos, então, interpretar a categoria *sistema* como algo que permite conceber uma lógica auto-regulável, auto-organizável, mutante, e que se reestrutura segundo suas necessidades (princípio de ecossistema), numa constante retroalimentação e renovação.

Outra teoria proposta por Morin, em seu tripé metodológico, a teoria da informação, que surgiu com Hartley, Shannon e Weaver, requer algumas considerações. Com a cibernética, a informação ganhou um sentido organizacional, já que um programa portador de informação não se limita a transmitir uma mensagem a uma máquina, mas ordena-lhe um certo número de operações.

Com a aplicação da teoria da informação, a partir de uma origem comunicacional, aplicada a outros campos, podemos então entender a realidade organizacional. A informação organizacional pode ser visualizada tanto como memória, mensagem ou mesmo como um programa, ou até todas essas definições simultaneamente. A informação é, pois, um conceito que vai estabelecer o elo entre as diversas manifestações sociais, científicas, biológicas, etc. É um conceito problemático, mas indispensável, por se basear em duas possibilidades distintas, como vimos anteriormente: a de ser interpretada sob um aspecto comunicacional, que não dá conta do carácter poliscópico da informação, como o saber, a memória, a mensagem, o programa, a matriz organizacional; ou de ser interpretada sob um aspecto estatístico, que ignora o sentido da

informação e apenas apreende o caráter probabilístico, omitindo também o aspecto organizacional.

Morin esclarece que a teoria de Shannon traz uma grande contribuição, no momento em que reconhece a importância da entropia, isto é, propõe o crescimento a partir do centro, da desordem sobre a ordem. Mas, para Morin, essa teoria não é capaz de compreender nem o nascimento, nem o crescimento da informação, uma vez que esse não é um conceito final, mas, sim, o ponto de partida, por revelar apenas os aspectos superficiais de um fenômeno.

Somente juntas, essas teorias – a teoria dos sistemas e a teoria da informação – são capazes de dar conta de uma teoria da organização social. Segundo o pensamento de Morin, há uma diferença entre os sistemas auto-organizáveis e os demais sistemas, já que, para os primeiros, existe um elo entre a sua desorganização e a sua organização complexa. O fenômeno de desorganização (entropia) é contínuo naquilo que é considerado vivo, mas também, simultaneamente, ocorre o fenômeno da reorganização (neguentropia).

A idéia de auto-organização opera uma grande mutação no objeto. E, ao mesmo tempo em que o sistema auto-organizado se destaca e se distingue de seu meio, em função de sua autonomia e de sua individualidade, liga-se a ele tanto pelo crescimento da abertura e da troca que acompanham qualquer complexidade através de um caminho quando um meio que está em seu interior e desempenha um papel co-organizador.

A complexidade, proposta por Morin, não compreende apenas quantidades de unidades e interações, mas também as incertezas, indeterminações e fenômenos aleatórios. É, por assim dizer, o acaso. A complexidade é a incerteza no seio de sistemas ricamente organizados e está ligada a uma certa mistura entre ordem e desordem.

Na concepção de Morin, portanto, o sujeito emerge com o mundo. Emerge a partir do sistema, e, sobretudo, a partir de sua auto-organização, onde a autonomia, a individualidade e a ambigüidade tornam-se características próprias desse sujeito subjetivo, que toma consciência de si a partir da sua reflexão. Mas, o sujeito emerge também de suas características existenciais. Ser sujeito, para Morin, é colocar-se no centro de seu próprio mundo, é ocupar o lugar do *eu*. É ser autônomo, sendo ao mesmo tempo dependente.

Para Morin, a noção de *autonomia* também é complexa, uma vez que depende das condições culturais e sociais. A autonomia se alimenta da dependência, já que esse é o degrau necessário para nos tornarmos humanos e criarmos a nossa identidade.

De acordo com o autor, a complexidade, concebida como paradigma no final do século XIX e início do século XX, identifica uma multiplicidade de identidades. Para entendê-las, faz-se necessário elencar os três princípios propostos por ele:

- 1) o princípio dialógico – exemplo da organização viva (memória hereditária);

- 2) o princípio da recursão organizacional – processo em que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziu. A sociedade produzida pelas interações entre indivíduos, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz;
- 3) o princípio hologramático – a parte está no todo e o todo está na parte. A idéia hologramática está ligada à recursividade que, por sua vez, liga-se, em parte, à dialogia.

Para Morin, esses três princípios geram a ação que é a estratégia que permite, a partir de uma decisão inicial, encarar um certo número de cenários que poderão ser modificados segundo as informações que vão chegar no decurso da ação e segundo os imprevistos que surgirão num determinado contexto sócio-histórico. Morin afirma que o problema da ação está nas derivas e bifurcações, isto é, seu domínio é aleatório e incerto, o que nos impõe uma reflexão sobre sua própria complexidade. Dessa forma, podemos dizer que a ação escapa às nossas intenções. Então, a noção de ecologia da ação se inicia no momento em que o indivíduo empreende uma ação e esta começa a escapar de suas intenções. Esta ação entra num universo de interações e é finalmente o meio que a agarra num sentido que pode tornar-se contrário à intenção inicial³²⁰. De acordo com o autor, a ação sintetiza um efeito *boomerang* e nos obriga a segui-la, supondo, portanto, a sua própria complexidade.

³²⁰ *Ibid.*, p. 117-118.

Se a complexidade necessita de uma estratégia, ponto de partida para uma ação mais rica, podemos então dizer que nossas sociedades agem a partir do novo, isto é, em função das crises, da incerteza, da desordem e da ameaça.

Conforme explica Cícilia Peruzzo,

no contexto dos movimentos [populares] se desenvolvem experiências de uma comunicação que pode ser denominada de popular ou comunitária, a qual evidencia características próprias, entre elas, o exercício da participação direta. Ali se faz possível que os receptores das mensagens dos meios de comunicação se tomem também produtores das mesmas, se tomem emissores do processo de comunicação. [...] A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a pessoa tornar-se *sujeito* de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo, sem se estar nos bancos escolares. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura. [...]³²¹

Peruzzo complementa seu raciocínio, afirmando que

os meios de comunicação comunitários/populares [...] têm assim o potencial de ser, ao mesmo tempo, parte de um processo de organização popular e canais carregados de conteúdos informacionais e culturais, além de possibilitarem a prática da participação direta nos mecanismos de planejamento, produção e gestão. Contribuem, portanto, duplamente para a construção da cidadania. Oferecem um potencial educativo enquanto processo e também pelo conteúdo das mensagens que transmitem. Por seus conteúdos podem dar vazão à socialização do legado histórico do conhecimento, facilitar a compreensão das relações sociais, dos mecanismos da estrutura do poder (compreender melhor as coisas da política), dos assuntos públicos do país, esclarecer sobre os direitos da pessoa humana e discutir os problemas locais. [...] Podem facilitar a valorização das identidades e raízes culturais, abrindo espaço para manifestações dos saberes e da cultura da população; da história dos antepassados às lendas e às ervas naturais que curam doenças. Ou servir de canal de expressão aos artistas do lugar [...] Ou, ainda, informar sobre como prevenir doenças, sobre os direitos do consumidor, o acesso a serviços públicos gratuitos (como registro de nascimento) e tantos outros assuntos de interesse social³²².

³²¹ PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. In: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/As%20dimensões%20da%20cidadania>.

Op. cit.

³²² Ibid.

Para a autora,

a participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, nos mecanismos de planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária contribui para que elas se tornem *sujeitos*, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, se tornem protagonistas da comunicação e não somente receptores³²³.

Peruzzo acrescenta ainda que

os veículos de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, acabam por criar um campo propício para o desenvolvimento da educação para a cidadania. As relações entre educação e comunicação se explicitam, pois as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem o seu conhecimento e mudam o seu modo de ver e relacionar-se com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Apropriam-se das técnicas e de instrumentos tecnológicos de comunicação, adquirem uma visão mais crítica, tanto pelas informações que recebem quanto pelo que aprendem através da vivência, da própria prática³²⁴.

É a partir desse olhar que escolhemos como método para o desenvolvimento desta pesquisa duas áreas que aparentemente não se inter cruzariam: a Folkcomunicação e a Educomunicação, mas cujas categorias de análise são fundamentais para entendermos a hipótese proposta. Amparados no pensamento complexo, delimitamos nossa pesquisa a partir de uma metodologia que contemple o campo de estudos como um todo, conforme veremos a seguir.

É...

A gente quer valer o nosso amor
A gente quer valer nosso suor
A gente quer valer o nosso humor
A gente quer do bom e do melhor
A gente quer carinho e atenção
A gente quer calor no coração
A gente quer suar mas de prazer
A gente quer é ter muita saúde
A gente quer viver a liberdade
A gente quer viver felicidade

É...

A gente não tem cara de panaca
A gente não tem jeito de babaca
A gente não está com a bunda exposta na janela
Pra passar a mão nela

É...

A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer eh ser um cidadão
A gente quer viver uma nação

É...

Gonzaguinha

5 TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ANÁLISE DOS DADOS

A breve imersão histórica nas principais pesquisas em comunicação e suas teses, à qual nos dedicamos no capítulo 3 deste trabalho, e ainda a rápida reflexão sobre a construção do processo capitalista no Brasil e no mundo, e a conceituação do termo *comunidade*, foram feitas com o objetivo de criar cenários para que se compreenda onde se desenvolveu o pensamento de Edgar Morin, Luiz Beltrão e Ismar de Oliveira Soares, autores que balizarão o desenvolvimento de nossa trajetória metodológica. A escolha de Morin se deu em função das possibilidades de construção de categorias que nos levem à compreensão da complexidade em que está embutida a comunicação comunitária e seus processos de interação que, como vimos anteriormente, partem do cotidiano do indivíduo e pressupõem um caos organizativo para a construção de ações que os permitam aprender a aprender. Já a escolha da Folkcomunicação de Beltrão vem a dar suporte às possibilidades de entendimento dos *folkways* e dos *mores* – conceitos trabalhados por Ferdinand Tönnies – existentes nestas interações, construídos a partir de uma cultura e de uma tradição, definidas claramente pelo autor como possibilidades interpretativas da realidade vivenciada pela população. Por fim, e não menos importante, a Educomunicação, que complementa, pela

proposição de seu método, a triangulação necessária ao desenvolvimento deste estudo. Para que consigamos, então, chegar ao nosso objetivo, começamos esta trajetória metodológica a partir da compreensão do pensamento destes autores. Em seguida, exemplificaremos o método de análise construído, que vai embasar a proposta de um estudo de caso.

5.1 O PARADIGMA DA COMPLEXIDADE, A FOLKCOMUNICAÇÃO E A EDUCOMUNICAÇÃO

Em primeira instância faz-se necessário definir o que entendemos por *complexidade*. Assim, partimos da idéia de que esse paradigma somente pode ser estabelecido a partir da idéia de *estrutura* e da idéia de *caos*. Isso porque, conforme teóricos que atuam nos estudos de complexidade, o *caos* é, de certa forma, estruturado. É caótico porque não é linear e/ou porque apresenta uma dinâmica ambígua. E é estruturado porque, na desordem, sempre há alguma ordem, já que a desordem total implica na idéia de algo amorfo. Ao contrário, a sociedade pós-moderna, ainda que complexa, apresenta uma sistematicidade.

Portanto, podemos dizer que a complexidade apresenta determinadas características, entre elas a *dinâmica*, isto é, um campo de forças contrárias em permanente conflito. E já que a dinâmica indica processo, uma vez que está em permanente construção, surge uma segunda característica da complexidade: a *não-linearidade* (que não exclui a linearidade existente principalmente no campo

da comunicação de massa), mas pressupõe a possibilidade de uma construção rizomática da realidade.

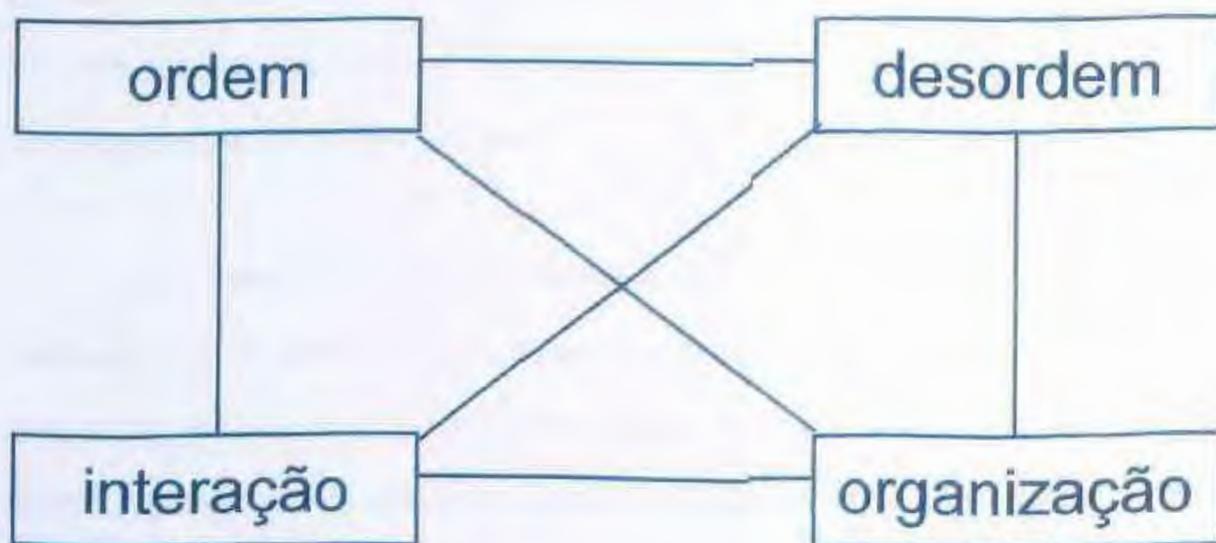
Uma terceira característica da complexidade é a possibilidade de *reconstrução*, que pressupõe uma quarta: a *irreversibilidade*, que possui uma dimensão temporal, além do caráter evolutivo histórico da natureza. Essas características apontam para outras duas dimensões fundamentais, que são a *autonomia* e a *aprendizagem*. Assim, dentro deste contexto reconstutivo-produtivo, podemos ressaltar uma quinta característica da complexidade: o *processo dialético evolutivo*, isto é, a capacidade de aprender, a cognoscência.

A complexidade aponta ainda para uma sexta característica: a *intensidade*, que propõe a profundidade como pano de fundo para as pesquisas científicas, transcendendo a qualidade e a quantidade dos indicadores empíricos mensuráveis. Por sua vez, a *intensidade* leva em consideração uma sétima característica da complexidade: a *ambigüidade/ambivalência*, ambigüidade essa que se refere à estrutura, no sentido de composição caótica de seus componentes (contrários), enquanto a ambivalência refere-se à processualidade dos fenômenos complexos.

Conforme explica Edgar Morin, em *Ciência com Consciência*, "temos que pensar conjuntamente a ordem e a desordem. Vitalmente, sabemos trabalhar com o acaso; é aquilo que denominamos estratégia. Aprendemos,

estatisticamente, de forma diversa, a trabalhar com a aleatoriedade. Devemos ir mais longe³²⁵.

Morin propõe que, para associar as idéias de ordem e desordem, duas faces de um mesmo fenômeno, existe a necessidade de associá-las a outras noções. O autor propõe um tetragrama³²⁶.



Isso quer dizer que precisamos conceber nosso universo a partir de uma dialógica entre esses termos, cada um deles chamando o outro, cada um precisando do outro para se constituir, cada um inseparável do outro, cada um complementar do outro, sendo antagônico do outro. Esse diagrama permite conceber que a ordem do universo se autoproduz, por meio das interações físicas que produzem organização, mas também desordem³²⁷.

³²⁵ MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.203.

³²⁶ *Ibid.*, p.204.

³²⁷ *Ibid.*, p.204.

5.1.1 Entendendo o pensamento de Edgar Morin

O sociólogo Edgar Morin, autor de *L'An Zéro de l'Allemagne* (1946), livro sobre o pós-guerra, ingressa no CNRS em 1951, onde dá continuidade a seus estudos sobre os cenários de reconstrução da Europa, depois da Segunda Guerra Mundial. Recentemente expulso do Partido Comunista, Morin descobre a possibilidade de estudos da imagem através do cinema da época, demonstrando, em sua tese, os mecanismos de projeção-identificação que geram o psiquismo que concretiza o imaginário humano.

Mais tarde, Morin trata de identificar o jogo de construção que atua no conhecimento e propõe a multidimensionalidade como caminho para que possamos, através da observação da prática, interrogar o ato, a palavra e as coisas, levando em consideração, nesse processo, o caráter intersubjetivo de todo o relacionamento estabelecido entre os homens.

Preocupado com seu objeto de pesquisa, o homem e suas inter-relações, Morin inicia uma vasta investigação sobre os rituais de vida e morte que perpassam a sociedade da época e, ainda em 1951, lança o livro *O Homem e a Morte*³²⁸, que tratará da estreita relação entre os mitos religiosos e os mitos políticos criados pela sociedade humana, para estabelecer representações coletivas e situar o homem nesse mundo, através de um processo que Morin entende como cultural.

³²⁸ MORIN, Edgar. *O Homem e a Morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

No início da década de 60, lança **Cultura de Massas no Século XX – Neurose – O espírito do tempo**³²⁹, onde se preocupa em analisar o que chama de *segunda industrialização* – a industrialização do espírito, e a *segunda colonização* – a da alma.

Nessa obra, Morin acusa a indústria cultural, isto é, a cultura de massa, de impor uma divisão do trabalho, tomado coletivo, divisão essa que, num aspecto mais geral, impõe o que o autor chama de racionalização, ou seja, de um sistema industrial que começa na produção cultural e termina nos estudos a respeito do mercado cultural. Para Morin³³⁰, a essa racionalização corresponde uma padronização.

Morin acredita que a cultura constitui um corpo complexo de normas, símbolos, mitos e imagens que penetra o indivíduo em sua intimidade, estrutura os instintos e cria emoções. Para o autor, essa penetração se efetua a partir de trocas mentais de projeção e identificação, polarizada nos símbolos, mitos e imagens da cultura, enquanto personalidades míticas ou reais, que encerram valores. A cultura de massa também é um corpo de símbolos, mitos e imagens concernentes à vida prática e à vida imaginária, isto é, um sistema de projeções e de identificações específicas, e acaba por integrar e se integrar nas demais culturas, isto é, numa realidade policultural, ao mesmo tempo em que tenta desagregar essas outras culturas. A cultura de massa, para Morin, é eminentemente cosmopolita e a padronização desses processos acaba impondo ao produto cultural verdadeiros moldes espaço-temporais.

³²⁹ MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. [v.1. O espírito do tempo 1 – Neurose]

³³⁰ *Ibid.*, p.30.

Quanto mais a indústria cultural se desenvolve, mais ela apela para a individuação, mas também tende a padronizar essa individuação. Em outras palavras, a dialética padronização-individuação tende frequentemente a amortecer em uma espécie de termo médio³³¹.

Por *individuação*, Morin entende a apropriação, pelo sujeito, da obra, que a partir de seu consumo, passa a ter significados diferenciados para cada um dos sujeitos. Cultura de massa é produto de uma dialética produção-consumo, no centro de uma dialética global que é a sociedade em sua totalidade³³².

Portanto, para Morin, o início do século XX é marcado por uma estratificação do público, ocasionada pela evolução sócio-tecnológica, onde novas barreiras se desenvolvem, mas acabam sendo superadas, uma vez que a cultura de massa é, na verdade, o lugar comum, o meio de comunicação entre esses diferentes estratos e múltiplas classes sociais. O nivelamento das diferenças sociais faz parte da padronização dos gostos e interesses aos quais os *mass media* dão expressão e para o qual contribuem através da homogeneização, movimento cosmopolita que tende a enfraquecer as diferenciações culturais nacionais em prol de uma cultura proposta pelas grandes áreas transnacionais. O objetivo é incentivar e atender, simultaneamente, o consumo, ao mesmo tempo em que cria um público universal, através da produção cultural, determinando, assim, seu próprio mercado.

Por outro lado, segundo Morin³³³, a simplificação, a maniqueização, a atualização e a modernização – processos próprios da cultura industrial – concorrem para aclimatar as obras da alta cultura à cultura de massa, visando

³³¹ *ibid.*, p.31.

³³² *ibid.*, p.47.

³³³ *ibid.*, p.54-55.

toná-las facilmente consumíveis. Essa aclimação acaba criando o que Morin chama de *híbridos culturais*.

Da mesma forma, a cultura industrial desintegra certos temas folclóricos para que estes sejam incorporados ao que Morin chama de *novo grande sincretismo*³³⁴.

A cultura urbana popular e sobretudo operária do século XIX e do começo do século XX conserva certos traços da cultura folclórica. [...] E, sobretudo, é uma cultura da proximidade das relações de vizinhança, de parentesco e de solidariedade³³⁵.

Morin conclui essa obra afirmando que o desenvolvimento da cultura de massa criou novos padrões de vida aos quais as massas populares urbanas e uma parte das do campo tiveram acesso. Assim,

a modificação das condições de vida sob o efeito das técnicas, a elevação das possibilidades de consumo, a promoção da vida privada correspondem a um novo grau de individualização da existência humana. A cultura de massa se constitui em função das necessidades que emergem. Ela vai fornecer à vida privada as imagens e modelos que dão forma às suas aspirações [...] as imagens se aproximam do real, ideais tornam-se modelos, que incitam uma certa práxis. [...] Um gigantesco impulso do imaginário em direção ao real tende a propor mitos de auto-realização [...]³³⁶.

Parafraseando Morin, a cultura de massa acaba por nos introduzir numa relação desenraizada, móvel, errante, no tocante ao tempo e ao espaço.

Em 1972, Morin vai demonstrar o enraizamento do fenômeno humano no mundo biológico e animal. Edgar Morin constata ainda que os conceitos de tradição filosófica, como natureza, vida, homem e sujeito, são pouco tratados pela

³³⁴ Ibid., p.63-65.

³³⁵ Ibid., p.63.

³³⁶ Ibid., p.89-90.

ciência da época, que propõe a fragmentação do conhecimento, no intuito de analisar as partes para entender o todo.

Acreditando na fragilidade desta fragmentação, Morin abre um novo olhar sobre a ciência e propõe uma prática transdisciplinar, com o objetivo de multiplicar os ângulos de aproximação que complexificam o objeto de pesquisa.

Em **O Paradigma Perdido: A natureza do homem**³³⁷, estabelece categorias de análise ligadas ao humanismo, ao homem biológico, social, cultural e religioso: um complexo cujo centro é o cérebro, organizado sob a pressão do biológico e do social. Sua argumentação se baseia na articulação da natureza humana ao seu meio biológico, social e cultural, que deveria proporcionar a esse homem uma tomada de consciência de suas necessidades fundamentais, sendo que a expressão social e ideológica se manifestaria no político.

Em 1975, revendo suas reflexões sobre a cultura de massas, tema central do Tomo I de **O Espírito do Tempo – Neurose**³³⁸, Morin escreve **Cultura de Massas no Século XX – Tomo II – O espírito do tempo – Necrose**³³⁹. Conforme o próprio autor, a noção de cultura de massas, no sentido culturalmente integrado e socialmente integrador que havia apontado antes, é abandonada, já que é a noção de crise que se torna crucial para tentar entender o novo sistema que se estabelece na sociedade moderna. Procurando trabalhar metodológica e epistemologicamente com o que chama de *sociologia do presente*, Morin busca, através da noção de *acontecimento*, estabelecer algumas correlações

³³⁷ MORIN, Edgar. *O Paradigma Perdido. A natureza do homem*. Rio de Janeiro: Martins: Publicações Europa-América, 1975.

³³⁸ MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX*. Op. cit., v.1.

³³⁹ MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977. [v.2 – O espírito do tempo 2 – Necrose].

necessárias para a compreensão de uma ciência do futuro, calcada no conceito de *ecossistema*, onde o indivíduo torna-se o átomo social, no sentido de que a nova sociedade urbana moderna pressupõe uma autodeterminação pessoal das esferas pública e privada.

A descoberta da América Latina, por Morin, começa pelo Chile, nos anos 60, ao ser convidado para uma colaboração científica através da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais. No entanto, sua estada em território chileno é interrompida pela ditadura militar de Pinochet.

Dono de uma vasta bibliografia, Morin pode ser considerado um intelectual diaspórico, assim como Stuart Hall. De origem judaica, sem jamais se sentir judeu, mas simultaneamente um sofredor por seu povo, integrante do Partido Comunista e da Resistência, procura entender a complexidade de seu tempo. A política é parte integrante e fundamental de sua vida e obra. E, no entanto, procura sempre manter distância em relação a ela. Entende que o saber não tem apenas compromisso com a produção do conhecimento, mas também com a justiça social.

Na década de 70, no século passado, escreve **O Método I – A natureza da natureza**³⁴⁰, obra que lhe permitiu, duas décadas depois, ser reconhecido em seu princípio, o da transdisciplinaridade, para se entender a *complexidade*. A obra se concentra em três domínios da complexidade: o *logos* (discurso), o *pathos* (drama) e o *ethos* (ética, moral).

³⁴⁰ MORIN, Edgar. *O Método I. A natureza da natureza*. Portugal: Biblioteca Universitária, 1977.

Desde o início dos anos 70, as pesquisas de Edgar Morin orientam-se para a cibernética, a teoria dos sistemas e a teoria da informação. Para ele, essas três teorias formam uma trindade.

A teoria da informação tem de interessante o fato de que o conceito de informação pode ser definido, de um certo ângulo, como a resolução de uma incerteza [...] A ligação entre a teoria da informação e a cibernética é muito fecunda [...] porque a cibernética criou a informação como programa. Introduzimos a informação, que por sua vez dita à máquina o seu comportamento. A informação torna-se parte inseparável da organização. Mas a virtude capital da cibernética fundada por Norbert Wiener é a espiral³⁴¹.

O autor acrescenta que a importância da espiral também está na possibilidade de se pensar fenômenos de retroalimentação.

O fenômeno da regulação é compreendido através do elo retroativo. Quando ocorre um desvio em relação a uma norma, a máquina se dedica a corrigir o desvio – e chamamos isso de *retroação negativa* ou *feedback negativo*. Às vezes, o desvio não é corrigido, e então o *feedback positivo* pode chegar à explosão ou à transformação, à revolução, etc. Portanto, é absolutamente capital esse pensamento espiral³⁴².

Morin acrescenta que a sociedade nasce das interações entre indivíduos, mas que, com a cultura, com o saber, ela retroage sobre os indivíduos e os produz para torná-los humanos. É o que o autor chama de *fenômeno de produtor-produto*, constante e dinâmico.

³⁴¹ MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elmar Pinheiro do (orgs.). *O Pensar Complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamont, 1999. p.28.

³⁴² *Ibid.*, p.28.

Se levamos em conta os processos da comunicação de massa, perceberemos que sua influência se dá, não diretamente, mas através de pequenos grupos compreendidos dentro de um agrupamento maior de receptores – a audiência – que, por sua vez é dispersa, desorganizada e heterogênea, principalmente no que diz respeito à cultura.

Conforme explica Luiz Beltrão – e como vimos anteriormente neste trabalho – “o conteúdo latente da comunicação [de massa] não é captado por uma parcela significativa da audiência, à qual falta aquela *experiência comum* que condiciona a sintonização entre comunicador e receptor”³⁴³.

O autor acrescenta que

a industrialização da mensagem massiva não permite a imediata correção, reformulação ou adequação à capacidade receptiva do indivíduo que a consome. O que leva, sobretudo se desconhece a “linguagem” e se situa em “universo de discurso” diverso do comunicador, a procurar uma conexão com grupo ou grupos com que se acha relacionado, seja familiar, ideológico ou profissional, para obter esclarecimento³⁴⁴.

Citando Schramm, o autor enfatiza a noção de *feedback* do processo de comunicação, que acontece a partir da decodificação, interpretação, discussão da informação por parte do indivíduo com seu grupo, que resulta numa “reinterpretação e a produção de uma opinião de grupo e, talvez de uma ação comunicacional de retorno que irá alimentar o diálogo com o órgão emissor”³⁴⁵.

É assim que Luiz Beltrão, a partir de uma análise mais aprofundada dos efeitos da comunicação de massa, estabelece sua teoria a respeito dos agentes e

³⁴³ BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez, 1980. p.29.

³⁴⁴ *Ibid.*, p.29.

³⁴⁵ *Ibid.*, p.30.

dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias, ou seja, a Folkcomunicação.

5.1.2 A Folkcomunicação

Folkcomunicação é o processo de intercâmbio de mensagens através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore e, entre suas manifestações, algumas possuem caráter e conteúdo jornalístico, constituindo-se em veículos adequados à promoção de mudança social³⁴⁶.

A utilização da teoria desenvolvida por Luiz Beltrão – a Folkcomunicação – faz-se necessária na medida em que precisamos entender a dinâmica em que se formam os processos comunicacionais nas comunidades menos abastadas neste início de século, com a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação. Esse é o recorte que fazemos a partir da compreensão proposta por esse teórico, que diz que,

excluídos dos sistemas de comunicação social, entendidos aqui como os sistemas de comunicação de massas, e não podendo – pela própria condição humana – dispensar o intercâmbio de mensagens culturais, integrariam sem dúvida um outro complexo de procedimentos, modalidades, meios e agentes elaboradores e emissores de mensagens, ao nível de sua vivência, experiência e necessidades, e expressivas de sua ideologia, aspirações e opiniões. Seria através desse outro sistema que as camadas sociais identificadas como carentes intercambiarium elementos de informação, educação, incentivo à melhoria material e espiritual de sua vida, e, afinal, de entretenimento e sonho adequados às condições socioeconômicas do seu dia-a-dia³⁴⁷.

³⁴⁶ BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: Um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p.73.

³⁴⁷ BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados*. Op. cit., p.23.

Buscando identificar o universo cultural e simbólico desses indivíduos marginalizados, parte de sua característica contraditória e dialética, Beltrão constata que

a pobreza é continuamente negada, mas aceita como critério diferenciador dos que estão em cima e dos que estão abaixo; a solidariedade, que se gera na situação vivida de carência comum, coexiste com um comportamento agressivo ao extremo, aparentemente sem direção conseqüente. A família, que é ao mesmo tempo parcialmente desagregada [...], mas sempre levada profundamente em conta; a sociedade institucional que não tem realidade moral, mas à qual se submete como um poder natural; a religiosidade é mística e mágica, bem como mágica é a vivência dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa; experiências de certos tipos de comunicação se reatualizam, tais como a música, o encontro informal nos botecoquins, etc., que coexiste com a noção (que é profundamente real) do preconceito, da carência, do cotidiano com a polícia, enfim, toda a vida submetida a um destino por assim dizer 'ritualizado' coexistindo com o compromisso com a intensa procura de melhoria de vida³⁴⁶.

Geralmente ocupando as periferias das grandes metrópoles urbanas, esses grupos, que Beltrão classifica como grupos usuários da folkcomunicação, são as conseqüências imediatas da Revolução Industrial. O fenômeno da marginalidade se agravou na sociedade pós-industrial – sociedade de massa, em função da cada vez maior concentração de renda, característica fundamental do capitalismo.

Esses públicos usuários dos sistemas da folkcomunicação, chamados de marginalizados, se estendem para além dos excluídos não só do sistema político como do sistema de comunicação social, ambos voltados à preservação do *status quo* definido pela ideologia e pela ação dos grupos dirigentes, principalmente no que concerne ao contexto atual – a sociedade da informação.

³⁴⁶ *Ibid.*, p.58-59.

Cabe aqui conceituar o que entendemos como *marginal*. Concordamos com Beltrão, que explica que o termo *marginal* surge na literatura científica pela primeira vez em 1928, citado por Park, sobre as migrações humanas.

O migrante é definido como um híbrido cultural, que embora compartilhe da vida e das tradições culturais de dois povos distintos, jamais decide romper com seu passado e suas tradições e nunca é aceito completamente na nova sociedade em que procura encontrar um lugar. [...] é um indivíduo à margem de duas culturas e de duas sociedades que nunca se interpenetraram e se fundiram totalmente.³⁴⁹

Para Beltrão, esses grupos podem ser classificados, segundo suas condições sócio-históricas, culturais e de localização, como:

- a) grupos rurais marginalizados;
- b) grupos urbanos marginalizados;
- c) grupos culturalmente marginalizados.

Para fins deste trabalho, vamos focar os grupos urbanos marginalizados, “caracterizados pela redução do poder aquisitivo, subempregados que moram na periferia das grandes metrópoles”³⁵⁰ e concentram-se nas chamadas favelas ou vilas, dependendo da região do país, conforme vimos em capítulo anterior, quando tratamos das comunidades fisicamente localizadas em um determinado território.

Beltrão esclarece ainda – e esta é uma das características mais importantes em nossos estudos – que,

³⁴⁸ Ibid., p.38-39.

³⁵⁰ Ibid., p.55.

enquanto os discursos da comunicação social são dirigidos ao mundo, os da folkcomunicação se destinam a um mundo em que palavras, signos gráficos, gestos, atitudes, linhas e formas mantêm relações muito tênues com o idioma, a escrita, a dança, os rituais, as artes plásticas, o trabalho e o lazer, com a conduta, enfim, das classes integradas da sociedade³⁵¹.

Sendo assim, na folkcomunicação, segundo Beltrão,

cada ambiente gera seu próprio vocabulário e sua própria sintaxe e cada agente – comunicador emprega o canal que tem à mão e melhor sabe operar de modo que seu público veja refletidas na mensagem seu modo de vida, suas necessidades e aspirações³⁵².

O autor conclui que

na comunicação interpessoal/intergrupai, há uma horizontalidade inerente, mesmo com o uso de meios mecânicos: nela, o emissor envia mensagem ao receptor, que reage, por sua vez, tornando-se comunicador até a interrupção periódica ou mesmo definitiva da atividade comunicacional, pois ambos os elementos físicos são indivíduos entregues a diversas outras atividades vitais³⁵³.

Podemos dizer, então, que, no sistema da folkcomunicação – embora a existência e a utilização, em certos casos, de modalidades e canais indiretos e industrializados –, as manifestações são sobretudo resultado de uma atividade artesanal de um agente-comunicador, isto é, um líder de opinião que, necessariamente, tem que responder às seguintes características:

1. prestígio na comunidade, graças ao conhecimento que possui sobre determinados temas e à aguda percepção de seus reflexos na vida e costumes de sua gente;
2. exposição às mensagens do sistema de comunicação social (de massa);
3. freqüente contato com fontes externas autorizadas de informação, com as quais discute e/ou complementa as informações recolhidas;
4. mobilidade, pondo-se em contato com diferentes grupos com os quais intercambia conhecimentos e recolhe preciosos subsídios;

³⁵¹ *ibid.*, p.29.

³⁵² *ibid.*, p.30.

³⁵³ *ibid.*, p.30.

5. arraigadas convicções filosóficas, à base de suas crenças e costumes tradicionais [*folkways e mores*], da cultura do grupo a que pertence, às quais submete idéias e inovações antes de acatá-las e difundi-las, com vistas a alterações que considera benéficas ao procedimento existencial de sua comunidade³⁵⁴.

A difusão das mensagens sem esse intermediário só ocorre quando o destinatário domina seu código e sua técnica, tendo capacidade e possibilidade de usá-lo, por sua vez, em resposta ou na emissão das mensagens originais.

Constata, ainda, o autor, que a característica predominante nos agentes – comunicadores – e nas modalidades de transmissão das mensagens autenticamente populares é folclórica. “Não o folclore estático, uma estratificação de ocorrências e sentimentos idos e vividos; não *desenfados populares*, [...] mas desabaços, explosões, manifestações de um pensamento atual, e não memorialístico”³⁵⁵.

Assim, baseado na teoria de Schramm (*feedback*) e no processo dialógico, além das teorias desenvolvidas por outros pesquisadores como Lerner, De Fleur, Coleman e Brice, Beltrão chega à conclusão que o fluxo de comunicação ocorre em dois estágios: dos meios aos líderes e destes aos seus amigos mais próximos, criando assim um processo de intermediação.

Folkcomunicação é, por natureza e estrutura, um processo artesanal e horizontal, semelhante em essência aos tipos de comunicação interpessoal já que suas mensagens são elaboradas, codificadas e transmitidas em linguagens e canais familiares à audiência, por sua vez conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador, ainda que dispersa³⁵⁶.

³⁵⁴ *Ibid.*, p.35.

³⁵⁵ *Ibid.*, p.27.

³⁵⁶ *Ibid.*, p.28.

Cabe aqui lembrar os conceitos de Tönnies a respeito do que entende por *folkways* e *mores*. Para esse autor, *folkways* são os costumes populares mais elementares que definem como o indivíduo se comportará em relação ao outro na vida cotidiana. São as ações que tomam forma nas intercomunicações, também estipuladas pelo que o autor chama de *mores* ou costumes sociais que, por consenso geral, consideram-se favoráveis à boa ordem social.

Outra questão primordial para esse estudo é aquela apontada por Peruzzo³⁵⁷, e que também define os níveis de organização desses grupos: a participação. Para a autora, a participação é criada a partir de uma necessidade de sobrevivência. Por isso, outros dois conceitos são relevantes para o entendimento de nosso campo de estudo: o de *autogestão* e o de *co-gestão*. Peruzzo explica que a participação (que pode ser passiva, controlada ou participação-poder) gera formas de ação por parte da comunidade na construção de inter-relações que irão garantir a organização desses grupos.

Conforme a autora, a co-gestão significa a “co-participação ativa no gerenciamento de instituições sociais”³⁵⁸. Já a autogestão “refere-se à participação direta da população nas associações e órgãos de poder público ou de trabalhadores nas empresas [...]”³⁵⁹. Ela lembra que

ambas as formas de participação-poder – a co-gestão e a autogestão – implicam no exercício da decisão compartilhada e requerem a existência de canais desobstruídos, informações abundantes, autonomia, co-responsabilidade e representatividade³⁶⁰.

³⁵⁷ PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. *Comunicação nos Movimentos Populares*. Op. cit., p.73-89

³⁵⁸ *Ibid.*, p.82.

³⁵⁹ *Ibid.*, p.84.

³⁶⁰ *Ibid.*, p.87.

A autora complementa, dizendo que,

concretamente, a participação popular na comunicação comunitária pode significar, numa gradação crescente: o simples envolvimento das pessoas, geralmente ocasional, no nível das mensagens, ou seja, dando entrevistas, avisos, depoimentos e sugestões ou cantando, pedindo a inserção de músicas e aderindo a concursos; elaborar matérias (notícias, poesias, desenhos); compartilhar a produção global do jornalzinho, do programa de rádio, etc.; tomar parte na definição da linha política, do conteúdo, do planejamento, da edição, do manejo dos equipamentos; compartilhar o processo de gestão da instituição comunicacional como um todo³⁶¹.

Peruzzo, ainda, faz questão de enfatizar que

toda a *práxis* – teoria e prática – da comunicação popular no Brasil representa uma conquista muito expressiva para os setores que dela servem, num amplo processo político-educativo de uma população sem tradição de participar, de forma igualitária, nas decisões que a afetam [...]³⁶².

Daí a importância, para nosso estudo, de entendermos as articulações comunicativas e as articulações educativas que engendram a comunicação comunitária, como alicerces para a construção desse processo. É quem dá conta de conceituar essas duas categorias é a educomunicação – um novo campo de conhecimento que busca estudar as inter-relações entre a comunicação e a educação.

5.1.3 A Educomunicação

Uma maneira de [...] referir-se à interação comunicacional é considerar que se trata de processos simbólicos e práticos que, organizando trocas entre os seres humanos, viabilizam diversas ações e objetivos em que se vêem engajados (por exemplo, de área política,

³⁶¹ Ibid., p.142-143.

³⁶² Ibid., p.158.

educacional, econômica, criativa, ou estética) e toda e qualquer atuação que solicita co-participação. A comunicação é também o que decorre do esforço humano de enfrentar as injunções do mundo e de desenvolver aquelas atuações em direção a seus objetivos – o próprio "estar em contato", quer seja solidário quer conflitivo [...] ³⁶³.

As inquietações e questionamentos a respeito da aproximação dos campos da comunicação e da educação remontam às primeiras décadas do século XX, alicerçadas pela expansão dos *media* nesta época, já que a utilização dos meios de comunicação, principalmente os eletrônicos, configurava uma nova formatação no processo de ensino-aprendizagem, de educação e de conhecimento.

Neste contexto, surge um campo novo de conhecimento, chamado de *educomunicação*, cujos

princípios básicos são a relação dialógica entre estes dois campos de conhecimento, na expectativa de criação de ecossistemas comunicativos abertos e eticamente comprometidos, cuja finalidade é a formação da competência comunicativa dos cidadãos ³⁶⁴.

Ângela Schaun, no livro *Educomunicação: Reflexões e princípios*, fruto de sua tese de doutorado, aponta que o termo *educomunicador* foi cunhado pelo filósofo argentino em comunicação, Mário Kaplun, amigo e parceiro de Paulo Freire e

busca ressignificar os movimentos comunicativos inspirados na linguagem do mercado da produção de bens culturais, mas que vão se resolver no âmbito da educação como uma das formas de reprodução da organização de poder da comunidade, como um lugar de cidadania,

³⁶³ BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. *Comunicação e Educação*. São Paulo: Hacker, 2002, p.16-17.

³⁶⁴ SOARES, Ismar de Oliveira. Metodologias da educação para comunicação e gestão comunicativa no Brasil e na América Latina. In: BACCEGA, Maria Aparecida (org.). *Gestão de Processos Comunicacionais*, São Paulo: Atlas, 2002, p.115.

aquele índice do qual emergem novas esteticidades e eticidades (modos de perceber e estar no mundo)³⁶⁵.

Para a pesquisadora, a premissa básica que compõe esse campo de estudos passa pela idéia de que

as sociedades pós-modernas apóiam-se na apropriação de resultados do desenvolvimento do processo informação/ comunicação para atingir uma expansão/dinamização do conhecimento, através do acesso aos meios de comunicação e sua profunda importância no sistema educacional, possibilitando a visibilidade e a legitimação de novos atores sociais³⁶⁶.

Para Soares, o conceito de educomunicação tem sido entendido como

o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, tais como escolas, centros culturais, emissoras de TV e rádios educativos, centros produtores de materiais educativos analógicos e digitais, centros coordenadores de educação a distância ou "e-learning", e outros [...]³⁶⁷.

A educomunicação desenvolve-se também no contexto já trabalhado exaustivamente neste estudo, e tem como sustentáculo o desenvolvimento e o avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação, que proporcionaram a possibilidade de aproximação entre os campos da educação e da comunicação.

Conforme Schaun, nesse sentido, a comunicação acaba assumindo um valor cada vez mais estratégico e político, dividindo o mundo em *inforricos* (aqueles que possuem a informação) e *infopobres* (aqueles que não possuem ou que têm pouca informação).

³⁶⁵ SCHAUN, Ângela. *Educomunicação: Reflexões e princípios*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 15.

³⁶⁶ *Ibid.*, p. 16.

³⁶⁷ SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação*. *Op. cit.*, p. 115.

Desse modo, refletir sobre a problemática da comunicação enquanto mediação educacional na era da informação implica, como afirma Soares (1997), estudar as profundas razões que unem, e muitas vezes colocam em oposição, sistemas que trabalham a representação simbólica, como é o caso do sistema de comunicação e do sistema de educação [...]. Portanto, o paradigma da educação no seu estatuto de mobilização, divulgação e sistematização de conhecimento implica acolher o espaço interdiscursivo e midiático da comunicação como produção e veiculação da cultura, fundando um novo *locus* – o da inter-relação comunicação/educação³⁶⁸.

Para esse campo de conhecimento – a educomunicação –, o conceito de educação parte da perspectiva de Paulo Freire, isto é, considerada a prática educativa como processo contínuo de individuação no e com o social³⁶⁹.

Nesse sentido, a autora explica que a dinâmica construtiva do percurso de inter-relação entre comunicação e educação se constitui através do surgimento de *cadeias semióticas* que se apresentam transversalmente como imagem e formas de atuar com e para a comunicação, no contexto da educação e da cultura. São os *fluxos informacionais* que vão compor-se diante das singularidades de grupos, comunidades e indivíduos, proporcionando o surgimento das *articulações comunicativas* peculiares.

Ainda há que se levar em consideração uma segunda questão no campo da educomunicação – a questão da *interdiscursividade* – que Schaun conceitua como a “alimentação de novas modalidades do saber a partir da prática de estratégias de linguagem multifacetada própria das tecnologias comunicacionais”³⁷⁰. Esta *interdiscursividade* proporciona a produção de articulações que constituem um novo espaço discursivo, atendendo às necessidades de reprodução e legitimação de saberes, através da

³⁶⁸ SCHAUN, Ângela. Op. cit., p.20.

³⁶⁹ *Ibid.*, p.22.

³⁷⁰ *Ibid.*, p.25.

transversalidade da produção de conhecimentos, que envolve processos de comunicação e educação, embasados na teoria educativa desenvolvida por Paulo Freire.

Uma terceira questão para a constituição do campo da educomunicação também é apontada por Schaun. É a questão da *identidade* e da *diferença*, isto é, o “reconhecimento do outro enquanto diferente e singular, que é dado pelo processo de socialização, em que a *comunicação* é fenômeno estruturador de reconhecimento do indivíduo e a *educação* é responsável pelo processo formal e não formal de construção do sujeito social”³⁷¹. Para ela,

é da polifonia do modo de composição do discurso – através do discurso indireto livre – que se vai reconstruir a subjetividade o que acolhe de imediato o problema da compreensão como forma de diálogo. É nessa travessia que está a palavra [...]. A inter-relação verbal é a relação social³⁷²

Mas, conforme explica Cícilia Peruzzo,

tratamos da educomunicação forjada em outro lugar, no âmbito da educação informal, mais precisamente a que ocorre no contexto de organização e ação dos movimentos populares e das organizações não-governamentais, no âmbito do terceiro setor, para assegurar a observância dos direitos fundamentais da pessoa humana e/ou para tratar de temáticas sociais mais amplas que dizem respeito ao conjunto da sociedade, como, por exemplo, questões relativas à ecologia, à construção da paz e à própria vida no planeta³⁷³.

A autora acrescenta que

as pessoas, ao participarem de uma práxis cotidiana voltada para os interesses e as necessidades dos próprios grupos a que pertencem ou ao participarem de organizações e movimentos comprometidos com interesses sociais mais amplos, acabam inseridas num processo de educação informal que contribui para a elaboração-reelaboração das

³⁷¹ Ibid., p.45.

³⁷² Ibid., p.55.

³⁷³ PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. *Comunicação nos Movimentos Populares*. Op. cit.

culturas populares e a formação para a cidadania. [...] Esse tipo de manifestação organizativa-cultural tem sido extremamente forte no Brasil e na América Latina, dadas as peculiaridades desses países, nos quais a grande maioria da população é excluída das benesses do desenvolvimento e onde se verificam grandes transformações sociais nos últimos vinte anos³⁷⁴.

Peruzzo complementa seu raciocínio, afirmando que

expressiva porção de conteúdos assimilados pelas pessoas é absorvida através dos meios de comunicação de massa. Com o crescimento do aparato tecnológico no cotidiano das grandes cidades, observa-se uma presença cada vez mais intensa da comunicação na vida das pessoas. Em especial, as novas gerações têm seus valores, opiniões e atitudes sedimentadas por veículos que não se interessam propriamente em sua educação, que não assumem explicitamente seu caráter pedagógico, mas que acabam freqüentemente por influenciar mais profundamente a juventude que a educação desenvolvida na escola. A comunicação coloca-se, assim, no espaço da educação informal, que ocorre nas dinâmicas sociais do dia-a-dia onde o indivíduo se vê em interação com seus pares e com as manifestações culturais e informativas com que se depara³⁷⁵.

Assim, parece-nos, como já foi dito anteriormente, que a terceira área de intervenção proposta por Soares envolve o processo de comunicação comunitária, uma vez que esta leva em consideração o ecossistema comunicacional, designado como a organização do ambiente, sob a perspectiva de uma gestão comunicativa, a disponibilização de recursos e o *modo de fazer* dos sujeitos envolvidos nas ações – além de seu conjunto – que criam determinado tipo de ação comunicacional.

Conforme Schaun, Soares explica ainda que educomunicação se caracteriza pelo caráter interdiscursivo e interdisciplinar e pela esfera multicultural de sua intervenção social. Isso significa dizer que, “a mediação é a perspectiva possível de *interpretar e retroalimentar* esse processo crônico de segmentação do indivíduo, de redução de suas possibilidades enquanto homem político, na

³⁷⁴ Ibid.

³⁷⁵ Ibid.

realidade contemporânea dominada pelos *mass media*³⁷⁶. Em contrapartida, a partir desse olhar,

o paradigma da educação, em seu estatuto de mobilização, divulgação e sistematização do conhecimento implica acolher o espaço interdiscursivo e midiático da comunicação como produção e veiculação da cultura, fundando um novo *locus*: o da inter-relação comunicação/educação³⁷⁷.

Portanto, a educomunicação, para Schaun,

traduz-se na interdiscursividade, na mediação dialógica, mas sobretudo no agenciamento enunciativo coletivo em que as multiplicidades garantem a coexistência rizomática de redes semióticas, [...] [permitindo] a construção de singularidades que remetem umas às outras e que se comunicam com uma pluralidade de agentes culturais, coexistindo em multivocalidades e polifonias. [...] A *alteridade* [grifo nosso] é a dimensão constitutiva deste palco de vozes que polemizam entre si, dialogam ou complementam-se. [A busca pela pluralidade e pela singularidade é pressuposto] constitutivo da pragmática educomunicativa na defesa dos processos inclusivos e de reconhecimento estético e ético-político³⁷⁸.

Assim, podemos entender o processo de educomunicação através do que Schaun chama de *articulações comunicativas*, isto é,

conexões de redes comunicacionais a produzirem agenciamentos enunciativos codificados em contextos específicos e singulares, territorializados, ou seja, localizados, mas se movimentando em cadeias e redes semióticas, produzindo códigos novos, em meio a organizações de poder e de ocorrências – remetendo a toda uma gama de multiplicidades da micropolítica social, valendo dizer: às lutas sociais, às artes, às ciências. [...] as articulações são constitutivas de um estrato, isto é, fenômenos [dinâmicos]. [...] São agenciamentos de conteúdo e expressão³⁷⁹.

Sendo assim,

as articulações comunicativas abrangem os agenciamentos coletivos de enunciação (o que diz) e, ao mesmo tempo, agenciamentos maquímicos de desejos (o que faz). *Agenciamentos* são sempre um território, um

³⁷⁶ SCHAUN, Ângela. Op. cit., p.80.

³⁷⁷ *Ibid.*, p.79.

³⁷⁸ *Ibid.*, p.79.

³⁷⁹ *Ibid.*, p.101.

lugar ocupado subjetivamente de conteúdo e expressão; territorialidade e desterritorialização³⁸⁰.

Por sua vez, as articulações educomunicacionais são as práticas situadas nos âmbitos comunicacionais da educomunicação, de onde emergem as

cadeias semióticas criando predominâncias para a interdiscursividade, a pluralidade de falas e vozes, ou seja, polifonia e multivocalidade; o dialogismo e a enunciação; nos devires éticos, estéticos e políticos; no uso das novas tecnologias de comunicação, informação e da mídia, na gestão comunicativa em espaços educativos³⁸¹.

A autora propõe a divisão das *articulações comunicativas* em:

1. *sancionadas* – comunicação inspirada no sagrado, na ação a repetir o nascimento das forças da natureza da comunidade e que se legitima pela ancestralidade, pela consulta ao divino, ao poder regulador entre dois mundos, estabelecendo limites entre esses dois universos ontológicos do homem.

É um momento em que se estabelecem as singularidades, as territorialidades, os princípios reguladores do fazer existir, emergindo das possibilidades que brotam do que se é. Momento em que a mancha de individualidade é mediada pela ancestralidade, para que se cumpra o mistério da experiência vivificada, da troca com o outro, da alteridade, da tradução da comunicação como sagrado³⁸².

2. *mediatizadas* – a mídia é reconhecida como sistema legitimador de um novo *ethos* social e passa a permear todos os processos enunciativos de organização do poder na contemporaneidade.

Abriga todo o processo gerado a partir da influência exercida diretamente pela indústria cultural e pela mídia e reinterpretada pelo grupo social e/ou pela comunidade, vindo a produzir novos agenciamentos coletivos de enunciados, como expressão política e cultural, criando uma multiplicidade de novos códigos e expressões,

³⁸⁰ *Ibid.*, p.105.

³⁸¹ *Ibid.*, p.105.

³⁸² *Ibid.*, p.105-108.

resolvendo-se, uma vez mais, mediante ações comunicativas e educacionais. São produções sociais, culturais, artísticas e políticas de indivíduos, grupos e comunidades produzindo movimentos de desterritorialização, inspirados na mídia e no mercado transnacional, mas retornando recriados e ressignificados e, de novo, produzidos para reiterar a visibilidade, a ação afirmativa e política dos novos atores sociais. No retorno, a articulação comunicativa mediatizada cria movimentos de reterritorialização e se intensifica produzindo novos enunciados. [...] São conexões rizomáticas que encontram no espaço virtual as suas atualizações mais políticas e estéticas. Tais atualizações possibilitam um novo poder advindo das militâncias e práticas emergentes e buscam a inclusão e a cidadania, o reconhecimento afirmativo das singularidades. São articulações germinadas nas apropriações do discurso da mídia e voltadas para dar visibilidade, lugar de fala às questões da ecologia, etnias, minoria e movimentos sociais³⁸³.

3. *negociadas* – provêm dos agenciamentos vinculados às práticas singulares, envolvendo discussões e disputas entre as partes com o objetivo de chegar a um ponto qualquer de interesse e visando a transformação ou mudança do ponto inicial, ou seja, produzindo algo novo negociado entre as diversas partes envolvidas neste conflito.

São relações e comportamentos programados com o objetivo de promover mudança no *status quo*. Aproxima-se do termo *comunicação gerativa*. O sentido gerativo se propõe a contemplar uma ação mais claramente voltada à concretização de programas de melhoria da qualidade de vida e consumo dos grupos sociais estigmatizados e/ou excluídos³⁸⁴.

Schaun³⁸⁵ propõe ainda alguns conceitos importantes para a compreensão da educomunicação, quais sejam:

- 1) *Conexões de redes comunicacionais*: complexo de movimentos informacionais, sem um centro definidor, capturados nos sistemas comunicacionais/tecnológicos e outros, que adquirem um sentido próprio, ou seja, a rede semiótica, da qual os indivíduos se

³⁸³ *Ibid.*, p.106-109.

³⁸⁴ *Ibid.*, p.108-110.

³⁸⁵ SCHAUN, Ângela. *Op. cit.*

apropriam de forma peculiar e múltipla, produzindo ressignificados infinitos;

- 2) *Agenciamentos enunciativos* – fluxos informacionais apropriados por comunidades, grupos e indivíduos, que podem traduzir fenômenos comunicacionais, como lugares de enunciados, lugares de agenciamento e articulações;
- 3) *Cadeias e redes semióticas* – tentáculos e ramificações que aglomeram multiplicidade de ações, produzindo conexões e heterogeneidade. Esses embricamentos surgem e ocasionam os movimentos de singularidade, na micropolítica social;
- 4) *Códigos novos* – significam o surgimento de novos atores: indivíduos grupos e multidões que atuam no contrafluxo das redes comunicacionais, no sentido de captar e utilizar a questão informacional, para também produzir acontecimentos, isto é, não só comunicação, como também produzir fatos comunicacionais autônomos;
- 5) *Fenômenos comunicacionais* – resultante da justaposição de fatores extremos, quais sejam: o processo de dessacralização, a legitimação das mídias, como elemento definidor do cotidiano social, numa perspectiva em trânsito, sem deixar o princípio de início e de fim, mas de algo incluso, num movimento transversal.

Cicília Peruzzo acrescenta que a educomunicação visa entender o processo de participação na comunicação como um mecanismo facilitador da

ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a pessoa tornar-se *sujeito* de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo, sem se estar nos bancos escolares.

A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura. [...] Os veículos de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, acabam por criar um campo propício para o desenvolvimento da educação para a cidadania. As relações entre educação e comunicação se explicitam, pois as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem o seu conhecimento e mudam o seu modo de ver e relacionar-se com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Apropriam-se das técnicas e de instrumentos tecnológicos de comunicação, adquirem uma visão mais crítica, tanto pelas informações que recebem quanto pelo que aprendem através da vivência, da própria prática. O potencial educativo implícito nos veículos de comunicação, sejam eles de pequeno ou grande alcance, é muito significativo. Por isso mesmo, são bens públicos e não privados e representam uma conquista da humanidade enquanto instrumentos capazes de democratizar, de forma ágil, interessante e com fidedignidade, a informação, a cultura e o conhecimento, do senso comunitário ao científico³⁸⁶.

5.2 O MÉTODO E SEUS INSTRUMENTOS

Propomos compreender a comunicação comunitária como um fenômeno social complexo, que se constitui a partir da realidade cotidiana dos indivíduos que, neste processo, é sujeito da ação pela qual é responsável, na busca de mudança dessa realidade, a partir do que considera como essencial para a construção da cidadania.

Portanto, a partir dessa reflexão, buscamos escolher uma metodologia que, ao mesmo tempo, resguardasse a dinâmica e a organização desorganizada

³⁸⁶ In: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/As%20dimensões%20da%20cidadania>. Op. cit.

desse processo, bem como a heterogeneidade desse sujeito. Encontramos amparo na pesquisa social que, conforme Antonio Carlos Gil, é o

processo formal e sistemático de desenvolvimento de um método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para o problema mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. Realidade social é entendida aqui em sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais³⁸⁷.

Ainda conforme o autor, existem três níveis de pesquisa: descrição, classificação e explicação. E as pesquisas, em si, podem ser classificadas em três grupos: exploratórias, descritivas e estudos que verificam teses causais ou explicativas.

Gil define cada grupo de pesquisa da seguinte forma:

- 1) Exploratória: tem "como finalidade principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores"³⁸⁸;
- 2) Descritiva: tem "como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis"³⁸⁹;

³⁸⁷ GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1999. p.42

³⁸⁸ *Ibid.*, p.43.

³⁸⁹ *Ibid.*, p.44.

- 3) Explicativa: tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos³⁹⁰.

Estabelecemos que as bases metodológicas para o desenvolvimento deste trabalho serão calcadas no desenvolvimento de uma pesquisa exploratória, construída a partir de um estudo de caso.

Optamos pelo estudo de caso, caracterizado por Gil como um "estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado"³⁹¹, em função das peculiaridades de nosso objeto de estudo, descrito no capítulo anterior.

Citando Yin, Gil afirma que

o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência. [...] O estudo de caso pode, pois, ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias quanto descritivas e explicativas³⁹².

O estudo de caso possui algumas características importantes para a nossa pesquisa, como apontam Menga Lüdke e Marli E.D.A. André³⁹³:

1. visam a descoberta;
2. enfatizam a "interpretação em contexto";
3. buscam retratar realidade de forma completa e profunda;
4. usam uma variedade de fontes de informação;
5. revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas;

³⁹⁰ Ibid., p.44.

³⁹¹ Ibid., p.72-73.

³⁹² Ibid., p.72-73.

³⁹³ LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisas em Educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1988, p.33-34.

6. procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vistas presentes numa situação social ;
7. Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa³⁹⁴.

Como instrumento dessa pesquisa para a coleta de dados, optamos pela entrevista, uma vez que, como apontam Menga Lüdke e Marli E.D.A. André,

na entrevista, a relação que se cria é a de interação, havendo uma atmosfera de uma influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista³⁹⁵.

Para Gil, "as entrevistas podem ser classificadas em informal, focalizadas, por pautas e formalizadas"³⁹⁶. Optamos pela entrevista por pautas, por esta apresentar um certo grau de estruturação, isto é, centraliza sua atenção sobre pontos de interesse desse estudo, explorados à medida em que o instrumento é aplicado. Como vamos trabalhar com pessoas que não têm o hábito de falar a respeito de suas experiências e de seu cotidiano, parece-nos que a entrevista por pautas é recomendada neste caso.

Ainda sentimos a necessidade, na construção de nosso método de trabalho, de optar por uma amostragem específica para a pesquisa, em função do amplo universo onde se desenvolve o trabalho. Assim, para esse tipo de pesquisa, optamos pela amostragem por acessibilidade ou por conveniência, segundo a definição de Antonio Carlos Gil. A amostragem intencional

constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é constituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador

³⁹⁴ Ibid., p.18-20.

³⁹⁵ Ibid.

³⁹⁶ GIL, Antonio Carlos. Op. cit., p.119.

seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão³⁹⁷.

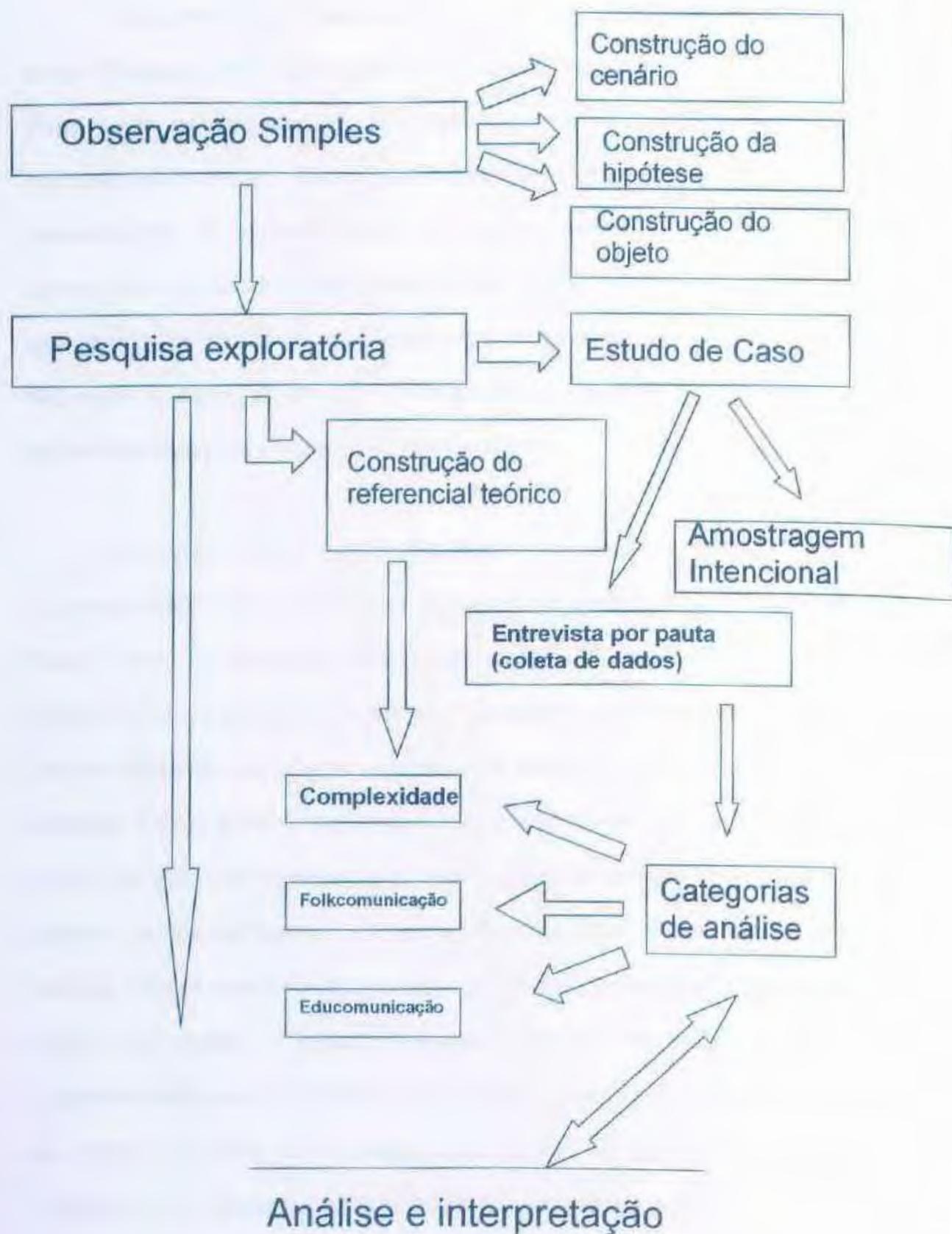
Ainda dentro da construção de nosso método de trabalho, também optamos por acrescentar a observação simples, isto é, conforme explica Gil,

aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem [...] pode ser chamado de observação-reportagem, já que apresenta certa similaridade com as técnicas empregadas pelos jornalistas³⁹⁸.

A observação simples, no entanto, vai além da constatação dos fatos, pois exige um mínimo de controle na obtenção dos dados. Além disso, pressupõe um processo de análise e interpretação do material coletado. Gil recomenda que sejam analisados os seguintes itens na observação simples, já que são significativos para a construção da análise: os sujeitos, o cenário e o comportamento social. Dessa forma, construímos nossa pesquisa conforme o esquema a seguir:

³⁹⁷ Ibid., p.104.

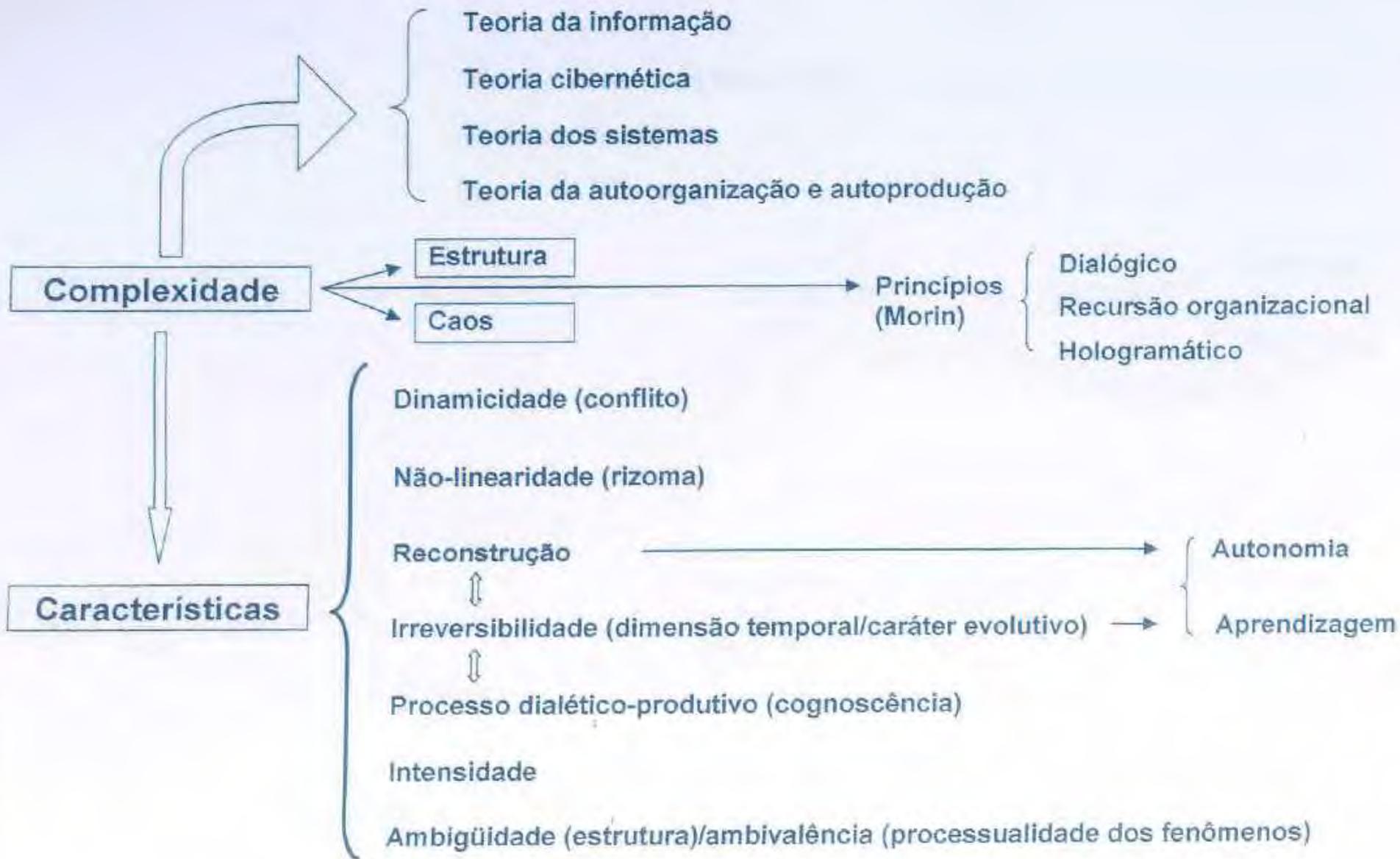
³⁹⁸ Ibid., p.111.

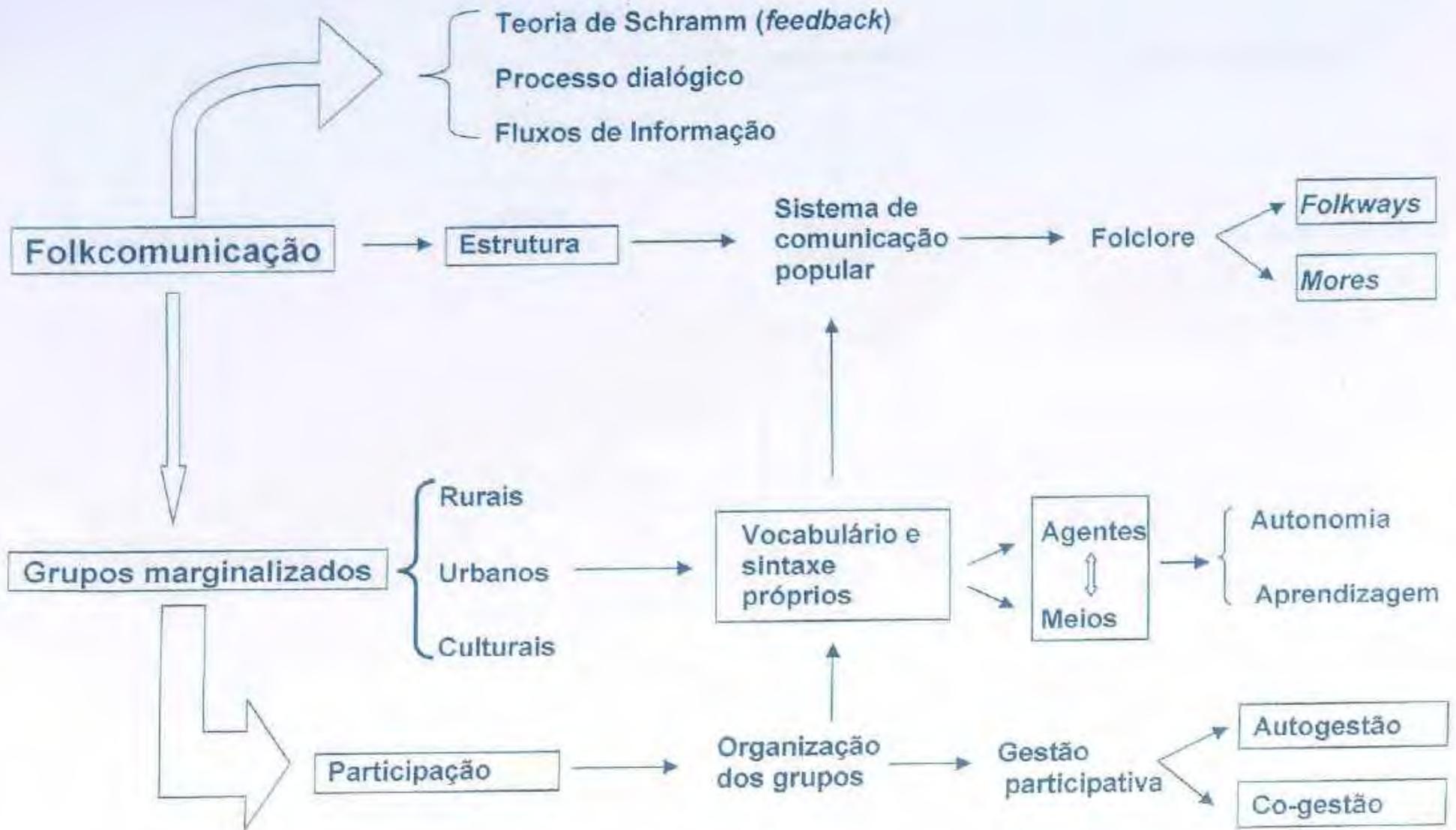


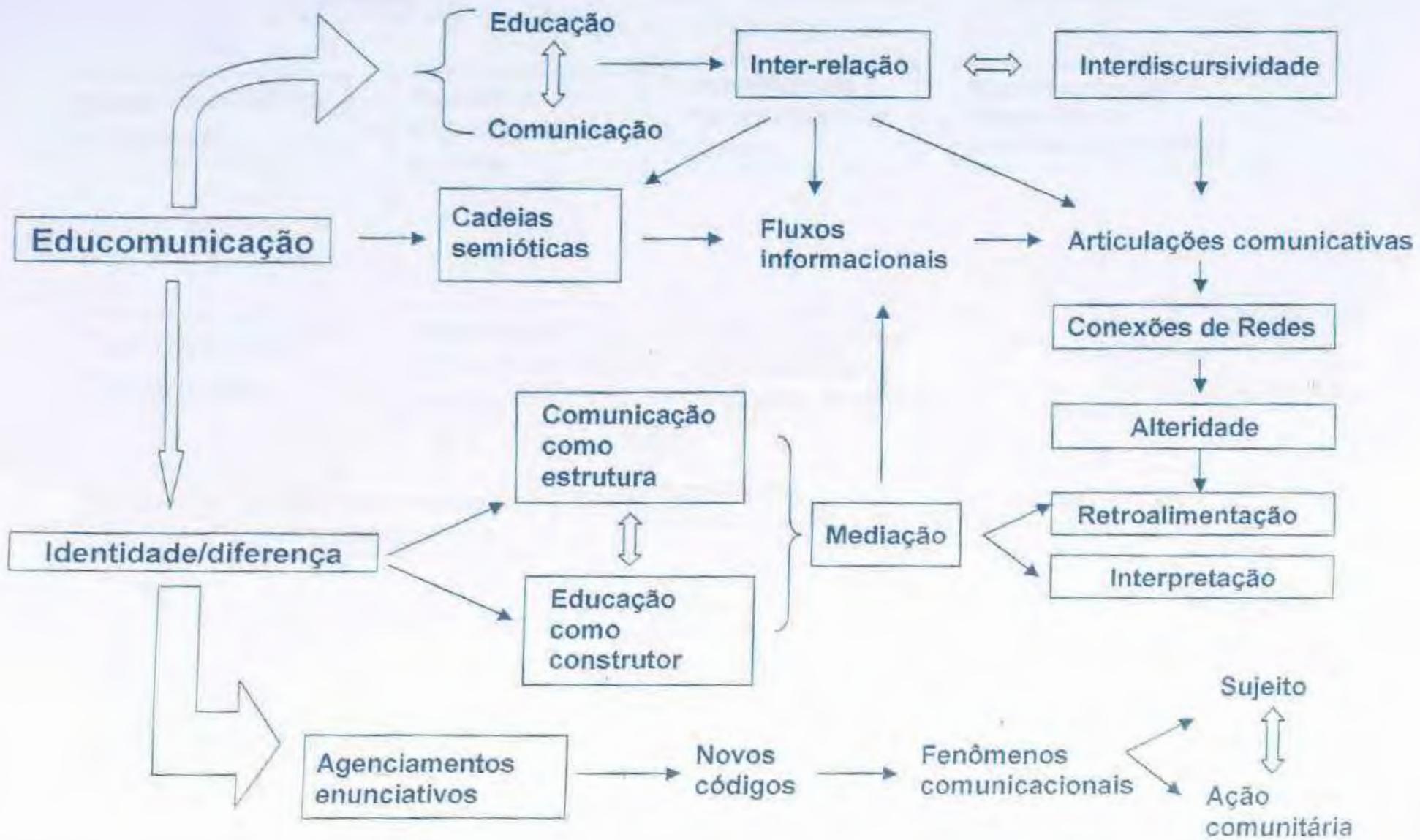
Planejamos nossa pesquisa com base na hipótese de que o uso das novas tecnologias de informação e comunicação nas comunidades carentes de Porto Alegre, no início do século XXI, poderia gerar algum tipo de pertencimento e sustentabilidade. Nosso objetivo geral é entender como as TIC's geram formas de pertencimento e sustentabilidade nessas comunidades, sob a ótica da comunicação comunitária. Mais especificamente, temos como objetivo identificar que tecnologias são essas; que apropriação as comunidades fazem dessa nova linguagem e, ainda, de que forma são geradas alternativas de pertencimento e sustentabilidade para a inclusão no mundo global.

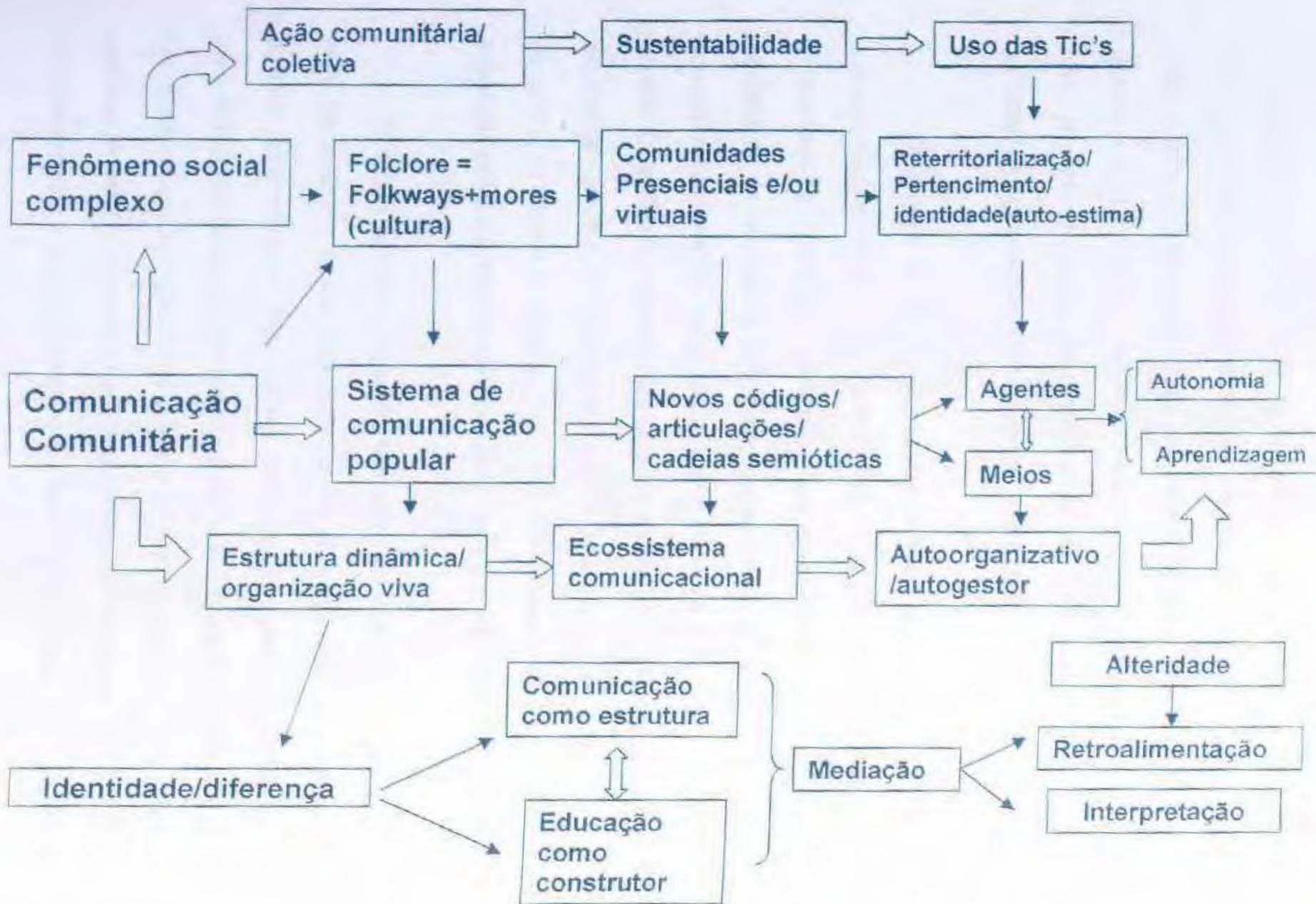
Buscamos, então, a partir das teorias propostas – Folkcomunicação e Educomunicação – tendo como pano de fundo a complexidade e o pensamento de Paulo Freire, as interfaces entre esses campos de conhecimento, as quais originaram nossas categorias de análise. Para efeito de entendimento da construção dessas categorias, procuramos sistematizar a aplicação teórica sobre o objeto de pesquisa, criando quatro fluxogramas: o primeiro trata de demonstrar a complexidade a partir de suas características e de suas teorias constitutivas; o segundo busca mostrar o recorte que fizemos da teoria da folkcomunicação, procurando evidenciar a partir da onde se constitui teoricamente e apontando aspectos conclusivos aos quais chegou Luiz Beltrão; o terceiro fluxograma trata de sistematizar o campo da educomunicação, seus processos e articulações e, por fim, o quarto, as interfaces que levam à construção de categorias de análise no campo da comunicação comunitária, que vão nortear a interpretação dos dados deste estudo.

Sistematizando a nossa proposta, a partir do método citado, temos as seguintes figuras:









Escolhemos, então, para a aplicação de nossa proposta teórica e verificação da hipótese, duas comunidades virtuais, quais sejam, a Rede Mulheres de Rádio e o Centro de Mídia Independente, que têm enraizamentos em Porto Alegre, e duas comunidades presenciais ou físicas – a Restinga e a Vila Grande dos Marinheiros – em Porto Alegre – cidade considerada *metrópole* e onde já existem experiências significativas na construção de processos de comunicação utilizando as TIC's no campo comunitário.

Tal escolha se deu em função das características dessas comunidades, que apresentam certo grau de organização e podem ser consideradas como comunidades que buscam a sustentabilidade a partir da gestão dos meios e da germinação de alternativas para o seu pertencimento no mundo globalizado. O conceito de *germinação* leva a rizoma, descentramento, dispersão, complexidade e caos. O sentido de comunidades germinativas ganha força e deslancha como enunciação coletiva no pressuposto de cidadania, enquanto forma política e discursiva de integrar o indivíduo, ou o grupo, ao contexto urbano, político, mas sobretudo midiático, onde vai ganhar visibilidade e consistência.

Por isso, dedicamos nossas entrevistas aos atores sociais que compõem esse contexto, isto é, aos líderes de opinião ou, como quer Luiz Beltrão, aos agentes comunicadores responsáveis pela concretização desse processo de mediação em comunicação comunitária, a partir do uso das novas tecnologias de informação e comunicação, como o intuito de verificar nossa hipótese principal, qual seja, o uso das novas tecnologias de informação e comunicação como forma de pertencimento e sustentabilidade nas comunidades carentes de Porto Alegre,

no início do século XXI, buscando entender as possibilidades de construção deste processo com o envolvimento da comunidade.

Nossos objetivos específicos supõem verificar:

- em que estágio se encontra a implementação de recursos tecnológicos de informação e comunicação nas comunidades estudadas;
- as políticas instituídas pelo poder público municipal que incentivem a implementação desses recursos;
- a existência de telecentros e/ou outros mecanismos que proporcionem o aprendizado e a construção deste processo;
- a utilização, pelas comunidades escolhidas, desses recursos, na busca de alternativas de sustentabilidade;
- se esses recursos proporcionam alternativas de pertencimento para essas comunidades;
- se e como o uso das TIC's proporciona a auto-organização das comunidades escolhidas para este estudo;
- quais as dificuldades enfrentadas pelas comunidades escolhidas na manipulação desses recursos;
- se existe uma apropriação, pelas comunidades, através dos agentes comunicadores, da construção dos processos de uso das TIC's.

Para tanto, buscamos empreender nossa pesquisa, iniciando-a pela observação deste processo em quatro comunidades, duas físicas (Ilha Grande dos Marinheiros e Restinga) e duas virtuais (Rede Mulheres de Rádio e Centro de Mídia Independente), que têm raízes na capital gaúcha. Num segundo momento, fizemos uma pesquisa bibliográfica exploratória em profundidade, para elencar as categorias de análise que poderíamos utilizar para entender o processo proposto na hipótese principal deste trabalho, levando em consideração o contexto em que este se desenvolve, bem como os conceitos de *comunidade* e *comunicação* neste ambiente, constituindo assim nosso referencial teórico, baseado, principalmente, nas idéias de Paulo Freire, Cícilia Peruzzo, Luiz Beltrão, Edgar Morin e Ismar de Oliveira Soares, no que tange especificamente à análise do processo de uso das tecnologias de informação e comunicação no campo da comunicação comunitária, constituindo assim nosso estudo de caso. Em função disso, num terceiro momento, buscamos a constituição de uma amostragem intencional e a aplicação de entrevistas por pauta, que reunirão o conteúdo necessário para a análise das categorias elencadas anteriormente.



No novo tempo, apesar dos castigos
Estamos crescidos, estamos atentos, estamos mais vivos
Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer
No novo tempo, apesar dos perigos
Da força mais bruta, da noite que assusta, estamos na luta
Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver
Pra que nossa esperança seja mais que a vingança
Seja sempre um caminho que se deixa de herança
No novo tempo, apesar dos castigos
De toda fadiga, de toda injustiça, estamos na briga
Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer
No novo tempo, apesar dos perigos
De todos os pecados, de todos enganos, estamos marcados
Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver
No novo tempo, apesar dos castigos
Estamos em cena, estamos nas ruas, quebrando as algemas
Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer
No novo tempo, apesar dos perigos
A gente se encontra cantando na praça, fazendo pirraça

(Ivan Lins)

6 ANALISANDO AS COMUNIDADES PROPOSTAS A PARTIR DAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE MORIN, BELTRÃO E SOARES

Durante cerca de quinze anos atuando enquanto profissional de comunicação, buscamos conviver com as comunidades carentes de Porto Alegre, no intuito de desenvolver processos de comunicação comunitária que viabilizassem, ou ao menos, apontassem possibilidades de sustentabilidade, através da divulgação e da valorização do comércio e da cultura local. Foi a partir desta convivência que começamos a perceber, ainda que empiricamente, a possibilidade de vislumbrar o objeto e a hipótese deste trabalho, qual seja, tentar entender como o uso das TIC's poderiam ajudar de uma reterritorialização, de um pertencimento destas comunidades excluídas e, ao mesmo tempo, gerar empregabilidade e renda, ou seja, sustentabilidade, ainda que de forma indireta. Ao mesmo tempo em que íamos convivendo com estas comunidades, íamos, dentro da Academia, buscando fontes que pudessem sustentar o desenvolvimento teórico desta idéia, através de uma profunda revisão bibliográfica de conceitos fundamentais como comunicação, capitalismo, comunidade, entre outros, para formarmos aquilo que poderíamos chamar de mapa conceitual que iria compor a hipótese. Também buscávamos metodologias que sustentassem o desenvolvimento da pesquisa e dessem conta de minimamente explicar este fenômeno social tão recente. Durante este período pudemos perceber duas coisas: primeiro, a bibliografia existente que tratava especificamente do campo da comunicação comunitária não dava conta de sustentar teoricamente o fenômeno ou porque era muito antiga ou porque se resumia a relatos e a compilações históricas do movimento social. Da mesma forma, no campo da

comunicação social, não havia metodologias que, sozinhas, conseguissem suportar o desenvolvimento da análise de nosso objeto de pesquisa. Por isso, optamos pelas especificações descritas no capítulo anterior. Estabelecemos que as bases metodológicas, para o desenvolvimento deste trabalho, seriam calcadas em pesquisa exploratória, construída a partir de um estudo de caso. Cabe aqui lembrar que, citando Yin, Antonio Carlos Gil afirma que

o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência³⁹⁹.

Conforme dissemos, anteriormente, a entrevista semi-estruturada, por pauta, foi utilizada como instrumento desta pesquisa para a coleta de dados, uma vez que este instrumento propicia a interação entre pesquisador e pesquisados, já que, por não haver uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto, com base nas informações que ele detém e que, no fundo, são a verdadeira razão da entrevista⁴⁰⁰. Cabe aqui lembrar, ainda, que optamos pela amostragem intencional por acessibilidade ou por conveniência, segundo a definição de Antonio Carlos Gil. Também dentro da construção de nosso método de trabalho, optamos por acrescentar a observação simples, que vai além da constatação dos fatos, pois exige um mínimo de controle na obtenção dos dados. Além disso, pressupõe um processo de análise e interpretação do material coletado. Para tanto, buscamos seguir as orientações de Gil, que recomenda sejam analisados os seguintes itens: os sujeitos, o cenário e o comportamento social. Dessa forma, constituímos nossa pesquisa conforme organograma apresentado à página 311, deste trabalho. A nossa observação serviu para a

³⁹⁹ Apud LÜDKE, Menges; ANDRÉ, Marl E. D. A. Op. cit., p.33-34.

⁴⁰⁰ Ibid.

construção dos capítulos um, dois, três e quatro deste trabalho, nos quais versamos sobre a construção de um cenário no qual se desenvolvem as estratégias de comunicação comunitária e onde se formam as comunidades, a partir do estabelecimento de estratégias de sustentabilidade e de pertencimento, na busca de um espaço de inclusão ao sistema. Esta construção serviu de base para a estruturação teórica de nosso objeto de pesquisa e de nossa trajetória metodológica, conforme descrito no capítulo quinto. Agora, passamos à análise das entrevistas, realizadas nas comunidades acima descritas, segundo nossa proposta. Estas entrevistas foram feitas de forma coletiva e/ou individual com cada líder(es) comunitário(s), de acordo com as possibilidades dos mesmos. Todas as entrevistas foram gravadas e/ou registradas através de trocas de mensagens via-e-mail ou chat. Também foi construído um roteiro de perguntas (em anexo), como forma de nortear a entrevista, buscando organizar os enunciados das colocações em categorias que facilitasse a posterior análise conforme veremos adiante, ainda neste capítulo.

6.1 AS COMUNIDADES E SEU ENTORNO

Foram quatro as comunidades estudadas para fins desta análise, quais sejam, duas virtuais – Centro de Mídia Independente (CMI) e Rede Mulheres de Rádio – e duas presenciais – Vila Grande dos Marinheiros e Restinga. O aspecto comum a estas comunidades é o uso das novas tecnologias de comunicação e informação como forma de sustentabilidade e pertencimento, tema central deste trabalho. Ainda, as quatro comunidades estão *localizadas*⁴⁰¹ em Porto Alegre, capital gaúcha. Nestas comunidades, foram feitas perguntas específicos (Apêndice A), em função das características dispostas acima (virtual e

⁴⁰¹ Cabe a ressalva de que usamos o termo *localizar* conforme a definição de Jones, como citado a página 168 deste trabalho, bem como sua nota de rodapé nº 192.

presencial). A pesquisa foi desenvolvida para verificar os objetivos específicos propostos, quais sejam:

- em que estágio se encontra a implementação de recursos tecnológicos de informação e comunicação nas comunidades estudadas;
- a instituição, pelo poder público municipal, de políticas que incentivem a implementação desses recursos;
- a existência de telecentros e/ou outros mecanismos que proporcionem o aprendizado e a construção deste processo;
- a utilização, pelas comunidades escolhidas, desses recursos, na busca de alternativas de sustentabilidade;
- alternativas de pertencimento para essas comunidades, propiciadas por esses recursos;
- como e se o uso das TIC's proporciona a auto-organização das comunidades escolhidas para este estudo;
- as dificuldades enfrentadas pelas comunidades escolhidas na manipulação desses recursos;
- apropriação, se existente, pelas comunidades, através dos agentes comunicadores, da construção dos processos de uso das TIC's.

Iniciaremos, pois, a nossa análise, pela descrição dos perfis sociográfico-histórico de cada uma das comunidades propostas.

6.1.1 Centro de Mídia Independente

O Centro de Mídia Independente (<http://www.midiaindependente.org>) é uma rede internacional de produtores independentes de mídia, preocupado e comprometido com a construção de uma sociedade livre e igualitária, que respeite o meio ambiente. Internacionalmente, o *site* do CMI é www.indymedia.org.

Ele foi criado originalmente em Seattle, nos EUA, como forma alternativa de cobrir eventos ligados ao “Encontro do Milênio”, da OMC (Organização Mundial do Comércio), em novembro de 1999. A idéia era ter um *site*, na *Internet*, que recebesse e armazenasse vídeos, imagens, sons e textos que poderiam ser publicados e reproduzidos, sem *copyright*, por qualquer pessoa ou órgão de mídia independente, sem fins lucrativos. A este espaço, foi dado o nome de *Independent Media Center*, ou Centro Independente de Mídia. Assim, o que era um *site* de jornalistas independentes, acabou se tornando também um *site* em que os próprios manifestantes se faziam ouvir. Eles começaram a publicar suas histórias e disponibilizar imagens em vídeo e entrevistas que eles mesmos produziam. À medida que os protestos *antiglobalização* foram se espalhando, Centros de Mídia Independente foram sendo criados em toda parte onde os chamados *novos movimentos* – movimentos de ação direta – eclodiam.

Atualmente, existem mais de uma centena de Centros de Mídia Independente, espalhados por 30 países, em todos os continentes, e a gestão desta comunidade virtual é feita coletivamente, através de grupos de discussão, por correios eletrônicos e *chats*.

O Centro de Mídia Independente do Brasil nasceu como desdobramento da organização do movimento *antiglobalização*, em São Paulo, que havia promovido um protesto, em setembro de 2000, quando se reuniram, o FMI e o Banco Mundial. Em dezembro daquele mesmo ano, o *site* do CMI do Brasil foi ao ar e, desde então, tem se esforçado para *cobrir* eventos ligados à luta social.

Cerca de um ano depois que o coletivo de São Paulo se formou, novos grupos começaram a se voluntariar, para constituírem coletivos editoriais em suas cidades. Cada coletivo desenvolve projetos locais e, todos eles, coletivamente, participam da gestão do *site*. Todos os coletivos se organizam de forma não hierárquica e têm o compromisso de aceitar os princípios e a política editorial do CMI. Para se constituir formalmente, cada coletivo precisa de pelo menos cinco voluntários, sendo pelo menos um deles capacitado tecnicamente em informática (ou com disposição de aprender). No entanto, qualquer grupo menor ou indivíduo pode contribuir, participando dos diversos projetos.

São vários os projetos desenvolvidos pelo CMI. Entre eles, está o próprio *site*, que pretende ser, não um projeto exclusivamente ligado à *Internet*, mas uma ponte entre a alta tecnologia e as tecnologias tradicionais de mídia, principalmente rádio e jornal. A idéia é aliar as possibilidades técnicas da *Internet* à difusão de informação por meios tradicionais. Assim, por exemplo, são armazenados, no *site*, arquivos de áudio, depois veiculados em rádios livres e comunitárias. Alguns coletivos da rede CMI Brasil também elaboram boletins de notícias, enviados para rádios comunitárias, que os utilizam como base para noticiários radiofônicos comunitários. O mesmo procedimento é utilizado na elaboração de jornais, como Ação Direta, ou jornais-poste como o CMI na rua e O Poste. Os Centros de Mídia Independente também produzem, periodicamente, documentários. Alguns vídeos, realizados pela rede CMI Brasil, foram Não começou em Seattle, não vai terminar em Québec (sobre protestos contra a ALCA em São Paulo), Anita Garibaldi (sobre a maior ocupação urbana no Brasil) e Repórteres populares (sobre a formação de repórteres em movimentos populares).

O Centro de Mídia Independente é um projeto sem fins lucrativos, totalmente realizado por voluntários. Hoje, no Brasil, o CMI está presente nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Também no ABC paulista, em Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Recife, São José dos Campos, São Luiz do Maranhão e Vitória.

O CMI é mantido por um fundo global, gerido por centenas de organizações independentes de mídia, e doações, tendo como principal objetivo atender às comunidades carentes e capacitar as classes sociais mais desfavorecidas a produzir a sua própria mídia.

O coletivo do CMI de Porto Alegre foi constituído em 2001. Surgiu a partir de reuniões realizadas para organizar a manifestação contra uma emissora de televisão local, durante as comemorações do aniversário de 500 anos do descobrimento do Brasil, ocorridas no mês de julho deste mesmo ano. Na época, o novo coletivo foi apoiado pelo CMI do Rio de Janeiro. O CMI Porto Alegre conta hoje com 10 participantes, entre estudantes secundaristas e universitários, envolvidos principalmente com a democratização dos meios de comunicação no Rio Grande do Sul, além de desenvolver a "Oficina de Formação de Repórteres Populares", um projeto iniciado na Restinga.

6.1.2 Rede Mulheres de Rádio

No capítulo quatro deste trabalho, tivemos a oportunidade de esboçar uma breve descrição desta segunda comunidade analisada, a Rede Mulheres de Rádio. No entanto, para a construção de uma análise mais completa, cabe aqui ampliar algumas das informações já apresentadas.

Em primeiro lugar, cabe lembrar uma das principais características da rede: é formada por mulheres locutoras, a maioria de Rádios Comunitárias (95%), espalhadas pelo Brasil, e conta com a participação de cerca de 400 integrantes. Assim como o CMI, tem como objetivo ajudar a construir uma sociedade mais justa e com melhor qualidade de vida, com ênfase nos direitos das mulheres, a partir da utilização do potencial educativo do rádio.

Também tem como característica a disponibilização de conteúdo para utilização por outras comunidades e sistemas de informação populares.

O projeto da Rede Mulheres de Rádio é coordenado regionalmente por Rosmari de Castilhos (coordenadora nacional), Iara da Rosa, Joice Mara e Isaura da Silva.

6.1.3 Ilha Grande dos Marinheiros

As chamadas ilhas do Delta do Jacuí são: Ilha da Pintada, Ilha Grande dos Marinheiros, Ilha das Flores, Ilha do Pavão, Ilha da Casa da Pólvora, Ilha Maria Conga, Ilha Chico Inglês, Ilha do Lage e Ilha Humaitá. A região das ilhas do Delta pertence a Porto Alegre e abrange uma área de 4.394 hectares.

No ano de 1976, quando o Parque Estadual do Delta do Jacuí foi criado, moravam na região cerca de 350 pessoas. Atualmente, vivem, na região, cerca de sete mil habitantes.

A região das ilhas pertence ao Bairro Arquipélago, que inclui, além das ilhas, os bairros Humaitá e Navegantes, na capital gaúcha. As ilhas do delta são consideradas a segunda região em carência, de Porto Alegre.

A Ilha Grande dos Marinheiros conta hoje com mais de dois mil habitantes, segundo levantamento feito pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em 1999. Caracteriza-se por ser uma comunidade de baixa renda, com uma grande quantidade de sub-habitações. A atividade econômica básica é a reciclagem de lixo, desenvolvido a partir da idéia de economia familiar. Existe uma associação dos catadores de material, que busca organizar aquelas atividades, a fim de garantir um mínimo de sustentabilidade às famílias. A ilha tem infraestrutura mínima, contando apenas com um posto de saúde recém-inaugurado, um módulo de assistência social e duas creches. Água encanada, calçamento e

tratamento de esgotos, não são permitidos, devido à legislação do Parque Estadual.

Conforme levantamento da FASC – Fundação de Assistência Social e Comunitária –, realizado em 1999, cerca de 16,5% dos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros é analfabeta, e 71,5% das famílias sobrevivem com até dois salários mínimos.

A Ilha Grande dos Marinheiros é uma das maiores do arquipélago do Jacuí, perdendo em extensão territorial apenas para a Ilha das Flores e, em número de habitantes, apenas para a Ilha da Pintada (Anexo A).

A história recente desta ilha, e de sua população, pode ser melhor analisada após o ano de 1957. Neste ano, foram inauguradas as pontes ligando as ilhas aos municípios de Porto Alegre e Guaíba, bem como foi pavimentado o trecho de estrada situado na superfície da ilha. Desta forma, começou a haver um deslocamento da população que, tradicionalmente, morava nas margens do rio, para as proximidades desta estrada, afastando-se do sustento gerado pela pesca. Em 1960, quando não havia ainda abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, iniciou-se uma atividade econômica que se tornou característica da Ilha dos Marinheiros: a criação de porcos com o uso de lixo na sua alimentação.

No período de 1972 a 1977, ocorreu a fase de maior crescimento populacional da ilha. Moradores removidos das vilas Teodora e Tripa, localizadas em região próxima à entrada da cidade, sem ter outro lugar para morar, e não

havendo políticas habitacionais que resolvessem sua situação, instalaram-se na Ilha Grande dos Marinheiros, iniciando o processo de *favelização* da ilha.

No período de 1978 a 1983, os moradores alcançaram algumas conquistas que melhoraram um pouco as condições de vida do local. O abastecimento de água passou a ser feito através de carros-pipa do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE); foram instaladas redes elétricas para atender parte das residências; o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) incluiu a ilha nos roteiros de coleta de lixo. Entretanto, no ano de 1983, ocorreu uma grande enchente, que obrigou todos os moradores a abandonar suas casas e causou incontáveis perdas a uma população que já não possuía praticamente nada (Anexo B).

No ano de 1986, aconteceram novos avanços na área social, com a instalação, na Ilha dos Marinheiros, do Clube de Mães, postos de saúde, MOVA (alfabetização para adultos), Pastoral da Criança, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outras atividades ligadas à Igreja Católica. No ano seguinte, através de um religioso (Ir. Antonio), que trabalhava junto à comunidade, foi instalada a primeira creche da ilha.

No ano de 1987, foi criado o primeiro galpão de reciclagem, com o objetivo de gerar alternativa de emprego e renda para a população. No ano de 1990, foi constituída a Associação de Mulheres Catadoras, instituição esta que, até hoje, agrega as trabalhadoras deste ramo.

Em 1994, a FUNDASUL (órgão do governo do estado voltado a questões de políticas sociais para os trabalhadores) desenvolveu um projeto de criação de frentes de trabalho para os moradores, fornecendo cestas básicas como pagamento pelo trabalho, em forma de mutirão, para a limpeza da ilha.

Em 1995, o Ministério Público aplicou um forte golpe na principal atividade econômica da ilha: o Inquérito Civil nº. 79/95 proibiu o uso de lixo para a alimentação dos porcos nela criados.

No ano de 1997, os irmãos maristas instalaram uma creche e um centro destinado às atividades com os adolescentes. Em 1998, iniciaram atividades, na ilha, o Núcleo de Apoio à Saúde Familiar (NASF), a FASC e o Conselho Tutelar.

Em 2001, o DMLU e a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado lançaram o projeto "Coletivo de Trabalho" que, de forma similar ao projeto da FUNDASUL, criou frentes de trabalho para os moradores da ilha, pagando em cestas-básicas e bolsas-auxílio, inserindo também os moradores em programas de capacitação e treinamento para outras atividades geradoras de renda, principalmente aquelas características do início da ilha: a pesca e o artesanato.

Hoje, a Ilha Grande dos Marinheiros é, juntamente com a Ilha do Pavão, a área mais carente do Arquipélago, e uma das regiões mais pobres do município de Porto Alegre. Os índices de qualidade de saneamento, renda e habitação, são ainda piores que os do Arquipélago como um todo, uma vez que inexistem, nesta ilha, áreas urbanizadas. A falta de saneamento básico traz sérios problemas, principalmente para os mais jovens. Cerca de 80% das crianças, de zero a 12

meses, sofrem de verminoses, que as impedem de ganhar peso e ter um desenvolvimento normal. Credita-se também a esta deficiência de saneamento o baixo nível de aprendizado das crianças moradoras da ilha, se comparadas às crianças de outras vilas que possuem abastecimento de água adequado. Outra consequência desta falta de condições sanitárias é a infestação de animais prejudiciais ao homem, como ratos, por exemplo, e insetos, como pulgas e piolhos.

Após a ação do Ministério Público, em 1995, houve uma redução significativa no número de criadores de porcos. Atualmente, a maior parcela da população economicamente ativa trabalha como catadores de lixo e recicladores, nos três galpões de reciclagem instalados na ilha. No galpão da Associação das Catadoras de Lixo da Ilha Grande dos Marinheiros, por exemplo, o material é recebido, separado, limpo, moído, prensado em fardos e vendido, gerando uma renda que é distribuída entre as trabalhadoras da cooperativa.

Na Ilha Grande dos Marinheiros, estão situadas algumas obras sociais maristas: Grupos de Mulheres Costureiras; Família Cidadã, com Assistente Social; Creche Marista Tia Jussara, que atende 45 crianças, de quatro meses a quatro anos; Centro Marista Nossa Senhora Aparecida das Águas, que atende 250 adolescentes e oferece programas de educação infantil; SASE e trabalho educativo. Estas obras dispõem de neuropediatra, nutricionista, dentista e duas psicólogas. Também há uma comunidade de irmãos maristas que convive diariamente com os moradores e suas dificuldades.

Junto às obras assistenciais maristas, atua um grupo de universitários da PUCRS, o GUM (Grupo Universitário Marista). Este grupo é formado por núcleos dos diferentes cursos: alunos da Farmácia trabalham com fabricação de sabonetes artesanais; do Direito, prestam assessoria jurídica; da Educação, atuam no reforço escolar; da Psicologia, desenvolvem um acompanhamento individual às crianças e famílias atendidas; os da Odontologia, prestam atendimento e fazem um trabalho de prevenção. O GUM também promove campanhas de agasalho, de alimentos, de brinquedos e, uma vez por ano, realiza um dia de ação global.

Existe, na ilha, um albergue, a casa assistencial Raio de Sol, que dá assistência a cerca de 60 crianças e 20 mães, boa parte delas provenientes da comunidade de papeleiros, residentes na ilha. As crianças recebem alimentação, agasalhos, material escolar e participam de atividades de lazer. Além disso, é fornecida assistência médica e odontológica, com os trabalhos voluntários. Desenvolve-se ainda um trabalho de assistência familiar.

A comunidade mantém o Jornal da Ilha (Anexo C), fundado em 1985, que divulga informações referentes aos assuntos ligados à Associação de Catadores de Porto Alegre e da Ilha Grande dos Marinheiros.

Conscientes da situação de precariedade em que vivem, os moradores da Ilha Grande dos Marinheiros se auto-organizam em uma comunidade preocupada em se manter informada sobre seus direitos e proporcionar visibilidade ao que é produzido culturalmente no local. Para tanto, a comunidade organiza fóruns de discussão, onde as lideranças regionais e representantes das entidades locais

buscam alternativas e soluções para as questões práticas do cotidiano. Em contrapartida, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre mantém, no local, projetos de desenvolvimento sustentável, em trabalho conjunto pelos moradores e empresas parceiras. Entre estes projetos, estão aqueles voltados para a saúde, a geração de empregos, os cuidados com o meio ambiente (horta e cozinha comunitárias), o saneamento, a limpeza urbana (galpões de reciclagem) e a assistência social. Também são desenvolvidos programas de geração de renda e capacitação de profissionais, através de cursos de aperfeiçoamento e oficinas.

6.1.3.1 Breve histórico sobre o Arquipélago do Jacuí

A comunidade, em sua origem, foi formada por famílias que vieram do interior, pelo êxodo rural, ou que foram expulsas de outras áreas da cidade, pela especulação imobiliária ou pela política habitacional e agrária existente à época. A distância, bem como a falta de transporte e de trabalho, fez com que muitas dessas famílias, refugiadas nas ilhas, gestassem e moldassem um novo perfil das próprias ilhas. Hoje, podemos dividir os moradores das ilhas em quatro grupos bem distintos:

- a) os ilhéus, moradores tradicionais, dados à pesca, à pequena agricultura e aos trabalhos nas águas: construção de pequenas embarcações, serviços fluviais, etc... A maioria de descendência açoriana, vive em razoável harmonia com o meio-ambiente;

- b) os favelados, que invadiram as margens da rodovia quando foram construídas as pontes. Quase todos são recicladores de lixo;
- c) os ricos, com seus iates e marinas particulares, com mansões e jardins ao longo das ilhas;
- d) os freqüentadores dos diversos clubes náuticos.

Atualmente, a maior parte dos moradores não tem acesso à infraestrutura básica como trabalho, saúde, educação, habitação, saneamento, lazer, transporte, alimentação e água potável.

O arquipélago do Jacuí faz parte do Parque Estadual do delta do Jacuí, criado pelo Decreto nº 24.385, de 14 de janeiro de 1976, com abrangência de 17.245 hectares. O objetivo do Decreto era evitar a degradação ecológica da região. Contudo, sem vontade política para tanto, e sem saber o que fazer do Parque, pelo Decreto nº 28.436, de 28 de fevereiro de 1979, o Governo do Estado instituiu o Plano Básico do Parque, com o objetivo de disciplinar a ocupação, os usos ou serviços e atividades que venham a ser admitidas nas áreas abrangidas pelo mesmo. A administração ficou a cargo da Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul.

Quase 30 anos após a sua criação, em 2004, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através de medida provisória, criou, na região, a APA – área de proteção ambiental –, que tem como objetivo a preservação daquela área.

Em meados de 1991, conforme dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a situação de pobreza dos moradores das ilhas se agravava. Dos cerca de 5.200 habitantes à época, 16,5% eram analfabetos; 39,1% moravam em sub-habitações; 47,9% possuíam abastecimento de água precário; 61,3% possuíam condições de coleta de lixo deficiente e 98% moravam em condições sanitárias deficientes. Cerca de 71% das famílias sobreviviam com renda inferior a um salário mínimo mensal. Atualmente, esta situação mantém-se quase que inalterada, até pelo fato de que, por ser uma reserva ambiental, o município não pode investir nas melhorias necessárias.

Hoje, a Ilha da Pintada, bastante urbanizada, tem 1.007 residências, duas escolas estaduais, com um total de 1.100 alunos, e uma escola municipal infantil, com 120 alunos, além de uma estação de tratamento de água. A Ilha das Flores, com 435 residências, tem uma escola estadual de primeiro grau incompleto, com 350 alunos. A Ilha do Pavão, com 124 residências, conta com a Pastoral da Criança, que atende 1.096 crianças, de zero a seis anos. A Ilha Grande dos Marinheiros, com 770 residências, tem uma escola estadual de primeiro grau completo, que atende 540 alunos, e a Pastoral da Criança, que atende 180 crianças, de zero a seis anos.

Para o atendimento de todo o arquipélago, existe um posto de saúde, um módulo da FASC, um Comitê Fome Zero, Associações de Mulheres Trabalhadoras em Geral (reciclagem), Associação de Carroceiros, Clube de Mães, COOPAL (Cooperativa Mista de Produção e Serviços do Arquipélago), além de convênios com SMED (Secretaria Municipal de Educação e Desportos) e a FASC.

6.1.4 Restinga

O bairro Restinga possui hoje cerca de 200 mil habitantes, isto é, cerca de 10% da população de Porto Alegre, em uma área de 21.098.880 metros quadrados. Fica a 25 km do centro da cidade.

O nome Restinga, oficializado em 1966, significa *pequeno arroio com margens cobertas de mato* e faz referência ao antigo Arroio do Salso que passava na região – local que recebeu as primeiras famílias removidas de vilas como Theodora, Marítima, Ilhota e Santa Luzia, por volta de 1965, quando da criação do DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação.

O bairro surgiu devido ao problema de sub-habitação em Porto Alegre, que se agravou a partir da década de 1940, com a expansão do processo de industrialização. Milhares de agricultores ficaram sem trabalho, em função da troca da mão-de-obra pela mecanização na lavoura, e vieram para Porto Alegre, tentar vida nova. O êxodo rural provocou um crescimento desordenado da população da capital gaúcha, que acabava por se alojar nas periferias da cidade, criando vilas.

Em 1970, estava pronta a Restinga Nova, que pretendia *assentar* um maior número de moradores também removidos de outras partes da cidade.

Hoje, a Restinga, apesar de já possuir infra-estrutura urbana e 33 estabelecimentos de educação infantil, ainda tem um alto índice de analfabetismo, cerca de 6%. Na capital, este índice cai para 3,5%. A renda média mensal, em

salários mínimos, é de 3,2, e 49% dos lares sobrevive com apenas dois salários mínimos.

6.2 OS TELECENTROS EM PORTO ALEGRE E AS SUAS POSSIBILIDADES DE USO

Buscando responder a alguns dos objetivos desta pesquisa, quais sejam: em que estágio se encontra a implementação de recursos tecnológicos de informação e comunicação nas comunidades estudadas; as políticas instituídas pelo poder público municipal que incentivem a implementação desses recursos; a existência de telecentros e/ou outros mecanismos que proporcionem o aprendizado e a construção deste processo, faremos uma breve digressão a respeito dos telecentros existentes em Porto Alegre e sua disponibilização às comunidades estudadas. Esta análise se faz importante, uma vez que, diante das novas perspectivas mundiais, conforme temos tratando desde o início deste trabalho, a informação pode hoje ser considerada o capital intelectual da sociedade contemporânea. A ascensão à informação ampliou seu crescimento, devido à revolução tecnológica.

Mas, conforme também temos apontado neste trabalho, a falta de acesso às novas tecnologias de informação gera desigualdades sociais, formando duas classes distintas. Para Sérgio Amadeu da Silveira, as comunidades mais carentes não têm a mesma oportunidade de se comunicar, ou se comunicar com a mesma

velocidade daqueles que possuem acesso à comunicação mediada por computador. A este fenômeno, o autor chama de *exclusão digital*.

A exclusão digital ocorre ao se privar as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso. O resultado disso é o analfabetismo digital, a pobreza e a lentidão comunicativa, isolamento e o impedimento do exercício da inteligência coletiva⁴⁰².

Sabemos que as diferenças sociais variam conforme o poder econômico, conforme apontamos no primeiro capítulo deste trabalho. As novas tecnologias ficam inicialmente com as populações de maior poder econômico. Com a informática, esse quadro se repete. Devido ao valor dos equipamentos, eles são inviáveis para grandes setores da população brasileira. Se o acesso ao microcomputador é muito difícil, o acesso à *Internet*, o mundo da comunicação digital, é muito mais raro, pois exige o computador e, no mínimo, uma linha telefônica. As barreiras da exclusão social, soma-se a barreira da exclusão social e da exclusão digital.

Apesar do avanço da Internet, só 6% da população mundial tem acesso à rede, o que cria uma legião de excluídos do universo virtual. A *infoinclusão* se torna prioridade na agenda de discussões do século XXI. A exclusão digital é consequência da social; mas ela pode vir a ser um mecanismo de inclusão. Pode ser a variável da virada⁴⁰³.

Segundo Silveira, é preciso inserir as pessoas numa grande mudança informacional das redes e orientá-las sobre como obter conhecimento.

O acesso à rede é apenas um pequeno passo, embora vital, que precisa ser dado. Apesar de já ter se tornado um lugar-comum,

⁴⁰² SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Educação digital: A miséria na era da informação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p.18

⁴⁰³ BORGES, Arthur Robeson. *Apartheid digital*. *Jornal Valor*, Caderno Fim de Semana, 2000. p.2.

sempre é bom frisar que a informação somente gera conhecimento se for adequadamente tratada⁴⁰⁴

Silveira⁴⁰⁵ também aponta a necessidade de acesso às novas tecnologias, e a sua qualificação, para acompanhar o desenvolvimento das tecnologias intelectuais, e para que se possa tratar da questão da inclusão na sociedade da informação.

Neste sentido, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da PROCempa, tem buscado desenvolver projetos ligados à inclusão digital, não só através de ofertas alternativas de acesso a equipamentos que propiciem a comunicação mediada por computador, mas também a qualificação e capacitação profissional dos habitantes de algumas das regiões mais carentes da capital gaúcha.

Um destes projetos é o dos telecentros que, conforme o *site* <http://www.portoalegre.rs.gov.br/telecentros/default.htm>, acessado em 15 maio de 2002, afirma que estes

estão inseridos dentro das prioridades de governo que são o combate à pobreza absoluta, a radicalização da democracia e o incentivo às novas tecnologias. O telecentros [são] espaços públicos, constituídos através de parcerias entre o governo municipal e as comunidades locais, organizações não governamentais e a iniciativa privada. São locais onde estão disponíveis tecnologias de informação e comunicação para pessoas que têm pouca ou nenhuma oportunidade de usar ou aprender a usar as tecnologias. Eles devem superar os limites de espaço equipados com máquinas e acessórios, para ser um espaço de integração das comunidades e de democratização da informação. Seu potencial deverá ser trabalhado no sentido do estímulo à solidariedade, oportunizando meios para as comunidades melhorarem suas condições de vida e trabalho.

⁴⁰⁴ SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Op. cit., p.18.

⁴⁰⁵ *Ibid.*

A proposta de abertura destes espaços públicos de acesso à tecnologia da Informação já é uma preocupação, há longo tempo, do governo municipal, transformando-se no projeto de telecentros com parcerias, a partir do ano de 2004.

Conforme o site <http://www.telecentros.com.br/historico.htm>, a Prefeitura de Porto Alegre constituiu um Grupo de Trabalho com os órgãos que desenvolvem políticas públicas diretamente para os setores mais excluídos da população. Participam deste projeto a FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania; a SMED – Secretaria Municipal de Educação; a SMIC – Secretaria Municipal da Indústria e Comércio; o DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana; a SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente. A PROCEMPA – Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre – é a coordenadora deste GT, que conta, ainda, com a participação da CRC – Coordenação de Relações com a Comunidade – e a CCS – Coordenação de Comunicação Social –, ligadas ao Gabinete do Prefeito⁴⁰⁶. Este Grupo de Trabalho manteve contatos com as comunidades interessadas, definindo a execução de dois projetos iniciais para a cidade.

Segundo o projeto da Secretaria de Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul (2001), o telecentro tem como objetivo social criar um local de livre acesso à população, com equipamentos conectados à rede mundial de computadores, viabilizando a utilização de vários serviços pelos usuários, contando com uma programação permanente de atividades, para atrair o interesse, na possibilidade

⁴⁰⁶ Com as eleições de 2004, em que o Partido dos Trabalhadores foi desalojado do Executivo Municipal da capital gaúcha, não se sabe o encaminhamento desse projeto.

da telemática, buscando incorporar as mudanças culturais aos hábitos da comunidade, fazendo com que a mesma reverta em qualidade de vida.

Hoje, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre mantém telecentros em 15 comunidades da capital gaúcha⁴⁰⁷.

A seguir, descrevemos os telecentros existentes em Porto Alegre, agrupando-os em duas categorias: a primeira, daqueles que estão em pleno funcionamento e contém informações completas a respeito de equipamentos, histórico, localização e usuários. A segunda, em fase de implantação, ou com informações mais simplificadas, que contém apenas sua localização.

⁴⁰⁷ Todas as informações sobre os telecentros foram extraídas do site www.telecentro.com.br.

6.2.1 Telecentros em pleno funcionamento em Porto Alegre

a) Beco do Adelar



FIGURA 16 – Telecentro em funcionamento – Beco do Adelar

Entidade: Associação de Moradores do Beco do Adelar

Região: Sul

Inauguração: 7/2/2002

Endereço: Rua B1, nº 130 (altura nº 3.217 da avenida Juca Batista) – Bairro Serraria

Contatos: César Ramos ou Sandra

Telefones: 3248 4530 e 3266 0203

Horário: das 9h às 18h

Comunidade potencialmente atingida: aproximadamente 1.100 famílias do Beco do Adelar e 20 mil residentes das imediações.

Funcionamento: o telecentro disponibiliza cursos de informática básica, trabalhos de pesquisa para a escola, acesso gratuito a computadores e *Internet* – cada pessoa pode ter seu próprio endereço eletrônico – com a devida orientação dos monitores. Cerca de 100 crianças integrantes da creche mantida pela associação dos moradores mais as atendidas pelo SASE – Serviço de Apoio Socioeconômico – serão inseridas nas atividades do telecentro. Fazem parte também do público do telecentro: a coordenação pedagógica da creche, do SASE e do MOVA, a coordenação do Orçamento Participativo da região, a Liga de Esporte Amador, a Rádio Comunitária, além de cinco centros de tradição gaúcha.

Equipamentos

- 1) 12 microcomputadores
- 2) Duas impressoras
- 3) 01 *scanner*
- 4) Conexão com a *Internet*, através de linha dedicada pela CRT
- 5) 12 cadeiras
- 6) 01 bancada de madeira para computadores

Conquista: O Telecentro Beco do Adelar foi uma conquista da comunidade da região sul, através do Conselho de Representantes do Orçamento Participativo.

b) Chico Mendes

FIGURA 17 – Telecentro em funcionamento – Chico Mendes

Entidade: Espaço Natureza Cidadania e Paz – NACIPAZ

Região: Nordeste

Inauguração: 2/7/2001

Endereço: Estrada Martim Félix Berta, 2355, Bairro Mário Quintana

Contatos: Miranice

Telefones: 3386 4053

Horário: das 9h às 17h

Comunidade potencialmente atingida: 40 mil pessoas da região.

Funcionamento: Na primeira semana após a inauguração, esteve aberto à visitação pública pela manhã e tarde com inscrições dos interessados. Neste período, os monitores foram sendo preparados para ao trabalho no telecentro. Depois, foi desenvolvida pesquisa de interesses, para avaliar quais serviços atenderiam melhor à comunidade. O telecentro oferece informações sobre

trabalho, educação à distância, e cursos profissionalizantes, entre outros. Ofereça ainda acesso gratuito a computadores e *Internet*. Cada pessoa terá seu próprio endereço eletrônico.

Conselho Gestor: Será formado um conselho composto por representantes da comunidade e parceiros envolvidos.

Equipamentos:

- 1) Prédio de duas salas (sede antiga da Escola Chico Mendes)
- 2) Duas bancadas para microcomputadores
- 3) 12 cadeiras
- 4) 12 microcomputadores Pentium 166
- 5) 1 computador para servidor Pentium
- 6) 1 impressora *laser*
- 7) 1 impressora jato de tinta
- 8) 1 *scanner*
- 9) 2 estabilizadores
- 10) 1 *hub* de 24 portas
- 11) 1 linha dedicada de comunicação de dados a 28.800 kbps (será ampliada)
- 12) Acesso ininterrupto à *Internet*
- 13) Sistemas operacionais Windows e Linux (*software* livre)
- 14) Pacotes de programas com editor de texto, planilha eletrônica e apresentação
- 15) Conta de correio eletrônico para todos os usuários

c) Vila Pedreira

Entidade: Associação de Moradores da Vila Pedreira

Região: Cristal

Inauguração: 30/3/2002

Endereço: Rua Ursa Maior, 536

Contatos: Dili ou Paulo Renato

Telefones: 9126 2809 e 9829 5547

Comunidade potencialmente atingida: de sete a oito mil moradores da vila.

Recursos Humanos, Pedagógicos e Equipamentos: Serão qualificados cinco monitores escolhidos pela comunidade.

Equipamentos:

- 1) Uma bancada para microcomputadores
- 2) 12 cadeiras
- 3) 12 microcomputadores
- 4) 01 impressora
- 5) 01 *scanner*
- 6) Aluguel de uma linha dedicada à comunicação de dados
- 7) Acesso ininterrupto à *Internet*
- 8) Conta de correio eletrônico para todos os usuários

Parcerias e Responsabilidades:

O projeto do Telecentro se materializa através de parcerias entre o poder público, organizações não governamentais e a iniciativa privada. No caso do Telecentro Vila da Pedreira, atuam as seguintes instituições:

- Prefeitura Municipal de Porto Alegre: congrega diversas secretarias e mantém a estrutura de informática necessária para o funcionamento;
- SEPRO-RS – Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio Grande do Sul: manterá bolsa-auxílio mensal para um instrutor;
- CDI – Comitê para Democratização da Informática/RS – entidade não-governamental promotora de capacitação em informática para comunidades de baixa renda.

6.2.2 Telecentros em fase de implantação

a) Grande Cruzeiro



FIGURA 18 – Telecentro em implantação – Grande Cruzeiro

Entidade: Centro Infanto-Juvenil Zona Sul

Região: Cruzeiro

Inauguração: 29/9/2002

Endereço: Rua Capivari, 2020

Contatos: João

Telefone: 9128 7768 / 3266 5011

b) Ilha da Pintada

FIGURA 19 – Telecentro em implantação – Ilha da Pintada

Entidade: Centro Infanto-Juvenil Zona Sul

Região: Cruzeiro

Inauguração: 29/9/2002

Endereço: Rua Capivari, 2020

Contatos: João

Telefone: 9128 7768 / 3266 5011

c) Jardim Floresta



FIGURA 20 – Telecentro em implantação – Jardim Floresta

Entidade: AMJAFLOR – Jardim Floresta

Região: Noroeste

Inauguração: 12/12/2002

Endereço: Rua Comendador Doval, 228, Jd Floresta

Contatos: Lecir

Telefones: 3361 5147 / 3361 4276

d) Murialdo

Entidade: Centro Profissional São José do Murialdo

Região: Partenon

Inauguração: 21/1/2003

Endereço: Rua Vidal de Negreiros, 583, Partenon

Contato: Isabel

Telefones: 3318 3119 / 3318 3125

e) Restinga



FIGURA 21 – Telecentro em implantação – Restinga

Entidade: Centro Profissional São José do Murialdo

Região: Partenon

Inauguração: 21/1/2003

Endereço: Rua Vidal de Negreiros, 583, Partenon

Contato: Isabel

Telefones: 3318 3119 / 3318 3125

f) Rubem Berta

FIGURA 22 – Telecentro em implantação – Rubem Berta

Entidade: Creche Negrinho do Pastoreio

Região: Eixo Baltazar

Inauguração: 28/3/2003

Endereço: Rua Wolfran Metzler, 21, Rubem Berta

Contatos: João Vieira

Telefones: 9808-6723, 3221-5584 e 3366-5808

g) Santa Rosa



FIGURA 23 – Telecentro em implantação – Santa Rosa

Entidade: Associação de Moradores da Grande Santa Rosa

Região: Norte

Inauguração: 30/12/2002

Endereço: Rua Donário Braga, 161, Grande Santa Rosa

Contatos: Ricardo Britz, Aninha

Telefones: 3367 0913, 9128 3948 e 3367 1002

h) São Vicente

Entidade: Associação de Moradores da Vila São Vicente

Região: Centro Sul

Inauguração: 1/12/2001

Endereço: Rua Emilia Perrone Fernandes, 100

Contatos: Joãozinho

Telefones: 3266 0666 e 9128 6545

Observações:

- A Associação de Moradores da Vila São Vicente está recebendo o telecentro, através de doações equipamentos de informática. Foram 10 microcomputadores e uma impressora. A PROCEMPA negociou, com a Associação, a melhoria da conexão dos equipamentos, disponibilizando a infra-estrutura de rede e o servidor Portoweb. É importante assinalar que a conexão não é apenas um serviço. A conectividade é entendida pela comunidade como um direito, sobretudo quando estamos presenciando uma revolução comunicacional operada pelas telecomunicações e pela informática. O acesso às novas possibilidades de comunicação e, portanto, de criação de novos vínculos entre os cidadãos, é fundamental para a democratização da informação e do conhecimento.
- No mesmo local, funciona uma creche comunitária, conveniada com a SMED.
- Residem no entorno do local aonde funciona o telecentro aproximadamente três mil pessoas. Já estão sendo disponibilizados cursos de informática básica, que funcionam de segunda a sábado. Há também turmas à noite. O Conselho Gestor poderá sugerir mudanças e alterações de horários.

i) Tijuca

Entidade: Associação de Moradores do Resid. Pq. Alto Petrópolis – Vila Tijuca

Região: Leste

Inauguração: previsto para junho

Endereço: Rua Reverendo Dabiel Betts, 319

Contato: Luiz Alvarez

j) Vila Cruzeiro

FIGURA 24 – Telecentro em implantação – Vila Cruzeiro

Entidade: Associação de Moradores do Resid. Pq. Alto Petrópolis – Vila Tijuca

Região: Leste

Inauguração: previsto para junho

Endereço: Rua Reverendo Dabiel Betts, 319

Contato: Luiz Alvarez

l) Vila Nova

Entidade: Centro Comunitário – CONCEPRO

Região: Centro Sul

Inauguração: 3/10/2002

Endereço: Rua João Salamoni, 1095, Vila Nova

Contatos: Rosa

Telefone: 9165 1159

m) Vila Pinto



FIGURA 25 – Telecentro em implantação – Vila Pinto

Entidade: Centro de Educação Ambiental

Região: Leste

Inauguração: 13/12/2002

Endereço: Rua Joaquim Porto Vila Nova, 143 – Vila Pinto

Contatos: Marli Medeiros Ana Cristina

Telefones: 9105 1152, 9187 1837 e 3338 7084

Nos parágrafos anteriores, procuramos levantar questões relevantes para os que entendem o aprofundamento da democracia e o resgate da autoridade política como fundamentais à universalização de direitos. Por outro lado, com o advento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), sobretudo a *Internet*, novas possibilidades inclusivas podem ser potencializadas para contrastar as tendências das decisões políticas e legitimar a autoridade estatal radicada num amplo consenso, junto à sociedade civil. A bem da verdade, não é isto que vem ocorrendo. O Secretário-Geral da ONU, Koffy Annan, declarou, recentemente, que a *Internet*, vista numa perspectiva global, tem servido para ampliar as desigualdades regionais e sociais. Alguns autores, como aqueles que já citamos no decorrer deste trabalho, chegam a falar de novas categorias sociais: os info-ricos e os info-pobres. Os ricos em informação e os pobres dela. Ou seja, o ferramental disponibilizado pelas TICs tem servido muito pouco para a construção de uma nova cultura política, radicalmente democrática, e, visto desapaixonadamente, ainda está longe de uma utilização racional por parte dos movimentos sociais, dentro de uma perspectiva emancipatória.

Mas, ao mesmo tempo em que reconhecemos que a utilização das TICs não é universal, o que produz a exclusão digital, não podemos deixar de reconhecer seu potencial emancipatório. Em escala nacional e internacional, não são poucas as experiências que, ao generalizarem o uso da comunicação virtual, tornam-se reféns de uma sensibilidade deslumbrada e tecnicista. O que é fundamental, é verificar a possibilidade de uma aplicação que esteja a serviço do controle social do Estado, e que tenha a capacidade de oferecer um ferramental que aparelhe os cidadãos para usufruir de um novo patamar comunicacional.

No caso das comunidades estudadas neste trabalho, todas têm acesso a esse ferramental comunicacional, mas também se fazem valer de tecnologias de informação e comunicação, consideradas tradicionais e eventualmente ultrapassadas, como, por exemplo, os meios de comunicação tradicionais – rádio, televisão e jornais. No entanto, para nossa análise, há que se considerar que as TICs, na verdade, partem de uma proposta de convergência midiática, que vem proporcionando uma nova alfabetização: uma alfabetização para os meios de comunicação.

Mas, afinal, o que são as TICs?

Segundo Maria Luiza Belloni⁴⁰⁸, as TICs são resultado da fusão de três grandes vertentes técnicas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas. Em se tratando do contexto social em que se desenvolve esta pesquisa, a problematização do papel das novas tecnologias da informação, nos processos de mudanças sociais e culturais, ganha particular relevo, principalmente em se tratando do âmbito educacional, já que, com as novas tecnologias, o trabalho adquire uma nova conformação. Podem-se mencionar as mudanças que se produzem sobre o emprego, as qualificações profissionais, as relações trabalhistas, as condições e o meio ambiente de trabalho.

A incorporação da temática *tecnologia* e, em particular, as novas tecnologias da informação, como conteúdo básico comum, é um elemento que pode contribuir para uma maior vinculação entre os contextos de ensino e as culturas que se desenvolvem fora do âmbito escolar.

⁴⁰⁸ BELLONI, Maria Luiza, *O que é mídia educação: Polêmicas do nosso tempo*. São Paulo: Autores Associados, 2001.

Cabe ressaltar que as TICs não são necessariamente mais relevantes ou mais eficazes do que as mídias tradicionais, em qualquer situação de aprendizagem; mas é preciso também não esquecer que, embora essas técnicas ainda não tenham demonstrado toda a sua eficácia pedagógica, elas estão cada vez mais presentes na vida cotidiana e fazem parte do universo dos jovens, sendo esta a razão principal da necessidade de sua integração à educação.

Sabemos que a *Internet* é uma vasta estrutura de informações, com espaço ilimitado, presente em várias comunidades em que os dados estão separados fisicamente no espaço, mas podem ser encontrados reunidos na rede.

A *Internet* é um fórum global, e também uma biblioteca global. Não há exclusão de pessoas por serem de uma determinada cor, ou simpatizarem com esta ou aquela religião ou partido político, ou mesmo por não se vestirem de determinada maneira; na *Internet*, todos são bem-vindos. Segundo Silveira⁴⁰⁹, a pessoa que tem acesso à rede tem a sua criatividade estimulada. Já Gómez⁴¹⁰ diz que a *Internet* é um novo espaço educativo onde se pode construir uma boa parte da prática educativa. Assim, a utilização do correio eletrônico, a navegação nas páginas *Web*, a integração curricular da teleconferência ou a utilização de fontes diversas de informação, enriquecem o processo de ensino-aprendizagem.

⁴⁰⁹ SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Op. cit.*

⁴¹⁰ GÓMEZ, Carlos Hérvas. Las nuevas tecnologías en la educación primaria: Internet – los procesos de enseñanza – Aprendizaje con la World Wide Web. In: ALMEIDA, Julio Cabero et al. (Coord.). *Y continuamos avanzando: Las nuevas tecnologías para la mejora educativa*. Sevilla: Kronos, 2002.

6.3 OS ROTEIROS DE PERGUNTAS

Conforme dissemos anteriormente, foram elaborados dois roteiros de perguntas que serviram como base na condução à entrevista semi-estruturada que fizemos com os atores sociais que compõem este contexto.

Os roteiros de perguntas (Apêndice A) aplicados procuraram buscar responder aos objetivos específicos deste trabalho, já anteriormente elencados.

Os enunciados das questões elaboradas foram estruturados a partir da proposta metodológica de nossa pesquisa, levando em consideração as categoriais de análise, quais sejam, aquelas propostas no organograma, conforme descrito na página 316 deste trabalho.

Assim, procedendo à análise das respostas dos entrevistados, conseguimos tabular quantitativa e qualitativamente os resultados. Estes foram organizados por comunidades entrevistadas, conforme segue.

6.3.1 Centro de Mídia Independente (Apêndice B)

Ao todo, cinco integrantes do Centro de Mídia Independente de Porto Alegre (CMI) participaram da entrevista que conteve 34 perguntas. Desses, 80% foram respondidos por homens e 20% por mulheres. 100% dos entrevistados são

são solteiros; 60% possuem o Ensino Superior incompleto; 20% concluíram o Ensino Médio e outros 20% concluíram o Ensino Superior. As idades variaram de 19 a 28 anos.

a) Questões 1, 2 e 3

As respostas correspondentes às três primeiras questões destacaram que a Comunicação Comunitária é aquela feita para a comunidade, em que os cidadãos sejam os protagonistas de suas próprias histórias e os programas desenvolvidos sejam específicos. Essa comunicação pode ser feita através de fanzines, rádios, jornais, panfletos, ou mesmo, no boca-a-boca. Uma das respostas salientou que o principal da Comunicação Comunitária é aproximar as pessoas da sua realidade, falar daquilo que elas estão acostumadas. Outra resposta destacou que esse tipo de comunicação tem a preocupação de trazer um bem social para determinado grupo.

Sobre a importância do trabalho desenvolvido pela comunidade, as opiniões são muitas sobre as atividades do CMI. Um dos entrevistados informa que o Centro tenta abrir espaço aos que não têm oportunidade na mídia convencional. Outro destaca que o importante é a integração das pessoas e dos demais Movimentos Sociais. Duas respostas são sucintas, ao dizer que a relevância é fomentar o consumo e a produção de notícias, difundindo-as nos veículos comunitários. Duas opiniões lembram as oficinas de repórteres, que recebem jovens e os ensinam a organizar suas idéias, para que outras pessoas os entendam.

Três pessoas afirmaram que o CMI não possui uma hierarquia. Os interessados devem apenas seguir os princípios éticos do Centro. Duas respostas revelam que o Centro é estruturado em coletivos (trabalho realizado em redes) e conta com a participação de produtores voluntários. As decisões são tomadas em consenso. Apenas um dos entrevistados não respondeu à pergunta, alegando não ter conhecimento suficiente para respondê-la.

b) Questão 4

Duas respostas acreditam que seu trabalho acaba se limitando, não pela produção desenvolvida, mas pela falta de conhecimento que as pessoas têm do CMI, o que acaba dificultando e limitando o espaço de atuação. Mas três respostas revelam que a comunidade não atua somente na *Internet* (mesmo sabendo que essa ferramenta agiliza e divulga seus trabalhos), mas com jornais murais, rádios, fanzines, oficinas de repórter popular e de rádio, pois dessa maneira a comunidade não se prende somente a um veículo (no caso, a *Internet*), possuindo outros para divulgar suas notícias. Três respostas afirmam que as comunidades que possuem acesso à *Internet* são as que possuem telecentros. Duas reforçam que a *Internet* ainda é muito restrita, e apenas uma pessoa diz que a comunidade em que atua não possui acesso.

c) Questões 5 e 6

Sobre o perfil dos colaboradores, três respostas citaram a participação dos estudantes universitários. Outro entrevistado apenas destacou que toda a ajuda e participação são bem-vindas. Duas respostas lembraram a participação de autônomos e membros de outras comunidades. Apenas um dos entrevistados não respondeu à pergunta, alegando não ter conhecimento suficiente para respondê-la.

d) Questões 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14

Duas respostas destacaram as festas, vendas de CD's e camisetas como uma forma de auto-sustentabilidade da comunidade. Duas outras se valeram dos esforços dos voluntários e das doações recebidas, até mesmo de países europeus. Apenas um dos entrevistados destacou, como ação de sustentabilidade, a divisão de tarefas entre os integrantes do grupo.

Três respostas afirmaram que o grupo se engaja em movimentos sociais, através de suas oficinas. Destacam ainda que o CMI, seja na capacitação técnica ou conscientizando sobre a mídia de massa, busca ser um meio para a luta e as melhorias da comunidade, que se propõe a dar voz para os cidadãos, facilitando sua organização. Outras três respostas revelam que a atuação do grupo é no campo da comunicação.

Quatro respostas destacaram que a iniciativa parte das comunidades, e que o CMI participa apenas após uma solicitação. O CMI oferece ferramentas, um

microfone, um espaço para discussões e orientação. Uma outra resposta foi que o Centro busca comunidades que gerem notícias, mas também atua como rede de mídia independente.

Sobre os resultados apresentados pelas comunidades, uma das respostas destacou o aprimoramento na comunicação com o mundo, pois as próprias pessoas informam sobre si. Outra revelou que, onde há um rádio ou jornal, surge um elo entre os membros da comunidade. Uma resposta disse que o senso crítico se mostrou mais aguçado, porém considera a existência do CMI em Porto Alegre (apenas dois anos) como prematuro para uma avaliação. Outro entrevistado ressaltou o auxílio à comunidade.

Sobre o papel dos agentes sociais influenciar nas decisões de uma comunidade, um dos entrevistados apenas disse que não era papel do Centro. Uma resposta afirma que qualquer pessoa, desde que saiba como, pode influenciar (não explicou como poderia influenciar, pois disse que uma explicação mais detalhada ocuparia vários volumes. Então, não soube dar uma explicação tão breve sobre o assunto). Outro destacou a participação de partidos políticos e membros da igreja que, ligados a indivíduos da comunidade, levam um vício de assistencialismo. Revelou ainda que os comerciantes da região também são requisitados a ajudar, no caso dos veículos de comunicação desenvolvidos, o que determina a linha editorial a ser seguida. Uma resposta afirma que os agentes sociais são estruturas organizadas e que só funcionam quando conectadas.

Duas respostas concordam quando afirmam que, pelo fato do CMI dar voz à comunidade, oportuniza, mesmo que indiretamente, que artistas busquem

seu espaço nessa identidade. Uma resposta revela que as pessoas dessas comunidades são marginalizadas pela mídia oficial e que o aparecimento de uma mídia local reforça a formação da identidade de sua comunidade. Outra resposta revela que o objetivo não é re-incluir, porque, afinal de contas, a própria sociedade é excludente. Então, o que se busca é a dignidade das pessoas, para que saibam reivindicar seus direitos.

Sobre o papel dos trabalhos e atividades desenvolvidos nas comunidades, e até mesmo pelos indivíduos, dois entrevistados não responderam, e os outros três afirmaram que as ações atuam na identidade dos moradores. Agem sobre o senso crítico e na sua formação de grupo, enquanto comunidade.

Sobre as ações que estão em andamento nas comunidades, as oficinas de repórteres populares foram lembradas em quatro respostas. Duas respostas lembraram projetos como o CMI na Rua e CMI no Ar. Apenas um dos entrevistados não respondeu a essa pergunta.

d) Questões 15, 16, 17 e 18

Três entrevistados afirmaram que o Centro possui, como forma de integração da comunidade, a produção e a divulgação de informações. Outro ressaltou que o rádio e a *Internet* são os meios de integração. As festas e oficinas, realizadas para arrecadar fundos, foram lembradas em duas respostas.

Três respostas afirmam considerar o grupo uma organização. Dois dos entrevistados não acham que se pode considerar o grupo uma organização. Um deles se define como comunidade virtual: afinal, estão bem envolvidos com a *Internet*; o outro, como uma rede (estrutura organizacional), onde as posições são uniformes e flexíveis, atuando em objetivos comuns.

Quatro respostas afirmam considerar o grupo como uma comunidade organizada no *ciberespaço*. Revelam que a *Internet* facilita muito os trabalhos e que tudo está ligado a ela. Outra ainda revela que a *homepage* do CMI é o *carro-chefe* do grupo. Apenas uma das respostas não concorda com a idéia de que a comunidade se organize em *ciberespaços*, porque são necessários muito mais elementos em comum do que somente a *Internet*.

Sobre o sistema de comunicação próprio, os *e-mails*, *sites* de conversação em tempo real (*mirco*, por exemplo) e *homepages*, foram citados em três respostas. Um dos entrevistados não respondeu à pergunta. Apenas uma das respostas não acredita ter uma comunicação própria, não quer tomar para si um sistema de comunicação (como a *Internet*), utilizada pelo mundo inteiro.

e) Questões 19, 20 e 21

As respostas sobre os motivos que levaram o grupo a desenvolver atividades no campo da Comunicação Comunitária foram bem variadas. Um dos entrevistados destacou que foi devido à necessidade de existir uma mídia voltada para o povo. Outro acredita que essa comunicação veio para somar as atividades da comunicação alternativa, que também buscava contrapor-se à mídia oficial.

Outra resposta foi a de que era necessário estender o acesso à informação às comunidades carentes. Dois dos entrevistados não responderam.

Sobre o que mudou na comunidade, após a implantação desses projetos de comunicação, dois entrevistados afirmaram não ter feito nenhum tipo de pesquisa e que a ação do CMI ainda é muito recente para que esses resultados sejam percebidos. Uma resposta apontou que esses programas estimulam a formação de senso crítico, atuando ainda na organização da comunidade e auxílio na luta por melhores condições de vida. Outro revela que as pessoas podem agora confiar em um meio de comunicação que é da comunidade.

Três entrevistados acreditam que o contato maior entre a comunidade e a sociedade aconteça através da *Internet* (com *e-mails* e o *site* do Centro). Outras duas respostas lembram que há contatos feitos através da rádio comunitária. Dois deles não responderam à pergunta. Jornais murais e boletins radiofônicos apareceram ainda em uma das respostas.

A comunicação ajuda as comunidades a se organizar e lutar pelos seus interesses. Uma vez que isso ocorre, a auto-estima da comunidade melhora. Ela se reconhece como classe e luta pelos seus interesses. Ela ainda busca uma autonomia e a solução dos problemas presentes no seu dia-a-dia (todos os entrevistados concordam com isso).

f) Questões 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29

Três pessoas acreditam que as comunidades trabalham bem com as novas tecnologias, mas reconhecem que as tecnologias utilizadas podem melhorar e que a *Internet* é restrita, para muitos. Apenas dois entrevistados destacam que a comunidade não possui novas tecnologias, pois o que há é o mais barato e acessível para todos, no caso, o rádio e o jornal impresso.

Sobre quais são essas tecnologias, as respostas são diversas. Um dos entrevistados revela que existe alternativa audiovisual, multimídia. Outro destaca existirem apenas papéis, canetas, microfone, gravador e telefone. Uma outra resposta lembra a *Internet* e as rádios comunitárias. Duas pessoas não responderam.

Essas tecnologias estão presentes na comunidade, porém, poucos têm acesso a elas. Como os voluntários do CMI são universitários (e conhecem melhor essas tecnologias), trabalham com elas no seu dia-a-dia; porém, fica mais difícil dar esse livre acesso à comunidade, uma vez que haveria dificuldade de adaptação. Ainda assim, duas respostas afirmaram que essas tecnologias estavam ao alcance de qualquer um. A *Internet* foi a tecnologia citada servindo para a divulgação de informações.

Sobre a importância que essas tecnologias possuem no cotidiano das comunidades, duas respostas afirmam que elas não são tão necessárias no seu desenvolvimento, pois as comunidades possuem necessidades mais urgentes. Revelaram que a *Internet* ajuda, mas não é fundamental. Já para outras três

opiniões, as comunicações servem de voz da comunidade, até mesmo agilizando a troca de informações.

Sobre a formação de uma linguagem a partir dessas tecnologias, três entrevistados acreditam que isso acontece. Apenas um dos entrevistados acha que não seja muito significativa, pois promove o surgimento de apenas alguns novos vocábulos.

Todos os entrevistados concordam que a comunicação tem um papel importante na organização social e política.

Os entrevistados acreditam que a educação contribui para aumentar a participação nos processos de comunicação da comunidade. Ter acesso às mais diversas fontes de comunicação é fundamental para uma educação informal. Um dos entrevistados, porém, destaca que a educação ajuda a comunicação, e vice-versa, mas que são coisas separadas.

g) Questões 30, 31, 32 e 33

Para quatro pessoas, a ação coletiva ajuda na auto-sustentabilidade, pois o trabalho coletivo é fundamental para o desenvolvimento coletivo e individual numa região.

Duas respostas acreditam que a comunicação e as novas tecnologias podem atuar na identidade das comunidades, buscando melhorias e geração de renda. Reforçam a posição de que a *Internet* é muito eficiente na divulgação dos

trabalhos do CMI. Porém, um dos entrevistados afirma que as novas tecnologias são ferramentas excludentes.

Os entrevistados concordam que essas iniciativas de comunicação e de novas tecnologias buscam construir uma certa autonomia para as comunidades. Por exemplo, eles próprios produzem a sua notícia e fiscalizam ou denunciam qualquer problema com a comunidade.

Dos dois entrevistados que responderam a essa última questão, ambos acreditam que esse processo pode ser considerado autogestor, uma vez que a sociedade precisa de uma transformação de valores e conceitos.

6.3.2 Rede Mulheres de Rádio (Apêndice C)

Ao todo, três integrantes da comunidade responderam 33 perguntas. Desses, 100% foram respondidos por mulheres. 66,7% são solteiras e 33,3% casadas. Apenas duas delas (66,7%) completaram o Ensino Superior; a outra deixou o 3º grau incompleto.

a) Questões 1, 2 e 3

As três respostas dizem que a Comunicação Comunitária é aquela feita para a comunidade. Uma delas apenas ressalta que essa comunicação deve refletir os anseios da comunidade. Outra afirma que os indivíduos inseridos na

comunidade devem compreender a importância da utilização desses meios de comunicação.

Uma das mulheres afirma que a importância dos trabalhos na comunidade é resgatar a auto-estima das mulheres. As outras duas respostas destacaram que utilizam o rádio como instrumento de mudanças e educação.

As três respostas ressaltaram a participação das mulheres nos projetos, porém cada qual se estrutura de uma maneira. Uma delas destacou que os projetos surgiram para dar oportunidade às mulheres utilizarem o veículo *rádio*, buscando melhorias à comunidade. As outras duas lembraram seu vínculo com o Centro de Projetos da Mulher (CEMINA), entidade com sede no Rio de Janeiro, mas que conta com a participação de mulheres de comunidades de todo o Brasil.

b) Questões 4 e 5

Duas respostas afirmam que a comunidade não atingiu o ciberespaço. As justificativas foram: devido ao baixo poder aquisitivo, não se possui tecnologias suficientes para atingir esse espaço, já que, primeiro, há a necessidade de inserir as mulheres na era digital, para depois se pensar em ocupar o espaço. Outra resposta diz que o *ciberespaço* não limita a atuação, pelo contrário, valoriza esse trabalho, que busca falar do universo feminino para qualquer parte do mundo.

Três respostas afirmam que o rádio é usado como forma de capacitação das mulheres. Destacam que a *Internet* não é muito comum na comunidade e que

está presente somente naquelas que possuem telecentros. Uma das respostas apenas diz que não existe acesso à *Internet* na sua comunidade.

c) Questão 6

As três respostas reforçam a idéia de que o perfil de seus colaboradores é o mais variado. Duas delas afirmam que os projetos contam, na sua maioria, com a participação de mulheres de baixa renda, sem o Ensino Médio completo. Sua idade varia entre 30 e 50 anos.

d) Questões 7, 8, 9 e 10

Duas das entrevistadas destacam que a comunidade sobrevive com o pagamento da anuidade e projetos desenvolvidos durante o ano. Porém, a representante da Rede de Mulheres afirma que seu grupo e o CEMINA são ONG's e sobrevivem pelas doações recebidas.

Sobre as ações desenvolvidas na comunidade, cada uma possui uma resposta. Uma delas afirma que o projeto Rádio Mulher (rádio móvel) é a solução encontrada para levantar a auto-estima, com divulgação de campanhas, principalmente as de saúde. Para outra, a prioridade é estudar a comunidade e conhecer suas necessidades; a partir disso, elaborar projetos, uma vez que, contrariando esses anseios, a comunidade pode apresentar resistência. Para outra entrevistada, há diferentes tipos de projetos, mas o objetivo é estimular a participação da comunidade.

Uma das entrevistadas revela que a participação da Rádio Mulher acontece em eventos voltados para o gênero feminino, servindo como laboratório para mulheres de outras rádios e do próprio movimento. Já as outras duas respostas destacam que as ações desenvolvidas servem para melhorar a vida da comunidade e a formação de seus indivíduos.

Sobre as mudanças que essas iniciativas realizaram na comunidade, uma das respostas revela que, quando a comunidade se organiza em torno de um objetivo, trocando experiências, começa a descobrir seus direitos, reivindicando melhorias. Outra resposta destaca que, após essas iniciativas, a comunidade possui uma rádio diferente, direcionada, e que conta com a participação da comunidade. A outra solicitou que se pesquisasse as mudanças no *site* do CEMINA (www.cemina.org.br).

e) Questões 11 e 12

Sobre a atuação dos agentes sociais, uma das respostas citou a participação com alunos de Faculdades de Comunicação, uma vez que oferecem mão-de-obra e discussão para a construção de uma consciência na utilização dos meios de comunicação. As outras duas respostas destacaram que suas entidades buscam capacitar e incentivar as mulheres na geração de renda, e que a rádio ajuda na divulgação desses programas.

As três respostas concordam que essas ações contribuem na re-inclusão dessas pessoas na comunidade. Revelam que as pessoas levantam sua auto-

estima, quando percebem que podem produzir algo para melhorar sua vida e, a partir disso, abrem seus horizontes, buscando um futuro melhor.

f) Questões 13, 14 e 15

Sobre o papel desses projetos na formação da identidade da comunidade, as três respostas concordam entre si. Elas afirmam que esses programas estimulam seus participantes (mulheres e pessoas da comunidade) na produção coletiva, buscando o melhor para a comunidade.

Sobre as ações hoje desenvolvidas nas comunidades, as atividades na Vila dos Papeleiros foram lembradas em duas respostas. Revela-se que esse é um projeto para a inclusão dos jovens na cultura, utilizando, para isso, a comunicação comunitária e digital. A outra entrevistada afirmou não saber e solicitou (mais uma vez) uma pesquisa na *homepage* do CEMINA.

Duas respostas afirmaram que os meios de integração à comunidade acontecem com a distribuição de panfletos e contato direto com os moradores. A outra resposta lembrou dos cursos do CEMINA e da rádio, como forma de integração.

g) Questões 16 e 17

Nas três respostas, apareceu a definição de Organização Não-Governamental, porém destacaram que a maior parte das ações acontece de forma voluntária.

As três respostas consideram que suas atividades se organizam no *ciberespaço*, através da utilização de ferramentas como a *Internet* e novas tecnologias.

h) Questões 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27

Nas três respostas, a *Internet* aparece como um sistema próprio de comunicação. Em duas delas, o contato via *e-mail* e o encontro anual com as organizações ligadas ao CEMINA foram destacados. Na outra, os programas de rádio transmitidos via *Internet* foram ressaltados.

Sobre os motivos que levaram ao desenvolvimento de projetos na área da comunicação comunitária, duas respostas revelam que surgiram da necessidade de estabelecer uma organização de mulheres que atuassem em rádio (com o aparecimento de rádios comunitárias, esse processo foi favorecido). Já uma outra resposta afirma que faltavam ações efetivas nesse campo da comunicação comunitária, que valorizasse o papel das mulheres.

Em duas respostas, a mudança ocorrida na comunidade, após a implantação desses projetos, é percebida no comportamento dos jovens, que deixam de estar nas ruas para se engajarem nos projetos comunitários. Outra entrevistada solicitou que se perguntasse ao CEMINA sobre as mudanças.

Em duas respostas, a rádio comunitária apareceu como fator de comunicação. Para essas duas entrevistadas, a importância de haver uma rádio

direcionada e que trate dos problemas da comunidade atrai a atenção de seus moradores. Para a outra entrevistada, essa pergunta deve ser feita ao CEMINA.

Duas respostas afirmam que essas iniciativas ajudam a comunidade a ser mais informada e a buscar melhorias para sua região. Além disso, há a inclusão no mundo da cultura popular e o rompimento com a mídia comercial. A outra solicitou que se faça essa pergunta ao CEMINA.

Referente ao uso de novas tecnologias nesses projetos, duas entrevistadas revelaram que buscam incentivar uma digitalização dentro das emissoras, pois essas mudanças estão acontecendo de forma rápida, deixando as rádios comunitárias à margem desse progresso. A outra entrevistada acredita que, possivelmente, esses projetos se valham de tecnologias, porém deve ser pesquisado também em outros grupos de mulheres.

As tecnologias utilizadas são: nas três respostas, a digitalização das rádios (permitindo que essas entrem no mundo da informática) e a outra, são as rádios comunitárias (as rádios apareceram em uma resposta).

Duas respostas sugerem que não é apenas porque as rádios são comunitárias que devem ficar à margem da tecnologia. E uma resposta afirmou que quem utiliza a tecnologia da comunicação são os próprios moradores.

Duas respostas apostam em que essas novas tecnologias possibilitem a inclusão da comunidade no mundo da informática e melhorem as capacidades técnicas da emissora utilizada. Já a outra entrevistada acredita que essas

tecnologias geram perspectivas de integração. Com isso, surgem novas linguagens e outras maneiras de se fazer comunicação.

Duas opiniões acreditam que as tecnologias não criam, obrigatoriamente, uma nova linguagem, porque se trata de uma questão técnica e de operacionalização das emissoras. Já uma das respostas acredita que sim, que uma nova linguagem pode surgir. Mas deixa claro que isso não acontece na comunidade onde atua. Acredita que as pessoas devem ter, pelo menos, a oportunidade de aprender a usar melhor a comunicação gerada na família, em pequenos grupos ou na sua comunidade.

i) Questões 28, 29 e 30

Duas respostas afirmam que uma emissora com credibilidade na comunidade pode ser instrumento de mudanças. Inclusive, dando consciência às pessoas sobre seus direitos, e fazendo com que essas cobrem dos órgãos públicos maior atuação na comunidade.

Duas respostas afirmam que os projetos de comunicação ajudam, e muito, na educação. Dizem que, através da rádio, programas sobre educação, saúde e outros temas educativos podem ser criados. A outra resposta afirma que acredita muito nisso, porque a sociedade só é bem construída a partir da troca de conhecimentos. Com essa troca, o cidadão melhora sua capacitação para ter novos horizontes.

As três entrevistadas concordam em que a ação coletiva ajuda na auto-sustentabilidade da comunidade, caso seja feita de forma organizada e buscando objetivos comuns. Uma delas comenta que essa sustentabilidade deve ter como base uma troca de conhecimentos. Assim é o princípio da autogestão e da economia solidária.

j) Questões 31, 32 e 33

Duas respostas afirmam que o uso das novas tecnologias pode ser uma forma de inserção da comunidade no mercado global, melhorando a identidade cultural da comunidade. Mas isso apenas será bom, caso haja um acompanhamento na implantação e no desenvolvimento dos programas específicos. A opinião da outra entrevistada é que essas tecnologias podem ajudar, mas que já está hora dos seres humanos valorizarem as identidades locais, como a sua própria cultura e a própria produção.

Duas respostas acreditam que políticas públicas sempre estarão envolvidas em uma comunidade, mesmo que esta possua um programa de geração de renda. A outra resposta acredita na construção de uma autonomia baseada na discussão coletiva da realidade da comunidade. Espera, ainda, que os comunicadores do futuro atuem como agentes de transformações sociais e que, entendendo a comunicação, estimulem a comunidade a se autogerir.

Duas respostas afirmam que esse tipo de iniciativa pode ser considerada um autogestor para a comunidade, porém, para que isso se viabilize, é necessário capacitar os indivíduos para que eles possam organizar suas formas de gestão.

Já a outra entrevistada acredita que essa autogestão pode ser alcançada, sim. Reforça que o autogestor se entende por aquele que possui uma autonomia própria e que consegue discutir e entender o lugar que ocupa, buscando sempre melhorias.

6.3.3 Ilha Grande dos Marinheiros (Apêndice D)

Ao todo, na comunidade da Ilha dos Marinheiros cinco integrantes participaram da entrevista que teve cerca de 30 perguntas. Desses, 80% foram respondidos por mulheres e 20% por homens. Um dos entrevistados é solteiro, um casado, dois separados e outro definiu sua situação como *tico-tico no fubá* – que na linguagem popular significa dizer que está morando junto com alguém, mas não necessariamente em regime matrimonial. Um deles possui o Ensino Fundamental incompleto, dois concluíram o Ensino Médio, e outros dois concluíram o Ensino Superior. As idades variaram entre 32 e 56 anos.

a) Questões 1, 2 e 3

Um dos entrevistados entende que a comunicação comunitária é algo não-capitalista. Os demais responderam que entendem como sendo algo desenvolvido pela comunidade e para ela, não importando o meio pelo qual é feita, mas buscando difundir as coisas boas e ruins da comunidade, para melhorá-la.

Todos os entrevistados acreditam que a comunicação comunitária tem importância na comunidade. Dois disseram que ela serve para ajudar na organização e fazer com que as pessoas busquem melhorias. Outro destacou que a comunidade possui uma Associação, em parceria com irmãos Maristas, e que lá ocorrem aulas de computação. Outras duas respostas revelaram que ainda não surgiu, nem um jornal, nem uma rádio na região, e que a forma de comunicação é a conversa.

Sobre a estrutura da comunidade, um dos entrevistados ressaltou que o povo é pobre e sua grande maioria trabalha na reciclagem de lixo. Outras duas respostas lembraram das Associações de Mães, dos Catadores, dos Papeleiros e dos fóruns comunitários (inclusive o Orçamento Participativo) que acontecem. Outra resposta diz que a comunidade se estrutura em redes, onde cada movimento é uma rede, e o que há são reuniões quinzenais para discussão de problemas.

b) Questão 4

Todos as respostas concordam que a escolaridade dos moradores da ilha é baixa e que a renda apresentada é na faixa da miséria. Esses moradores trabalham no mercado informal, na reciclagem. São catadores (papeleiros) e alguns atuam na construção civil.

c) Questões 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19

Referente às ações desenvolvidas na comunidade, a presença dos Irmãos Maristas foi lembrada em duas respostas. Outra apenas destacou que a comunidade se sustenta pelo repasse de verbas. Um entrevistado lembrou os programas desenvolvidos pela comunidade. Três outras respostas destacaram como atividade mais importante a reciclagem (até mesmo porque uma parceria foi feita com o DMLU, nessa área).

Todos concordaram que as atividades realizadas partem da comunidade, mas que são desenvolvidas em parceria com instituições públicas e privadas. Um dos moradores ressaltou que há atividades de capacitação e de formação profissional, bem como de geração de renda. Outro disse que a comunidade sempre busca melhorias. Um dos entrevistados afirmou que, devido à localização da comunidade ser no Delta do Jacuí, ela se priva de muitas coisas, como, por exemplo, saneamento básico.

Dois dos entrevistados destacaram que a vida da comunidade, após a implantação desses programas, mudou muito, principalmente porque se tem alcançado melhores condições de vida e incentivado as pessoas a não se acomodarem apenas com a renda destinada pelo governo. Outra resposta afirma que a população criou uma consciência de não poluir a ilha em que mora. Essa preocupação com o meio ambiente se deu através de cursos de biologia, oferecidos pela Prefeitura. Um dos moradores revelou tristeza ao falar da ilha. Acredita que a sociedade é preconceituosa, e ficou mais ainda, depois do filme

Ilha das Flores que, segundo a opinião do morador, deixou o povo da região muito *para baixo*.

Sobre a atuação dos agentes sociais, como participantes na busca pela sustentabilidade da comunidade, um dos entrevistados destaca que as lideranças comunitárias podem ser consideradas como agentes. Outro morador revela que pessoas (deu o exemplo do aplicador destes questionários) ajudam, pois levam a realidade deles à sociedade e, muitas vezes, abrem portas na participação de palestras e oportunizam o trabalho a muitos que não tiveram oportunidade de estudar. Um dos entrevistados cita a seleção feita pelo Hospital Moinhos de Vento na comunidade. E duas respostas citaram o importante papel desenvolvido pelas assistentes sociais e cooperativas formadas na região.

Três dos entrevistados dizem que esse tipo de atividade ajuda na reinclusão da sociedade, pois busca uma autonomia e emancipação, auxiliando a levantar a auto-estima das pessoas. Outro revela que o comportamento ecológico das pessoas mudou, melhorando a qualidade de vida da região. Outro, ainda, destaca que a cooperativa de lixo ajudou na reciclagem, desenvolvendo um trabalho em prol da comunidade.

Uma das respostas aponta que a identidade coletiva é uma síntese das individuais. Outro destaca que auxilia na organização. Um dos moradores apenas afirma que as pessoas que moram na ilha gostam de lá e que não querem sair. Destaca ainda que não é por morar em uma comunidade carente que a sociedade deva enxergá-los como marginais e delinquentes. Um outro destaca que essas

ações ajudaram na união dos moradores, porém o que continua é que os que têm mais não cedem aos que têm menos.

Um dos entrevistados afirmou que os projetos que estão sendo desenvolvidos são os de geração de renda, como, por exemplo, capacitação profissional, hortas e cozinhas comunitárias, além de organização do trabalho com o lixo (galpões de reciclagem) e ações com assistência social. Outro entrevistado lembrou a oficina de percussão, computação e ecologia. Outro ainda lembrou o projeto do Hospital Moinhos de Vento, o telecentro (que está para ser implantado) e o Serviço de Apoio Sócio-Educativo (SASE). Uma resposta afirma que a ação da Prefeitura se dá através da FASC, com o projeto Agente Jovem, e que existe ainda a COOPEL e o Centro Marista (onde eles possuem um telecentro. Porém, os únicos que utilizam esses computadores são os jovens que fazem curso; eles não estão à disposição da comunidade).

O Orçamento Participativo foi citado duas vezes como forma de integração da comunidade. Uma das respostas lembrou o Coletivo de Trabalho. Já outro citou apenas as reuniões e os fóruns de discussão. Porém, um dos entrevistados revela que a comunidade possui, de uns tempos para cá, um aparelho de telefone. Garante que o meio de comunicação mais comum é subir na bicicleta e ir até a outra ilha conversar com as pessoas. Diz sentir falta de um jornal ou rádio comunitários.

Dois dos entrevistados acreditam que essa comunidade pode ser considerada como uma organização porque, afinal de contas, se ajudam e resolvem seus problemas de forma ordenada. Outras duas opiniões acreditam

que a ilha tem potencial, mas que seus moradores são devagar demais. Uma pessoa não respondeu.

Sobre as atividades de comunicação próprias da comunidade, um dos moradores revela que são ainda um pouco carentes de novas tecnologias e que a comunicação acontece a partir do contato verbal (o contato verbal aparece em duas respostas). Porém, possuem seus fóruns (lembrados em duas respostas), um boletim elaborado pela Prefeitura (que contém entrevistas e artigos da comunidade) e um vídeo, elaborado pela comunidade, com a ajuda de técnicos e voluntários. Um dos moradores revela que a comunicação acontece pelo uso de alto-falantes em uma Kombi. Outro destaca que é na base de conversa (quase como um telefone sem fio).

Dois entrevistados acreditam que a comunicação surgiu devido à necessidade de informar os moradores sobre as notícias da ilha, ou convocá-los para reuniões. Outro revela que essas iniciativas ajudam no crescimento da comunidade.

Sobre a implantação dos projetos de comunicação, um dos moradores revela que eles não foram postos em prática ainda. Outros dois não responderam, e outro entrevistado cita o trabalho da creche da comunidade. Diz que ela veio para ajudar, pois, antes, as mães perdiam oportunidades de emprego por não ter com quem deixar os filhos.

Para dois dos entrevistados, as reuniões com a comunidade e o boca-a-boca ainda são a maneira mais eficaz de se comunicarem com a sociedade. Dois

dos moradores não souberam responder. O outro entrevistado diz que a comunicação ocorre no encontro das REDES, onde discutem seus problemas (uma vez por semana) e também interagem com outras comunidades. Essa comunicação, na opinião dos únicos dois entrevistados que responderam à questão 19, ajuda a população na busca de uma união e na luta pelos seus direitos.

d) Questões 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30

Três respostas afirmam que, na comunidade, não se tem a utilização de novas tecnologias. Todos garantem, porém, que, se houvesse, teria uma grande importância. Apenas um desses três afirmou que a única forma mais nova de se comunicar é através da rádio da Ilha da Pintada, porém ela possui um alcance pequeno, e fora vendida a uma igreja da região (destaca que os irmãos deixaram claro que ela estava aberta a todos, porém muito poucos se interessam). Outra resposta lembrou do telecentro Marista da região. Um dos entrevistados não respondeu à pergunta.

Ninguém respondeu especificamente às questões 21, 22, 23 e 24, pois já haviam falado que não há a presença de novas tecnologias, ou responderam a elas com as outras perguntas.

Um dos moradores revela que a comunicação ajuda na organização social, porque traz a informação e, com ela, vem também a formação e a transformação da comunidade. Outro afirma que esse tipo de iniciativa faz com

que a comunidade chame a atenção das autoridades. Três pessoas não responderam a essa questão.

Três pessoas também acham que a comunicação ajuda na educação, sobretudo pela formação de opinião ou conscientização do trabalho realizado. Um dos entrevistados acha que essas duas coisas não se relacionam. Outro ainda acredita que a educação é a base de tudo, e que ela se modifica a partir da interação com a cultura e a comunicação.

Dois entrevistados acreditam que uma auto-sustentabilidade é possível desde que a ajuda venha de todos e seja coletiva. Outro destaca que a sustentabilidade de uma comunidade é buscada, através das suas ações, no dia-a-dia. Outro morador revela que ela pode ser atingida, mas que necessita da ajuda de fora. Todos acreditam que a ação coletiva pode gerar sustentabilidade.

Duas respostas afirmam que as novas tecnologias não foram implantadas na comunidade, devido a sua situação econômica. Revelam, porém, que acreditam que essas alternativas podem inserir a comunidade no mercado global. Outro diz que a tecnologia pode criar uma identidade cultural. O mais importante, porém, é não se deixar seduzir por elas. Isso é conseguido com conhecimento e educação. Uma pessoa não respondeu.

Todos concordam que essas iniciativas ajudam a comunidade a construir uma certa autonomia, porque todas as iniciativas de ajuda à comunidade buscam trazer sua *emancipação*. Um exemplo dos resultados dessas atividades é o

número dos jovens que saíram das ruas, drogas e prostituição, para se integrarem à comunidade.

Uma resposta afirma que, através da tecnologia, pode-se buscar maior autonomia. Outro entrevistado ressalta que a *Internet* (computação) deve ser uma rede que as pessoas devem saber utilizar muito bem. Uma das respostas afirma que o processo pode ser auto-organizativo, o que é diferente de ser autônomo do Estado (a autonomia a que o entrevistado se refere é a de emancipação). Um dos entrevistados não soube responder à última questão.

6.3.4 Restinga (Apêndice E)

Na comunidade da Restinga, nove líderes comunitários, em uma reunião aberta, colaboraram nas respostas para as 30 perguntas levantadas pelo entrevistador. Dos entrevistados, oito eram do sexo masculino e havia apenas uma representante do sexo feminino. Cinco dos entrevistados têm idades entre 20 e 26 anos; um, com 35 anos e os restantes têm 47 e 48 anos. Quatro deles residem na comunidade; os outros apenas participam de atividades nela desenvolvidas.

A respeito do grau de escolaridade, um dos entrevistados não completou o Ensino Médio; dois concluíram o Ensino Médio; três possuem Superior Incompleto e apenas duas pessoas colaram grau no Ensino Superior. Como estado civil, a opção mais significativa foi *solteiro*, com sete respostas.

a) Questões 1, 2 e 3

Quando é perguntado o que os entrevistados entendem por comunicação comunitária, as opiniões são as mais diversas possíveis. Não tendo um conceito formulado para a resposta, um deles fala que não entende muito, mas que acredita ser importante, porque deixa a comunidade se expressar, servindo como arma na luta social das comunidades.

Outro acredita que a comunicação comunitária é o contraponto à mídia comercial. Falando especificamente da rádio, acredita que ela deve atuar a favor da organização da comunidade, na busca de melhores situações.

Uma das respostas afirmou que a rádio é como as outras emissoras, pois fala sobre música e outros assuntos, só que não recebe ajuda do governo.

Outra opinião apresentada é de que comunicação comunitária é aquilo a que não se tem acesso, pois ainda sofre-se influência da mídia tradicional. Destaca também que a comunicação comunitária tem que ser algo diferente. É uma parte da sociedade que se organiza para sua própria comunicação.

Aparece também a idéia de que é uma comunicação sem fins lucrativos, que busca informar, ajudar a comunidade a se organizar, enfrentar problemas e mudanças.

A rádio comunitária é o trabalho mais importante concretizado pela comunidade da Restinga, no âmbito da comunicação comunitária. Foi a resposta

unânime dos entrevistados, ao falarem da importância do trabalho desenvolvido nesse campo. As pessoas acreditam que o papel da rádio é informar a população sobre o que acontece na sua comunidade. É também um espaço para divulgar atividades que estão sendo realizadas e para a discussão de assuntos importantes. O rádio é um veículo abrangente e a mídia mais próxima da tecnologia, já que muitos não têm acesso à *Internet*. Aparece, também, a existência de um jornal com distribuição gratuita, que lembra muito o Diário Gaúcho.

Sobre a estrutura da comunidade, cada um tem uma opinião. Foi citada a formação histórica do bairro. A Restinga surgiu como uma zona de assentamento para pessoas que tiveram suas casas desapropriadas pela Prefeitura, na década de 60. Outra opinião é de que a Restinga é um bairro com problemas de cidade grande. Possui classe média alta e famílias abaixo da linha de pobreza. Há quem afirme que a comunidade se estruture na rádio, pois é ela que dá a organização coletiva. Duas outras opiniões atribuem à associação de moradores essa estruturação.

b) Questão 4

Três das respostas a essa pergunta acreditam que o bairro é formado de muitos jovens e crianças. Uma resposta lembrou que os moradores são honestos, humildes e de renda baixa. Duas opiniões são compartilhadas, ao se referirem ao bairro como dormitório, uma vez que os moradores passam o dia no trabalho, retornando só à noite. Uma pessoa ressaltou que as crianças mal terminam o Ensino Fundamental e os jovens que chegam a cursar uma Universidade

geralmente têm que trabalhar para pagar as mensalidades, lembrando ainda que a população é formada, na sua maioria, por negros.

c) Questões 5, 6, 7 e 8

Sobre as alternativas de sustentabilidade, desenvolvidas pela comunidade, uma resposta recorre aos serviços de Assistência Social da Prefeitura de Porto Alegre. Duas lembraram as atividades desenvolvidas junto à comunidade por voluntários e pessoas que buscam melhorias das condições sociais e cooperativas de produção. Duas falaram sobre o comércio informal (camelôs e venda de cachorro-quente e refrigerante em *vans*, no Centro) e catadores de material para reciclagem.

Nas ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida, o Orçamento Participativo aparece em duas respostas. Porém, uma delas acredita que o OP não ajuda tanto assim, uma vez que a comunidade – tentando solucionar seu problema – tira de uma outra a possibilidade de solução para algo também importante. Projetos assistenciais, como a Casa da Sopa, movimento dos catadores de material reciclado e a ação das associações de moradores, aparecem uma vez nas respostas. As oficinas de grafiteagem foram lembradas por dois dos entrevistados. Um deles lembrou da "Semana da Restinga" (que possui atividades envolvendo teatro, cinema, música, gincana e o carnaval) como evento de integração da comunidade. Outro morador lembrou das ações de comunicação comunitária como a rádio, o jornal, grupos de vídeo, produção de cinema e elaboração de um fanzine. Um dos moradores destacou o início da obra do primeiro hospital do bairro.

Todos os entrevistados afirmam que essas ações partem da própria comunidade. Um deles refere-se à Casa da Sopa. Outro, à "Semana da Restinga". Outro, ainda, à Associação dos Moradores (que elege 30 pessoas para uma discussão das prioridades da comunidade). Outro, porém, destaca que muitas das ações partem da comunidade, mas são ajudadas por pessoas fora dela.

Sobre os efeitos que essas iniciativas têm na comunidade, um diz que elas não trazem nada de bom. Pelo contrário, só criam dependência. Os demais acreditam que essas iniciativas mudam a consciência de organização da comunidade, deixando as pessoas mais ativas e preocupadas com o seu futuro e da própria comunidade.

d) Questões 9 e 10

Sobre as influências das atitudes dos agentes sociais, dentro da comunidade, três respostas contemplaram a Associação dos Moradores como fonte de sustentabilidade e organização. Uma delas destacou ainda que os movimentos populares, juntamente com a Associação, buscam, de maneira autônoma, organizar o bairro, pois, além disso, ainda é um espaço para discussões e uma influência positiva na vida das pessoas. As respostas destacaram também que a comunidade é o próprio agente e não espera pelo governo, mesmo querendo deste maior apoio. Apenas um dos entrevistados afirma que as iniciativas que tentam plantar nas pessoas o sentimento de autonomia só criam maior dependência e não trabalham pela auto-sustentabilidade.

Um dos entrevistados diz que esse tipo de iniciativa não ajuda em nenhum tipo de re-inclusão, porque apenas gera a dependência na população assistida por aqueles que *ajudam*. Revela, ainda, que a inclusão é parte de cada um, e ela se faz com luta contra a desigualdade e confiando no indivíduo. Outro, acredita que o que vem acontecendo é uma conscientização da importância de se estar engajado em iniciativas como essas. Não basta só querer, tem que participar, para poder mudar. Duas opiniões ressaltam a realização de reuniões entre a comunidade, onde as pessoas discutem seus problemas e, unidas, ajudam-se para mudar. Uma das respostas afirma que a consciência de cidadania avança e a disputa com o poder público enfraquece a imagem da comunidade aos que olham de fora.

e) Questão 11

Referente à pergunta sobre o papel da comunidade na formação de identidade, um dos entrevistados diz que esse é um processo de individualização e que quem constrói a identidade são os meios de comunicação de massa, com presença forte na comunidade. Destaca ainda que são poucos os que buscam, através de oficinas, por exemplo, levantar uma identidade própria. Outra resposta afirma que esse papel pode ser encontrado nas Associações e iniciativas como a rádio comunitária, onde as pessoas criam uma identidade coletiva e todos se ajudam. Um deles diz que é importante criar uma identidade jovem e, a partir disso, surge a imagem da comunidade. Duas opiniões destacam a importância que a organização coletiva tem na criação dessas identidades.

Observação: a preocupação com a formação de uma imagem coletiva apareceu em três respostas, mas cada uma com um complemento diferente. O que se pode notar é que a união das pessoas, buscando melhorias e organização, sobrepõe-se à formação de uma imagem individual.

f) Questão 12

Muitos programas e atividades se desenvolvem nessa comunidade. As oficinas da Prefeitura apareceram em duas respostas. Movimentos iniciados dentro da própria comunidade, como o grupo Resistência Popular, a Casa da Sopa, movimento dos catadores, as oficinas de grafite, *hip hop*, dança e a participação na rádio emissora, apareceram nas respostas (cada resposta contém uma ou duas dessas oficinas, mas o importante é que elas foram lembradas nas respostas). Movimentos de cooperativas, iniciativas do Fome Zero e as ações do Orçamento Participativo também foram citadas em três respostas. Apenas um dos entrevistados lembrou a vinda de um hospital para a região.

g) Questão 13

Quatro pessoas responderam que a rádio é um fator de integração à comunidade (os outros meios de comunicação como o jornal, panfletos, fanzine e *homepage* também apareceram, mas a rádio teve o destaque nessas quatro respostas). Duas outras respostas lembraram as festas (de pagode, *funk* e *hip hop*) realizadas, os seminários de comunicação e a "Semana da Restinga". Um dos entrevistados lembrou o Carnaval (devido à presença da escola de samba do bairro). Um, apenas, afirmou não notar o interesse da comunidade em se integrar,

mas destaca que muitos universitários visitam o bairro e que há, então, uma integração com a comunidade acadêmica.

h) Questão 14

Uma das respostas destaca que a comunidade é um sistema complexo e que se estrutura através das Associações, dos movimentos populares e dos órgãos públicos institucionais que existem na Prefeitura, dentro do Orçamento Participativo. Outro entrevistado revelou que a comunidade é uma organização fragmentada, dentro de um sistema de exclusão. Outra resposta resgata a formação histórica da comunidade. Ou seja, que a sua organização começou a surgir na década de 70, e que cresce até hoje.

Dois dos entrevistados revelam que o que torna a Restinga uma organização é a sua luta e a preocupação com o coletivo, onde um se preocupa com o outro, e todos se preocupam com o bairro, como uma comunidade. Apenas um dos entrevistados discorda de que, a partir de uma visão capitalista, a comunidade não pode ser considerada uma organização, porque alguns se interessam em mudar, e outros não.

i) Questões 15, 16 e 17

A rádio comunitária apareceu em quatro respostas. Apesar de uma delas criticar essa iniciativa, como sendo reprodutora de outras emissoras, deixando de tocar o que a própria Restinga produz (o que se escuta nessa rádio é o mesmo do que nas comerciais). O jornal, criticado como uma cópia do Diário Gaúcho, foi

citado em seis respostas, e o fanzine, em duas. A oficina de *hip hop* também apareceu. Um dos entrevistados, porém, destacou que o panfleto é o veículo próprio de comunicação.

Duas pessoas responderam que essas iniciativas, na comunicação comunitária, surgiram para suprir a necessidade que a população tinha de se comunicar e discutir seus problemas, o que deve ser melhorado. Que fosse algo abrangente, mas, ao mesmo tempo, algo com a identidade do bairro. Duas pessoas afirmaram que a rádio surgiu para dar espaço aos artistas da região, que não tinham espaço na mídia comercial. Uma das respostas citou a publicação do jornal como fonte de divulgação das ações da comunidade e atividades por ela desenvolvidas. Uma das respostas afirmou que essas alternativas apareceram para contrapor-se à mídia comercial. Um dos entrevistados afirma que a comunidade não quer exportar a imagem de comunidade violenta, e que essa comunicação surgiu para modificar essa imagem.

De acordo com uma resposta, a comunidade agora tem sua própria rádio. Outro entrevistado destacou que as bandas tornaram-se conhecidas, devido a sua apresentação na rádio. Outras três respostas destacaram que as pessoas têm mais espaço para sua manifestação, livremente, e que, dessa maneira, há o crescimento da autoconfiança e do pensamento de organização. O cidadão fica mais confiante e começa a exigir seus direitos. Muitos passaram a acreditar na comunidade e estão gostando de morar na Restinga.

j) Questões 18 e 19

Para três dos entrevistados, a Restinga se comunica através de sua rádio, jornal, fanzine, palestras, oficinas de grafite e *hip hop*, ateliê de arte e de carnaval. Outra pessoa acredita que a Restinga só fica conhecida pelas páginas policiais, mas que essa visão é falsa, à medida que a comunidade discute seus problemas em reuniões e juntos tentam resolvê-los. Destaca ainda que a comunicação mais eficaz é a do boca-a-boca.

Um dos moradores destaca que o boca-a-boca é mais rápido do que o rádio. Os demais entrevistados afirmam que a rádio modificou as pessoas, dando-lhes maior liberdade para se expressar e formar suas opiniões. As pessoas discutem os problemas e trocam experiências. Essa comunicação oportuniza conhecer a Restinga. Um dos entrevistados ainda destacou os recados, ao final da missa.

l) Questões 20, 21, 22, 23 e 24

As opiniões convergem, quando o assunto é a tecnologia utilizada pela comunidade. É, sem dúvida, precária e carente. Uma das respostas relembra a verba vinda do Orçamento Participativo para a criação do telecentro. Outro destaca que não importa a tecnologia utilizada, mas a defesa pelo uso dessas tecnologias, pois tudo vale, desde que se consiga a participação da comunidade. A *Internet* aparece, em três respostas, como a tecnologia mais nova oferecida à comunidade, porém é bem precária, uma vez que a conexão ainda é discada. A

rádio é citada em duas respostas. Os moradores afirmam que, nela, não há computadores.

Uma das opiniões destaca que o jornal não é uma tecnologia. Outro diz que não se tem um orçamento para investimentos em tecnologia. Dessa maneira, parcerias com os comerciantes da região são buscadas (como exemplo, para a criação da *homepage* da comunidade) e que, devido à falta de recursos, a comunicação entre eles acaba ficando com os recados do padre no final da missa, cartazes e reuniões em clubes e escolas. Apenas um dos moradores afirma que não há tecnologia investida no momento.

A comunidade especifica que a tecnologia mais recente (*de ponta*) utilizada é a *Internet*, que veio para somar na informação da comunidade, mas que na periferia seu espaço de uso ainda é restrito. Outro artifício ponderado é a utilização de vídeos educativos (e aqui se entende vídeos sobre prevenção de doenças até os *video-clips* que podem educar os jovens).

Os entrevistados revelam, em uma das respostas, que a tecnologia presente na comunidade serve para desenvolver programas, diminuir o tempo de informação das pessoas e firmar acordos e parcerias (essas, entre outras relevâncias da tecnologia presente). Uma resposta faz referência direta ao telecentro e explica que as pessoas podem utilizar os computadores por ordem de chegada. Ressalta que é um espaço democrático, onde todos podem usufruir desse espaço. Outra resposta diz que vídeos não são utilizados devido ao orçamento, que não tem margem para esse tipo de investimento. Ainda assim, um

dos entrevistados destacou que a rádio tem seu próprio *site* e que o movimento Ação Periférica possui seu *blog*. Destaca que esse tipo de criação é incentivado.

Sobre a importância dessas tecnologias na comunidade, um dos moradores afirma que elas não têm importância, porque a informação mais importante é a que acontece fora da *Internet* (tecnologia abordada nessa resposta). As demais respostas classificam o uso dessas tecnologias de extrema importância, tanto na hora de informar, como na de aprender. Ressaltam, ainda, que o ideal seria a comunidade poder adquirir seu próprio equipamento e aperfeiçoá-lo. Dessa maneira, não se dependeria tanto dos órgãos públicos.

Em quatro das respostas, nota-se que as pessoas ainda não perceberam a mudança na linguagem da população, pela utilização dessas novas tecnologias. O que é citado é que as pessoas acabam se adaptando a essa tecnologia (aprendem, por exemplo, como se envia um *e-mail*) mas que uma mudança visível não existe ou ainda é imperceptível. Duas respostas citam a troca de vivências (culturas diferentes) como um fator importante na formação de uma linguagem. E um dos entrevistados afirma que a linguagem estabelecida nos grupos de *hip hop* e nas turmas do ateliê de arte são muito mais importantes do que as impostas pela tecnologia.

m) Questões 25 e 26

Todos os entrevistados concordam que a comunicação, principalmente a comunitária, tem um papel importante na sua comunidade. Destacam que é através dela que se divulgam as ações da comunidade. Dessa forma, a

dos entrevistados destacou que a rádio tem seu próprio *site* e que o movimento Ação Periférica possui seu *blog*. Destaca que esse tipo de criação é incentivado.

Sobre a importância dessas tecnologias na comunidade, um dos moradores afirma que elas não têm importância, porque a informação mais importante é a que acontece fora da *Internet* (tecnologia abordada nessa resposta). As demais respostas classificam o uso dessas tecnologias de extrema importância, tanto na hora de informar, como na de aprender. Ressaltam, ainda, que o ideal seria a comunidade poder adquirir seu próprio equipamento e aperfeiçoá-lo. Dessa maneira, não se dependeria tanto dos órgãos públicos.

Em quatro das respostas, nota-se que as pessoas ainda não perceberam a mudança na linguagem da população, pela utilização dessas novas tecnologias. O que é citado é que as pessoas acabam se adaptando a essa tecnologia (aprendem, por exemplo, como se envia um *e-mail*) mas que uma mudança visível não existe ou ainda é imperceptível. Duas respostas citam a troca de vivências (culturas diferentes) como um fator importante na formação de uma linguagem. E um dos entrevistados afirma que a linguagem estabelecida nos grupos de *hip hop* e nas turmas do ateliê de arte são muito mais importantes do que as impostas pela tecnologia.

m) Questões 25 e 26

Todos os entrevistados concordam que a comunicação, principalmente a comunitária, tem um papel importante na sua comunidade. Destacam que é através dela que se divulgam as ações da comunidade. Dessa forma, a

para que haja uma sustentabilidade definitiva. Uma outra questão é que a independência não é tão fácil de se alcançar e, principalmente, sem o apoio de muitas pessoas da comunidade. Outra resposta a essa pergunta afirma que a ação coletiva ajuda onde há lacunas do governo, mas que é praticamente inviável viver com essas ações.

o) Questões 28, 29 e 30

Três opiniões afirmam que existe uma inviabilidade técnica, o que não permite uma disputa no mercado. A comunidade possui pessoas capacitadas, mas falta equipamento (exemplo: as bandas da comunidade produzem, mas não têm como gravar, editar, etc., esse material). Uma resposta diz que a comunidade muda a partir da inserção do povo nas decisões. Outra destaca que, conforme se conhece (se domina) as novas tecnologias, a população está no mercado. Revela que, depois de criar seu *site* e *blog*, seu grupo ganhou mais visibilidade.

Um dos entrevistados acredita que a comunidade não utiliza muito essa tecnologia. Para ele, uma entrevista (a que foi realizada para esse trabalho) já ajuda, pois a realidade que ele vive será apresentada em um campo acadêmico. Já que não possuem tecnologias, utilizam desse meio de comunicação (entrevistas, palestras, cartazes e reportagens) para fazerem-se conhecidos. Uma resposta diz que o conhecimento dessas tecnologias faz com que a comunidade busque seus objetivos. Porém, afirma que a inserção deve ser feita de acordo com a realidade da comunidade.

Um dos entrevistados revela que, na Restinga, muitas ações são desenvolvidas buscando a autonomia, mas o que se busca mesmo é uma maneira de a comunidade ter seus próprios meios de comunicação, para se organizar na luta. Duas respostas revelam que as ações desenvolvidas pelos governos querem colocar as comunidades sob sua tutela e não dar, propriamente, uma autonomia a elas. Duas outras respostas afirmam que ainda não é possível construir uma autonomia, até porque as pessoas não procuram a Restinga para investir nela, mas que, no futuro, parcerias serão criadas e a autonomia da comunidade estará mais próxima. Por enquanto, a comunidade tenta se libertar um pouco a cada dia, até mesmo do resto da capital, mas a cada dia algo as liga diretamente ao resto da cidade.

As ações coletivas, para um dos entrevistados, não auto-sustentam a comunidade mas apenas ajudam. Em contrapartida, duas respostas revelam que essas iniciativas fazem com que a comunidade tente se libertar do domínio do Estado. Porém, a comunidade não tem como se desvincular com essa base sólida. Ela possui idéias, valores e objetivos, que muitas vezes são bem diferentes do restante de Porto Alegre, mas não pode ser totalmente livre. Um dos moradores revela que, com a utilização das tecnologias, a população se qualificaria, porém o Estado (aqui ele critica o município) não tem interesse nessa autonomia e se protege atrás das coisas que deveriam ser de domínio público. Outra resposta afirma que, dentro de uma mesma comunidade, há maneiras diferentes de se buscar autonomia. Com a rádio, por exemplo, o que se busca é criar um território, com valores e símbolos próprios; porém, as pessoas buscam isso de maneiras distintas.

Observação: nem todas as perguntas foram respondidas em ordem porque muitas se misturaram a outras. Aspectos ilustrativos ou exemplos individuais não foram expostos nessa síntese. A importância maior foi dada ao fato de os entrevistados falarem sobre os aspectos da comunidade.

Conforme pudemos notar – esta era a nossa proposta inicial –, não houve paridade no agrupamento das respostas. Isto ocorreu em função de que os questionários foram aplicados em forma de entrevista, suscitando ao entrevistado, e ao entrevistador, a possibilidade de rearranjar as questões, de acordo com a fluidez da conversa. Mais ainda, procuramos, durante as entrevistas, ser fiéis à proposta inicial de questionamento, resguardando assim a essência da pesquisa.

Para fins da análise que se segue, e com o intuito de qualificar a interpretação das respostas, agrupamos as questões que tratavam de temas específicos, conforme vimos anteriormente, no item 6.3. Também, com o mesmo objetivo, agrupamos as respostas por comunidades.

Buscaremos manter esta formatação na análise que se segue. Porém, tentaremos fazer o intercruzamento das informações, para chegar à proposta do organograma exposto à página 316 e que procura, através das categorias elencadas, à luz de Morin, Beltrão e Soares, entender o fenômeno da comunicação comunitária e dos usos das novas tecnologias de informação e comunicação como forma de pertencimento e sustentabilidade nas comunidades carentes do início século XXI, em Porto Alegre.

6.4 ANALISANDO OS RESULTADOS A PARTIR DAS TEORIAS DA COMPLEXIDADE, FOLKCOMUNICAÇÃO E EDUCOMUNICAÇÃO

Conforme organograma apresentado à página 313 deste trabalho, a teoria da complexidade, de Morin, baseia-se em três princípios: dialógico, recursão organizacional e hologramático e tem como características, a dinamicidade, a não-linearidade, a reconstrução autônoma, a irreversibilidade do aprendizado, o processo dialético-produtivo, a intensidade e a ambigüidade/ambivalência, que o autor considera como a processualidade dos fenômenos.

Já a folkcomunicação, segundo Beltrão, propõe um sistema de comunicação popular baseado em uma estrutura que vem do folkways e do mores. Este sistema é próprio de grupos marginalizados, que desenvolvem seu vocabulário próprio. São agentes e meios e cujo cotidiano está ligado à participação na organização de grupos para uma gestão ativa (autogestão e co-gestão), a partir da autonomia e da aprendizagem.

Por fim, mas não menos importante, a educomunicação, que, conforme Soares, propõe o entrelaçamento entre a comunicação e a educação, através da interdiscursividade, gerando cadeias semióticas, origem do que o autor chama de articulações comunicativas (conexões de redes, alteridade, retroalimentação e interpretação). A educomunicação vê a comunicação como estrutura e a educação como construtora de um processo mediado, que leva o sujeito social a uma ação comunitária, através de fenômenos comunicacionais.

Para aplicar, então, ao material já previamente tabulado acima, as categorias sugeridas nestas hipóteses, procuramos seguir o mesmo formato de apresentação, isto é, agrupando, por comunidade, a nossa análise.

No entanto, a análise permitiu-nos perceber pontos em comum entre as quatro comunidades analisadas, os quais apontaremos a seguir.

O conceito de *comunicação comunitária* aparece atrelado à idéia de ser *aquela feita pela comunidade, onde os cidadãos são os protagonistas de suas próprias histórias*. A frase aponta, então, a comunicação comunitária como um sistema de comunicação popular, conforme Beltrão. As questões 1,2 e 3, de todos os questionários aplicados na comunidade, dão conta de que este sistema é, de fato, um processo mediado por agentes sociais e por meios de comunicação alternativos que dependem de ações comunitárias e coletivas, e da auto-organização para acontecer. Mais que isso, a análise das questões 1,2 e 3, de todos os questionários aplicados, dá conta de que este é um fenômeno social complexo, que acontece no campo da comunicação e está alicerçado nos três princípios apontados por Morin: dialógico, recursão organizacional e hologramático, isto é, só acontece se houver a troca cíclica de informações dentro de uma dinamicidade circular e hologramática, que permita ao emissor e ao receptor alternarem seus lugares dentro do processo, de forma a atender à necessidade comum, a partir da produção de informações. Isto gera o caos moriniano, mas também habilita a comunidade, em função dos conceitos de autogestão e autonomia, a estabelecer uma organização e uma estrutura que mantém o processo em andamento, através do que Soares chama de articulações comunicativas. Portanto, a interdiscursividade cultural acaba

acontecendo de forma autopoietica, em função da troca de valores e de experiências, gerando um processo de aprendizagem autônomo, que se retroalimenta. As TICs, neste processo, são a ferramenta necessária para estabelecer o elo de ligação entre os agentes e o mundo, e esta visibilidade pode gerar a sustentabilidade e também a auto-estima, em função do reconhecimento, pela sociedade, dessas comunidades, como produtoras de cultura e alternativas econômicas.

6.4.1 Centro de Mídia Independente

Especificamente sobre o CMI, podemos ressaltar que é uma comunidade auto-organizativa, que se estabelece no ciberespaço, do ponto de vista dos articuladores destas relações. No entanto, estes articuladores ainda encontram dificuldades de inter-relação com as comunidades presenciais, em função da acessibilidade a equipamentos de última geração e acesso à Internet. A solução encontrada pelo CMI, para minimizar o impacto das TICs sobre as comunidades com as quais se relaciona, foi a capacitação destas comunidades no uso dos equipamentos e meios de comunicação. Essa qualificação propõe a inclusão midiática dos agentes comunitários mas, mais que isso, propõe um processo de ensino-aprendizagem baseado na circularidade e na circulação das informações.

O grupo CMI, enquanto tal, reconhece-se como uma organização autogestora, cujas iniciativas estão voltadas para a busca de alternativas de

sustentabilidade para atender às necessidades das comunidades parceiras. Para tanto, incentiva ações comunitárias e coletivas que girem em torno de processos comunicacionais. Isto fica claro ao analisarmos a síntese feita a partir das respostas às questões 30 a 33.

Assim, definimos o CMI, segundo a nossa categorização, a partir o seguinte organograma:

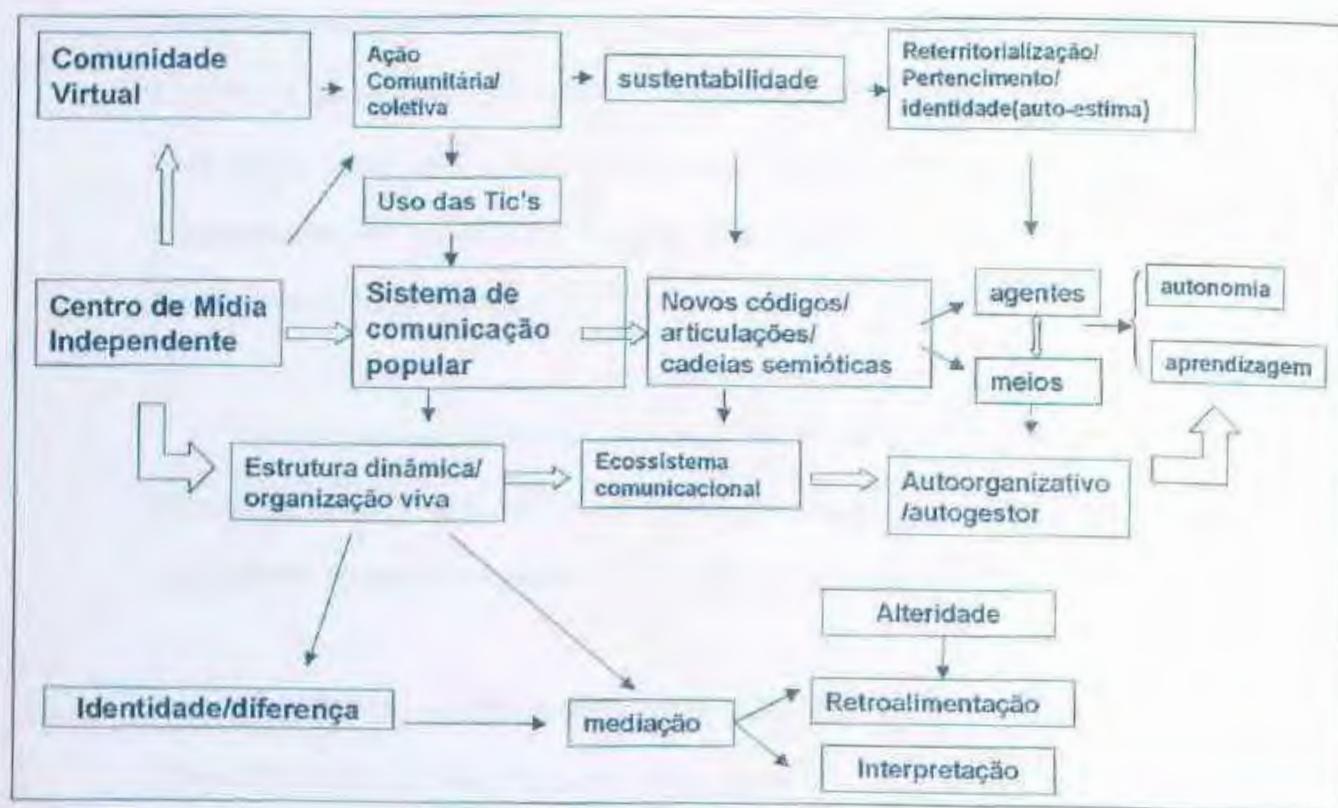


FIGURA 26 – Organograma do Centro de Mídia Independente

6.4.2 Rede Mulheres de Rádio

A exemplo do Centro de Mídia Independente, a Rede Mulheres de Rádio também se considera uma comunidade virtual auto-organizativa e autogestora de seus processos, principalmente no campo comunicacional. Duas são as diferenças entre o CMI e a Rede Mulheres de Rádio. A primeira é que o CMI busca trabalhar com a disseminação, através das TICs de informações para suprir os meios de comunicação comunitário, enquanto a Rede Mulheres de Rádio busca trabalhar também com informações, mas de caráter temático e educativo. A segunda é que o CMI está voltado para a ampliação de meios de comunicação alternativos, como rádios comunitárias e a rede. Além disso, também trabalha principalmente na questão da inclusão e formação da mulher. Isto é, tem sua ênfase a questão de gênero.

Assim, a Rede Mulheres de Rádio busca trabalhar sua organização com base na construção da identidade feminina, elevando a auto-estima das mulheres participantes e sua conseqüente inclusão no sistema atual.

Em relação à definição da Rede Mulheres de Rádio, segundo a nossa categorização, propomos o seguinte organograma:

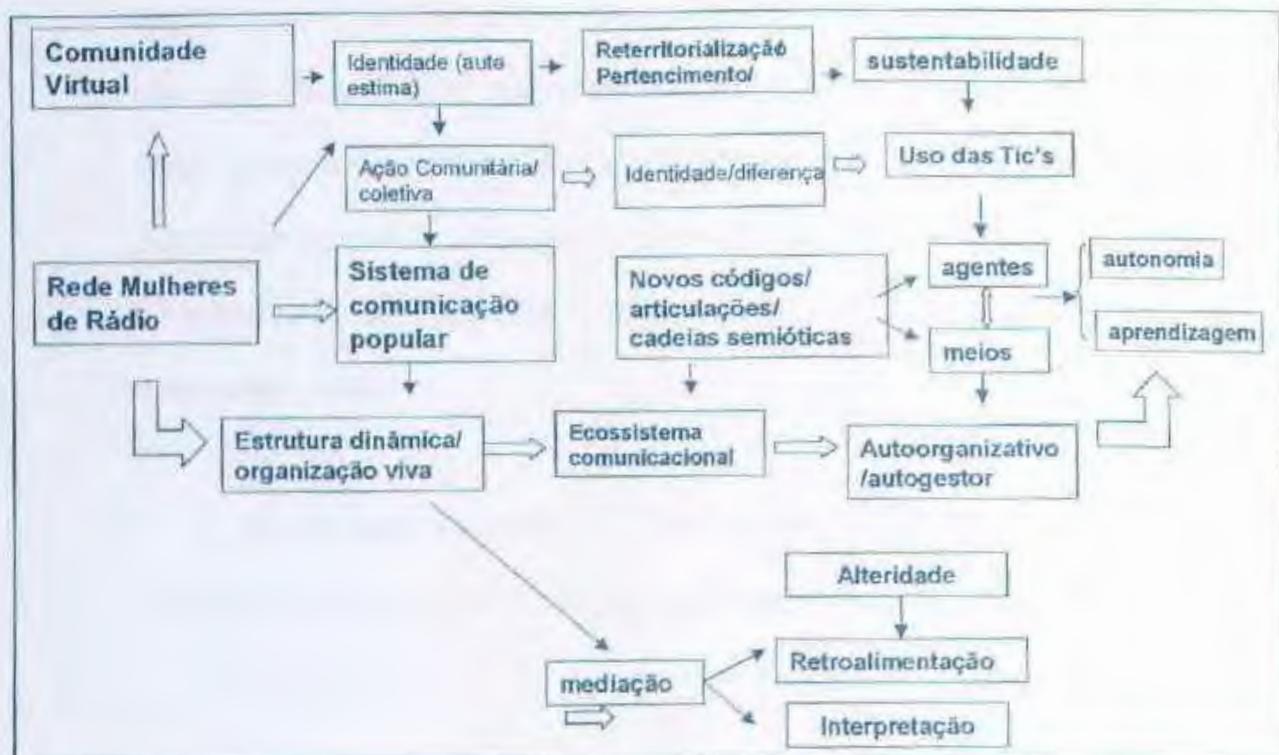


FIGURA 27 – Organograma da Rede Mulheres de Rádio

6.4.3 Ilha Grande dos Marinheiros

A Ilha Grande dos Marinheiros, uma comunidade presencial, apresenta-se como uma organização orgânica, pautada pelas ações sociais coletivas, desenvolvidas pela comunidade, em parceria com instituições públicas e particulares. Estas ações, de caráter educativo e de formação profissional, conforme os depoimentos, têm buscado a geração de emprego e de renda e, portanto, de auto-sustentabilidade. Um aspecto importante em nossa análise é que, aqui, aparece pela primeira vez a palavra *emancipação* – entendida pelos entrevistados como autonomia. A comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros

aponta que a inclusão social depende de sua organização enquanto grupo, e do uso, não só das TICs, aplicadas aos processos de educação e comunicação, como também da criação de uma identidade coletiva. Para esta comunidade, o auto-reconhecimento, enquanto organização social, é fundamental para a busca da sustentabilidade, por estar intrinsecamente ligado à valorização dos costumes e da cultura local.

Em relação à definição da comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros, segundo a nossa categorização, constituímos o seguinte organograma:

na articulação de cadeias semióticas, através do respeito à identidade/diferença, que têm origem nos *folkways* e nos *mores* – isto é, cultura e valores – estabelecidos pela própria comunidade. A Restinga busca, através desta organização, a construção de uma identidade coletiva, que estimule a auto-estima dos moradores, gerando processos de ações coletivas baseadas na comunicação e na educação, via mediação tecnológica. Este modelo autogestor garante a autonomia da comunidade na construção de iniciativas de sustentabilidade.

Assim, em relação à definição da comunidade da Restinga, segundo a nossa categorização, identificamos o seguinte organograma:

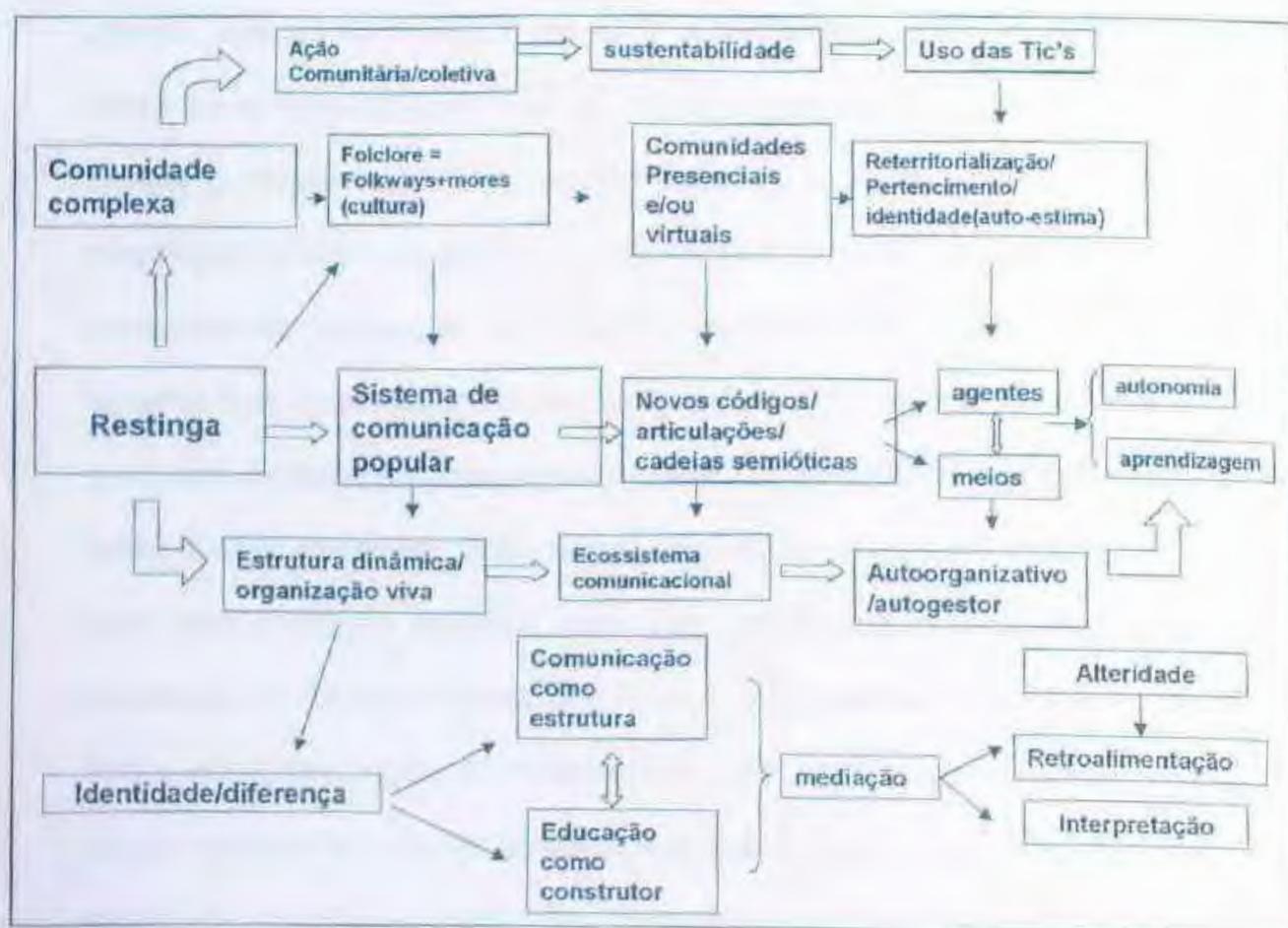


FIGURA 29 – Organograma da Restinga

Assim, analisando os organogramas acima dispostos, podemos perceber que, ainda que pareçam semelhantes, cada uma das comunidades guarda suas características. Vejamos então, o que podemos perceber a partir desta análise:

a) CMI x Rede Mulheres de Rádio

O Centro de Mídia Independente e a Rede Mulheres de Rádio guardam para si a característica de serem ambas comunidades virtuais se as entendermos a partir da conceituação proposta neste trabalho, mais especificamente quando tratamos, no capítulo 2, de definirmos tal conceito. Do ponto de vista da comunicação comunitária, ambas estabelecem um sistema de comunicação popular, também se levarmos em conta a conceituação usada nesta pesquisa, demonstrada anteriormente. Sistema esse que gera novos códigos, articulações e cadeias semióticas, a partir da sua interação com os meios e com seus agentes, constituindo assim uma relação de autonomia e aprendizagem entre os sujeitos envolvidos na construção do processo de comunicação. Cabe, no entanto, ressaltar que, enquanto o CMI se estabelece a partir de uma ação comunitária que busca a sustentabilidade através da reterritorialização, do pertencimento e da busca de uma identidade (auto-estima), através do uso das TIC's como forma de gerar uma mediação dinâmica entre seus integrantes, possibilitando assim a construção de relações auto-organizativas e autogestoras, a Rede Mulheres de Rádio, em contrapartida, se estabelece a partir da idéia de identidade, onde a própria reterritorialização e pertencimento pode gerar trocas de experiências através da rede (TIC's). São essas trocas de experiências que garantem a ação coletiva e comunitária na busca de alternativas para trabalhar, no conjunto da sociedade, as questões de igualdade e diferença. Na Rede Mulheres de Rádio, ao

contrário do CMI, a mediação é uma forma, e não um meio, de conduzir o ecossistema comunicacional. No CMI fica evidente que o uso das TIC's está diretamente ligado às ações comunitárias e que estas são o instrumento de inter-relação entre os integrantes do grupo. Já na Rede Mulheres de Rádio, o uso das TIC's está diretamente ligado à sustentabilidade, ou seja, servem como alternativas de difusão e de acesso ao trabalho.

b) Ilha Grande dos Marinheiros x Restinga

Entre estas duas comunidades presenciais, a principal diferença encontra-se justamente na constituição do sistema de comunicação popular. Enquanto na Restinga este sistema está constituído e pode ser identificado segundo a conceituação que utilizamos neste trabalho, a Ilha Grande dos Marinheiros se considera uma comunidade auto-organizativa, onde a comunicação é a interface entre os moradores e não uma alternativa de sustentabilidade. Desta forma, a ação comunitária na Ilha Grande dos Marinheiros ocorre a partir das necessidades, de forma coletiva e solidária, buscando alternativas de sustentabilidade. As TIC's, aqui, fazem parte do processo de construção dessas alternativas e figuram como instrumentos de reinserção da comunidade no sistema econômico vigente. A comunicação e seus processos, bem como a educação e seus processos, aparecem, nas duas comunidades presenciais, como estrutura e construção, respectivamente, gerando a mediação necessária para o estabelecimento entrópico e autopoietico de uma identidade coletiva, baseada nos *folkways* e nos *mores* (cultura), o que, aliás, fica mais evidente na comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros. Outro diferencial está também na ação dos agentes e dos meios de comunicação. Na Ilha Grande dos

Marinheiros, esses recursos aparecem como sendo aqueles capazes de gerar a emancipação através da autonomia e da aprendizagem, criando assim processos de sustentabilidade através da autogestão e da auto-organização. Já na Restinga, estes dois recursos aparecem somente ligados à aprendizagem e à autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações sociais não fazem parte obrigatória da realidade concreta, mas colaboram para a sua compreensão, pelo fato de elas contribuírem para o entendimento das contradições cotidianas, na medida em que transitam entre estes dois opostos, dependendo com que olhos um certo fenômeno ou texto é visto e interpretado.

Então, as representações sociais, baseadas em valores e tradições folclóricas e culturais, percebidas como um fenômeno, e como uma possibilidade social, pelo fato de que apenas os humanos são capazes de tê-las, constroem um modo de viver e de manter uma sociedade, sendo esta de natureza individual e coletiva. Mas as representações sociais só se tornam perceptíveis na medida em que podem ser reveladas. As representações têm o poder e a força de produzir equivalências que encobrem e dissimulam ou ressaltam aspectos importantes da realidade. As representações, no contexto da sociedade, podem fortalecer a dificuldade de aproximação entre a presença e a ausência de certo componente da realidade, alimentando e acirrando interpretações apaixonadas que fortalecem a incomunicabilidade entre os pólos.

As representações sociais, coletivas e individuais, podem, inclusive, criar formas que se revestem de requisitos e argumentos de lógica, e por isso é importante que este tema seja objeto de estudo por todos – educadores e comunicadores – que pretendam desenvolver a crítica social.

A criticidade, conduzida na perspectiva das representações, será tão mais eficiente quanto maior for a possibilidade de ela desenvolver em seus agentes, individualmente, ou de forma comunitária, a capacidade de decodificar as representações do que fazem, falam, ouvem e acreditam, superando a visão de que a criticidade está em se referir, de forma denunciadora, sobre certo tema ou posição. Criticar, passa, então, a ser a capacidade de desvelar significados.

Partimos do pressuposto, conforme organograma exposto à página 313 deste trabalho, que a comunicação comunitária é um fenômeno social complexo, que tem uma estrutura dinâmica, em função de ser uma organização viva, já que parte de uma ação comunitária e coletiva, segundo conceitos já amplamente abordados na primeira parte desta pesquisa. Sendo assim, gera um ecossistema comunicacional, alicerçado num sistema de comunicação que pode ser considerado popular, em função de ser estabelecido a partir de novos códigos e articulações que têm sua origem na cultura *local* (cadeias semióticas), gerados a partir da identidade de cada uma das comunidades envolvidas no processo de construção de uma reterritorialização que busca, no seu âmago, um pertencimento como forma de permitir um *constructo* a partir da sabedoria da população, isto é, da representação social da realidade, que tem origem no cotidiano e nos valores populares, culturais e folclóricos.

No entanto, apesar de ser auto-organizativo e autogestor, este processo comunicacional se constrói entre agentes e meios, levando em conta a igualdade e a diferença de cada indivíduo, pertencente a cada comunidade, o que provoca uma especialidade: a comunicação como estrutura educativa, possibilitando visibilizar a educação como construtora da mediação cidadã, num movimento entrópico e autopoietico, que leva estes cidadãos à interpretação do mundo.

Nos questionários aplicados, tanto nas comunidades virtuais – Centro de Mídia Independente e Rede Mulheres de Rádio (Apêndices B e C) – quando nas comunidades presenciais – Ilha Grande dos Marinheiros e Restinga (Apêndices D e E) –, alguns pontos se sobressaem como passíveis desta análise.

Conforme a análise realizada, podemos dividir os resultados encontrados em três eixos que perpassam os enunciados das questões: o conceito de comunicação comunitária; o uso do processo de comunicação comunitária e das novas tecnologias de informação e comunicação, como forma de pertencimento e sustentabilidade; e, por fim, mas não menos importante; a educação como construtora do processo organizativo, através de ações de comunicação.

1. O conceito de comunicação comunitária: todos os entrevistados, quer das comunidades virtuais, quer das comunidades presenciais, percebem a comunicação comunitária como um sistema de comunicação popular, espaço onde grupos e comunidades podem reproduzir suas idéias e divulgar sua cultura. Por outro lado, todos os entrevistados apontam dificuldades para a manutenção de seus meios (mídias tradicionais e/ou mediadas por computador), dificuldades estas que tangenciam a falta de verbas e de políticas públicas que

possam democratizar os acessos a essas mídias. No entanto, todos os entrevistados apontam a implementação de um processo de construção coletiva no campo da comunicação comunitária, como forma de estabelecer também, em paralelo, um crescimento na maneira de organização de cada comunidade e, também, como instrumento de reeducação dessas comunidades para a construção da cidadania. Percebemos, ainda, a partir da análise dos questionários aplicados às comunidades, propostas de que o processo de comunicação comunitária perpassa, se não todas, quase todas as ações de sustentabilidade das comunidades, por se tratar de um processo que gera a organização social dos indivíduos, em torno de interesses comuns. No entanto, pode-se perceber que nem todas as comunidades estudadas consideram-se amplamente organizadas. Existe ainda uma lacuna entre as expectativas dos agentes comunitários entrevistados e as necessidades de organização das comunidades. Para eles, a maior dificuldade é a falta de incentivos por parte do poder público de uma forma geral.

2. **O uso do processo de comunicação comunitária e das novas tecnologias de informação e comunicação como forma de pertencimento e sustentabilidade:** a grande maioria dos entrevistados concordou que as TICs (e as tecnologias tradicionais) auxiliam, e muito, no processo organizativo das comunidades em questão, e que ainda são capazes de gerar, de forma auto-organizativa, processos de sustentabilidade e pertencimento. O principal argumento foi a amplificação das informações, através desses usos, e a possibilidade de qualificação dos agentes e líderes comunitários nessa utilização, que atuam, não só como reprodutores do conhecimento, mas também como mediadores deste processo, chegando a identificá-lo como autônomo e como

potencializador da aprendizagem. Esta aprendizagem geraria, em cada indivíduo, a identidade necessária para a sua reinserção no mundo contemporâneo, a partir de uma nova proposta de leitura do mesmo, intermediada pelo manejo das mídias.

3. A educação como construtora do processo organizativo através de ações de comunicação: A educação, na perspectiva planetária, apresenta-se como uma possibilidade de ressignificação das representações a que todos estamos submetidos e que, de certa forma, desenvolvem, alimentam e propagam, tanto nos mais simples, como nos mais complexos atos. A consciência de que as representações se caracterizam pelo significado que se dá ao que se fala, se faz e se exerce, e não pelo que ela aparenta ser ou do que ela mostra, como ação objetiva e concreta, pode ser importante resultado da dinâmica educativa. Como o processo de comunicação comunitária, conforme vimos anteriormente, dá-se a partir de práticas educativas, podemos afirmar, com base nas entrevistas realizadas, que o maior propósito das comunidades estudadas é ampliar as possibilidades de conhecimento, segundo a ampliação dos acessos às TICs, por entenderem ser este o caminho para a inclusão social.

Por isso, a educação – e, por que não, a comunicação – na perspectiva da vida cotidiana, apresenta-se como uma possibilidade de discussão do significado das inúmeras verdades que fundamentam as virtudes e as formas aceitas como corretas pela tradição e pelo costume, imposto, muitas vezes, por poderes minoritários que se impõem e impõem sua forma de pensar e agir, para reinar de forma hegemônica e perpetuar-se no poder.

Sair do trajeto colocado como obrigatório pode ser a probabilidade de abrir novas possibilidades de esperança. Esta esperança se organiza nas esteiras da imaginação, que se desprende em todas as direções, e com esses fios pode-se tecer a felicidade humana, onde os multifacetados cenários devem exaltar a beleza revolucionária de mudar a vida e transformar o mundo.

Na perspectiva de um processo dialógico, voltado para as circunstâncias particulares de um planeta que se organiza de forma ininterrupta, porque, a todo tempo, é desafiado com novas e diferentes ações, empreendidas pelos humanos que interferem em toda a sua dinâmica organizativa, não existe a possibilidade de se aceitar que os humanos se escusem da responsabilidade de co-autores destas ações, nem é aceitável que se declarem incapazes de decodificar o que representam as ações empreendidas pelos detentores do poder. Manter a posição farisaica de neutralidade, para guardar sua posição particular de conforto e bem-estar, é como uma cegueira que impede de ver o coletivo dinâmico e mutante no qual se está inserido.

A educação, alicerçada nos pilares comunicativos, nesta proposta, pode se configurar como um processo que promove a capacidade de indignar-se para assumir posições desconfortáveis, ao nível do senso comum, mas conscientes e engajadas com a possibilidade, mesmo diante da visível impossibilidade de mudança, de estar promovendo uma reação perceptível, mesmo que, apenas, ao nível de sua consciência. É o permanente exercício da reação que muda cada humano na direção de se fortalecer para reações mais visíveis e mais abrangentes.

A comunidade, como organização social onde se processa a educação, bem como a família, a igreja, o clube e o local de trabalho, dentre tantos outros, pode ser palco de uma educação voltada para a cotidianidade, na medida em que estiver atenta para os significados e para a consciência e discussão do que representam, diante do conjunto de seus integrantes, e do conjunto do meio no qual está inserida.

Neste contexto, uma educação mediada pelas representações, e pela comunicação, tem o compromisso de desvelar as regras e as leis que norteiam as sociedades humanas. Assim, a decodificação das representações coloca-se como prioritária, para que, nas dinâmicas educativas, seja dada ênfase privilegiada às múltiplas formas de comunicação. Neste sentido, destacamos Paulo Freire, quando ensinou que alfabetizar era muito mais que juntar as letras e repetir um determinado e esperado som com significado. Para ele, alfabetizado era todo aquele capaz de decodificar diferentes códigos comunicativos, contextualizando-os e interpretando as diferentes representações sociais nele inseridas. Considerando esta definição, podemos dizer que ninguém está alfabetizado, mas que vivemos em permanente estado alfabetizador.

É importante destacar que esta dinâmica se faz necessária pelo fato de que as diferentes linguagens e formas de comunicação não mentem, mas também não são a expressão final da verdade, da mesma forma que, ao dizer como algo é, não se consegue apresentá-lo totalmente, como de fato é, ao nível de todas as incontáveis representações que acolhe. Neste sentido, é importante o

pensamento de Morin, ao destacar que todas as ações humanas, comunicativas e relacionais, são inconclusas e inacabadas (2001)⁴¹¹.

Somos incompletos, na medida em que dependemos dos outros, e de muitos *outros*; e somos inacabados, porque estamos em permanente dinâmica auto-organizativa. O fato de sermos conscientes de nossa incompletude nos abre uma perspectiva de transcendência, mediante a qual construímos tempos e espaços simbólicos, representações e experiências vivenciais que nos permitem explodir a bitola dos nossos próprios limites.

Assim, a equidade passa a ser um ponto de chegada, através das diferenças e dos diferentes, para a justiça social que tem, como fundamento, a cidadania planetária de todos os indivíduos. Não se pode remediar a fome, a miséria e a exclusão que atingem as massas. A relação entre o espaço, o tempo e a história é tema inesgotável, que pode ser explorado sob as múltiplas representações que ele comporta.

Não temos a pretensão, aqui, de exaurir o tema ou esgotar a discussão. Procuramos, ao longo do trabalho, contextualizar uma realidade vivida e vivenciada pela população carente, hoje, não só em Porto Alegre, neste início de século XXI. Mas, também, em qualquer recanto do Brasil, guardadas aí as suas especificidades culturais e de valores.

Este trabalho buscou entender, a partir de referenciais teóricos apontados, o cotidiano destas pessoas. Cabe aqui lembrar que, partindo-se do

⁴¹¹ MORIN, Edgar. *Clência com consciência*. Op. cit.

referencial teórico a respeito da auto-organização, que se refere aos processos auto-organizativos como formas de vida organizadas circular/ciclicamente, que têm uma flexibilidade estrutural, e que são exigidos de uma contínua adaptabilidade, apoiamo-nos na proposta de Morin sobre a complexidade, para nós, a gênese do problema, já que a comunicação comunitária é, por suas características, um fenômeno social complexo e complexificador.

Faz-se necessário, então, à guisa da compreensão do tema central deste trabalho, apontar o seguinte:

- a) a complexidade dos fenômenos sociais, como a comunicação comunitária, intensifica a exclusão, por apresentar a competição como uma importante característica. Ao mesmo tempo, possibilita a inclusão social, por sua flexibilidade, uma vez que essa competição incita a busca de alternativas. Essa inclusão é dinamizada por processos de auto-organização, na medida em que privilegia aspectos como produção, autoprodução e relações, entre outros, favorecendo a auto-inclusão dos sujeitos, o que acaba por desenvolver capacidades associativas a novas formas e meios de sustentabilidade;
- b) este novo contexto propicia o desenvolvimento de fenômenos de resistência à lógica do mercado, na medida em que prova que o mercado é auto-regulável, da mesma forma que os sujeitos são auto-organizativos. A este movimento, denominamos *movimentos sociais*, simbolizados por categorias que representam determinados

graus de exclusão e que buscam, de formas alternativas, reverter esta lógica.

Consideramos, pois, que o uso das TICs, como forma de pertencimento e de sustentabilidade nas comunidades, principalmente naquelas que se encontram em condições de precariedade, diante do sistema econômico atual, é um processo alternativo de inclusão.

Mais que isto, cabe recolocar algumas perguntas que não chegaram a ser respondidas neste trabalho, mas que não querem calar. Entre elas: por que estes sujeitos, ainda que privados de vários aspectos, em sua vida cotidiana, ainda buscam alternativas alheias ao Estado, no intuito de construir uma sociedade melhor? Por que a alfabetização midiática é mais acessível a estes sujeitos, ainda que eles tenham dificuldades a seu acesso? Por que este fenômeno social ainda passa despercebido no mercado formal, enquanto na sua informalidade vem trazendo benefícios concretos às comunidades carentes, quer em termos de uma inclusão alternativa, quer em termos de qualificação profissional, quer em termos de concretização de uma nova identidade, na busca pela reterritorialização neste mundo globalizado?

Este trabalho não termina com tais perguntas. O empenho em romper com o imaginário social, em relação a estes excluídos, continua, na medida em que seguem as mesmas reflexões e argumentações estigmatizantes. Esses sujeitos sociais estão mudando a sua realidade. Por que a Ciência também não pode modificar seu olhar sobre tal fenômeno, tão característico de nosso século?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGE, Marc. **Os Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

ÁVILA, Fernando Bastos de. **La Imigración en la America Latina**. Washington, D.C.: Unión Panamericana, 1964.

AYALA II, Jaime A Zobel de. Prevendo a comunidade do futuro. In: DRUCKER, Peter F. (org.). **A Comunidade do Futuro**. São Paulo: Futura, 2001.

BARBERO, Jesús Martin. A comunicação no projeto de uma nova cultura política. In: MELO, José Marques de (org.). **Comunicação na América Latina: Desenvolvimento e crise**. Campinas: Papirus, 1989.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação**: Da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.

BARTHES, Roland. **O Sistema da Moda**. São Paulo: Edições 70, 1981.

BAUDRILLARD, Jean. **As Estratégias Fatais**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

_____. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia educação**: Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Autores Associados, 2001.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: A comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

- _____. **Folkcomunicação**: Um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- BORGES, Arthur Robeson. Apartheid digital. **Jornal Valor**, Caderno Fim de Semana, 2000.
- BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. **Comunicação e Educação**. São Paulo: Hacker, 2002.
- CALABRESE, Omar. **A Idade Neobarroca**. Madrid: Cátedra, 1994.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CANEVACCI, Massimo. **A Cidade Polifônica**: Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas**: Ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. O homem e a cidade; a cidade e o cidadão; de quem é o solo urbano? São Paulo: Contexto, 1992.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jodi. **Local y Global**: La gestión de las ciudades en la era de la información. Madri: Taurus, 1997.
- CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA DA UNICAMP. Opinião Pública, p.4-6, jul./ago. 1993.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Arte de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. Tomo I.
- _____. **A Invenção do Cotidiano**: Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2002. Tomo II.
- COGO, Denise. Da leitura crítica dos meios à educomunicação: Convergências possíveis entre comunicação e educação. Tendências da Comunicação, Porto Alegre: L&PM, n.4, 2001.
- CORRAZE, Jacques. **As Comunicações Não-Verbais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CORRÉA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. Da UERJ, 1999.
- COVEY, Stephen R. A comunidade ideal. In: DRUCKER, Peter F. (org.). **A Comunidade do Futuro**. São Paulo: Futura, 2001.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e Modernidade**: Para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DONNE, Marcelle Delle. **Teorias sobre as Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

DUTRA, Joisa Campanher. Retomando o debate 'estatização' versus 'privatização'. Revista Indicadores Econômicos, São Paulo, agosto/92-março/93.

ECO, Umberto. **Lector in Fabula**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FÁVERO, Osmar. **Cultura Popular, Educação Popular**: Memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FÉLIX, Loiva Otelo. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 1987.

FERREIRA, Francisco de Paula. **Teoria Social da Comunidade**. São Paulo: Harder, 1968.

FREIRE, Paulo. Cultural freedom in Latin America. In: COLONNESE, L.M. (ed.). **Human Rights and the Liberation of Man in Americas**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, [s.d.].

_____. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDSMITH, Marshal. Comunicações globais e comunidades por escolha. In: DRUCKER, Peter F. (org.). **A Comunidade do Futuro**. São Paulo: Futura, 2001.

GÓMEZ, Carlos Hérvás. Las nuevas tecnologías em la educación primária: Internet – los procesos de enseñanza – Aprendizaje con la World Wide Web. In: ALMEIDA, Julio Cabero et al. (Coord.). **Y continuamos avanzando**: Las nuevas tecnologías para la mellora educativa. Sevilla: Kronos, 2002.

GURVICH, G. **La Sociologie au XX Siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1947. 2 v.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria dell'Agire Comunicativo**. Bologna: Soc. Editrice il Mulino, 1986.

HALL, Stuart [1973]. Encoding/decoding. In: HALL, Stuart; HOBSON, Doroty; LOWE, D.; WILLIS, Paul (orgs.). **Culture, Media, Language**. London/New York: Routledge/CCCS, 1980. p.128-138.

_____. Cultural Identity and Diaspora. In: RUTHERFORD, Jonhatan (org.). Identity – Community, culture, difference. London: Lawrence & Wishrt, 1999. p.222-237. Trad. Brasileira Identidade cultural e diáspora. Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v.24, p.68-76, 1996.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A, 1992.

_____. Reflections upon the Encoding/Decoding model: an interview with Stuart Hall. In: CRUZ, John; LEWIS, Justin (orgs.). **Viewing, reading, Listening – Audiences and Cultural Reception**. Baudler/San Francisco: Oxford: Wetview Press, 1994. p.253-274.

JOHNSON, Richard. O que é afinal estudos culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

JONES, Quentin. Virtual-communities, virtual settlements & ciber-archeology – A theoretical outline. Journal of Computer Mediated Communication, v.3, n.3, dez. 1997. <http://www.lig-see.com/professores/jurema/estruturas.html> (On-line em 01.08.2001).

LEMOS, André. **Cibercidades**. In: LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos. **Janel@as do Ciberespaço: Comunicação e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **O que é Virtual?** São Paulo. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LITTLEJOHN, Stephen W. **Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisas em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1988.

LUYTEN, Joseph M. **Sistemas de Comunicação Popular**. São Paulo: Ática, 1988.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **Atores Sociais: Movimentos urbanos, continuidade e gênero**. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. As transformações da cultura urbana das grandes metrópoles. In: MOREIRA, Alberto da Silva (org.) **Sociedade Global: Cultura e religião**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARITAIN, J. **O Homem e o Estado**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo: Histórias das idéias e das estratégias**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. MATTELART, Michele. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A Árvore do Conhecimento: As bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Psy II, 1995.

MBIKUSITA-LEVANIKA, Inonge. A comunidade no terceiro e no quarto mundos. In: DRUCKER, Peter F. (org.) **A Comunidade do Futuro**. São Paulo: Futura, 2001.

McIVER, R.M. **Comunidad**. Biblioteca Sociológica. Buenos Aires: Losada, 1944.

MENEGHETTI NETO, Alfredo. **Redes de Cidades: Cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – O caso da rede Mercocidades**. Porto Alegre, 2002. Tese de doutoramento.

MESQUITA, Zilé; BRANDÃO, Carlos R. **Territórios do Cotidiano**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 1995.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Cultura de Massas no Século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. [v.1. O espírito do tempo 1 – Neurose].

_____. **Cultura de Massas no Século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977. [v.2 – O espírito do tempo 2 – Necrose].

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Piaget, 1990.

_____. **O Homem e a Morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. **O Método I. A natureza da natureza**. Portugal: Biblioteca Universitária, 1977.

_____. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs.). **O Pensar Complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamont, 1999.

_____. **O Paradigma Perdido. A natureza do homem**. Rio de Janeiro: Martins: Publicações Europa-América, 1975.

NOELLE-NEUMANN, Elizabeth. **La Espiral del Silencio**. Opinión pública: Nuestra piel social. Barcelona: Paidós, 1995.

OLIVEN, Ruben George. **A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação**. São Paulo: Vozes, 1992.

- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **Um Outro Território**. São Paulo: Olho D'água, 1999.
- OXFORD DICTIONARY OF NEW WORDS. New York: Oxford University Press, 1991.
- PEDROSO, Elizabeth M.K. **Movimento Sindical Urbano no Brasil: 1850 a 1997 – Trajetória, características e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 1998.
- PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Comunicação e Movimentos Populares: Que redes?** São Leopoldo: EDUNISINOS, 2002.
- _____. **Comunicação nos Movimentos Populares: A participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- RECUERO, Raquel da Cunha. Comunidades virtuais: Uma abordagem teórica. In: DORNELES, Beatriz (org.). **Mídia, Imprensa e as Novas Tecnologias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- RIBEIRO, José Carlos S. Comunidades Virtuais Eletrônicas. In: www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/art_jcarlos1.html.
- RIOS, José Arthur. **A Educação dos Grupos**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1954.
- ROBERTSON, Roland. **Globalização: Teoria social e cultura global**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade: Adorno e a escola de Frankfurt**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual: Especificidades do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SCHAUN, Ângela. **Educomunicação: Reflexões e princípios**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Educação digital: A miséria na era da informação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- SIMMEL, Georg; KURT, H. Wolf. **The Sociology of Georg Simmel**. Glencoe Ill: Free Press, 1985.

SINGER, Paul. **O capitalismo: Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1991.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: Um campo de mediações**. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n.24, set./dez. 2000.

_____. Metodologias da educação para comunicação e gestão comunicativa no Brasil e na América Latina. In: BACCEGA, Maria Aparecida (org.). **Gestão de Processos Comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1947.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Historical Capitalism**. London: Verso, 1983.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1994.

Outras referências

<http://www.fndc.org.br> – On-line maio 2004.

<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/As%20dimensões%20da%20cidadania>. PCLA, v.4, n.1, out./nov./dez. 2002.

OPINIÃO PÚBLICA, de julho/agosto de 1993.

PROCESSO de privatização no Brasil: Expectativa dos anos 90 a 92. Relatório de pesquisa. São Paulo: Instituto de Economia do Setor Público – FUNDAP, 11 de março de 1993.

www.ipm.al.org.br/obras.htm. On-line janeiro 2004.

www.telecentro.com.br.